



COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

MAIO / 2016

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

**RELATÓRIO DE GESTÃO
DO EXERCÍCIO 2015**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado à sociedade e aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 146/2015 e 147/2015 e das Portarias TCU nº 321/2015 e CGU 522/2015.

São Paulo, 31 de maio de 2016

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABRACEN	- Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento
ACT	- Acordo Coletivo de Trabalho
AGARA	- Armazém - Silo - Graneleiro de Araraquara
AGAVA	- Graneleiro de Avaré
AGE	- Assembleia Geral Extraordinária
AGO	- Assembleia Geral Ordinária
AGPAL	- Graneleiro de Palmital
AGSJB	- Armazém de São Joaquim da Barra
AGSJP	- Graneleiro S J do Rio Preto
AGTAT	- Graneleiro de Tatuí
AGTUP	- Graneleiro de Tupã
AM	- Armazém de Movimentação
APESP	- Associação dos Permissionários do Entreposto de São Paulo
ARARA	- Armazém de Araraquara
ARPED	- Armazém de Pederneiras
ARRUB	- Armazém de Rubião Júnior
ARSAN	- Armazém de Santos
ARTUT	- Armazém de Tutóia
ARVAN	- Armazém da Vila Anastácio
ASBAU	- Armazém - Silo de Bauru
ASFER	- Armazém - Silo de Fernandópolis
ASJAG	- Armazém - Silo Jaguare
ASPRE	- Armazém - Silo de Pres. Prudente
ASRIB	- Armazém - Silo de Ribeirão Preto
ASSJP	- Armazém Silo de São J. do Rio Preto
AU	- Autorização de Uso
BCA	- Banco CEAGESP de Alimentos
CAGESP	- Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo
CEAGESP	- Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEARA	- CEASA de Araraquara
CEARB	- CEASA de Araçatuba
CEASA	- CEASA de Centro Estadual de Abastecimento
CEBAU	- CEASA de Bauru
CEFRA	- CEASA de Franca
CEGUA	- CEASA de Guaratinguetá
CEMAR	- CEASA de Marília
CEPIR	- CEASA de Piracicaba

CEPRE	- CEASA de Presidente Prudente
CERIB	- CEASA de Ribeirão Preto
CESJC	- CEASA de São José dos Campos
CESJR	- CEASA de São José do Rio Preto
CESOR	- CEASA de Sorocaba
CETESB	- Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CGU	- Controladoria Geral da União
CIEE	- Centro de Integração Empresa-Escola
CODCO	- Coordenadoria de Comunicação e Marketing
CODGO	- Coordenadoria de Governança Corporativa
CODIN	- Coordenadoria de Auditoria Interna
CODSU	- Coordenadoria de Sustentabilidade
COLIC	- Coordenadoria de Licitações e Contratos
CONAB	- Companhia Nacional de Abastecimento
CONFIS	- Conselho Fiscal
CONPET	- Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural
CONSAD	- Conselho de Administração
DEACO	- Departamento Administrativo e de Compras
DEARH	- Departamento de Administração de Recursos Humanos
DECAL	- Departamento Comercial
DEFIC	- Departamento Financeiro e Contábil
DEINT	- Departamento de Entrepastos do Interior
DEJUR	- Departamento Jurídico
DELCO	- Departamento de Licitações, Compras e Contratos
DEMAN	- Departamento de Engenharia e Manutenção
DEPAR	- Departamento de Armazenagem
DEPEC	- Departamento de Entreponto da Capital
DEST	- Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais
DETIN	- Departamento de Tecnologia da Informação
DIAFI	- Diretoria Administrativa e Financeira
DICAR	- Discriminação das Aplicações de Recursos.
DICOR	- Discriminação das Origens de Recursos;
DIOPE	- Diretoria Técnica e Operacional
EDSED	- Edifício Sede
e-OUV	- Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal
e-SIC	- Serviço de Informação ao Cidadão
ETSP	- Entreponto de São Paulo
FLV	- Frutas, Legumes e Verduras
FRIPE	- Frigorífico de Iguape

FRISP	- Frigorífico de São Paulo
INTOSAI	- Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores
LAJIDA	- Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização
MAPA	- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MFE	- Mercado de Frutas Estacionais
MLP	- Mercado Livre Produtor
OUVID	- Ouvidoria
PAD	- Processo Administrativo Disciplinar
PAINT	- Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna
PCCS	- Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PDTI	- Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PDTIC	- Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PETI	- Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
PETIC	- Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
PLR	- Participação nos Lucros ou Resultados
PND	- Plano Nacional de Desestatização
PPLR	- Programa Participação nos Lucros ou Resultados
PRESD	- Presidência
PROHORT	- Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
PURA	- Programa de Uso Racional de Água
PURE	- Programa de Uso Racional de Energia.
SAEDI	- Seção de Atendimento e Expediente da Diretoria
SAEXE	- Seção de Atendimento e Expediente do Entrepósito
SAEXI	- Seção de Atendimento e Expediente dos Entrepósitos do Interior
SE/CEC	- Secretaria Executiva / Comissão de Ética
SE/PRESD	- Secretaria Executiva
SEAGE	- Seção de Elaboração e Apoio à Gestão de Contratos
SEANC	- Seção de Análise de Custos
SECAC	- Seção Comercial da Capital
SECAL	- Seção Comercial
SECGE	- Seção de Contabilidade Geral
SECIV	- Seção de Processos Cíveis
SECME	- Seção de Controle de Mercado
SECOB	- Seção de Contas a Receber e Cobrança
SECOF	- Seção de Controle Fitossanitário
SECOM	- Seção de Compras e Almoxarifado
SECQH	- Seção do Centro de Qualidade Hortigranjeira
SEDEP	- Seção de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

SEDES	- Seção de Economia e Desenvolvimento
SEDPPI	- Seção de Desenvolvimento, Planejamento e Projetos dos Entrepósitos do Interior
SEEXA	- Seção de Expediente da Armazenagem
SEFIP	- Seção Fiscal e Patrimonial
SEGES	- Seção de Gestão de Serviços
SEGOP	- Seção de Gestão das Portarias
SEINF	- Seção de Infraestrutura de Tecnologia
SELIC	- Seção de Licitações
SEMAC	- Seção de Manutenção Civil
SEMAE	- Seção de Manutenção Elétrica
SEMAM	- Seção de Manutenção Mecânica
SEOPN	- Seção Operacional da Regional Norte
SEOPS	- Seção Operacional da Regional Sul
SEPES	- Seção de Pessoal
SESAP	- Seção de Sistemas e Análise de Processos
SESAR	- Seção de Serviços de Apoio e Reciclagem
SESEG	- Seção de Segurança Patrimonial e Operacional
SESMT	- Seção de Segurança e Medicina do Trabalho
SETES	- Seção de Tesouraria
SETRA	- Seção de Processos Trabalhistas
SIEST	- Sistema de Informações das Empresas Estatais
SIM	- Sistema de Informação de Mercado
SINCAESP	- Sindicato dos Permissionários em Centrais de Abastecimento de Alimentos do Estado de São Paulo
SINDICAR	- Sindicato dos Carregadores Autônomos de Hortifrutigranjeiros e Pescados em Centrais de Abastecimento de Alimentos do Estado de São Paulo
SPU	- Secretaria do Patrimônio da União
TCU	- Tribunal de Contas da União
TI	- Tecnologia da Informação
TPRU	- Termo de Permissão Remunerada de Uso
UBP	- Unidade de Beneficiamento de Pescado
UNIOP	- Unidade Operacional
UPC	- Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadro (01): Resultado Operacional.....	34
Quadro (02): Distribuição do Total dos Rateios.....	35
Gráfico (01): Participação de Produtos na Entrada.....	41
Quadro (03): Composição Acionária do Capital Social.....	53
Quadro (04): Evolução dos Projetos.....	55
Quadro (05): Comparativo Orçado x Realizado.....	59
Quadro (06): Ações do Orçamento de Investimento.....	60
Quadro (07): Despesas por modalidade de contratação.....	62
Quadro (08): Despesas por grupo e elemento de despesa.....	63
Quadro (09): Cálculo e Evolução do EBITDA.....	64
Quadro (10): Total de Áreas x Áreas Ocupadas.....	66
Gráfico (03): Comparativo do Índice de ocupação ETSP – 2013 a 2015.....	66
Gráfico (04): Comparativo do Índice de ocupação Entrepósitos do Interior – 2013 a 2015.....	67
Quadro (11): Índice de Ocupação Média Anual – Rede Armazenadora.....	68
Gráfico (05): Comparativo do Índice de Ocupação – 2013 a 2014 – Rede Armazenadora.....	68
Quadro (12): Orçado x Realizado.....	69
Gráfico (06): Comparativo do Índice de Execução do Orçamento - 2013 a 2015.....	69
Gráfico (07): Comparativo do Índice de Inadimplência - 2013 a 2015 - Média Anual.....	70
Quadro (13): Valores Orçados x Contratados nas Licitações.....	70
Gráfico (08): Comparativo do Índice de Economicidade nas Licitações - 2013 a 2015.....	71
Quadro (14): Execução de Planos de Metas.....	71
Gráfico (09): Comparativo do Índice de Execução do Plano de Metas - 2013 a 2015.....	72
Quadro (15): Lixo Reciclado x Lixo Gerado no ETSP.....	72
Gráfico (10): Comparativo do Índice de Reciclagem de Resíduos – 2013 a 2015.....	73
Quadro (16): Volume Recebido x Volume Distribuído pelo Banco de Alimentos.....	73
Gráfico (11): Comparativo do Índice de Aproveitamento de Produtos no Banco de Alimentos - 2013 a 2015.....	74
Quadro (17): Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal.....	79
Quadro (18): Síntese da Remuneração dos Administradores.....	80
Quadro (19): Fluxo de Caixa – Realizado.....	85
Quadro (20): Demonstração dos Custos e Despesas (Contábil).....	86
Quadro (21): Apuração de Custos.....	87
Quadro (22): Força de Trabalho da UPC.....	92
Quadro (23): Distribuição da Lotação Efetiva.....	93
Quadro (24): Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	93
Quadro (25): Despesas do pessoal.....	95
Quadro (26): Contratação de Pessoal de Apoio.....	97
Quadro (27): Contratação de Estagiários e Menores Aprendizes.....	98
Quadro (28): Contratação de Menor Aprendiz.....	99
Quadro (29): Distribuição espacial dos bens imóveis de uso espacial de propriedade da União.....	100
Quadro (30): Caracterização da determinação/recomendação do TCU.....	111
Quadro (31): Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	117
Quadro (32): Despesas com publicidade.....	149

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

ANEXOS:

ANEXO I	- Estatuto Social da CEAGESP	157
ANEXO II	- Norma NP-NG-001 – Estrutura Organizacional da CEAGESP	171
ANEXO III	- Norma NP-AD-025 – Auditoria Interna	193
ANEXO IV	- Relatório de Dados do Processo Administrativo Disciplinar	205
ANEXO V	- Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2015	222
ANEXO VI	- Sumário Executivo Plano Estratégico e Diretor de TIC	256

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	12
2. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	14
2.1 Finalidade e competências	14
2.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade	14
2.3 Ambiente de atuação	14
2.4 Organograma	16
2.5 Macroprocessos finalísticos	32
2.6 Composição acionária do capital social	53
2.7 Participação em outras sociedades	53
2.8 Principais eventos societários ocorridos no exercício.....	53
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	54
3.1 Planejamento organizacional.....	54
3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	54
3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico	54
3.1.3 Vinculação dos planos da Unidade com as competências institucionais e outros planos	57
3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos	58
3.3 Desempenho orçamentário.....	59
3.3.1 Informações sobre a execução das despesas	62
3.4 Desempenho operacional	64
4. GOVERNANÇA	75
4.1 Descrição das estruturas de governança.....	75
4.2 Informações sobre os dirigentes e colegiados	77
4.3 Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico	77
4.4 Atuação da unidade de auditoria interna	77
4.5 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	78
4.6 Gestão de riscos e controles internos	79
4.7 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados	79
4.8 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	82
4.9 Política de participação de empregados e administradores nos resultados da entidade	83
4.10 Participação acionária de membros de colegiados da entidade.....	83
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	84
5.1 Canais de acesso do cidadão	84
5.2 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.	84
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	85
6.1 Desempenho financeiro do exercício	85
6.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	87
6.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas.....	91
7. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	92
7.1 Gestão de pessoas.....	92
7.1.1 Estrutura de pessoal da unidade prestadora de contas.....	92

7.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal	95
7.1.3	Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal.....	96
7.1.4	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	96
7.2	Gestão do patrimônio e da infraestrutura	100
7.2.1	Gestão do patrimônio imobiliário da União	100
7.3	Gestão da tecnologia da informação	101
7.3.1	Principais sistemas de informações.....	107
7.3.2	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI	108
7.4	Gestão ambiental e sustentabilidade	108
7.4.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	110
8.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	111
8.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	111
8.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	117
8.3	Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por danos ao Erário.....	149
8.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	149
8.5	Informações sobre as ações de patrocínio	149
8.6	Informações sobre as ações de publicidade e propaganda	149
9.	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	152
10.	ANEXOS E APÊNDICES.....	156
11.	RELATÓRIO E/OU PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	278
12.	PARECER DE COLEGIADO	290
13.	RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO	293
14.	RELATÓRIO DE AUDITOR INDEPENDENTE.....	298
15.	DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE	301
15.1	Integridade e completude dos registros de informações no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões	301
15.2	Integridade e completude do atendimento dos requisitos da Lei 8.730/1993 quando à entrega das declarações de bens e rendas	303

APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão, que integra a Prestação de Contas da Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) ao Tribunal de Contas da União (TCU), relativo ao exercício fiscal de 2015, apresenta a síntese dos resultados das ações da Companhia no esforço de melhor cumprir suas competências legais.

O ano de 2015 marcou também a saída da CEAGESP do Programa Nacional de Desestatização (PND). Tal exclusão, publicada no Diário Oficial da União de 19 de março de 2015, sob o Decreto nº 8.417/2015, permitiu-nos projetar novos horizontes à Companhia, pois não mais estariamos atrelados ao processo de privatização. Isso impulsiona a administração para uma modernização das suas unidades e melhoria da infraestrutura das redes de armazenagem e entrepostagem.

Com tal medida promulgada, passamos a ter possibilidades em aumentar as receitas da CEAGESP para além dos recursos procedentes com os aluguéis, as taxas pagas pelos atacadistas e permissionários que utilizam os espaços dos Entrepastos (capital e interior) e os serviços prestados de armazenagem. Reconquistamos o direito – perdido em 1997 quando fomos incluídos no PND – em firmar parcerias tanto públicas quanto privadas e de ter acesso à linhas de créditos para novos investimentos.

Em comparação ao ano de 2014, tivemos um aumento de 9,07% nas receitas operacionais brutas das atividades de entrepostagem e armazenagem resultando na importância de R\$ 99,174 milhões. Totalizando as receitas líquidas, para o período de 2015, em R\$ 120,766 milhões.

A rede de Entrepastos comercializou cerca de 4,208 milhões de toneladas de produtos entre frutas, legumes, verduras, diversos (alho, cebola, batata, coco seco e ovos), pescados, flores e plantas ornamentais. No comparado com o ano anterior, houve uma queda de 1,3%. Mas tal percentual negativo se justifica em decorrência de fatores como: escassez de água, alta do dólar, greve de caminhoneiros, temperaturas elevadas, excesso de chuvas nas regiões produtoras, entre outros aspectos.

O Entreposto Terminal São Paulo (ETSP), o maior centro de abastecimento da América Latina e terceiro maior do mundo, respondeu por 80,1% do volume total comercializado na rede de Entrepastos da CEAGESP. Apesar de comercializadas 3.371.803 toneladas de FLV, flores e pescados em 2015, o número representou um recuo de 1,2% ante 2014 que registrou 3.412.821 toneladas.

Em 2015, a CEAGESP, através do seu Departamento de Engenharia e Manutenção (DEMAN), realizou diversas obras para a manutenção de algumas de suas unidades. Os principais investimentos no período, estiveram voltados em obras de recuperação das estruturas físicas das unidades, beneficiando as atividades de comercialização e estocagem de produtos agrícolas, bem como proporcionando maior conforto e segurança aos usuários em nossas instalações.

Foram contempladas com benfeitorias os Entrepastos Regionais de Araraquara, Bauru, Franca, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto. Já na Rede Armazenadora, a atuação do DEMAN envolveu as Unidades de Araraquara Sede/Anexo/Tutóia, Jaguaré, Palmital, São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto/Eng.º Schimdt, Tatuí e Tupã.

Além de contemplar as unidades descritas, o ETSP passou por expressivos investimentos em suas áreas de comercialização, tais como: recuperação da estrutura do Pavilhão MLP - reforma

das instalações elétricas, as obras do sistema de proteção contra incêndio, reforma do prédio do Departamento de Entreposto da Capital (DEPEC), reparos e construção de calçadas, plataformas, coberturas de telhados e manutenção em banheiros públicos.

A CEAGESP tem inserida em sua agenda a temática da sustentabilidade e da responsabilidade social. Dentro do programa Sócio Cultural e de Cidadania a CEAGESP mantém o convênio com a Associação de Apoio à Infância e Adolescência Nossa Turma desde a sua criação em 1998, instalada em área dentro do Entreposto Terminal de São Paulo.

A Associação de Apoio à Infância e Adolescência Nossa Turma viabilizou um convênio com a prefeitura de São Paulo em 05/11/2014 valendo a partir de Janeiro de 2015, para a criação de um Centro Educacional Infantil (CEI), para atender crianças de 1 a 3 anos. Foi realizada também uma ampla reforma nas instalações da entidade para melhoria e adequação do espaço.

Em mais um projeto de contribuição na área de Responsabilidade Social se estendeu através do Banco CEAGESP de Alimentos (BCA). Esse braço da Companhia, ligado a sua Coordenadoria de Sustentabilidade (CODSU), que atende pessoas e famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, doou para entidades sociais de São Paulo e do interior, o total de 3.005 toneladas de alimentos, sendo atendidas 4.461 entidades.

Destacamos neste período o acordo assumido pelo governo do estado de São Paulo quanto ao pagamento das ações judiciais trabalhistas responsabilizadas anteriormente à CEAGESP. O Estado passou a assumir o ônus das complementações amparadas em decisões judiciais transitadas em julgado, mediante incorporação do benefício na sua folha de pagamento, quando tratar-se de prestações que ainda irão vencer, ou mediante o resarcimento direto à CEAGESP, quanto às prestações vencidas já pagas em juízo. A mudança de responsabilidade para o gerenciamento dessas dívidas resultou no recebimento do montante de R\$ 26,985 milhões, referente a 161 processos.

Dentro do seu processo de modernização, a CEAGESP busca para o ano de 2016 uma visão de fortalecimento da marca, expandindo o trabalho de suas unidades no interior do estado e capital, além de preparar o seu quadro de colaboradores para gestar ações que envolvam todos os seus setores e departamentos a fim de prepará-los para uma administração sustentável.

A companhia também tem ampliado e modernizado as suas diretrizes de governança, gerando maior transparência nas suas ações e atividades, estimulando o diálogo com as suas partes interessadas e estabelecendo uma política de gerenciamento de riscos e *compliance*. São princípios estabelecidos para uma gestão por excelência, sempre primando pelos princípios de legalidade, imparcialidade, publicidade, economicidade e transparência expressos em Lei.

Em síntese, o presente relatório revela o trabalho desenvolvido em cada área da CEAGESP em harmonia com a sua missão, com os programas do governo federal e as políticas desenvolvidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

**CARLOS NABIL GHOBRL
Diretor Presidente**

2. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

2.1 Finalidade e competências

A CEAGESP representa um importante elo na cadeia de abastecimento de produtos hortícolas. Ela possibilita que a produção do campo, proveniente de vários estados brasileiros e de outros países, alcance a mesa das pessoas com regularidade e qualidade. Para tanto, conta com duas unidades de negócios distintas e que são complementares: a armazenagem e a entrepostagem.

Dentre as competências da CEAGESP destaca-se: Guardar e conservar as mercadorias de terceiros, em armazéns, silos e frigoríficos; Instalar Entrepósitos para, sob a sua administração, no âmbito do sistema estadual do abastecimento, permitir o uso remunerado de seus espaços a terceiros que visem a comercialização dos produtos do agronegócio, executando ainda serviços conexos e praticando quaisquer atos pertinentes aos seus fins; Elaborar estudos e pesquisas para subsidiar o estabelecimento de padrões oficiais de classificação, rotulagem e embalagens de produtos agropecuários do agronegócio, manter serviços de informação de mercado, de classificação e certificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.

2.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

As informações referentes a este item constam no ANEXO I – Estatuto Social da CEAGESP e ANEXO II – Norma NG-001 - Estrutura Organizacional da CEAGESP.

2.3 Ambiente de atuação

A CEAGESP atua diretamente no Estado de São Paulo nas atividades de entrepostagem, através da rede de centrais de abastecimento, e de armazenagem, através de sua extensa rede de armazéns gerais.

Para se ter uma noção da dimensão da empresa, a CEAGESP mantém a maior rede pública de armazéns, silos e graneleiros do Estado de São Paulo. Conta também com a maior central de abastecimento de frutas, legumes, verduras, flores, pescados e diversos da América Latina – o Entreponto Terminal São Paulo (ETSP). Situado na zona oeste da capital paulista, pelo local circulam diariamente cerca de 50 mil pessoas e 12 mil veículos.

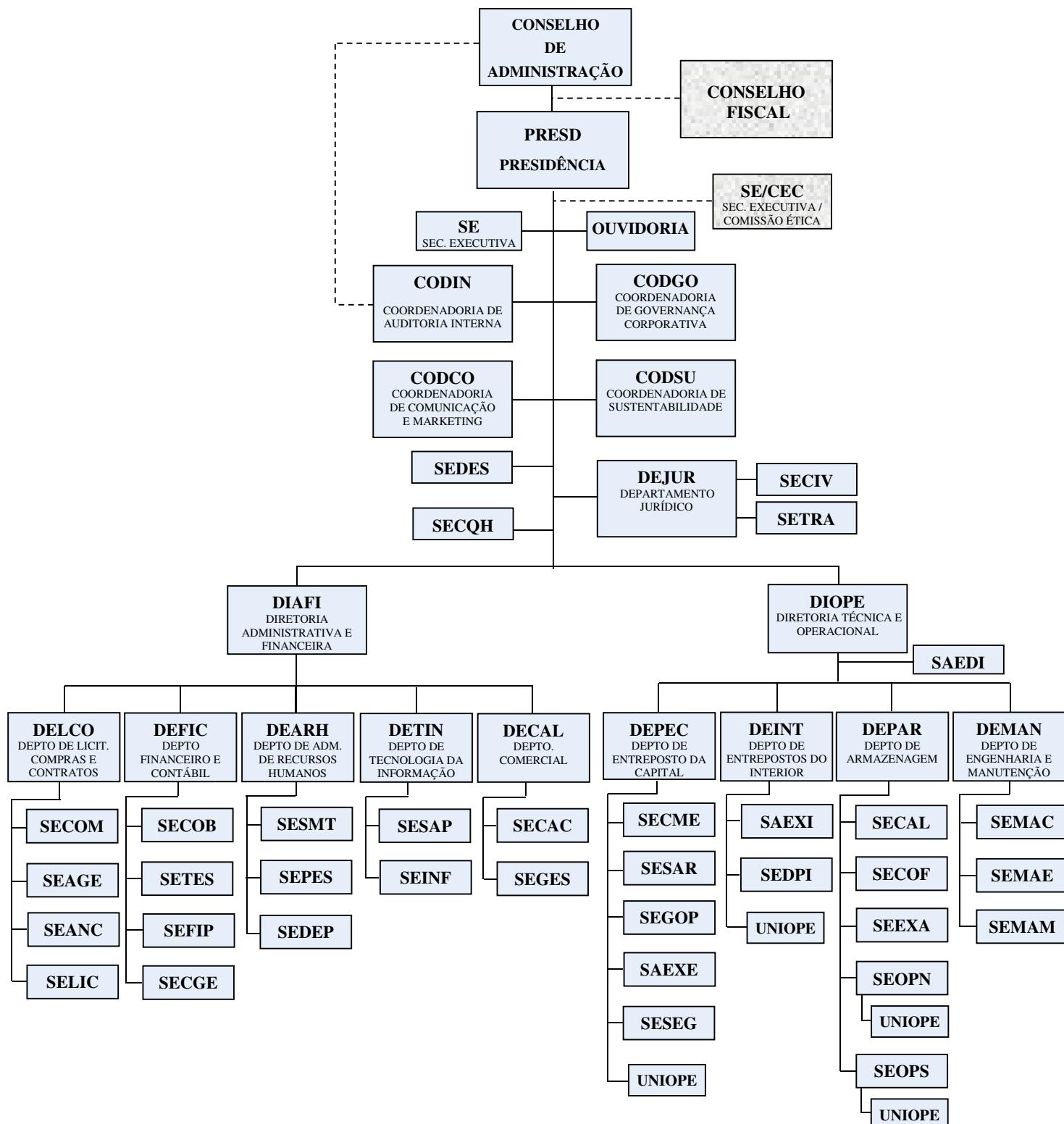
A Entrepostagem consiste em disponibilizar infraestrutura (boxes, módulos, áreas, câmaras frias, etc.) adequadas, para a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, flores e pescado, constituindo-se num serviço de utilidade pública, que está intrinsecamente vinculado ao sistema de abastecimento agroalimentar sob gestão do governo federal. Os principais compradores são feirantes, supermercados, peixarias, restaurantes, sacolões, além de consumidores finais (no caso do varejão e da Feira de Flores).

A Armazenagem está voltada para a guarda e conservação de produtos agrícolas e industriais. Além da guarda de mercadorias a CEAGESP presta importantes serviços tais como: estocagem, expurgo, limpeza, secagem, transbordo, pesagem, serviços braçais, classificação de grãos com emissão do certificado, armazenagem frigorificada, resfriamento, congelamento, entre outros, permitindo melhores condições para comercialização.

A Companhia é uma instituição credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (registro CGC/MAPA nº SP0174), que está habilitada a determinar as qualidades (aparentes e internas) de um produto vegetal, seus subprodutos e resíduos, com base em padrões oficiais. As análises físicas realizadas pelo DEPAR, através do Serviço de Classificação Vegetal (SECLAC), têm por objetivo o controle de qualidade de produtos de origem vegetal para garantir a oferta de alimentos saudáveis ao consumidor.

A segurança alimentar deve ser uma preocupação constante das empresas que prezam pela satisfação do cliente, o que, naturalmente, acaba por refletir na valorização dessas marcas.

2.4 Organograma



CONSAD – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é composto de 06 (seis) membros, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com prazo de gestão de 03 (três) anos, permitida a reeleição, escolhidos dentre brasileiros de notórios, conhecimentos, experiência, idoneidade moral e reputação ilibada.

Demais informações constam no ANEXO I – Estatuto Social da CEAGESP.

CONFIS – CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, é composto de 04 (quatro) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, pelo prazo de 01 (um) ano, dentre pessoas naturais, residentes e domiciliadas no País, de reconhecida técnica, diplomados em curso universitário ou que tenham exercido, por um prazo mínimo de 03 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal, admitida a recondução.

Demais informações constam no ANEXO I – Estatuto Social da CEAGESP.

DIRETORIA EXECUTIVA – PRESD, DIAFI E DIOPE

A Diretoria Executiva é composta por um Diretor Presidente (PRESD) e até 02 (dois) Diretores (DIAFI e DIOPE) indicados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Os Diretores têm suas atribuições fixadas pelo Conselho de Administração.

Demais informações constam no ANEXO I – Estatuto Social da CEAGESP.

ÁREAS SUBORDINADAS À PRESIDÊNCIA – PRESD**CODCO – COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING**

Competências: Coordenadoria responsável pela prestação de informações institucionais para os mais diversos públicos a respeito da rede de entrepostagem e armazenagem da CEAGESP. Auxilia na otimização da relação da Companhia com seus públicos/clientes internos.

Titular: Eduardo Luiz Correia

Cargo: Coordenador

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 16 de janeiro de 2015

Titular: Luciano Somenzari

Cargo: Coordenador

Período de atuação: 19 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

CODGO – COORDENADORIA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Competências: Coordenadoria responsável por apoiar, assessorar e propor políticas de procedimentos aos diversos Conselhos, agentes fiscalizadores e instituições externas que interfiram direta ou indiretamente nas políticas públicas de abastecimento, contribuindo para a transparência dos procedimentos e alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da Companhia

Titular: Miriam Mós Blois

Cargo: Coordenadora

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 23 de novembro de 2015

Titular: Christian Nielsen Faria Lombardi

Cargo: Coordenador

Período de atuação: 24 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

CODIN – COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

Competências: Coordenadoria responsável por analisar os dados relativos ao sistema de controle interno e à qualidade do desempenho da organização por meio do PAINT - Planejamento Anual das Atividades de Auditoria Interna, fornecendo relatórios sobre as avaliações e recomendações das atividades examinadas a Diretoria Executiva, ao CONSAD - Conselho de Administração e ao CONFIS –Conselho Fiscal.

Titular: Adinilton Infantti Rodrigues Loreto

Cargo: Coordenador

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

CODSU – COORDENADORIA DE SUSTENTABILIDADE

Competências: Coordenadoria responsável por orientar as políticas de sustentabilidade da CEAGESP, contribuindo para uma companhia economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta. Desenvolver e implantar, com o apoio dos funcionários, permissionários e fornecedores, projetos de sustentabilidade e responsabilidade social em todas as áreas da companhia. Redesenhar as ações da companhia, buscando o crescimento econômico estável com base nas ideias e práticas do desenvolvimento sustentável. Analisar e sugerir práticas de sustentabilidade nos projeto e contratos da companhia.

Titular: Ângelo Bolzan

Cargo: Coordenador

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 24 de novembro de 2015

Titular: Silvio Hiemi Yamamura

Cargo: Coordenador

Período de atuação: 25 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

COLIC – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Competências: Coordenadoria responsável pelo acompanhamento e gestão de contratos administrativos e a gestão de licitações.

Titular: Aguinaldo Balon

Cargo: Coordenador

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 02 de junho de 2015

Obs.: Coordenação extinta e incorporada ao DELCO, com alteração da Norma NG 001 - Estrutura Organizacional da CEAGESP, em 03/06/2015.

DEJUR – DEPARTAMENTO JURÍDICO

Competências: Cabe ao Departamento Jurídico assessorar a Diretoria Executiva e demais setores da Companhia com intuito de orientar e garantir a regularidade e legalidade dos atos praticados. Além da assessoria consultiva faz parte da missão deste Departamento a defesa judicial da Companhia em todas as instâncias judiciais.

Titular: Carlos Eduardo de Melo Ribeiro

Cargo: Gerente

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 18 de novembro de 2015

Titular: Cláudio Tucci Júnior

Cargo: Gerente

Período de atuação: 24 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SECIV - SEÇÃO DE PROCESSOS CÍVEIS

Competências: Seção responsável pela coordenação, distribuição e execução de trabalhos afetos aos processos judiciais de ordem cível, fiscal, previdenciária e criminal. No âmbito administrativo externo acompanha os inquéritos civis instaurados pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, pelo Ministério Público Federal (salvo Ministério Público do Trabalho), pelo Tribunal de Contas da União e por todas as autuações administrativas dos órgãos externos reguladores e fiscalizadores, exceto as relacionadas à matéria trabalhista. No âmbito administrativo interno, presta consultoria e assessoramento às Diretorias e a todos os setores da companhia, além de analisar os processos de licitação e contratação direta promovidos pela CEAGESP e processos de sindicância e disciplinares. Realiza palestras para orientação preventiva dos funcionários acerca das condutas a serem observadas na atuação administrativa.

Titular: Debora Nobile Matos Ribeiro do Vale

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SETRA - SEÇÃO DE PROCESSOS TRABALHISTAS

Competências: Seção responsável pela coordenação, distribuição e execução dos trabalhos afetos aos processos judiciais de ordem trabalhista. No âmbito administrativo externo é responsável pelo acompanhamento de todos os Inquéritos Civis instaurados pelo Ministério

Público de Trabalho e por todas as autuações administrativas dos órgãos externos reguladores e fiscalizadores relacionadas a área trabalhista. No âmbito administrativo interno, presta consultoria e assessoramentos às Diretorias e a todos os setores da companhia além de analisar os processos de licitação e contratação direta promovidos pela CEAGESP e processos de sindicância e disciplinares. Realiza palestras para orientação preventiva dos funcionários acerca das condutas a serem observadas na atuação administrativa.

Titular: Alessandra Moraes Sá Tomarás

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SE/CEC – SECRETARIA EXECUTIVA – COMISSÃO DE ÉTICA

Competências: Secretaria responsável pela atuação com o instância consultiva de dirigentes e servidores no âmbito de seu respectivo órgão ou entidade; aplicação do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal; Apuração, mediante denúncia ou ofício, de conduta em desacordo com as normas éticas pertinentes; recomendação, acompanhamento e avaliação, no âmbito do órgão ou entidade a que estiver vinculada, do desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas de ética e disciplina; Representação da CEAGESP na Rede de Ética do Poder Executivo Federal; Supervisão da observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal e comunicação à Comissão de Ética Pública (CEP) situações que possam configurar descumprimento de suas normas.

Titular: Robson Frederico dos Santos

Cargo: Presidente da Comissão

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SE/PRESD – SECRETARIA EXECUTIVA

Competências: Assistência direta e imediata à Presidência, e coordenação do processo de monitoramento e acompanhamento do Planejamento Estratégico Situacional

Titular: Madelon Saldanha Manzutti

Cargo: Secretária Executiva

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 18 de novembro de 2015

Titular: Diego de Melo Conti

Cargo: Secretário Executivo

Período de atuação: 07 de dezembro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SEDES – SEÇÃO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

Competências: Elaborar informações relativas ao desempenho dos mercados atacadista e varejista, por meio de análises econômicas e estatísticas da comercialização agrícola, permitindo a apresentação do perfil dos mesmos.

Titular: Flávio Luís Godas

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SECQH – SEÇÃO DE CONTROLE DA QUALIDADE DE HORTIGRANJEIROS

Competências: Pesquisar, desenvolver, organizar e transferir conhecimentos e informações em articulação com todos os elos da cadeia de produção dos produtos hortigranjeiros frescos, para a construção e adoção de instrumentos de modernização e transparência na comercialização e de garantia de qualidade e segurança alimentar.

Titular: Anita Souza Dias Gutierrez

Cargo: Assessora Técnico II

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

OUVID – OUVIDORIA

Competências: A Ouvidoria é o canal interlocutor entre os cidadãos e a companhia. Cabe a Ouvidoria receber, analisar e encaminhar aos departamentos competentes pelo atendimento os pedidos de informações, reclamações, denúncias, críticas, sugestões e elogios efetuados por servidores e cidadãos; cabe também à Ouvidoria assegurar o direito de resposta de cada manifestação recebida, informando seus autores sobre as providências adotadas e oferecer informações gerenciais objetivando o aprimoramento técnico e/ou administrativo e o bom funcionamento da companhia.

Titular: Mônica Sapucaia Machado^(*)

Cargo: Ouvidora

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

^(*) Em 22 de setembro de 2015 a funcionária foi afastada devido à licença maternidade.

Titular: Cintia Fabiano da Silva Cavalieri

Cargo: Ouvidora

Período de atuação: 01 de dezembro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

ÁREAS SUBORDINADAS À DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – DIAFI

DEARH – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Competências: Departamento responsável pelo cumprimento das políticas e atividades pertinentes a folha de pagamento, administração de pessoal, benefícios, treinamento, desenvolvimento e gestão de pessoal, ponto eletrônico e benefícios que atendam às necessidades da CEAGESP.

Titular: Ana Lúcia da Cunha Pucharelli

Cargo: Gerente de Departamento

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SEDEP – SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

Competências: Seção responsável pelo cumprimento das políticas de cargos e salários, benefícios e desenvolvimento de pessoal da CEAGESP, realizando estudos e propostas de trabalho que atendam às necessidades de treinamento e desenvolvimento de pessoal da companhia.

Titular: Andréa Ramos Ferreira

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SEPES – SEÇÃO DE PESSOAL

Competências: Seção responsável pela supervisão, coordenação e execução todas as atividades relativas à administração de pessoal e folha de pagamento; acompanhamento das tarefas que implicam em encargos trabalhistas, observando seu cumprimento.

Titular: Cilene Alves Ferreira

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SESMT – SEÇÃO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Competências: Seção responsável pelo cumprimento das normas e procedimentos, através do planejamento, orientação, treinamento e acompanhamento das atividades referentes aos serviços de segurança e medicina do trabalho, coordenando e supervisionando a execução dos serviços de segurança e medicina do trabalho, com a finalidade de preservar a integridade do trabalhador e equipamentos da CEAGESP.

Titular: Ana Lúcia da Cunha Pucharelli

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 10 de maio de 2015

Titular: Edson Procidelli

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 11 de maio de 2015 a 31 de dezembro de 2015

DECAL – DEPARTAMENTO COMERCIAL

Competências: Desenvolver projetos comerciais, captar parceiros e identificar oportunidades de mercado.

Titular: Rubens Reis de Souza Júnior

Cargo: Gerente de Departamento

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 04 de dezembro de 2015

Titular: Rodrigo de Carvalho

Cargo: Gerente de Departamento

Período de atuação: 05 de dezembro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SECAC – SEÇÃO COMERCIAL DA CAPITAL

Competências: Seção responsável pela execução e planejamento de projetos comerciais, verificar as potencialidades de mercado, buscar parcerias comerciais.

Titular: Juliana Tiemi Kanai

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SEGES – SEÇÃO DE GESTÃO DE SERVIÇOS

Competências: Seção responsável pelo controle e administração dos serviços auxiliares e de apoio logístico às atividades da CEAGESP.

Titular: José Inácio da Silva Filho

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

DEFIC – DEPARTAMENTO FINANCEIRO E CONTÁBIL

Competências: Departamento responsável por estabelecer o cumprimento da política financeira da CEAGESP através da preparação e análise dos planos e controles financeiros, orçamentários, tributários e de custos da companhia.

Titular: João José Xavier

Cargo: Gerente de Departamento

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SECGE – SEÇÃO DE CONTABILIDADE GERAL

Competências: Seção responsável pela elaboração das demonstrações contábeis que contemplem todas as transações econômicas e financeiras em consonância com a legislação vigente, fornecendo a alta administração informações necessárias para a tomada de decisões econômicas de curto e longo prazo.

Titular: Eliane Mayumi Tane

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SECOB – SEÇÃO DE CONTAS A RECEBER E COBRANÇA

Competências: Seção responsável por executar o Contas a Receber relativo ao faturamento da rede de Entrepóstagem e Armazenagem; acompanhar o índice de inadimplência mensal e os débitos transferidos para o departamento jurídico atualizando os cálculos.

Titular: Nádia Cecília Lourenço Inforzato

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SEFIP – SEÇÃO FISCAL E PATRIMONIAL

Competências: Seção responsável por aplicar e acompanhar a legislação fiscal e tributária, dando suporte aos diversos órgãos da companhia e realizando o controle patrimonial dos seus bens.

Titular: Robson Frederico dos Santos

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SETES – SEÇÃO DE TESOURARIA

Competências: Seção responsável pelo controle da movimentação financeira, fornecendo subsídios para a administração da disponibilidade de recursos da companhia.

Titular: Carla Sales de Araújo Orihuela Borges

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

DETIN – DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Competências: Departamento responsável pelo planejamento, organização, execução e supervisão de todos os sistemas de informática utilizados na companhia, bem como a administração e manutenção de todo o parque tecnológico de todas as unidades da capital e interior.

Titular: Reginaldo Portari

Cargo: Gerente de Departamento

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 04 de dezembro de 2015

Titular: João Paulo Bernadino Tavares

Cargo: Gerente de Departamento

Período de atuação: 07 de dezembro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SEINF – SEÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA

Competências: Seção responsável pela implantação, suporte e manutenção da infraestrutura de rede e dos equipamentos do parque tecnológico da companhia, bem como pela administração do banco de dados e pelo suporte técnico aos usuários.

Titular: Eduardo Faula de Almeida

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SESAP – SEÇÃO DE SISTEMAS E ANÁLISE DE PROCESSOS

Competências: Seção responsável por prover recursos sistêmicos informatizados através de análise, elaboração de projetos, desenvolvimento, implantação, manutenção e suporte.

Titular: Carlos Eduardo Carbonaro

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

DEACO – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E DE COMPRAS

Competências: Departamento responsável pelo acompanhamento e gestão de processos de suprimentos e de gestão de serviços administrativos e processos.

Titular: Aguinaldo Balon

Cargo: Gerente de Departamento

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 02 de junho de 2015

Obs.: Departamento extinto e incorporado ao DELCO, com alteração da Norma NG 001-Estrutura Organizacional da CEAGESP em 03/06/2015.

DELCO – DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

Competências: Departamento responsável pelo acompanhamento e gestão de processos de suprimentos, a gestão de serviços administrativos e processos, a gestão de contratos administrativos e a gestão de licitações.

Titular: Aguinaldo Balon

Cargo: Gerente de Departamento

Período de atuação: 03 de junho de 2015 a 15 de dezembro de 2015

Titular: Andrea Carvalho Alfama

Cargo: Gerente de Departamento

Período de atuação: 16 de dezembro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

Obs.: Departamento criado conforme alteração da Norma NG 001 - Estrutura Organizacional da CEAGESP, em 03/06/2016.

SEAGE – SEÇÃO DE ELABORAÇÃO E APOIO À GESTÃO DE CONTRATOS

Competências: Seção responsável pela supervisão, execução e acompanhamento das atividades relativas à elaboração e formalização de contratos, orientação dos gestores para elaboração, formalização e alteração dos contratos, analisar os processos de elaboração de instrumentos contratuais seguindo os normativos internos e as orientações da Coordenadoria Jurídica e auxílio para a área gestora no acompanhamento da vigência contratual.

Titular: Ivana Lemos da Silva

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SEANC – SEÇÃO DE ANÁLISE DE CUSTOS

Competências: Seção responsável pela elaboração e análise de planilhas de custo e formação de preços de contratos oriundas de repactuações, renovações e aditamentos contratuais com ou sem reajustes de preços de acordo com a legislação trabalhista e tributária aplicável, bem como os salários e benefícios previstos na convenção coletiva da categoria e também responsável pelo setor de processos administrativos da companhia.

Titular: Sonia Aparecida Silva Apostólico

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 02 de junho de 2015

Titular: Rosiane de Oliveira

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 03 de junho de 2015 a 31 de dezembro 2015

SECOM – SEÇÃO DE COMPRAS E ALMOXARIFADO

Competências: Seção responsável pela aquisição dos materiais da companhia (capital, interior e litoral), quer seja através de compra direta (dispensa de licitação) ou por Ata de Registro de Preços (resultante de processo licitatório), bem como pela contratação de serviços para a Matriz, caracterizados como inexigibilidade ou previstos no limite de dispensa de licitação. Ao almoxarifado compete guardar e distribuir os materiais catalogados da CEAGESP.

Titular: Vanderlei Ferreira Viana

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SELIC – SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Competências: Seção responsável pela condução de todos os processos licitatórios e supervisão das atividades relativas à elaboração e formalização de contratos; assessoramento nas decisões sobre a modalidade de licitação a ser utilizada em certame licitatório; transparência e a legalidade na condução dos certames licitatórios e atos; gerenciamento da comunicação com os gestores dos contratos quanto a sua elaboração, formalização e alteração; coordenar a elaboração e publicação de editais, em todas as modalidades; presidência de sessões de licitações em conjunto com a CPL, realizando julgamentos de habilitação e propostas apresentadas; contestação de impugnações aos editais.

Titular: Sonia Aparecida Silva Apostólico

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 03 de junho de 2015 a 31 de dezembro de 2015

Obs.: Seção criada conforme alteração da Norma NG 001 - Estrutura Organizacional da CEAGESP, em 03/06/2015.

ÁREAS SUBORDINADAS À DIRETORIA TÉCNICA E OPERACIONAL - DIOPE**SAEDI – SEÇÃO DE ATENDIMENTO E EXPEDIENTE DA DIRETORIA**

Competências: Seção responsável pelo suporte a Diretoria Técnica e Operacional, bem como, aos Departamentos a ela subordinada, pelos controles e atividades administrativas de apoio à área de Diretoria. Planejamento, coordenação e avaliação das atividades desenvolvidas na área.

Titular: Carla Roggieri Rocha

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

DEINT – DEPARTAMENTO DE ENTREPOSTO DO INTERIOR

Competências: Departamento responsável pelo gerenciamento dos Entrepostos do Interior, servindo de interface entre as Gerências das Unidades e toda a estrutura Operacional, Administrativa, Financeira, Jurídica e Técnica baseada na Matriz. Promove a busca pelos melhores resultados financeiros e operacionais, através do gerenciamento das ações a serem tomadas para o cumprimento das metas definidas pela alta Direção da Empresa. Promove a busca constante do incremento dos resultados tendo como base o melhor aproveitamento das áreas comerciais já existentes, a criação de novas áreas para uso nas atividades básicas, a valoração correta dessas áreas, e o desenvolvimento adequado das possibilidades de novos negócios para a melhora contínua dos resultados operacional e financeiro de toda rede de Entrepostos instalada no interior de São Paulo.

Titular: Vlamir Alves Antequera

Cargo: Gerente de Departamento

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SAEXI – SEÇÃO DE ATENDIMENTO E EXPEDIENTE DOS ENTREPOSTOS DO INTERIOR

Competências: Seção responsável pela supervisão das atividades de atendimento a permissionários e usuários e coordenação dos cadastros. Garantia de apoio administrativo às diversas áreas do Departamento de Entrepostos e cumprimento dos preceitos e regulamentos legais e internos da CEAGESP, nos processos de transferência, alterações cadastrais, atribuições de áreas, etc.

Titular: Clarice Isolino de Souza Miki

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SEDPI – SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO E PROJETOS DOS ENTREPOSTOS DO INTERIOR

Competências: Seção responsável pelo planejamento de ações e desenvolvimento de projetos voltados às operações comerciais dos Entrepostos e à maximização dos resultados financeiros.

Titular: Giovanni de Sousa Papini

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

DEMAN – DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

Competências: Departamento responsável por implantar novas obras e manutenção preventiva e corretiva do patrimônio da CEAGESP, garantindo padrões de qualidade das edificações, instalações e equipamentos. Elabora a documentação necessária para licitações (projetos básicos, memoriais descritivos, especificações técnicas e orçamentos estimativos). Emite pareceres técnicos e colabora na análise de licitações da sua área de atuação.

Titular: Engº Luiz Antônio Rossini

Cargo: Gerente de Departamento

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

SEMAC – SEÇÃO DE MANUTENÇÃO CIVIL

Competências: Seção responsável pela análise e fiscalização de obras civis e projetos, bem como a manutenção civil corretiva e preventiva de todas as instalações da CEAGESP, apoiando as necessidades operacionais das áreas da companhia.

Titular: Engº André do Amaral Escobar

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SEMAE – SEÇÃO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA

Competências: Seção responsável pela elaboração de propostas para alteração e aprimoramento dos sistemas elétricos, avaliando as condições e realizando a manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas e das redes de telefonia e lógica da companhia.

Titular: Engº Paulo Eduardo Mendes Pereira

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

SEMAM – SEÇÃO DE MANUTENÇÃO MECÂNICA

Competências: Seção responsável pela análise, fiscalização de obras mecânicas e levantamento das necessidades de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos, verificando deficiências técnicas e realizando a manutenção das instalações mecânicas da companhia.

Titular: Engº Marcos da Silva Piccin

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

DEPAR – DEPARTAMENTO DE ARMAZENAGEM

Competências: Assegurar a gestão eficiente da infraestrutura de armazenagem, atendendo as necessidades das partes interessadas e cumprindo as diretrizes da diretoria e prestando subsídios técnicos para suas decisões; estabelecer estratégias de atuação para manutenção e prospecção de clientes; controle dos resultados financeiros da área, desenvolvimento de projetos técnicos e/ou de modernização ou reaparelhamento da rede armazenadora.

Titular: José Lourenço Pechtoll

Cargo: Gerente de Departamento

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SECAL - SEÇÃO COMERCIAL

Competências: Desenvolver ações comerciais da área de armazenagem objetivando otimizar a ocupação da rede armazenadora subsidiando a gerência do DEPAR no planejamento e controle das ações e operações comerciais necessárias ao bom desempenho e maximização dos resultados.

Titular: Adilson da Silva

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SECOF – SEÇÃO DE CONTROLE FITOSSANITÁRIO

Competências: Conservar e controlar a qualidade dos produtos estocados na rede armazenadora por meio do desenvolvimento de ações técnico-operacionais de defesa fitossanitária.

Titular: Maria Salete de Oliveira Gomes

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SEEXA – SEÇÃO DE EXPEDIENTE DA ARMAZENAGEM

Competências: Desenvolver ações administrativas do DEPAR, objetivando o controle e organização do expediente, bem como a prestação de apoio técnico-administrativo às áreas fins.

Titular: Regina Maria Lucas

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

SEOPN/SEOPS - SEÇÕES OPERACIONAIS DAS REGIONAIS NORTE E SUL

Competências: Promover a eficiência operacional e administrativa das unidades armazenadoras na prestação de serviços de armazenagem, guarda e conservação de mercadorias, por meio de seu gerenciamento técnico-operacional e administrativo.

Titular Regional Sul: Edson Luiz Camargo

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 30 de setembro de 2015

Titular Regional Sul: José Lourenço Pechtoll

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de outubro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

Titular Regional Norte: Alexandre Roberto Leite de Campos

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

DEPEC – DEPARTAMENTO DE ENTREPOSTO DA CAPITAL

Competências: Departamento responsável pela organização de toda a movimentação operacional do Entrepósito no que concerne a vigilância, segurança, fiscalização, limpeza e controle da circulação de veículos e pessoas, além do atendimento aos permissionários e usuários quanto a demanda por produtos e serviços.

Titular: Edison Ignácio Marin da Silva

Cargo: Gerente de Departamento

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 01 de dezembro de 2015

Titular: Elmer Marques

Cargo: Gerente de Departamento

Período de atuação: 25 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SAEXE – SEÇÃO DE ATENDIMENTO E EXPEDIENTE DO ENTREPOSTO

Competências: Seção responsável pelo atendimento administrativo ao público (permissionários, produtores, entidades de classe e usuários), quer seja, na área de entrepostagem ou de equipamentos de varejo.

Titular: Nilda Wasconcellos Roncolato

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SECME – SEÇÃO DE CONTROLE DE MERCADO

Competências: Seção responsável pelo acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos permissionários, carregadores, ambulantes e usuários, promovendo as medidas necessárias conforme o Regulamento Interno do Entrepósito, fazendo-os cumprir os horários de comercialização do Entrepósito, além de prestar orientação a todos que adentrem ao mercado.

Titular: Giovanni Gurrieri

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SEGOP – SEÇÃO DE GESTÃO DAS PORTARIAS

Competências: Seção responsável pela captação das notas fiscais relativas as entradas de mercadorias no Entreposto, verificando as informações contidas, chancelando e realizando a conferência das mercadorias.

Titular: William Nélio da Silva

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SESAR – SEÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO E RECICLAGEM

Competências: Seção responsável pelo zelo das atividades de limpeza, lavagem e higienização do ETSP, reciclagem e do reaproveitamento dos resíduos gerados, dentro de uma visão de sustentabilidade.

Titular: Eduardo Rocha Gonçalves

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

SESEG – SEÇÃO DE SEGURANÇA PATRIMONIAL E OPERACIONAL

Competências: Seção responsável pela execução das atividades que se traduzam em condições favoráveis e propícias às atividades do mercado como um todo e suas diversas atuações e operações. Atua em três segmentos distintos e não isolados (a) segurança do patrimônio da CEAGESP e de empresas localizadas no ETSP; (b) segurança e a operacionalidade das diversas atividades praticadas diariamente no ETSP, tanto as de âmbito administrativo, quanto às comerciais, quer da nossa Companhia, quer de seus permissionários e outros e (c) segurança de pessoas, desde funcionários, permissionários ou mesmo clientes que estejam nas dependências do ETSP.

Titular: Magno Oliveira Santos

Cargo: Chefe de Seção

Período de atuação: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

2.5 Macroprocessos finalísticos

No exercício, o total de receitas líquidas foi de R\$ 120,766 milhões. Já o total das despesas líquidas resultaram no valor de R\$ 112,691 milhões. Nestes valores são consideradas as receitas/despesas operacionais, financeiras e outras.

As receitas operacionais brutas das atividades de entrepostagem e armazenagem resultaram na importância de R\$ 99,174 milhões com incremento de 9,07% em relação ao ano anterior. Na rede armazenadora a receita operacional bruta atingiu o valor de R\$ 35,030 milhões proporcionando um aumento de 0,27% comparado com o ano de 2014, já na atividade de entrepostagem atingiu o valor de R\$ 64,144 milhões com elevação de 14,56%.

REDE DE ENTREPOSTAGEM

A CEAGESP não produz, não adquire nem vende produtos de qualquer espécie. À Companhia cabe tão somente a gestão, acompanhamento e fiscalização da comercialização. Sua intervenção nos processos inerentes à cadeia produtiva se configuram em viabilizar o encontro de produtores e distribuidores, disponibilizar os espaços para o exercício desse encontro, acompanhar o processo como parte da atividade de Governo responsável pelo abastecimento da população.

Sua intervenção nos processos inerentes à cadeia produtiva se configuram em: estimular a melhoria da qualidade de produtos ofertados para o consumo da população, adequar procedimentos quanto aos aspectos fitossanitários/entomológicos, informar os segmentos intervenientes, assim como à sociedade em geral, sobre o resultado da oferta e demanda de produtos, bem como da formação de preços que decorrem, diariamente, do processo de comercialização. Além de prover, o suporte de infra estrutura para o adequado exercício das funções dos agentes econômicos do agronegócio.

Essas atividades são exercidas em 13 Centrais de Abastecimento, sendo 12 localizados em cidades do interior do Estado de São Paulo e, em sua maior expressão, no Entreposto Terminal de São Paulo – ETSP.

No transcorrer do ano de 2015 o volume de 4,208 milhões de toneladas de hortifrúticos, flores e pescados comercializado pelos permissionários na rede de Entrepôsitos registrou retração de 1,3% ao exercício anterior em decorrência de fatores como: escassez de água, alta do dólar, greve de caminhoneiros, temperaturas elevadas, excesso de chuvas nas regiões produtoras, entre outros aspectos.

ENTREPOSTO TERMINAL DE SÃO PAULO - ETSP

O ETSP conta com 2.658 permissionários, entre produtores, atacadistas, ambulantes, varejistas e prestadores de serviços. Em relação ao ano de 2014 houve redução da quantidade de permissionários devido ao encerramento das atividades do pavilhão MLP/Paralela. Além disto, conta ainda com 3.861 carregadores autônomos que prestam serviços no mercado. Todo este potencial operativo apresenta perfis de atividades bastante distintos que requerem do órgão

gestor soluções diferenciadas para suas demandas.

As receitas do setor de entrepostagem compreendem os resultados diretos das permissões, concessões e autorizações de uso das diversas áreas locadas aos operadores de mercado e aos prestadores de serviços. As receitas líquidas decorrentes das atividades atingiram o montante de R\$ 42,022 milhões, as despesas líquidas em R\$ 8,247 milhões e o resultado operacional em R\$ 33,775 milhões.

O volume comercializado no ETSP recuou 1,2% em 2015. Foram comercializadas 3.371.803 toneladas de FLV, flores e pescados ante 3.412.821 em 2014.

O setor de frutas continua sendo o principal do Entreposto, movimentando cerca de 1.734.480 toneladas ou 51,4% das 3.371.803 toneladas negociadas.

Durante o ano de 2015, somente o Entreposto da capital recebeu produtos procedentes de 18 países, 23 estados e 1469 municípios.

Ao longo do ano, mais de 30.000 produtores rurais e fornecedores destinaram suas mercadorias ao ETSP.

O ETSP movimentou cerca de 80,1% do volume total comercializado da rede de Entrepastos.

Somente no Entreposto da capital, a média diária de comercialização foi de 11.239 toneladas, gerando um fluxo financeiro médio diário de aproximadamente R\$ 26 milhões.

Cerca de 81,1% das procedências do ETSP em 2015 foram nacionais. Entre os importados, 18 países participaram como fornecedores. Além dos vizinhos sul-americanos, os países europeus exportaram diversos produtos para o Brasil. Podemos destacar como novidade, o grande volume importado de cebola. Com graves problemas na produção, a cebola teve a importação intensificada principalmente da Espanha e Holanda.

Esses aspectos, somados a localização do Entreposto, no principal polo econômico e consumidor do país, fizeram com que ao longo do tempo, o ESTP se constituísse no referencial nacional para a comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros.

ENTREPOSTOS DO INTERIOR

A CEAGESP conta com 12 Entrepastos comerciais distribuídos pelo interior paulista, onde circulam mensalmente cerca de 484 mil pessoas e 220 mil veículos. O processo de descentralização de mercados atacadistas teve início em 1979, com a inauguração do primeiro Entreposto fora da capital, em São José do Rio Preto. Até então, havia apenas o ETSP, na zona oeste de São Paulo.

Nos quatro anos seguintes, a CEAGESP construiu mais 10 centrais atacadistas. Criadas para estimular a produção e atender a demanda de consumo das regiões produtoras do Estado, elas passaram a ser polos de distribuição de alimentos.

Depois, a partir do exemplo da capital, surgiram outras atividades, como a Feira de Flores, o que ampliou a movimentação de negócios e contribuiu para o desenvolvimento econômico dos respectivos municípios, inclui-se também o comércio varejista na Unidade de Sorocaba.

A quantidade ofertada nos Entrepastos do Interior recuou 1,6%, passando de 850.203 toneladas

em 2014 para 836.680 em 2015. Os principais destaques em crescimento percentual foram Bauru (7,1%) Sorocaba (5,9%) e Araraquara (5,6%).

As unidades de Ribeirão Preto, Sorocaba e São José dos Campos, respectivamente, lideraram os volumes de comercialização no interior, representando aproximadamente 56% do total comercializado.

O resultado operacional da Rede de Entrepastos do Interior totalizou mais de R\$ 15,711 milhões, apresentando evolução de 6,55% em relação ao exercício de 2014.

Quadro (01): Resultado Operacional

RESULTADO OPERACIONAL						
EXERCÍCIO	RECEITAS LÍQUIDAS	VARIAÇÃO	DESPESAS LÍQUIDAS(*)	VARIAÇÃO	RESULTADO OPERACIONAL	VARIAÇÃO
2013	R\$ 15.906.728,95	7,27%	R\$ 4.500.640,26	-0,75%	R\$ 11.406.088,69	10,80%
2014	R\$ 18.013.265,85	13,24%	R\$ 3.267.842,21	-27,39%	R\$ 14.745.423,64	29,28%
2015	R\$ 19.708.112,10	9,41%	R\$ 3.997.432,22	22,33%	R\$ 15.710.679,88	6,55%

(*) Despesas líquidas de despesas de depreciação / amortização.

As Receitas Líquidas dos Entrepastos do Interior atingiram o valor de R\$ 19,708 milhões com aumento de 9,41% em relação ao exercício anterior, em virtude dos seguintes fatos:

- (a) Constantes realizações de Processos Licitatórios para ocupação de áreas ociosas com ajustes nos valores dos lances mínimos, atualizando-os de forma a recuperar a perda que as correções anuais, previstas no TPRU, não conseguem corrigir.
- (b) Redefinição dos preços das Autorizações de Uso – AU de forma que estes sejam aproximadamente 10% superiores aos praticados nos TPRU's.
- (c) Correções anuais previstas em contrato.

As Despesas Líquidas apresentaram elevação em relação ao exercício passado devido ao elevado valor gasto com despesas de Manutenção em nossos Entrepastos, de aproximadamente R\$ 1,239 milhão e, deste valor somente R\$ 545 mil, foram possíveis de serem recuperados (rateados) no exercício de 2015.

O Quadro abaixo revela que, apesar dos altos gastos com a rubrica manutenção, os Entrepastos do Interior conseguiram elevar o percentual de distribuição dos Rateios, que permitiu encerrar o exercício de 2015 com resultado operacional superior ao exercício de 2014.

Quadro (02): Distribuição do Total dos Rateios

DISTRIBUIÇÃO TOTAL DOS RATEIOS			
2013	TOTAL DE DESPESAS	R\$ 18.819.566,09	76,09%
	RECUPERAÇÕES	R\$ 14.318.925,78	
2014	TOTAL DE DESPESAS	R\$ 21.656.942,16	84,91%
	RECUPERAÇÕES	R\$ 18.389.099,95	
2015	TOTAL DE DESPESAS	R\$ 28.402.119,64	85,93%
	RECUPERAÇÕES	R\$ 24.404.687,42	

Além do incremento da receita, observa-se a recuperação das despesas administrativas e operacionais ocorridas desde 2013. Neste exercício foram rateados um valor superior a R\$ 24,4 milhões de um total de R\$ 28,4 milhões das despesas, o que demonstra uma significativa evolução do total rateado de 85,9%.

RESULTADOS OPERACIONAIS POR ENTREPOSTO/FRIGORÍFICO

Entreposto de Araçatuba - CEARB

R\$	2013	2014	2015
Receita	168.884,23	161.387,02	154.969,30
Despesa	-1.811,78	101.909,01	-593,71
Resultado Operacional	170.696,01	59.478,01	155.563,01

Entreposto de Araraquara - CEARA

R\$	2013	2014	2015
Receita	340.231,01	367.794,76	423.169,97
Despesa	255.990,93	235.165,82	307.915,85
Resultado Operacional	84.240,08	132.628,94	115.281,15

Entreposto de Bauru - CEBAU

R\$	2013	2014	2015
Receita	2.816.911,76	3.154.992,97	3.360.872,46
Despesa	307.762,91	72.711,23	213.730,02
Resultado Operacional	2.509.148,85	3.082.281,74	3.147.142,44

Entreposto de Franca - CEFRA

R\$	2013	2014	2015
Receita	130.819,41	163.299,41	146.989,30
Despesa	211.284,01	136.021,70	111.474,92
Resultado Operacional	-80.464,60	27.277,71	35.514,38

Entreposto de Piracicaba - CEPIR

R\$	2013	2014	2015
Receita	599.447,30	691.673,77	715.235,75
Despesa	226.760,35	-35.191,72	-70.298,25
Resultado Operacional	372.686,95	726.865,49	785.534,00

Entreposto de Presidente Prudente - CEPRE

R\$	2013	2014	2015
Receita	1.440.220,27	1.736.693,15	1.708.185,80
Despesa	230.396,42	110.025,51	490.950,31
Resultado Operacional	1.209.823,85	1.626.667,64	1.217.235,49

Entreposto de Ribeirão Preto - CERIB

R\$	2013	2014	2015
Receita	3.426.829,51	3.800.181,63	4.783.209,93
Despesa	305.181,67	162.214,08	306.038,92
Resultado Operacional	3.121.647,84	3.637.967,55	4.477.171,01

Entreposto de São José dos Campos - CEJSC

R\$	2013	2014	2015
Receita	1.661.018,47	1.870.626,92	2.011.969,53
Despesa	61.731,08	-123.437,66	-157.408,84
Resultado Operacional	1.599.287,39	1.994.064,58	2.169.378,37

Entreposto de São José do Rio Preto - CEJSR

R\$	2013	2014	2015
Receita	2.241.759,67	2.449.874,09	2.676.495,07
Despesa	544.825,05	245.051,71	101.612,78
Resultado Operacional	1.696.934,62	2.204.822,38	2.574.882,29

Entreposto de Sorocaba - CESOR

R\$	2013	2014	2015
Receita	2.749.039,83	3.020.547,89	3.193.951,49
Despesa	307.677,61	93.122,26	-14.143,02
Resultado Operacional	2.441.362,22	2.927.425,63	3.208.094,51

Frigorífico de Olímpia

R\$	2013	2014	2015
Receita	100.160,16	100.160,16	100.160,16
Despesa	0,00	0,00	2.328,70
Resultado Operacional	100.160,16	100.160,16	97.831,46

Obs.: Frigorífico alienado à Prefeitura Municipal, apresenta receitas com o recebimento de juros.

Frigorífico de Ribeirão Preto

R\$	2013	2014	2015
Receita	0,00	259.315,90	106.424,52
Despesa	122,56	8.612,97	4.992,12
Resultado Operacional	-122,56	250.702,93	101.432,40

Obs.: O valor registrado de receitas referem-se ao parcelamento da indenização pelo uso do imóvel por parte da Prefeitura local com início em 11/08/2014 e término em 15/01/2016. O valor registrado como despesas, referem-se ao recolhimento de impostos.

Os Frigoríficos de Araraquara, Botucatu e Cananéia não apresentaram resultados operacionais no exercício pelos seguintes motivos:

Frigorífico de Araraquara: O imóvel retornou para a Prefeitura Municipal, através de ação judicial

Frigorífico de Botucatu: Unidade em comodato com a Prefeitura até 10/07/2016.

Frigorífico de Cananéia: Parte desta Unidade pertence a CONAB e parte pertence a CEAGESP. A parte que pertence à CEAGESP foi cedida através de termo de cessão de uso à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, em 16 de janeiro de 2004.

UNIDADES DEFICITÁRIAS:

Entreposto de Guaratinguetá - CEGUA

R\$	2013	2014	2015
Receita	87.251,23	86.078,41	93.369,88
Despesa	203.556,01	197.306,92	313.855,68
Resultado Operacional	-116.304,78	-111.228,51	-220.485,80

Situação / 2015

O DEINT continua empreendendo esforços no sentido de identificar reais oportunidades para a concessão de todo o espaço para implantação de atividades relacionadas ao segmento do Agronegócio e também da área de Logística/Movimentação de Materiais.

Os trabalhos vêm sendo realizados na Unidade resultando em uma melhora na ocupação dos espaços, tendo em vista a adesão ocorrida no comércio praticado no mercado de flores.

Perspectivas / 2016

Desenvolvimento de ações junto as entidades representativas do segmento da Agricultura Orgânica, com o objetivo de estabelecer nesta Unidade o primeiro Entreposto destinado única e exclusivamente para atendimento deste setor, que hoje vem apresentando grande crescimento e também recebendo, por parte do MAPA, ações para o desenvolvimento da agricultura orgânica.

Entreposto de Marília - CEMAR

R\$	2013	2014	2015
Receita	139.086,67	151.884,30	220.581,58
Despesa	386.823,10	533.072,34	777.227,85
Resultado Operacional	-247.736,43	-381.188,04	-556.646,27

Situação / 2015

A Unidade está localizada na região oeste do Estado de São Paulo, situada entre as CEASAS de Araçatuba, Bauru e Presidente Prudente, das quais enfrenta grande concorrência, motivando déficits operacionais nos últimos anos.

Em virtude da não obtenção do AVBC, emitido pelo corpo de bombeiros o processo de ocupação dos espaços por meio licitatório não pode ser realizado, consequentemente trazendo prejuízos para unidade.

Perspectivas / 2016

Com a obtenção do AVCB, ocorrerá Processo Licitatório para concessão das áreas disponíveis, com a aplicação de valores por metro quadrado semelhantes aos já praticados atualmente em outros Entrepostos de nossa Rede, que possuem características similares às da Unidade de Marília, tais como o Entreposto de Araçatuba e Franca.

Além das áreas acima citadas, serão disponibilizadas ainda diversas áreas para o comércio atípicos de apoio à comercialização, tais como, bancos, farmácias, escritórios de contabilidades, lojas automotivas, etc.

Em complemento a estas ações de readequação dos valores de TPRU's (Termo de Permissão Remunerada de Uso), também serão avaliadas as possibilidades de aplicação de um incremento nos valores mensais atualmente cobrados a título de rateio das despesas administrativas e operacionais.

O conjunto destas ações, além de refletir diretamente na diminuição do índice de ociosidade existente na Unidade, provavelmente permitirá a obtenção de resultados contábeis positivos.

Frigorífico de Araçatuba

R\$	2013	2014	2015
Receita	0,00	0,00	1.777,48
Despesa	31.802,24	7.766,22	8.882,28
Resultado Operacional	-31.802,24	-7.766,22	-7.104,80

Situação / 2015

Unidade desativada - Temos somente despesas com recolhimentos de impostos – Há projeto de concessão via processo licitatório.

Frigorífico de Catanduva

R\$	2013	2014	2015
Receita	0,00	-1.244,53	0
Despesa	419,28	0,00	75,35
Resultado Operacional	-419,28	-1.244,53	-75,35

Situação / 2015

Unidade em comodato com a Prefeitura até 30/06/2020.

Frigorífico de Iguape

R\$	2013	2014	2015
Receita	0,00	0,00	2.006,15
Despesa	128.072,20	149.651,43	201.117,17
Resultado Operacional	-128.072,20	-149.651,43	-199.111,02

Situação / 2015

A Unidade pertence ao Governo do Estado de São Paulo. A CEAGESP tem um TPRU a título precário com prazo indeterminado, assinado em 17 de maio de 2012. A finalidade deste frigorífico é prestar serviços aos pescadores artesanais da região de Iguape que não tem condição alguma de ressarcir as despesas da unidade.

Há Termo de Cooperação entre a Prefeitura de Iguape e a CEAGESP desde 05/09/2014 objetivando a reativação do funcionamento do frigorífico.

REDE ARMAZENAGEM

Para cumprir seus objetivos estatutários, a CEAGESP mantém a maior rede pública estadual de armazéns, silos e graneleiros do País. A rede de armazenagem é composta por 35 Unidades, entre ativas, locadas ou cedidas presentes em 28 municípios das mais importantes regiões produtoras do Estado de São Paulo, em sua maioria interligadas à malha ferroviária.

A capacidade estática da CEAGESP soma 1,172 milhão de toneladas. Esta estrutura tem condições de recebimento da produção, além da guarda de mercadorias. A Companhia presta importantes serviços tais como: estocagem, expurgo, limpeza, secagem, transbordo, pesagem, serviços braçais, armazenagem frigorificada, resfriamento, congelamento, entre outros, permitindo melhores condições para comercialização desses produtos em função da eliminação de perdas quantitativas e qualitativas, bem como pela emissão de títulos de crédito especiais e negociáveis (Warrant's) que possibilitam o financiamento dos estoques depositados.

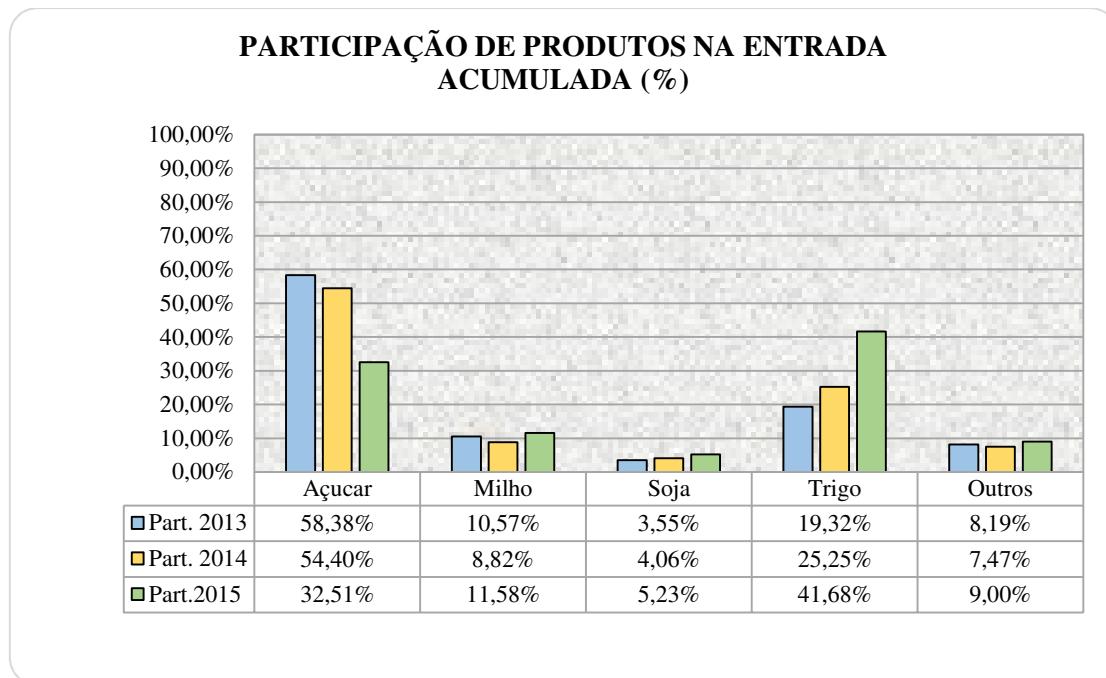
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

O complexo armazensor da CEAGESP, encerrou o ano de 2015 com entradas de 569.887,65 toneladas de produtos agrícolas e industriais, frente às 841.458,35 toneladas de 2014. Esta redução na entrada de produtos se deu em função da grave crise econômica no exercício, com empresas e produtores buscando reduzir custos, antecipando receitas, com vendas diretas, exportações de grãos, inclusive milho, o que não é tradicional.

Entretanto, apesar da redução da entrada de produtos, houve uma maior permanência média dos produtos em estoque, passando de 32,3% em 2014 para 36,4% em 2015, da capacidade de estocagem, o que permitiu obtermos receitas semelhantes a 2014 (R\$ 31,937 milhões para R\$ 31,987 milhões em 2015) e resultado operacional de R\$ 530 mil.

O baixo resultado operacional foi motivado pelos seguintes fatores: (a) acréscimo de 22,97% nas despesas, em decorrência de itens relevantes na composição dos custos operacionais, tais como: seguros de bens e de mercadorias, com 272,64% acima do planejado, mão de obra de produção, acréscimo de 53,06%, energia 25,98% e mão de obra temporária 6,47%. (b) redução da participação do açúcar de 54,50% para 32,51% em 2015, devido ao aumento dos preços dos combustíveis derivados do petróleo, que possibilitaram ao setor também reajustar os preços do etanol, aliado aos bons preços do açúcar no mercado internacional, alteraram as perspectivas do setor e resultaram em antecipação de exportações para reforçar o caixa das usinas, que passavam por grave crise. Esta antecipação de exportações gerou redução no excedente para armazenagem com terceiros, e por conseguinte, influenciando negativamente o faturamento da Rede Armazenadora.

Gráfico (01): Participação de Produtos na Entrada



Cumpre-nos ressaltar que a iniciativa quanto à destinação das Unidades Armazenadoras, principalmente as locadas, tem proporcionado uma expressiva participação nas receitas do complexo armazensor. Em 2015 a receita apurada proveniente destas Unidades foi de R\$ 5.282.260,20 (cinco milhões, duzentos e oitenta e dois mil, duzentos e sessenta reais e vinte centavos), valor que representou 16,5 % da participação do total da receita obtida no período.

Em 2015, prosseguimos com a certificação das Unidades Armazenadora, encerrando o ano com 11 Unidades Certificadas, em atendimento à Instrução Normativa nº 024/2013 e 029/2011 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A certificação tem possibilitado um maior controle no processo operacional de armazenamento de produtos agrícolas/industriais, proporcionando uma melhor qualidade dos produtos estocados, bem como, a redução dos custos operacionais para a CEAGESP.

UNIDADES SUPERAVITÁRIAS

Unidade	R\$	2013	2014	2015
Adamantina	Receita	96.170,99	100.194,46	105.954,65
	Despesa	-25,92	0	2.521,60
	Resultado Operacional	96.196,91	100.194,46	103.433,05
Assis	Receita	85.326,71	94.360,48	84.040,63
	Despesa	-1.146,78	-11.675,16	-1.980,56
	Resultado Operacional	86.473,49	106.035,64	86.021,19
Frigorífico Polivalente	Receita	1.724.026,96	1.813.012,53	1.968.798,29
	Despesa	33.290,38	40.431,94	-0,01
	Resultado Operacional	1.690.736,58	1.790.580,59	1.968.798,33
Franca	Receita	159.069,33	176.374,98	184.851,61
	Despesa	-4.995,15	56,56	107,51
	Resultado Operacional	164.064,48	176.318,42	184.744,10
Ituverava	Receita	54.450,00	64.236,33	114.140,68
	Despesa	60.004,42	44.449,38	15.478,08
	Resultado Operacional	-5.554,42	19.78,95	98.662,60
Jaguaré	Receita	1.998.464,60	2.313.080,69	2.321.153,97
	Despesa	1.235.364,07	1.615.080,52	1.920.676,16
	Resultado Operacional	763.100,53	698.000,17	400.477,81
Palmital	Receita	4.049.138,93	3.658.690,50	3.746.246,35
	Despesa	2.417.250,63	2.424.032,64	2.397.113,76
	Resultado Operacional	1.631.888,30	1.234.657,86	1.349.132,59
Paraguaçu Paulista	Receita	82.652,52	89.169,06	91.204,16
	Despesa	-7.098,61	-8.290,72	-677,66
	Resultado Operacional	89.751,13	97.459,78	91.881,82
Rubião Júnior	Receita	632.870,51	843.566,23	1.122.449,80
	Despesa	629.663,09	680.522,30	830.695,86
	Resultado Operacional	3.207,42	163.043,93	291.753,94
Santos – 28 de Setembro	Receita	667.441,37	712.243,17	968.777,36
	Despesa	18.372,00	47.345,15	-60.620,48
	Resultado Operacional	649.069,37	664.889,02	1.029.397,84
São Manuel	Receita	138.569,22	149.609,19	155.820,61
	Despesa	-2.110,83	-368,05	-2.791,85
	Resultado Operacional	140.680,05	149.977,24	158.612,46

São Joaquim da Barra	Receita	612.945,59	527.983,61	2.181.733,19
	Despesa	810.097,73	957.249,69	1.325.463,61
	Resultado Operacional	-197.152,14	-429.266,08	856.269,58
Tatuí	Receita	4.021.573,12	4.264.628,06	5.807.112,13
	Despesa	2.409.780,89	2.571.525,78	3.468.160,48
	Resultado Operacional	1.611.792,23	1.693.102,28	2.338.951,65
Vila Anastácio	Receita	1.511.921,57	1.883.665,96	1.944.809,58
	Despesa	470.054,23	-15.776,89	200,18
	Resultado Operacional	1.041.867,34	1.899.442,85	1.944.609,40
Catanduva (*)	Receita	428.344,68	501.343,78	0,00
	Despesa	0,00	0,00	0,00
	Resultado Operacional	428.344,68	501.343,78	0,00
Olímpia (**)	Receita	237.705,60	237.705,60	237.705,60
	Despesa	0,00	0,00	5.526,66
	Resultado Operacional	237.705,60	237.705,60	232.178,94

(*) Em 2015, a receita proveniente da Unidade, foi lançada na conta corrente 301- DEPAR.

(**) Unidade alienada para prefeitura local em 1997; devolvida a CEAGESP em Setembro de 2010, com a pendência dos pagamentos da alienação (receitas Financeiras). Houve acordo com a Prefeitura para pagamento mensal parcelado do débito existente, a partir de 2012, refere aos encargos financeiros do parcelamento, vigorando as prestações mensais até julho/2017.

UNIDADES DEFICITÁRIAS

No entanto, algumas unidades voltadas a estocagem de sacaria, baixa capacidade estática, altos custos operacionais e ineficiência dos equipamentos por falta de investimentos, operaram com prejuízo sazonais nos transcorrer do ano.

No que diz respeito às Unidades deficitárias, foi desenvolvido, por meio do planejamento estratégico/2015, “plano de ação” com metas de curto e médio prazos, para elevar os índices de produtividade destas unidades armazenadoras, desta forma, diversos fatores contribuíram para que as Unidades abaixo, operassem com prejuízo operacional.

Previsto para 2016 estudo de reposicionamento destas Unidades, com enfoque em aumento de produtividade e/ou destinação destas.

Unidade de Araraquara - Sede

R\$	2013	2014	2015
Receita	2.673.254,27	1.871.006,29	1.900.909,47
Despesa	2.101.174,05	2.080.027,86	3.162.191,74
Resultado Operacional	572.080,22	-209.021,57	-1.261.282,27

Situação/2015

Unidade operou com armazenamento de açúcar a granel da COPERSUCAR, visto que a concessionária ferroviária não disponibilizou vagões para transbordo na Unidade.

Perspectivas/ 2016

Continuidade de armazenamento de açúcar a granel da COPERSUCAR, dada a baixa demanda para estocagem de grãos.

Buscar a antecipação do recebimento de açúcar a granel, por meio de oferta de espaços, em reuniões com usinas e traders a partir de início de fevereiro de 2016. Utilizar a baixa ocupação para deixar a unidade em condições de operação.

A safra se dá no período de abril a novembro normalmente, e historicamente os recebimentos se dão em meados de setembro. A antecipação contribuiria para aumento da receita e diluição dos custos fixos.

Unidade de Araraquara – Anexo

R\$	2013	2014	2015
Receita	753.608,52	550.351,06	399.475,02
Despesa	454.788,90	453.803,65	704.430,82
Resultado Operacional	298.819,62	96.547,41	-304.955,80

Situação / 2015

A Unidade foi impactada em 2015 pela baixa demanda para estocagem de açúcar em sacos e bags, motivada pela mudança de mercado, que privilegiou a exportação e aumento dos custos de rateio com seguros da Unidade e de produtos.

A Usina Virgolino de Oliveria principal cliente da Unidade em anos, devido a problemas financeiros deixou de estocar, o que impactou sensivelmente a Unidade.

Perspectivas / 2016

Trata-se de unidade com baixo custo operacional. Estamos em contato com potenciais clientes para reversão do quadro e retorno ao lucro operacional.

Unidade de Avaré - Graneleiro

R\$	2013	2014	2015
Receita	3.328.121,29	2.523.659,54	2.064.453,75
Despesa	2.510.601,87	2.620.021,35	2.482.205,43
Resultado Operacional	817.519,42	-96.361,81	-417.751,68

Situação / 2015

Unidade graneleira de grande porte que opera tradicionalmente com movimentação de grãos. Está localizada em região produtora e consumidora de milho e soja. Atualmente vem armazenando açúcar à granel no graneleiro (40.000 ton), em busca de melhores resultados no desempenho operacional e financeiro da unidade.

As receitas foram impactadas pela redução do tempo de estocagem de açúcar a granel no exercício. Houve redução de despesas em relação a 2014.

Perspectivas / 2016

Expectativa de aumento da operação com soja a granel e milho, em função da instalação de máquinas de limpeza, melhorando a operação.

Buscar a antecipação do recebimento de açúcar a granel, por meio de oferta de espaços, em reuniões com usinas e traders a partir de início de fevereiro de 2016. Utilizar a baixa ocupação para deixar a unidade em condições de operação.

A safra se dá no período de abril a novembro normalmente, e historicamente os recebimentos se dão em meados de setembro. A antecipação contribuiria para aumento da receita e diluição dos custos fixos.

Unidade de Avaré – Armazém/Silo

R\$	2013	2014	2015
Receita	97.472,40	126.343,52	230.679,12
Despesa	262.216,10	251.343,52	359.817,49
Resultado Operacional	-164.743,70	-124.807,84	-129.138,37

Situação / 2015

A Unidade vem operando como anexo do Silo/Graneleiro de Avaré. Temos buscado aumentar a ocupação, recebendo no silo vertical produtos diferenciados, que não estão sendo recebidos no graneleiro, tais como: aveia, triticale, sorgo, trigo, e outros. A localização dessa unidade (próxima a residências) tem causado reclamações devido ao pó da movimentação dos grãos e ruídos dos equipamentos durante a operação.

Perspectivas / 2016

Aumento da receita da Unidade com recebimento de grãos e busca da redução da despesa, para equilíbrio do resultado.

Unidade da Barra Funda

R\$	2013	2014	2015
Receita	357.744,86	264.066,96	5.332,91
Despesa	7.708,60	590.723,02	412.842,72
Resultado Operacional	350.036,26	-326.656,04	-407.509,81

Situação / 2015

A sua localização, centro de São Paulo, não tendo acesso direto por via pública e encravada entre dois ramais ferroviários (com restrição de acesso), inviabiliza o seu uso para atividade de armazém geral, em razão das dificuldades de movimentação de carga/descarga de caminhões.

O elevado custo para a manutenção da Unidade, em face dos altos impostos (IPTU, seguros, vigilância terceirizada, etc) inviabilizam a sua operacionalização.

A Unidade sofre frequentes fiscalizações e autuações da CETESB, que visa principalmente a

acumulo de entulho no local e as implicações decorrentes.

Perspectivas / 2016

Encontra-se em curso negociação com o Governo do Estado de São Paulo para venda do local para construção de um terminal ferroviário de passageiros com a CPTM. Encontra-se pendente uma autuação da CETESB referente a não apresentação dos Relatórios de Passivo Ambiental, que deverá ser incluído na negociação com a CPTM. Foi concluído o processo licitatório que teve como vencedora a Empresa Engeplus Ambiental Ltda. Dessa forma atenderemos a exigência da CETESB, elaboração do relatório de Passivo Ambiental, permitindo a negociação do terreno.

Unidade de Barretos

R\$	2013	2014	2015
Receita	70.026,71	35.962,40	4.322,89
Despesa	69.387,41	103.342,77	112.694,65
Resultado Operacional	639,3	-67.380,37	-108.371,76

Situação / 2015

A Unidade permaneceu vazia no exercício.

Perspectivas / 2016

Unidade colocada à disposição da Diretoria para outra destinação, dada a baixa demanda para estocagem e suas características.

Unidade de Bauru

R\$	2013	2014	2015
Receita	522.134,19	246.771,35	282.562,67
Despesa	626.756,08	850.464,63	939.505,12
Resultado Operacional	-104.621,89	-603.693,28	-656.942,45

Situação / 2015

O silo Vertical recebe, processa e armazena grãos de produtores da região Os 3 pavilhões da Unidade não vêm sendo utilizados, dada a baixa demanda para estocagem de produtos industriais

Perspectivas / 2016

Há trabalho na região para incrementar a ocupação do silo vertical com grãos e/ou outras alternativas para melhoria do resultado em 2016. No 1º trimestre de 2016, vai iniciar o recebimento de soja dos produtores da região.

Prevista a venda de terreno localizado junto a Unidade, sem uso.

Unidade de Fernandópolis

R\$	2013	2014	2015
Receita	308.982,89	356.471,86	406.512,61
Despesa	394.849,64	442.463,39	630.689,11
Resultado Operacional	-85.866,75	-85991,53	-224.176,50

Situação / 2015

Unidade ativa, localizada em região produtora de milho. Devido às sua baixa capacidade estática e de fluxo de processamento do silo metálico (1.800 t), aliada a concentração de cooperativas na região, recebe pequenas quantidades de mercadorias (milho) durante a safra.

Além das receitas provenientes com armazenamento de grãos e com pequenos clientes da região, mantém maior ocupação do Armazém Convencional, melhorando a perspectiva futura para a Unidade.

Perspectivas / 2016

Para maior resultado na unidade, haveria necessidade de investimentos para agilização no fluxo de recebimento/expedição e processamento das mercadorias, possibilidade que está sendo discutida pelo DEPAR. A Unidade necessita de investimentos mínimos para viabilizar a continuidade do recebimento de produtos para processamento e armazenagem.

Unidade de Itirapina

R\$	2013	2014	2015
Receita	124.705,10	181.394,04	77.479,83
Despesa	-10.983,79	5.585,15	190.110,41
Resultado Operacional	135.688,89	175.808,89	-112.630,58

Situação / 2015

Trata-se de Unidade desativada, cedida por Permissão Remunerada de Uso, que apresentou resultado positivo. A permissionária ao final de contrato optou pela mudança de sua operação para outro município, ficando a unidade sem utilização.

Perspectivas / 2016

Abertura de processo licitatório visando nova cessão remunerada da área.

Unidade de Ourinhos

R\$	2013	2014	2015
Receita	277.560,77	6.361,19	7.669,35
Despesa	5.465,43	35.476,22	181.202,05
Resultado Operacional	283.026,20	-29.115,03	-173.532,70

Situação / 2015

Unida desativada e com baixa demanda para estocagem de produtos industriais diversos.

Perspectivas / 2016

Deliberação da diretoria quanto a destinação à Unidade com vistas a obtenção de receitas e eliminação dos custos.

Unidade de Pederneiras

R\$	2013	2014	2015
Receita	90.012,26	306.018,03	660.202,08
Despesa	575.772,16	622.641,37	737.766,11
Resultado Operacional	-485.759,90	-316.623,34	-77.564,03

Situação / 2015

Trata-se de armazém convencional de grande porte, que vinha operando basicamente com açúcar recebido das Usinas e outras mercadorias das indústrias da região.

Perspectivas / 2016

Atualmente há consultas para estocagem de açúcar, e a unidade está recebendo/movimentando produtos industriais de indústrias da região, buscando a melhoria do seu desempenho operacional e financeiro.

Unidade de Presidente Prudente

R\$	2013	2014	2015
Receita	461.053,22	347.878,61	470.021,43
Despesa	613.701,20	701.780,86	828.981,48
Resultado Operacional	-152.647,98	-353.902,25	-358.960,05

Situação / 2015

Unidade operou com recebimento de produtos industriais e grãos, entretanto sua baixa capacidade de recepção e processamento prejudicam o resultado da Unidade.

Perspectivas / 2016

O Armazém encontra-se com ocupação de mercadorias diversas como leite em pó, embalagens, etc. O silo vem recebendo milho de produtores da região, principalmente na safra de verão. Será apresentada proposta em 2016 para instalação de silo na Unidade, para ampliação da capacidade de recebimento de grãos.

Unidade de Ribeirão Preto

R\$	2013	2014	2015
Receita	330.608,91	357.210,84	94.042,61
Despesa	522.158,79	569.785,77	652.269,47
Resultado Operacional	-191.549,88	-212.574,93	-558.226,86

Situação / 2015

Unidade operando com o silo vertical e armazém (silo horizontal – desativado).

Recebeu milho, trigo e sorgo a granel (contrato com a NESTLÉ-PURINA) no transcorrer de 2014. O contrato para granel com a Nestle venceu e não foi renovado para 2015. Além dos produtos armazenados no silo vertical para a Nestlé, sazonalmente, ocupa todo o armazém convencional com ração animal e similares.

O quadro funcional é restrito, sendo que eventualmente os funcionários auxiliam prestando serviços em Unidades próximas.

Perspectivas / 2016

Foi proposta a Diretoria desativação da Unidade e colocação à disponibilidade para o que couber.

Unidade de São José do Rio Preto – Graneleiro

R\$	2013	2014	2015
Receita	2.474.726,34	2.126.018,65	817.605,24
Despesa	1.826.433,38	1.880.477,26	2.655.225,84
Resultado Operacional	648.292,96	245.541,39	-1.837.620,60

Situação / 2015

Unidade sofreu forte impacto das alterações das expectativas em relação ao setor sucroalcooleiro, com bons preços no mercado externo, ampliação e antecipação das exportações e baixa demanda para estocagem de açúcar a granel, além dos problemas financeiros enfrentados pela Usina Virgolino de Oliveira, principal cliente da Unidade, que deixou de operar.

Perspectivas / 2016

Intensificar contatos com objetivo de aumentar a recepção de grãos no primeiro semestre e aumento da recepção de açúcar no segundo semestre de 2016.

Unidade de São José do Rio Preto – Silo Vertical

R\$	2013	2014	2015
Receita	229.796,77	251.260,86	337.846,00
Despesa	216.608,20	191.765,56	371.982,99
Resultado Operacional	13.188,57	59.495,30	-34.136,99

Situação / 2015

Unidade que opera como Anexa ao Graneleiro e com parte dos armazéns convencionais cedidos. A Unidade foi impactada em seus custos pelo rateio de seguro dos prédios e de mercadorias e manutenção.

Perspectivas / 2016

Retomada do retorno do resultado positivo, com ampliação do recebimento de grãos no silo.

Unidade de Tupã

R\$	2013	2014	2015
Receita	2.815.720,62	2.201.086,01	2.221.415,70
Despesa	2.079.463,81	2.051.725,70	2.575.385,90
Resultado Operacional	736.256,81	185.360,31	-353.970,20

Situação / 2015

Unidade sofreu forte impacto das alterações das expectativas em relação ao setor sucroalcooleiro, com bons preços no mercado externo, ampliação e antecipação das exportações e baixa demanda para estocagem de açúcar a granel, reduzindo a quantidade recebida durante o ano.

Perspectivas / 2016

Ampliação do recebimento de grãos no primeiro semestre e retomada da estocagem de açúcar em níveis normais, com consequente melhoria do resultado operacional.

Unidade de Tutóia - Araraquara

R\$	2013	2014	2015
Receita	2.633.890,68	2.737.124,82	960.942,55
Despesa	503.796,79	459.153,10	982.744,89
Resultado Operacional	2.130.093,89	2.277.971,72	-21.802,34

Situação / 2015

A Unidade foi impactada em 2015 pela baixa demanda para estocagem de açúcar em sacos e bags, motivada pela mudança de mercado, que privilegiou a exportação e aumento dos custos de rateio com seguros da Unidade e de produtos.

A Usina V.O. principal cliente da Unidade há anos, devido a problemas financeiros deixou de estocar, o que impactou sensivelmente a Unidade.

Perspectivas / 2016

Trata-se de unidade com baixo custo operacional. Estamos em contato com potenciais clientes para reversão do quadro e retorno ao lucro operacional.

UNIDADES CEDIDAS E OUTRAS:

Unidade de Agudos: não apresentou resultado operacional no exercício.

Situação / 2015

A unidade encontra-se cedida à prefeitura local por meio de contrato de comodato com vigência de 14/02/11 à 13/02/16.

O armazém encontra-se ocupado com microempresas incubadoras gerando emprego e renda e o escritório foi totalmente reformado pela prefeitura e atualmente abriga o corpo de bombeiros e o posto do SAMU que atende o município e região.

Unidade de Itapeva

R\$	2013	2014	2015
Receita	0,00	0,00	86,81
Despesa	1.492,39	104.271,29	10.560,53
Resultado Operacional	-1.492,39	-104.271,29	-10.473,72

Situação / 2015

A Unidade encontrava-se desativada, com despesas decorrentes da manutenção do patrimônio, fato que proporcionou prejuízo operacional no período.

Em 11/08/2014, houve concessão não onerosa de uso, para a prefeitura municipal de Itapeva, que tem projeto de instalação de entreposto de hortigranjeiros para pequenos produtores da região. Despesas relativas a IPTU e Segurança da Unidade.

Situação / 2016

A renovação da concessão é anual, portanto, não devendo registrar despesas operacionais no período.

Unidade de São Carlos – Armazém

R\$	2013	2014	2015
Receita	0,00	0,00	0,00
Despesa	7.005,23	2.851,54	0,00
Resultado Operacional	-7.005,23	-2.851,54	0,00

Situação / 2015

Unidade desativada em março de 1993 por falta de demanda e alto custo operacional sendo alienada em 1997 à Prefeitura de São Carlos e posteriormente devolvida ao patrimônio da CEAGESP em novembro de 2001.

Em 01/07/04 foi assinado Convênio entre CEAGESP, Prefeitura de São Carlos e Cooperativa de Produtores, para utilização da Unidade para atendimento a pequenos agricultores e agricultura familiar da região.

Contrato de cessão com a Prefeitura de São Carlos com início em 01/07/2009 a 30/06/2014.

Assinado novo convênio em 22/08/2014, para o período de 01/07/2014 a 30/06/2019.

Perspectivas / 2016

Continuidade na cessão junto a Prefeitura e a Cooperativa de produtores.

Unidade de Araçatuba

R\$	2013	2014	2015
Receita	0,00	0,00	0,00
Despesa	0,00	506,3	0,00
Resultado Operacional	0,00	-506,3	0,00

Situação / 2015

Unidade em poder da Prefeitura local, devolvida por determinação da Justiça.

Perspectivas /2016

Fazer acordo com a prefeitura para regularizar a situação.

2.6 Composição acionária do capital social

Quadro (03): Composição Acionária do Capital Social

Denominação completa			
Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo			
Ações Ordinárias (%)		Posição em	
ACIONISTAS		31/12/2015	31/12/2014
Governo	Tesouro Nacional	99,68%	99,68%
	Outras Entidades Governamentais		
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos		
	Ações em Tesouraria		
	% Governo	99,68%	99,68%
Free Float	Pessoas Físicas	0,00 %	0,00%
	Pessoas Jurídicas	0,32 %	0,32%
	Capital Estrangeiro		
	% free float	0,32 %	0,32%
	Subtotal Ordinárias (%)	100%	100%
Ações Preferenciais (%)		Posição em	
ACIONISTAS		31/12/2015	31/12/2014
Governo	Tesouro Nacional		
	Outras Entidades Governamentais		
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos		
	Ações em Tesouraria		
	% Governo	0,00 %	0,00%
Free Float	Pessoas Físicas		
	Pessoas Jurídicas		
	Capital Estrangeiro		
	% free float		
	Subtotal Preferenciais (%)		
Total		100%	100%

2.7 Participação em outras sociedades

Não houve ocorrência neste exercício, pois não ultrapassou 10% do patrimônio líquido da investida.

2.8 Principais eventos societários ocorridos no exercício

Não houve ocorrência neste exercício de vendas ou aquisições de participações em outras sociedades e participação de outros no capital da entidade.

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

3.1 Planejamento organizacional

O último ciclo do Planejamento Estratégico da CEAGESP encerrou-se em 2015, marcando o início de uma nova gestão que desenvolve o planejamento da Companhia para os próximos anos. Planejamento Estratégico é um importante instrumento de gestão, capaz de estabelecer metas, diretrizes e objetivos estratégicos. Trata-se de uma ferramenta capaz de criar um plano de ações integrado, articulando todos os departamentos da Companhia na perspectiva de matricialidade.

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

A CEAGESP como ente público, entre suas atribuições estatutárias é executor das políticas públicas do Governo Federal e a opção pelo PES se justifica por ser um método participativo, descentralizado e que promove a matricialidade como ferramenta de gestão, e que proporciona executar as ações em sintonia com as diretrizes do Governo Federal. Ele envolve os diversos atores da Cia e por ser um processo descentralizado cada gestor responsabiliza-se pelo projeto de sua área, o inclui no seu orçamento e promove a interface com as áreas afins.

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O PES, difere do planejamento tradicional, adotado especialmente pelas empresas privadas, por antever as necessidades e dificuldades. Enquanto no método de planejamento tradicional acredita-se “controlar a realidade”, no PES pretende-se apenas “influir na realidade”.

Na metodologia do PES parte-se da realidade analisando o cenário; as dificuldades, oportunidades e recursos existentes, a conjuntura em que a Cia está inserida, e traça-se as metas a serem alcançadas e em quanto tempo se pretende alcançá-las.

A cultura do Planejamento Estratégico na CEAGESP vem sendo incorporada a cada ano pelas áreas através do empenho da diretoria e de seus gestores. Trata-se de uma experiência que exige visão sistêmica e a compreensão de todo o processo por parte dos gestores e funcionários da empresa.

A crise econômica que afetou o Brasil em 2015 tornou o futuro desafiador e tomada de decisões financeiras mais conservadoras. Diante disso, a falta de recursos financeiros e humanos acarretou no prejuízo da suspensão de algumas ações, o que não significa que foram canceladas, podendo ser retomadas no futuro. Dentro deste contexto, os 45 projetos em andamento deverão passar por reavaliação podendo ou não estar inseridos no novo ciclo do planejamento estratégico.

Em 2015 foram trabalhados 66 projetos, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro (04): Evolução dos Projetos

EVOLUÇÃO DOS PROJETOS	
PROJETOS	2015
ENCERRADO (*)	1
CONCLUÍDOS	7
SUSPENSOS	13
EM ANDAMENTO	45
TOTAL	66

(*) Por motivos técnicos e financeiros o projeto foi descontinuado.

Diante do Quadro acima, expõe-se que:

PROJETO ENCERRADO

1. Criar fórum de participação de funcionários.

PROJETOS CONCLUÍDOS

1. Implantar a Ouvidoria;
2. Plano de obras do Interior (serviços de engenharia elétrica);
3. Obras contra incêndio;
4. Centro de Formação de profissionais CEAGESP;
5. Retirar a CEAGESP do PND;
6. Criar Sistema de Indicadores;
7. Programa de capacitação contínua de gestão de pessoal.

PROJETOS SUSPENSOS

1. Elevar Plataforma MFE/A;
2. Certificar a Rede Armazenadora;
3. Modernizar a Unidade de Engenheiro Schmidt;
4. Modernizar a Unidade Pederneiras;
5. Modernizar a Unidade de Presidente Prudente;
6. Modernizar a Unidade de Rubião Junior;
7. Modernizar a Unidade de Tupã;
8. Realizar reforma e modernização do FRISP;
9. Instalar medidores de energia e água em todos os espaços;
10. PURE – Programa de Uso Racional de Energia;

11. PURA – Programa de Uso Racional de Água;
12. Elaborar Plano de Comunicação;
13. Expansão da Mídia Visual.

PROJETOS EM ANDAMENTO:**PRESD**

1. Adequar as normas operacionais às diretrizes de SAN;
2. Regularizar os Contratos;
3. Regularizar áreas alienadas do Interior;
4. Implantar Mapeamento de Gestão de Risco;
5. Propor atualização das normas à luz do pensamento sustentável;
6. Criar sistema de Indicadores de acompanhamento das políticas de sustentabilidade;
7. Desenvolver programa de tratamento e destinação dos resíduos sólidos;
8. Participar concursos, prêmios e certificações para divulgação institucional;
9. Sintonizar ações da empresa com políticas do Governo Federal;
10. Combate ao desperdício – Conforme Lei de Resíduos Sólidos;
11. Desenvolver estratégia de divulgação dos projetos sustentáveis;
12. Modernizar o sistema de informação do Mercado;
13. Implantar Portal Institucional;
14. Elaborar plano de fortalecimento dos programas da Companhia que somos referência;
15. Reestruturação do Banco de Alimentos do ETSP;

DIOPE

16. Implantar o Mipgrâos em todas as Unidades de Armazenamento;
17. Regularizar Quiosques;
18. Contratar novos fiscais;
19. Obras de Melhorias;
20. Reforma Pavilhão MLP do ETSP;
21. Reforma Pavilhão MFE/B;
22. Modernizar a Unidade de São Joaquim da Barra;
23. Modernizar a Unidade de Tutóia;
24. Implantar Banco Caixas no interior;
25. Ampliar, reformar e remanejar os pavilhões de flores no interior;

26. UBP Pescado;
27. Nova Iluminação do Entreposto;
28. Implantar Centro Comercial na Unidade de Presidente Prudente;
29. Implantar Centro Comercial na Unidade de Marília;
30. Implantar Centro Comercial na Unidade de Bauru;
31. Estudo de novas fontes de energias alternativas para o ETSP;
32. Reforma revitalização e adequação nos prédios da Administração;
33. Instalação do Sistema de proteção contra incêndio nas unidades do Interior;
34. Construir plano de acessibilidade;
35. Apurar custos de Entrepostagem;

DIAFI

36. Elaborar diagnóstico do Fluxo de Processos;
37. Regularizar ETSP;
38. Otimizar as áreas vagas interior;
39. Implantar Centro de apoio ao Mercado;
40. Extensão internet / telefonia;
41. Recuperação integral e rateio de despesas para Unidades do Interior;
42. Implantar rateio e acordo da dívida MLP/AMJ;
43. Liquidar dívidas trabalhistas;
44. Normatizar sistema de rateio;
45. Implantar solução de monitoramento de acesso e tráfego.

3.1.3 Vinculação dos planos da Unidade com as competências institucionais e outros planos

Conforme os projetos apresentados, concluídos e em andamento, estes vêm contemplando a missão institucional da Companhia pois buscam estar inseridos no aprimoramento das suas atividades operacionais (entrepastagem e armazenagem) e financeira.

A Companhia norteia suas ações pelas diretrizes do PPA para desenvolver e contribuir na execução das políticas públicas relacionadas à missão da CEAGESP, entre elas destacaomos:

Política de Segurança Alimentar integrante o PPA, sob a responsabilidade do MDS, Ministério de Desenvolvimento Social, conforme explicitado no objetivo 0613 do Programa 2069.

Orientada por esta diretriz, a CEAGESP desenvolveu e mantém alguns projetos que auxiliam a

implantação desta política, são eles:

- 1. Programa Banco CEAGESP de Alimentos**, ferramenta que colabora decisivamente para a implementação desta política.
- 2. Implementar o projeto Mipgrãos**

A CEAGESP é membro da ABRACEN e coordena o processo iniciado em 2013, para elaborar coletivamente o “**Guia de Boas Práticas**” destinado a todas as CEASAS do Brasil e visa orientar todos os agentes do mercado em bons hábitos na manipulação e conservação dos alimentos *in natura*.

Atendendo à **Política Nacional de Resíduos Sólidos** estão em fase de implantação os projetos “Programa de Tratamento e Destinação de Resíduos Sólidos” e “Combate ao Desperdício”

3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

Foi realizado durante o ano de 2015 um processo contínuo de monitoramento do Planejamento Estratégico, através de uma série de reuniões com gerentes e coordenadores, com o objetivo de garantir a eficiência e o cumprimento das metas estabelecidas no plano de ação.

Os resultados das reuniões de avaliação contemplaram o desenvolvimento de ações e realizações importantes para o novo cenário em que a CEAGESP encontra-se após sua saída do PND. Tais avaliações foram aprovadas pela Direção e pelo Conselho Administrativo da Companhia.

Os principais objetivos estratégicos para o exercício de 2015, pautaram-se nos resultados contidos nas Marcas e Desafios estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia, relacionados a seguir.

- Aprimorar o sistema de governança da CEAGESP com a abertura de importantes canais de comunicação com os stakeholders da Companhia, tal como a estruturação da ouvidoria.
- Realizar o Plano de Obras do Interior, garantindo eficiência e maior competitividade nos serviços prestados pela CEAGESP.
- Se tornar referência nacional em abastecimento seguro, eficiente e de qualidade.
- Realizar a capacitação dos colaboradores da CEAGESP, através de cursos e do centro de formação da Companhia.
- Fortalecer a marca da CEAGESP, através de uma agenda positiva de ações de comunicação e da divulgação de material especializado para o setor. Isso resulta em uma melhor reputação para a empresa, elevando a sua credibilidade e valor de mercado.

O desenvolvimento do planejamento estratégico na CEAGESP, monitorado pela secretaria executiva da presidência, por meio de cronograma de ações e nas reuniões da diretoria com os gestores das diversas áreas, permite a correção de rumos dos projetos e ações quando necessário. Isso torna os serviços mais eficientes e com maior qualidade.

3.3 Desempenho orçamentário

O orçamento para o exercício de 2015 resultou na realização de 97,6% das receitas programadas, destacando o Entrepastagem com a realização de 3,0% acima do orçado. Em relação as despesas foi realizado 9,8% abaixo do orçado.

Quadro (05): Comparativo Orçado x Realizado

DISCRIMINAÇÃO	Orçamento	Realizado	Realização
	Reprogramado		%
RECEITAS	250.325.332,63	244.441.144,88	97,6%
1.ENTREPASTAGEM	171.000.000,00	176.060.807,50	103,0%
2.ARMAZENAGEM	36.000.000,00	35.200.224,18	97,8%
3.RECURSOS EXTRAS	26.985.332,63	26.985.332,63	100,0%
4. IMÓVEIS	632.000,00	630.847,07	99,8%
5.OUTROS	10.308.000,00	299.809,99	2,9%
6.FINANCEIRAS	5.400.000,00	5.264.123,51	97,5%
DESPESAS	279.314.205,51	251.998.836,12	90,2%
1.1 INVESTIMENTOS	37.203.788,57	15.071.339,67	40,5%
1.2 DIVIDENDOS	2.055.416,94	2.055.416,93	100,0%
2. DESPESAS COM PESSOAL	69.400.000,00	68.554.908,18	98,8%
2.1 SALARIOS E ENCARGOS	61.000.000,00	60.044.763,08	98,4%
2.2 BENEFÍCIOS SOCIAIS (Assit. Médica)	8.075.000,00	8.170.575,91	101,2%
2.3 INATIVOS E PENSIONISTAS	325.000,00	339.569,19	104,5%
2.4. DISPÊNDIOS INDIRETOS C/ PESSOAL	8.205.000,00	8.155.516,40	99,4%
2.4.1.AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	5.110.000,00	5.109.517,85	100,0%
2.4.2.CESTA BÁSICA	1.430.000,00	1.377.708,24	96,3%
2.4.3.AUXÍLIO CRECHE	160.000,00	154.867,58	96,8%
2.4.4.AUXÍLIO TRANSPORTE	930.000,00	877.530,08	94,4%
2.4.5.DEMAIS *	575.000,00	635.892,65	110,6%
3. MATERIAIS E PRODUTOS	7.600.000,00	7.210.680,94	94,9%
3.1. MANUTENÇÃO	5.400.000,00	5.079.939,63	94,1%
3.2. MATERIAL DE CONSUMO	2.200.000,00	2.130.741,31	96,9%
4. SERVIÇOS DE TERCEIROS	66.030.000,00	65.075.632,43	98,6%
4.1.PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉC. E ADM	65.500.000,00	64.588.405,50	98,6%
4.2.PUBLICAÇÕES LEGAIS	530.000,00	487.226,93	91,9%
5. UTILIDADES E SERVIÇOS	44.600.000,00	45.266.739,34	101,5%
5.1. ÁGUA E ESGOTO	7.100.000,00	7.433.434,51	104,7%
5.2.CORREIOS E MALOTES	70.000,00	75.287,47	107,6%
5.3.ENERGIA ELÉTRICA	21.000.000,00	22.441.853,28	106,9%
5.4. TELEFONE	780.000,00	705.626,65	90,5%

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2015

5.5. XEROX	300.000,00	289.155,71	96,4%
5.6. VIAGENS	1.550.000,00	1.416.356,46	91,4%
5.7. SEGURO BENS PRÓPRIOS	3.363.426,65	3.363.426,65	100,0%
5.8. DEMAIS * *	10.436.573,35	9.541.598,61	91,4%
6. TRIBUTOS E ENCARGOS	35.000.000,00	33.772.795,76	96,5%
6.1. VINCULADOS A RECEITA	9.000.000,00	8.971.972,61	99,7%
6.2. VINCULADOS AO RESULTADO	8.600.000,00	7.912.280,19	92,0%
6.3. IPTU E OUTROS	17.400.000,00	16.888.542,96	97,1%
7. DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	9.220.000,00	6.835.806,47	74,1%
SUPERAVIT/DÉFICIT	-28.988.872,88	-7.557.691,24	26,1%
SALDO ANTERIOR	38.570.209,93	38.570.209,93	
SALDO EM 31/12/2015	9.581.337,05	31.012.518,69	

* Seguro de vida grupo / Treinamento / Uniformes / Auxílio pais/filhos excepcionais / Vale Cultura

* * Conduções + fretes + provedor internet + jornal edição própria + Locação Equip. + Representações + Contr. Assoc. Classe + Jornais e Revistas + Estudos e Projetos + Gastos Gerais + Gastos Indedutíveis .

Quadro (06): Ações do Orçamento de Investimento

(Valores em R\$ 1,00)

Identificação da Ação							
Código	4102						Tipo: Atividade
Título	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos						
Iniciativa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura Código: 0807						
Objetivo	22212 - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo						
Programa	Código: Tipo:						
Unidade Orçamentária							
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
500.000	500.000	218.208					

(Valores em R\$ 1,00)

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2015

Identificação da Ação							
Código	4103 Tipo: Atividade						
Título	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento						
Iniciativa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura Código: 0807						
Objetivo	22212 - Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo						
Programa	Código: Tipo:						
Unidade Orçamentária							
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
4.556.964	4.556.964	1.621.990					

(Valores em R\$ 1,00)

Identificação da Ação							
Código	4105 Tipo: Atividade						
Título	Manutenção e Adequação da Infraestrutura Operacional						
Iniciativa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura Código: 0807						
Objetivo	22212 - Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo						
Programa	Código: Tipo:						
Unidade Orçamentária							
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
32.146.825	32.146.825	13.231.142					

3.3.1 Informações sobre a execução das despesas

Quadro (07): Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)			102.214.395	87.742.295
a) Convite			32.120	65.000
b) Tomada de Preços			534.438	-
c) Concorrência			9.502.756	6.576.518
d) Pregão			91.895.081	80.850.777
e) Chamamento			250.000	250.000
2. Contratações Diretas (h+i)			34.254.325	21.516.047
h) Dispensa			9.290.348	5.888.402
i) Inexigibilidade			24.963.977	15.627.645
3. Regime de Execução Especial			375.625	355.453
j) Suprimento de Fundos			375.625	355.453
4. Pagamento de Pessoal (k+l)			60.206.706	55.873.220
k) Pagamento em Folha			58.788.464	54.025.036
l) Diárias			1.418.242	1.848.184
5. Outros			34.602.688	27.983.868
6. Total (1+2+3+4+5)			231.653.739	193.470.883

Obs: Os dados acima se referem as despesas efetivamente realizadas no período. Por se tratar de empresa de economia mista não são utilizadas as nomenclaturas Despesa Empenhada e Despesa Liquidada.

O sistema de administração financeira em uso na CEAGESP não possibilita a captação, integração e consolidação de dados por modalidade de contratação. Dada essa situação, as informações acima foram extraídas de levantamentos paralelos.

Quadro (08): Despesas por grupo e elemento de despesa

(Valores em R\$ 1,00)

DESPESAS CORRENTES				
Grupos de Despesa	Empenhada		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2015	2014	2015	2014
11 – Vencimentos e vantagens Fixa	32.500.000	29.047.900	29.214.681	27.483.913
13 – Obrigações patrimoniais	25.000.000	22.518.700	27.330.484	23.345.757
16 – Outras Despesas Variáveis	3.500.000	3.095.200	3.499.599	2.861.345
Demais elementos do grupo	325.000	390.400	339.569	282.172
2. Juros e Encargos da Dívida				
Nome do elemento de despesa				
...				
...				
Demais elementos do grupo				
3. Outras Despesas Correntes				
37 – Locação de Mão de Obra	65.500.000	58.607.000	67.951.832	59.150.473
39 – Outros Serviços de Terceiros	60.145.000	48.847.410	57.443.181	46.488.132
47 – Obrigações Trib. Contributivas	35.000.000	42.324.600	33.772.796	39.615.591
Demais elementos do grupo	22.778.956	29.230.440	17.379.890	25.774.420
DESPESAS DE CAPITAL				
Grupos de Despesa	Empenhada		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014
51 – Obras e Instalações	32.146.825	30.608.879	13.231.142	15.302.121
52 – Equipamentos e Mat. Permanente	5.056.964	4.150.000	1.840.198	2.528.624
...				
Demais elementos do grupo				
5. Inversões Financeiras				
Nome do elemento de despesa				
...				
...				
Demais elementos do grupo				
6. Amortização da Dívida				
Nome do elemento de despesa				
...				
...				
Demais elementos do grupo				
Obs: O item Despesa Empenhada equivale a Despesa Orçada. O item Valores Pagos equivale a Despesa Realizada.				

Análise Crítica:

Em 2015, a Companhia teve um déficit de R\$ 7,557 milhões. O recebimento de mais um repasse de recursos do Governo do Estado de São Paulo de R\$ 26,985 milhões por conta de ações trabalhistas pagas pela CEAGESP mas de responsabilidade do Estado, ajudou na manutenção das despesas para o bom andamento da Companhia, mas não foi o suficiente para o equilíbrio financeiro de 2015. O pagamento de mais de R\$ 2,055 milhões em Dividendos e outras Despesas Operacionais não programadas foram responsáveis pelo déficit do ano.

Com relação a Programação Orçamentária Inicial, as “Receitas Extras” ficaram 50% abaixo do programado inicialmente, mas o bom desempenho operacional, 9,07% superior ao ano anterior, manteve os valores esperados das receitas em 2015. Ainda assim, algumas rubricas constantes da Programação Orçamentária foram reprogramadas para melhor adequação do orçamento. Dentre as despesas correntes, podemos ressaltar, principalmente: as do grupo “Tributos e Encargos Parafiscais”, oneradas pelo aumento da CSLL e do IRPJ vinculados ao resultado; “Utilidades e Serviços”, em razão do pagamento de indenização à Companhia de Concessões em Circulação Veicular e ao aumento elevado das contas de energia elétrica; “Serviços de Terceiros”, devido à repactuação e regularização de contratos junto aos fornecedores; “Demandas Trabalhistas”, por conta de diversos acordos judiciais executados durante o ano. Os demais dispêndios correntes, orçados e realizados, não apresentaram diferenças significativas, mantendo valores próximos à Programação Inicial.

3.4 Desempenho operacional

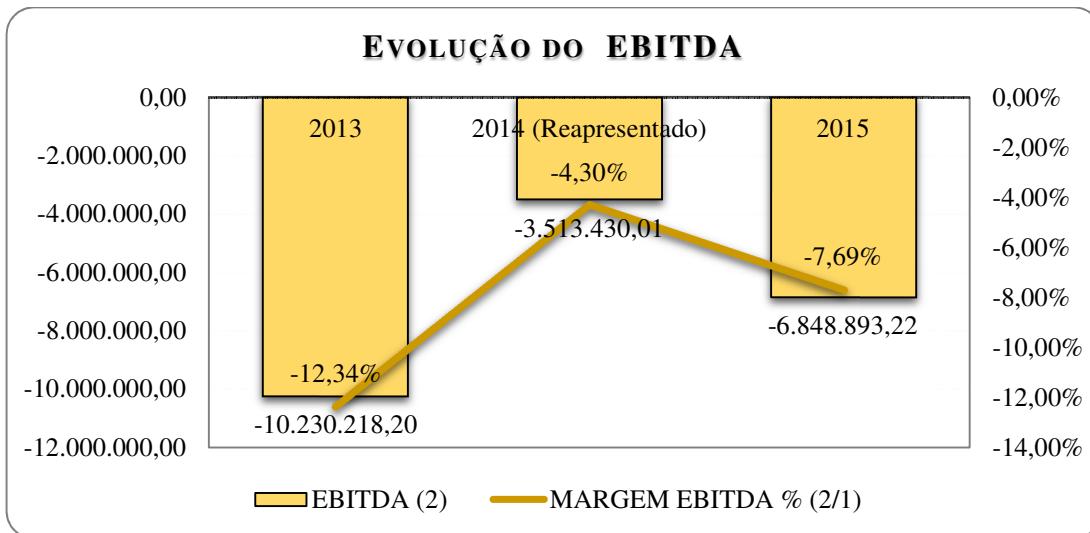
O EBITDA ou LAJIDA - Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização - é o resultado operacional da Companhia. Em 2015 foi negativo, no valor de R\$ 6,849 milhões.

Quadro (09): Cálculo e Evolução do EBITDA

(Valores em R\$ 1,00)

CÁLCULO DO EBITDA			
	2013	2014 (Reapresentado)	2015
Resultado Antes do IRPJ/CSLL	62.979.844,92	10.108.023,61	13.032.490,21
(-) Receita Financeira	-84.402.019,40	-24.764.134,65	-30.781.812,32
(+) Despesa Financeira	5.657.806,06	5.468.284,88	4.703.077,05
(+) Depreciações e Amortizações	5.534.150,22	5.674.396,15	6.197.351,84
EBITDA	-10.230.218,20	-3.513.430,01	-6.848.893,22
CÁLCULO DA MARGEM EBITDA			
Receita Líquida (1)	82.921.229,69	81.739.027,86	89.072.707,27
Lucro Bruto	40.251.439,41	24.242.724,03	29.706.909,35
Lucro/Prejuízo Operacional	-15.764.368,42	-9.187.826,16	-13.046.245,06
Lucro Líquido/Prejuízo do Período	43.122.275,81	6.256.228,13	8.075.307,73
EBITDA (2)	-10.230.218,20	-3.513.430,01	-6.848.893,22
MARGEM EBITDA % (2/1)	-12,34%	-4,30%	-7,69%

Gráfico (02): Evolução do EBITDA



As áreas finalísticas da CEAGESP, Entrepôstagem e Armazenagem, utilizam indicadores diferenciados para monitorar e avaliar o desempenho operacional de suas atividades.

a) Índice de Ocupação da Rede de Entrepôstagem (%)

Descrição do indicador: Medir o desempenho da gestão para a efetiva comercialização – ocupação das áreas disponíveis nos entrepostos, bem como demonstrar o comportamento da demanda em relação às ofertas apresentadas. Baixos índices significam áreas disponíveis para ocupação e, consequentemente, retração no potencial de receita.

Objetivo do indicador: Mensurar o grau de eficiência ou ineficiência de utilização das instalações destinadas à comercialização de produtos hortícolas.

Fórmula de cálculo do indicador: N° de área ocupadas com TPRU e AU/ N° total de unidades disponíveis para uso.

TPRU = Termo de Permissão Remunerada de Uso

AU = Autorização de Uso

a.1) Entrepôstos da Capital -ETSP

A relação de Unidades disponíveis/ unidades ocupadas deverá ser igual ou superior a 95,49%, índice este obtido pela média dos últimos três anos.

a.2) Rede de Entrepôstos do Interior

O ideal é que o índice seja maior ou igual a 90,02%, média obtida nos exercícios dos últimos três anos, o que indica que os objetivos da Companhia estão sendo alcançados, proporcionando resultados satisfatórios para o período.

Indicadores Históricos

Quadro (10): Total de Áreas x Áreas Ocupadas

ETSP				ENTREPÓSITOS DO INTERIOR			
Ano	Total de Áreas*	Áreas Ocupadas	Índice de Ocupação	Ano	Total de Áreas	Áreas Ocupadas	Índice de Ocupação
2013	6.034	5.804	96,20%	2013	3.619	3.259	90,05%
2014	6.034	5.773	96,02%	2014	3.640	3.323	91,29%
2015	5815	5.475	94,07%	2015	3.681	3.296	89,54%
MÉDIA		95,49%		MÉDIA		90,02%	
MÉDIA GERAL (ETSP + INTERIOR / 2)** = 92,89%							

* O nº total de áreas disponíveis para comercialização sofre variações em razão da criação ou extinção destas áreas, por motivos diversos.

** A média geral servirá de base para a definição da meta e será calculada através da soma da média dos últimos três anos nos indicadores do ETSP e do Interior, dividido por 2 (dois).

Gráfico (03): Comparativo do Índice de ocupação ETSP – 2013 a 2015

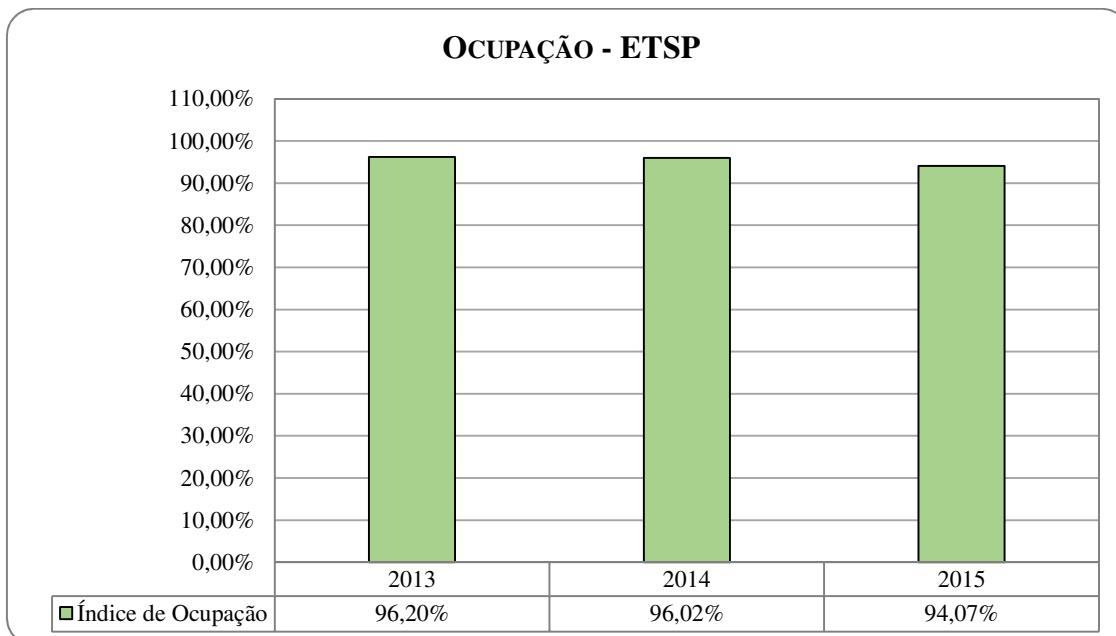
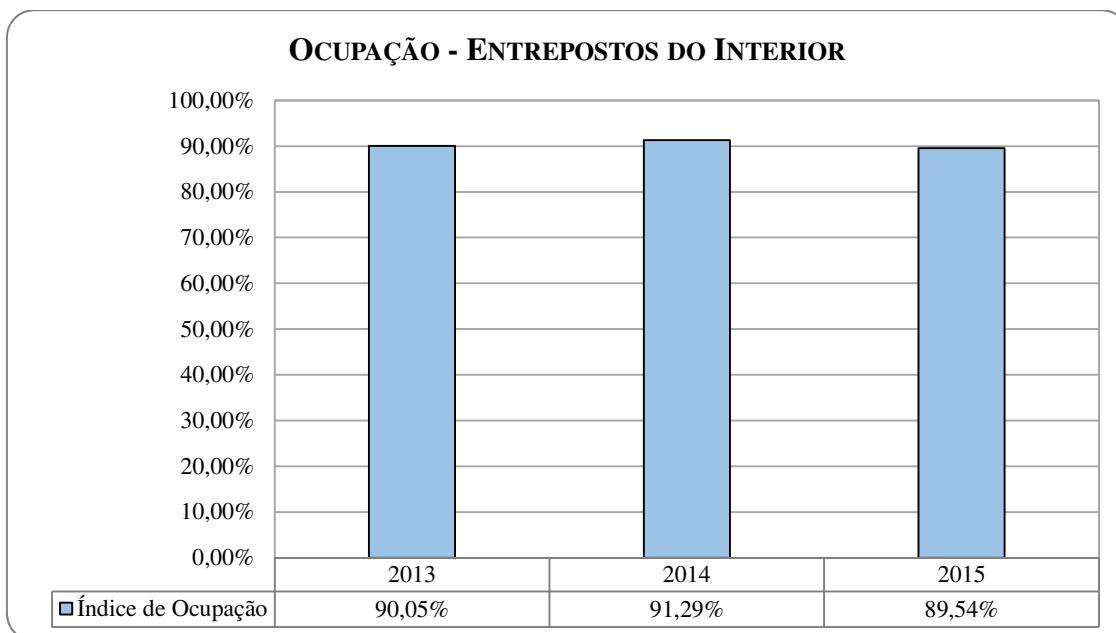


Gráfico (04): Comparativo do Índice de ocupação Entrepósitos do Interior – 2013 a 2015



b) Índice de Ocupação da Rede Armazenadora

Descrição do indicador: Medir o desempenho da gestão para a efetiva ocupação dos espaços disponíveis nos armazéns, bem como demonstrar o comportamento dos produtores/produtos no período sob análise, considerando os fatores impactantes como: clima, preço das commodities e logística ferroviária, entre outros.

Objetivo do indicador: Mensurar o grau de eficiência ou ineficiência de utilização das instalações (rede armazenadora) destinadas à armazenagem de mercadorias, e consequentemente traçar estratégias para adequação de procedimentos/equipamentos e captação de novos clientes.

Fórmula de cálculo do indicador: Estoque médio - ton / capacidade estática ativa - ton (%).

Entende-se por capacidade estática ativa a capacidade total possível de armazenamento da Companhia.

Baixos índices significam pouca mercadoria estocada e, consequentemente, baixo retorno de capital.

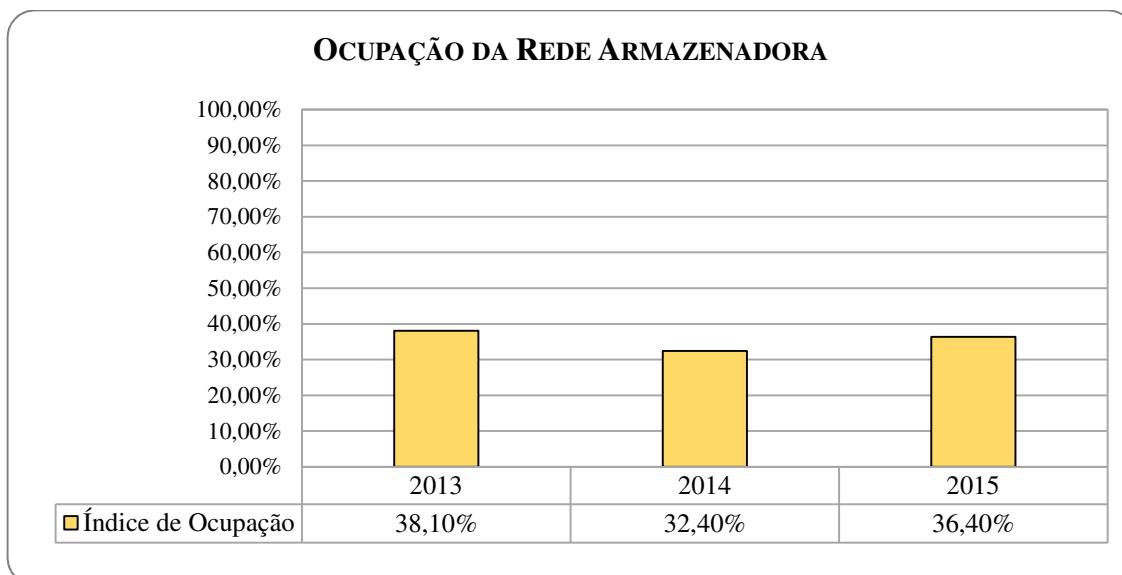
O Índice de ocupação apresenta grandes variações durante o ano, atingindo percentual mais elevado nos períodos de safra e percentual menor nos períodos de entressafra.

O ideal é que o índice seja maior ou igual a 33,7%, média obtida nos exercícios dos últimos três anos, o que indica que os objetivos da Companhia estão sendo alcançados, proporcionando resultados satisfatórios para o período.

Quadro (11): Índice de Ocupação Média Anual – Rede Armazenadora

ÍNDICE DE OCUPAÇÃO MÉDIA ANUAL				
	2013	2014	2015	Média (2013/2015)
Total da Rede	38,10%	32,40%	36,4	35,63%

Gráfico (05): Comparativo do Índice de Ocupação – 2013 a 2014 – Rede Armazenadora



c) Índice de Execução do Orçamento (%)

Descrição do indicador: Medir a eficiência na previsão e na execução do orçamento mensalmente.

Objetivo do indicador: Sinalizar às áreas envolvidas, principalmente àquelas que produzem maior impacto, a ocorrência de alterações dos valores programados e limitados ou a baixa execução do orçamento tanto da conta Investimentos como dos demais dispêndios correntes, buscando atingir os resultados programados.

Fórmula de cálculo do indicador: Orçamento executado / orçamento previsto.

O ideal é que o índice seja maior do que 1,00, o que indica que os objetivos da Companhia estão sendo alcançados, exceção feita às despesas previstas que, caso apresentem índice menor do que 1,00, podem indicar uma contenção de gastos por parte da Companhia.

Em cada exercício a CEAGESP encaminha o orçamento para aprovação do DEST (previsto) e busca executá-lo conforme valores aprovados, realizando o monitoramento dos valores de cada rubrica de receitas e despesas.

Mensalmente é realizado um acompanhamento através da operacionalização dos dados no Sistema de Informações das Empresas Estatais (SIEST), que interliga *on line* o DEST às

empresas estatais federais e seus respectivos ministérios. As informações são disponibilizadas até o dia 20 do mês subsequente ao fato gerador e divididas da seguinte forma:

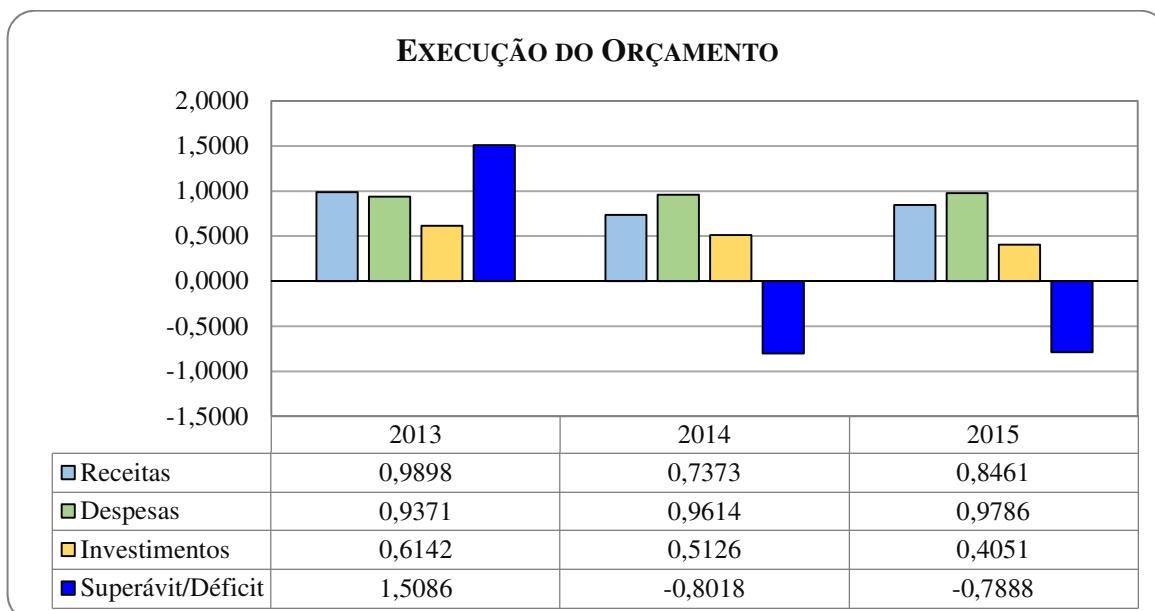
DICOR - Discriminação das Origens de Recursos;

DICAR - Discriminação das Aplicações de Recursos.

Quadro (12): Orçado x Realizado

ORÇAMENTO ORÇADO X REALIZADO			
	2013	2014	2015
Receitas Orçadas	R\$ 291.190.297,91	R\$ 297.822.146,00	R\$ 288.895.542,56
Despesas Orçadas	R\$ 227.396.594,13	R\$ 234.061.650,00	R\$ 242.110.417,00
Investimentos Orçados	R\$ 23.604.471,00	R\$ 34.758.879,17	R\$ 37.203.788,57
Superávit/Déficit	R\$ 40.189.232,77	R\$ 29.001.617,00	R\$ 9.581.336,99
Receitas Realizadas	R\$ 288.211.835,39	R\$ 219.579.952,48	R\$ 244.445.680,89
Despesas Realizadas	R\$ 213.083.747,41	R\$ 225.017.343,93	R\$ 236.932.032,46
Investimentos Realizados	R\$ 14.497.927,08	R\$ 17.815.744,28	R\$ 15.071.339,67
Superávit/Déficit	R\$ 60.630.160,90	R\$ -23.253.135,73	R\$ -7.557.691,24

Gráfico (06): Comparativo do Índice de Execução do Orçamento - 2013 a 2015



d) Índice de Inadimplência - Contas a Receber

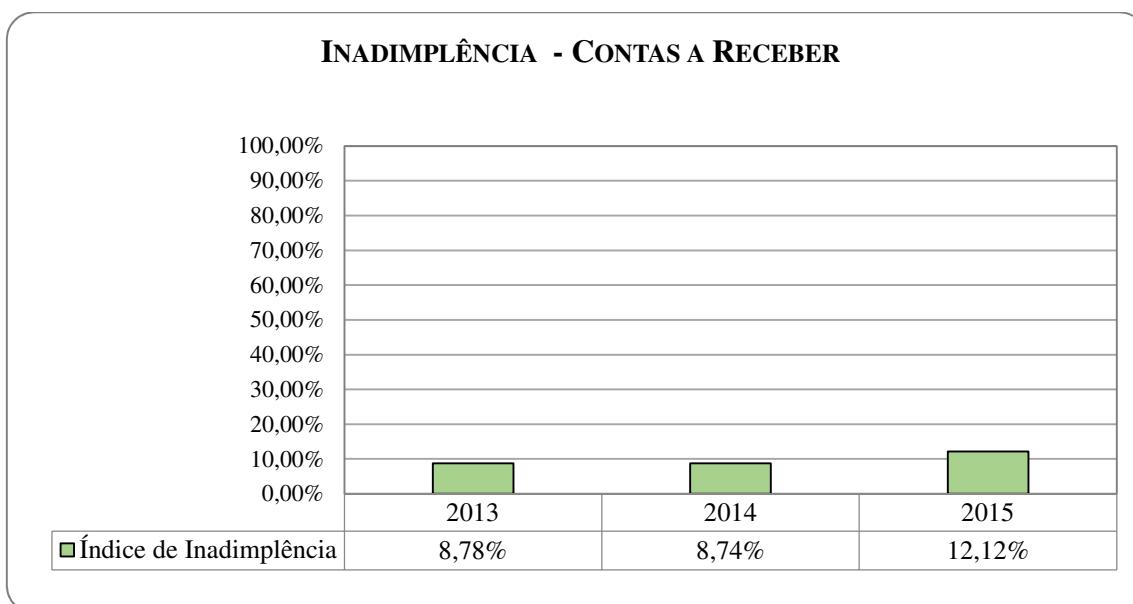
Descrição do indicador: Mede a relação entre contas a receber vencidos e recebíveis

Objetivo do indicador: Acompanhar o aumento ou redução do índice de devedores da Companhia, visando auxiliar na adoção tempestiva de estratégias eficazes para obtenção de resultados satisfatórios à gestão.

Fórmula de cálculo do indicador: Valor total do contas a receber vencidos / Valor total do contas a receber vencidos + vincendos (em %).

A verificação da inadimplência é realizada a partir do 1º dia após o vencimento da fatura.

Gráfico (07): Comparativo do Índice de Inadimplência - 2013 a 2015 - Média Anual



e) Índice de Redução de Custos nas Licitações - Economicidade (%)

Descrição do indicador: Medir o índice de economia (%) nas licitações realizadas.

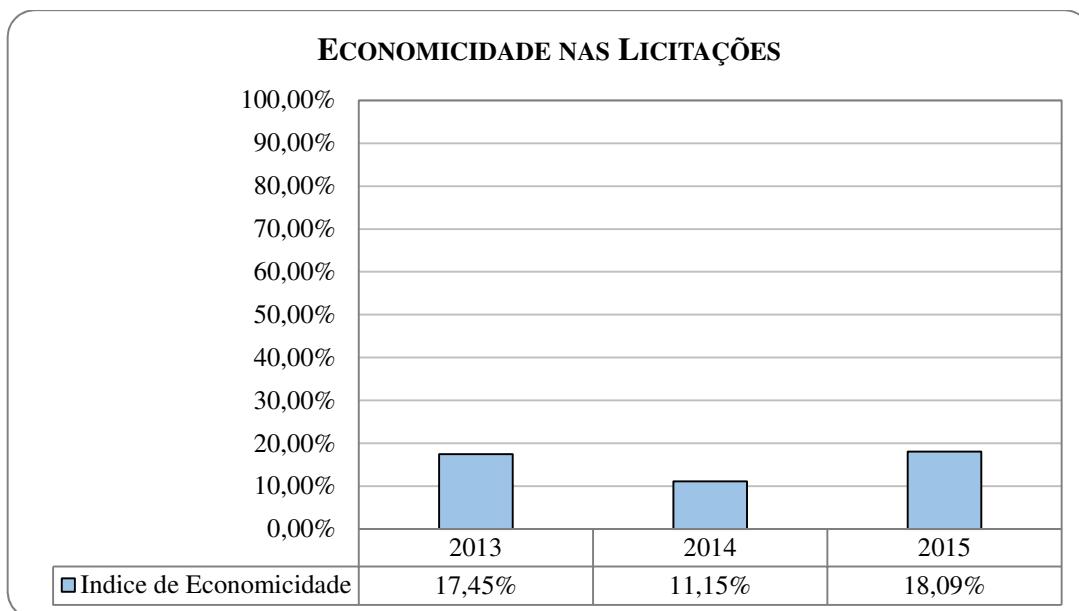
Objetivo do indicador: Avaliar os resultados alcançados e, buscar a cada certame evoluir o grau de eficiência e eficácia nas negociações com os potenciais fornecedores.

Fórmula de cálculo do indicador: Valor total orçado - valor total contratado nas licitações / valor total orçado (todos editais de licitação).

Quadro (13): Valores Orçados x Contratados nas Licitações

ANO	VALORES ORÇADOS	VALORES CONTRATADOS	ECONOMIA
2013	59.842.211,85	49.396.875,18	10.445.336,67
2014	49.406.144,61	43.899.159,13	5.506.985,48
2015	25.188.388,78	20.630.631,74	4.557.757,04

Gráfico (08): Comparativo do Índice de Economicidade nas Licitações - 2013 a 2015



f) Índice de Execução do Plano de Metas

Em se tratando do Planejamento Estratégico, a CEAGESP não dispõe de uma ferramenta de acompanhamento e monitoramento de projetos, pois esta atividade é executada por meio das oficinas, reuniões com as áreas e acompanhamento da Presidência.

Este acompanhamento é realizado tendo como base as medidas adotadas para a realização ou conclusão dos projetos planejados, considerando, também, as situações que levaram à suspensão ou interrupção daqueles de difícil execução, bem como os seus motivos.

A apuração das metas alcançadas se faz a partir dos números de realizações e a dimensão dos projetos finalizados.

Descrição do indicador: Medir e avaliar os projetos concluídos e aqueles que estão em andamento, bem como comparar com resultados anteriores.

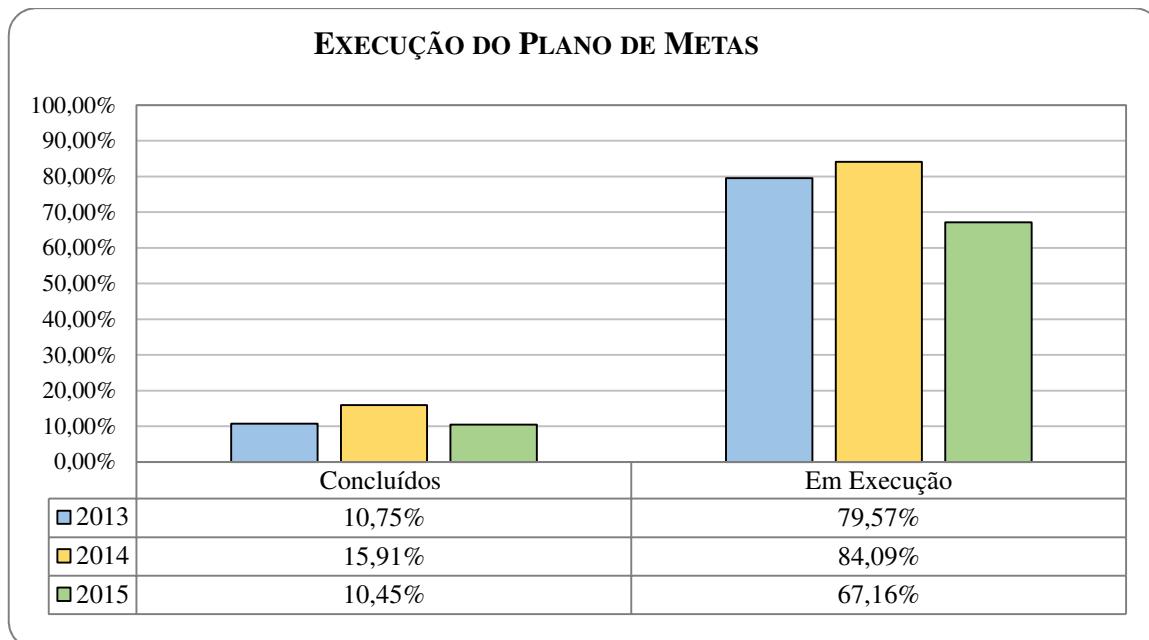
Objetivo do indicador: Medir a execução dos projetos planejados e os projetos em execução, dimensionando as realizações para fins de análise apurada e dimensionamento das metas alcançadas.

Fórmula de cálculo do indicador: Número de projetos concluídos ou em execução / número de projetos planejados.

Quadro (14): Execução de Planos de Metas

EXECUÇÃO DE PLANOS DE METAS			
ANO	PLANEJADOS	CONCLUÍDOS	EM EXECUÇÃO
2013	93	10	74
2014	88	14	74
2015	67	7	45

Gráfico (09): Comparativo do Índice de Execução do Plano de Metas - 2013 a 2015



g) Índice de Reciclagem de Resíduos Orgânicos e Inorgânicos no ETSP (%)

Descrição do indicador: Medir o percentual de resíduos reciclados em relação ao volume total de resíduos gerados pela comercialização no ETSP, bem como comparar com resultados anteriores.

Objetivo do indicador: Avaliar os trabalhos desenvolvidos, identificando possíveis falhas que estejam retardando a sua eficácia da forma almejada.

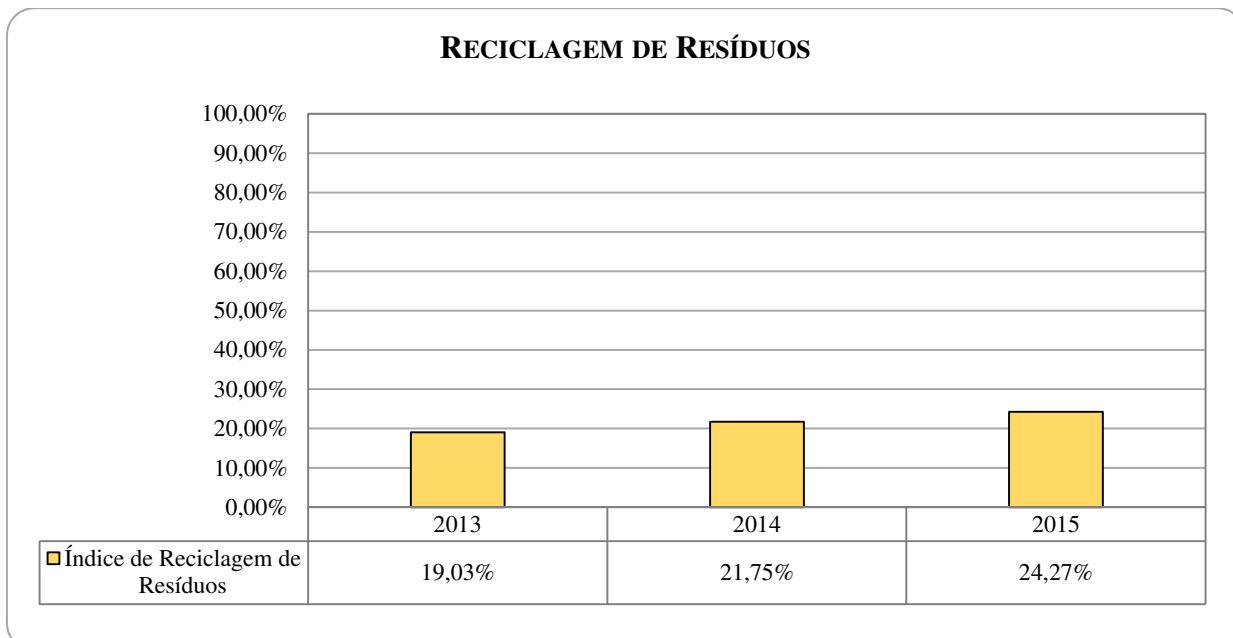
Fórmula de cálculo do indicador: Quantidade total (ton) de resíduos reciclados / quantidade total (ton) de resíduos gerados na comercialização (%).

Esses produtos são separados e pesados, e são destinados a diferentes finalidades (aterro sanitário, banco de alimentos, reciclagem, e outros).

Quadro (15): Lixo Reciclado x Lixo Gerado no ETSP

LIXO RECICLADO X LIXO GERADO NO ETSP			
ANO	LIXO RECICLADO (ton)	TOTAL LIXO GERADO (ton)	LIXO DESCARTADO (ton)
2013	10.731	56.387	45.656
2014	13.004	59.783	46.779
2015	14.608	60.195	45.587

Gráfico (10): Comparativo do Índice de Reciclagem de Resíduos – 2013 a 2015



h) Índice de Aproveitamento de Produtos no Banco de Alimentos

Descrição do indicador: Medir e avaliar o percentual de eficiência no aproveitamento dos produtos recebidos em doação, bem comparar com resultados anteriores.

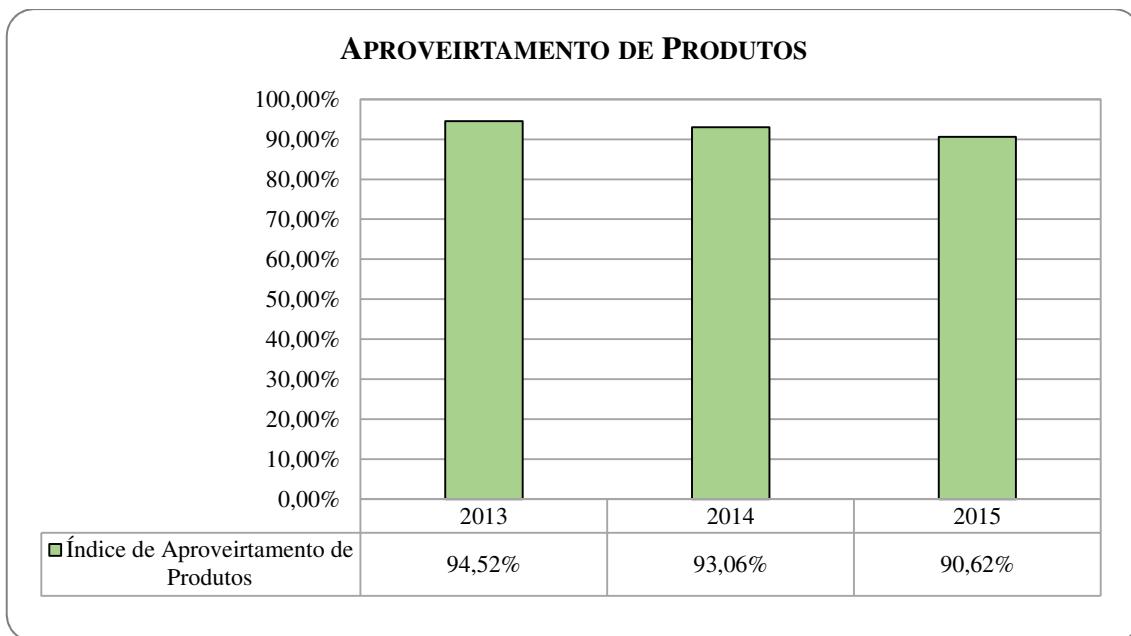
Objetivo do indicador: Detectar o desenvolvimento do referido projeto, possibilitando, com base nos resultados alcançados o direcionamento de novas ações para maior captação e consequentemente distribuição dos produtos.

Fórmula de cálculo do indicador: Quantidade total de mercadorias distribuídas (ton) / quantidade total de mercadorias recebidas (%).

Quadro (16): Volume Recebido x Volume Distribuído pelo Banco de Alimentos

VOLUME RECEBIDO X VOLUME DISTRIBUÍDO PELO BANCO DE ALIMENTOS			
ANO	VOL. RECEBIDO	VOL. DISTRIBUÍDO	VOL. DESCARTADO
2013	3.579	3.383	196
2014	3.818	3.553	265
2015	3.316	3.005	335

Gráfico (11): Comparativo do Índice de Aproveitamento de Produtos no Banco de Alimentos
2013 a 2015



4. GOVERNANÇA

4.1 Descrição das estruturas de governança

A CEAGESP em sua estrutura regimental apresenta órgãos de controle buscando aprimorar a gestão, bem como promover a transparência das suas ações permeando as diretrizes da gestão pública. Nesta estrutura, os órgãos seguintes têm atuação no âmbito da Companhia:

Auditoria Interna:

Com base na Instrução Normativa SFC/MF nº 01/2007 e Instrução Normativa CGU número 24/2015, a auditoria interna elabora o PAINT, bem como trimestralmente é apresentado à CGU o RAINTE no qual relata todas as atividades desenvolvidas durante o referido período, observando a programação do PAINT. O planejamento de auditoria interna do setor público possui como base norteadora as definidas pelo Manual de Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (2001) da Secretaria Federal de Controle que orienta o uso nas unidades de controle interno jurisdicionado ao Poder Executivo Federal. A CODIN possui, também, a Norma Interna NP-AD-025 que elenca os procedimentos que regem as atividades da área.

Comissão de Ética:

Por meio do Decreto 6.029 de 1º de Fevereiro de 2007 instituiu-se o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal com a finalidade de promover atividades que dispõem sobre a conduta ética no âmbito Empresas Públicas.

Na CEAGESP, a Comissão de Ética, órgão estabelecido na estrutura organizacional por meio da sua Secretaria Executiva, tem como finalidade recomendar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, capacitação e treinamento e aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, apurando a conduta do servidor público que estiver em desacordo com as normas éticas pertinentes.

Conselhos de Administração e Fiscal e Diretoria Executiva

Para assegurar essa excelência, as práticas da Companhia estão alicerçadas nos valores organizacionais, na política da qualidade e no modelo de liderança. As reuniões dos órgãos deliberativos, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, são realizadas em cumprimento as suas obrigações estatutárias.

Comitês, Comissões e Grupos de Trabalho:

A CEAGESP no uso de suas atribuições estatutárias emitiu as seguintes Portarias com a finalidade de compor comitês, comissões e grupos de trabalho para fins específicos no apoio a sua gestão:

Portaria nº 004 de 03/02/2015: Grupo de Trabalho – Constitui Grupo de Trabalho cujo foco será a elaboração do Relatório de Gestão e Prestação de Contas – Ano 2014.

Portaria nº 005 de 12/02/2015: Comissão – Constitui Comissão para retomar discussões referentes à Cláusula 4ª, Parágrafo Único, do Acordo Coletivo 2014/2015 – REAJUSTE SALARIAL: “Em não havendo concessão do reajuste salarial em razão do julgamento do tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, a empresa se compromete a retornar as discussões

quanto ao eventual ganho de produtividade já a partir de Janeiro de 2015”.

Portaria nº 007 de 18/03/2015: Comissão de Sindicância – Constitui Comissão para abertura de Processo de Sindicância visando a apuração de fatos ocorridos na SECME concernentes aos atos de vandalismo realizados nos equipamentos de informática locados naquela Seção.

Portaria nº 008 de 18/03/2015: Comissão de Sindicância – Constitui Comissão para abertura de Processo de Sindicância visando a apuração de fatos ocorridos no ETSP, concernentes à adulteração nos comprovantes de apreensão de carrinhos, conforme relatado na CI-SECME 004/15, de 09/02/2015.

Portaria nº 009 de 30/03/2015: Comissão de Sindicância – Constitui Comissão para abertura de Processo de Sindicância visando a apuração de fatos ocorridos no ETSP, concernentes à denúncia de assédio moral praticados por funcionários da CEAGESP contra funcionários da Empresa Albatroz, conforme descrito em relatório de sindicância emitido por aquela empresa (Relatório de Sindicância – Processo n. 006/2015).

Portaria nº 013 de 04/05/2015: Comissão de Sindicância – Constitui Comissão para abertura de Processo de Sindicância visando a apuração de fatos ocorridos no ETSP, concernentes à subtração de dois contêineres de propriedade do permissionário Porto Pesca Comercial Ltda., conforme relatado no Relatório Especial FRISP n. 11/14, de 23.12.14.

Portaria nº 014 de 07/05/2015: Comissão de Ética – Designa os funcionários do quadro de carreira da empresa, para exercerem mandato de 03 anos, a partir desta data, como membros titular e suplente da Comissão de Ética CEAGESP.

Portaria nº 015 de 18/05/2015: Comissão de Negociação Sindical – Constitui Comissão de Negociação Sindical para tratar do Acordo Coletivo 2015-2016, devendo a Comissão iniciar os seus trabalhos tão logo seus integrantes tenham efetivo conhecimento do teor desta portaria.

Portaria nº 016 de 19/05/2015: Comissão – Constitui Comissão Permanente de Licitações.

Portaria nº 020 de 27/07/2015: Comissão – Constitui Comissão para abertura de Processo Administrativo Disciplinar para apuração dos fatos narrados referentes à comprovação de autenticidade dos comprovantes do grau de escolaridade do funcionário lotado na Unidade AGAVA.

Portaria nº 021 de 14/07/2015: Grupo de Trabalho – Constitui Grupo de Trabalho, cujo foco será o estudo de ações visando a redução das despesas da Companhia.

Portaria nº 022 de 14/07/2015: Grupo de Trabalho – Constitui Grupo de Trabalho, cujo foco será o estudo de ações visando a otimização das receitas da Companhia.

Portaria nº 026 de 20/08/2015: Comissão – Renova a Comissão de Registro Cadastral.

Portaria nº 027 de 27/08/2015: Comissão – Constitui Comissão Eleitoral que organizará o processo para eleição do representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da CEAGESP.

Portaria nº 028 de 28/08/2015: Comissão – Constitui Comissão para abertura de Processo Administrativo Disciplinar para apuração dos fatos narrados referentes à apuração do ocorrido em relação à reclamação trabalhista n. 0010276.33.2015.15.0031 (Vara Única de Avaré).

Portaria nº 030 de 01/10/2015: Grupo de Trabalho – Constitui Grupo de Trabalho, cujo foco será o estudo e acompanhamento do Projeto de Pesquisa elaborado pela FIPE.

Portaria nº 034 de 16/10/2015: Comissão – Constitui Comissão para elaboração do Programa de Participação nos Lucros ou Resultados – PLR – Exercício 2016, conforme Ofício-Circular nº 49/DEST/SE-MP, de 12/08/2014.

Portaria nº 035 de 21/10/2015: Grupo de Trabalho – Constitui Grupo de Trabalho para socializar com os agentes do mercado às Normas de Entrepostagem, analisar as contribuições recebidas e cotejá-las com o Estudo do Projeto de Pesquisa elaborado pela FIPE.

4.2 Informações sobre os dirigentes e colegiados

A CEAGESP é uma sociedade anônima de economia mista vinculada ao MAPA, regida pelo seu Estatuto Social e pela legislação a ela aplicável.

Constituem-se em Órgãos da Companhia, nos termos do Artigo 9º do Estatuto Social da CEAGESP, aprovado e consolidado na Assembleia Geral Extraordinária de 18 de Dezembro de 2002: (a) Assembleia Geral, (b) Conselho de Administração e (c) Diretoria Executiva.

No ANEXO I – Estatuto Social da CEAGESP, encontra-se as demais informações sobre este item.

4.3 Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico

As informações referentes a este item constam no ANEXO I – Estatuto Social da CEAGESP.

4.4 Atuação da unidade de auditoria interna

A CODIN é regulamentada pela Norma Interna de Procedimentos da CEAGESP; não está disponível na internet, por isso consta como ANEXO III – Norma NP-AD-025 – Auditoria Interna.

Para observância da independência e objetividade da CODIN, seguimos todas as questões consideradas relevantes e aplicáveis apresentadas nas normas de auditoria da INTOSAI. Na Norma Interna da CODIN (ANEXO III – Norma NP-AD-025 – Auditoria Interna) nas disposições gerais, destacamos os elementos de independência e objetividade:

Na execução dos trabalhos, o auditor interno deverá zelar para o cumprimento e observância dos aspectos comportamentais: a) *Os princípios relevantes na prática de auditoria, ou seja, integridade, imparcialidade, objetividade, confidencialidade e competência, a fim de evitar conflitos de interesse;* b) *Os princípios básicos de relações humanas e, por consequência, a manutenção de relações cordiais com os auditados;* c) *A manutenção de atitude de independência, pela autonomia de atuação, livre acesso às áreas e departamentos da CEAGESP e imparcialidade, pelo poder de denúncia, e por estar comprometido somente com os interesses da Companhia;* d) *A conduta pautada nos princípios e regras contempladas na presente Norma e nos Códigos de Ética da CEAGESP e da Auditoria Interna, adotando comportamento ético, cautela e zelo profissional;* e) *A comunicação formal e tempestiva ao titular da auditoria interna sobre qualquer ato ou fato irregular levado ao seu conhecimento e que apresente evidência concreta de sua veracidade, sob pena de omissão.*

A estratégia de atuação da Auditoria Interna em relação à Companhia está voltada ao fortalecimento da gestão e a racionalização das ações de controle. Por meio da prestação de assessoria à Administração, oferecendo condições para um desempenho adequado de suas obrigações, proporcionando análise, apreciações, recomendações e comentários objetivos acerca das atividades examinadas. Além de prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno e Externo do Governo Federal.

O organograma da CEAGESP contempla a CODIN, subordinada ao CONSAD à Presidência, prestando assessoria às demais Diretorias e Conselhos de Administração e Fiscal. A CODIN é composta pelo Coordenador, 04 Auditores e 01 Técnico Administrativa.

A escolha do titular é feita seguindo as determinações do Decreto nº 3591/2000, § 5º do art.15 da Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos:

Art. 15. As unidades de auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal indireta vinculadas aos Ministérios e aos órgãos da Presidência da República ficam sujeitas à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em suas respectivas áreas de jurisdição. (Redação dada pelo Decreto nº 4.440, de 25.10.2002)

§ 5º A nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular de unidade de auditoria interna será submetida, pelo dirigente máximo da entidade, à aprovação do conselho de administração ou órgão equivalente, quando for o caso, e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União. (Redação dada pelo Decreto nº 4.304, de 2002)

Os relatórios de auditoria, após 30 dias de sua edição são encaminhados às Diretorias, por meio de Comunicação Interna, para conhecimento e providências junto às áreas auditadas. E também, mensalmente, é apresentado relatório gerencial ao CONSAD com o resumo das recomendações com os devidos estágios de implementação.

O Coordenador de Auditoria Interna participa mensalmente das reuniões do CONSAD, apontando as recomendações mais críticas à Companhia. Ademais, a CODIN Instrução Normativa CGU 024/2015.

Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes não ocorreram no exercício.

4.5 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Na CEAGESP, quando identificada a necessidade de abertura de um processo administrativo disciplinar, o Diretor Presidente é comunicado e por meio de Portaria nomeia uma Comissão, com membros indicados pela Diretoria Executiva, para realização dos trabalhos de apuração. Estes trabalhos são acompanhados pela CODIN que, por meio de um relatório gerencial, disponibiliza mensalmente as atualizações dos processos de apuração aos membros do Conselho Fiscal. No exercício de 2015, foram realizados 07 (sete) processos administrativos, porém não identificamos nenhum que fosse capaz de causar impactos no desempenho da Companhia.

Os Processos Administrativos Disciplinares, ocorridos na CEAGESP estão registrados no Sistema CGUPAD (ANEXO IV – Relatório de Dados do Processo Administrativo Disciplinar);

algumas providencias foram adotadas para viabilizar e aprimorar a continuidade deste trabalho, como por exemplo a atualização da Norma Interna – NP-AD-026 – Processo de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial. Seguimos os ditames estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

4.6 Gestão de riscos e controles internos

Atualmente existe apenas a identificação do risco inerente de cada ação prevista no PAINT, para o próximo exercício haverá o aprimoramento/ampliação deste processo, que será implantado nas principais áreas da Companhia.

Em decorrência dos apontamentos da CGU, conforme NT 201412409/01 de 19/11/2014, a qual recomendou reavaliar o teor da ação prevista para "implantar a gestão de riscos na Companhia" e promover as alterações no PAINT 2015 que afastem a possibilidade de confundir a atuação da Auditoria Interna em ato de gestão afeto a outro setor da Companhia, em janeiro de 2015 um grupo de trabalho específico, constituído pela Presidência, em conjunto com o Coordenadoria da Auditoria Interna decidiram que a melhor forma de implantar o levantamento dos riscos na CEAGESP, com respaldo técnico e eficiência operacional, seria por meio do apoio de uma consultoria especializada. Assim, em junho de 2015, iniciamos o processo licitatório, objetivando a contratação desta consultoria, visando contemplar os principais níveis de atividades envolvidos na empresa. Entendemos que para próximo exercício haverá um eficaz monitoramento e identificação dos riscos.

4.7 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

Quadro (17): Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Conselho de Administração				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total no exercício
Arno Jerke Júnior	19/11/2015	-	3.362,62	6.725,24
Carlos Nabil Ghobril	27/11/2015	-	3.362,62	6.725,24
Flávio Luís Godas	-	31/10/2015	3.362,62	32.922,40
Francisco Sérgio Ferreira Jardim	-	31/10/2015	3.362,62	32.922,40
Giovanni Sousa Papini	01/11/2015	-	3.362,62	6.725,24
Iara Viveiros Lima	-	30/04/2015	3.362,62	12.746,68
João Guilherme Rocha Machado	-	30/06/2015	3.362,62	19.471,92
Mário Maurici de Lima Moraes	-	31/10/2015	3.362,62	32.921,78
Katia Terezinha Coelho da Rocha	01/05/2015	-	3.362,62	26.900,96
Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça	01/07/2015	-	3.362,62	20.175,72
Sérgio Feijão Filho	01/01/2015	-	3.362,62	39.647,64

Conselho Fiscal				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média Mensal	Total no exercício
Alexandre Gedannken (T)	01/11/2015	-	3.362,62	6.725,24
Alexandre Gonçalves Negri (S)	-	-	3.362,62	3.362,62
Fernando Antônio Cavallari (T)	-	30/04/2015	3.362,62	12.512,08
Júlio Domingues Possas (S)	-	-	3.362,62	3.013,62
Mariana de Lourdes Moreira Lopes Leal (T)	-	-	3.362,62	39.647,64
Meliâne Romanini (T)	01/05/2015	-	3.362,62	26.900,96
Rosane Henn (T)	-	31/10/2015	3.362,62	32.922,40

Quadro (18): Síntese da Remuneração dos Administradores

Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria Estatutária	EXERCÍCIO		
	2015	2014	
Número de membros:	03	03	
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	1.197.131,23	1.228.844,82	
a) salário ou pró-labore	1.130.133,97	1.186.571,28	
b) benefícios diretos e indiretos	66.997,26	42.273,54	
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)			
e) bônus			
f) participação nos resultados			
g) remuneração por participação em reuniões			
h) comissões			
i) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	1.197.131,23	1.228.844,82	
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Identificação do Órgão		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2015	2014
Número de membros:	6	7
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	237.885,22	223.245,11
a) salário ou pró-labore		
b) benefícios diretos e indiretos		
c) remuneração por participação em comitês	237.885,22	223.245,11
d) outros		
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)		
e) bônus		
f) participação nos resultados		
g) remuneração por participação em reuniões		
h) comissões		
i) outros		
III – Total da Remuneração (I + II)	237.885,22	223.245,11
IV – Benefícios pós-emprego		
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		
VI – Remuneração baseada em ações		

Identificação do Órgão		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2015	2014
Número de membros:	3	7
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	125.084,56	137.658,45
a) salário ou pró-labore		
b) benefícios diretos e indiretos		
c) remuneração por participação em comitês	125.084,56	137.658,45
d) outros		
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)		
e) bônus		
f) participação nos resultados		
g) remuneração por participação em reuniões		
h) comissões		
i) outros		
III – Total da Remuneração (I + II)	125.084,56	137.658,45
IV – Benefícios pós-emprego		
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		
VI – Remuneração baseada em ações		
Obs: As verbas referentes à 13º Salário e Adicional de 1/3 de Férias foram informadas no item I- Remuneração Fixa, subitem a) salário ou pró labore.		

Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal, aplicando-se o reajuste apurado pelo IPCA/IBGE do período entre 01 de abril a 31 de março do ano seguinte, na qual estão incluídos: honorários e benefícios

Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal são fixados em um décimo da remuneração média dos membros da Diretoria Executiva, excluídos valores relativos a férias, abono pecuniário de férias, vale refeição, cesta básica, plano de saúde e seguro de vida.

Na proporção de cada elemento da remuneração total o Diretor Presidente participa com 10% acima dos demais Diretores Estatutários e os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal com um décimo da remuneração média dos membros da Diretoria Executiva, excluídos valores relativos a férias, abono pecuniário de férias, vale refeição, cesta básica, plano de saúde e seguro de vida.

4.8 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

Em atendimento à legislação vigente, as demonstrações financeiras anuais são obrigatoriamente submetidas à auditoria independente.

A CEAGESP realizou um processo licitatório, conforme processo administrativo nº 151/2015 e assinou contrato de prestação de serviços com a NK Auditores Independentes EPP. O escopo dos serviços contratados contempla a avaliação da gestão da Companhia, a avaliação dos controles internos e a auditoria das demonstrações contábeis, revisando os procedimentos contábeis, fiscais e tributários aplicáveis e emissão do Relatório de Auditoria, compreendendo:

- Auditoria operacional
- Auditoria contábil-financeira
- Auditoria de sistemas
- Assessoramento ao Conselho de Administração e Fiscal.
- Apresentação de relatórios.

O Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras encontra-se no **item 19 – Relatório de Auditor Independente**.

4.9 Política de participação de empregados e administradores nos resultados da entidade

Por meio da Portaria da Presidência da CEAGESP – PRESD-018/2014 que instituiu a comissão bilateral - sindicato dos funcionários e CEAGESP - para tratar dos critérios para o PPLR, resultando na aprovação dos indicadores (econômicos, financeiros e operacionais) de desempenho seguindo os critérios e orientações do DEST. O sindicato propôs novo procedimentos para os critérios de indicadores, os quais estão sendo tratados pela partes.

4.10 Participação acionária de membros de colegiados da entidade

Não se aplica.

A PGFN, de acordo com a portaria nº 237 de 29/03/2012, recebeu em devolução as 6 ações ordinárias nominativas emitidas pela CEAGESP que ficavam em posse dos dirigentes e conselheiros. Após a devolução, não há mais transferências de ações entre os dirigentes. Antes da devolução, essas ações eram transferidas entre os dirigentes que assumiam a administração da Companhia e os registros incluídos no Livro nº 1 de Transferências de Ações, aberto em 21/10/1969.

Não há política formalizada de compra e venda de ações, sendo que as movimentações são registradas nos livros "Registros de Ações Nominativas" e "Transferências de Ações".

Em 2015, o membro que participou da governança da entidade e como acionista não controlador foi o Sr. Sérgio Feijão Filho - membro do Conselho Fiscal - possuidor de 01 ação.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de acesso do cidadão

A CEAGESP mantém canais de comunicação para os cidadãos encaminharem suas manifestações como reclamações, solicitações, denúncias, elogios e sugestões. São eles:

- **Atendimento Presencial no endereço:** Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946 – Vila Leopoldina – São Paulo/SP – Sala da Ouvidoria (localizada no EDSED III – Prédio da Diretoria) - de segunda à sexta-feira – Horário: das 08:00 às 12:00 – 13:00 às 17:00
- **Telefone:** (11) 3643-3873
- **E-mail:** ouvidoria@ceagesp.gov.br
- **Site:** www.ceagesp.gov.br/atendimento/ouvidoria
- **Internet:** www.ceagesp.gov.br e/ou www.agricultura.gov.br/ouvidoria (Ouvidoria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)
- **Correspondência:** Ouvidoria - Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946 – Vila Leopoldina – São Paulo/SP – CEP: 05316-900
- **Caixas Coletooras** fixadas nas dependências do Entrepósito
- **Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC)**
- **Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV)**

5.2 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.

Em cumprimento à Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011, a CEAGESP divulga em seu site www.ceagesp.gov.br as informações de interesse geral ou coletivo, salvo aquelas que contem teor confidencial previsto na Lei.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Desempenho financeiro do exercício

Quadro (19): Fluxo de Caixa - Realizado

	FLUXO DE CAIXA - Realizado												
	jan/15	fev/15	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15	jul/15	ago/15	set/15	out/15	nov/15	dez/15	TOTAL
SALDOS ANTERIORES	38.570.209,93	36.022.628,92	34.209.239,32	56.890.711,41	48.328.160,26	44.453.690,31	41.989.432,39	40.419.076,01	40.574.251,63	38.533.749,41	36.859.041,15	32.666.783,81	31.012.518,23
RECEITAS OPERACIONAIS	15.645.009,53	15.863.944,59	18.104.190,55	17.741.004,21	18.203.388,04	16.994.925,53	17.710.586,66	17.547.451,64	17.826.478,57	18.211.587,45	18.696.722,84	18.715.742,07	211.261.031,68
OPERACIONAIS	-17.208.904,75	-16.779.113,49	-21.097.004,96	-23.369.421,35	-21.469.739,92	-18.370.076,00	-18.787.950,52	-16.634.191,76	-18.707.318,09	-18.608.496,41	-20.411.083,52	-18.319.192,08	-229.762.492,85
RESULTADO OPERACIONAL	-1.563.895,22	-915.168,90	-2.992.814,41	-5.628.417,14	-3.266.351,88	-1.375.150,47	-1.077.363,86	913.259,88	-880.839,52	-396.908,96	-1.714.360,68	396.549,99	-18.501.461,17
RECEITAS DIVERSAS	391.125,00	366.951,22	27.714.304,04	671.804,95	519.509,51	525.186,33	554.587,99	521.800,11	524.287,28	510.168,84	440.850,00	444.073,56	33.184.648,83
DESPESAS DIVERSAS	-15.021,96	-86.268,34	-20.190,90	-74.975,33	-19.192,11	-15.299,18	-15.677,13	-16.777,44	-17.619,57	-17.621,22	-17.900,18	-17.189,99	-333.733,35
INVESTIMENTOS	-1.276.104,07	-885.418,21	-2.009.790,64	-1.680.816,57	-1.056.045,12	-795.657,63	-827.966,14	-881.669,02	-1.033.329,46	-1.649.161,58	-895.579,56	-2.079.801,67	-15.071.339,67
LEGAIS E JUDICIAIS	-83.684,76	-293.485,37	-10.036,00	-1.850.147,06	-52.390,35	-803.336,97	-203.937,24	-381.437,91	-633.000,95	-121.185,34	-2.005.266,92	-397.897,47	-6.835.806,34
RECEITAS TOTAL	16.036.134,53	16.230.895,81	45.818.494,59	18.412.809,16	18.722.897,55	17.520.111,86	18.265.174,65	18.069.251,75	18.350.765,85	18.721.756,29	19.137.572,84	19.159.815,63	244.445.680,51
DESPESAS TOTAL	-18.583.715,54	-18.044.285,41	-23.137.022,50	-26.975.360,31	-22.597.367,50	-19.984.369,78	-19.835.531,03	-17.914.076,13	-20.391.268,07	-20.396.464,55	-23.329.830,18	-20.814.081,21	-252.003.372,21
RESULTADO TOTAL	-2.547.581,01	-1.813.389,60	22.681.472,09	-8.562.551,15	-3.874.469,95	-2.464.257,92	-1.570.356,38	155.175,62	-2.040.502,22	-1.674.708,26	-4.192.257,34	-1.654.265,58	-7.557.691,70

Houve ao longo do exercício de 2015 incremento nas receitas operacionais de 19,70%, enquanto as despesas operacionais subiram 6,70%. As receitas e despesas diversas tiveram incrementos semelhantes, com 14,20% e 14,14%, respectivamente. No que tange às despesas, de forma geral, houve vários fatores que impossibilitaram um controle maior dos gastos: Legais e Judiciais - A conta em questão teve média de R\$ 410 mil/mês, com destaques para os meses de abril R\$ 1.859 milhão e novembro R\$ 2.083 milhões. Assistência médica – A média mensal foi de R\$ 669 mil, mas, devido às demissões (pessoas com tratamentos em curso) e admissões ocorridas no fim do ano, em dezembro o valor pago foi de R\$ 1.012 milhão. Dividendos - em 2015 foram pagos dividendos referentes aos exercícios de 2012 (R\$ 428 mil) e 2014 (R\$ 1.570 milhão). Energia elétrica e Água e Esgoto – os gastos foram superiores, 67,90% e 31,09% respectivamente, devido, principalmente, aos grandes aumentos tarifários. Rescisões - a média nos dez primeiros meses foi de R\$ 87 mil/mês. Porém, em novembro e dezembro ocorreram gastos na ordem de R\$ 458 mil/mês. Impostos - Com o recebimento de R\$ 26,985 milhões da Secretaria da Fazenda de São Paulo, em março, houve pagamento de IRPJ/CSLL de R\$ 5,5 milhões, em abril. Sistema de Monitoramento - Foram feitos novos aditivos ao contrato da C3V, para pagamentos que somaram R\$ 8.868 milhões ao longo de 2015.

Quadro (20): Demonstração dos Custos e Despesas (Contábil)

(Valores em R\$ 1,00)

DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS			
CUSTOS E DESPESAS	2015	2014	VARIAÇÃO
Honorários	1.379.233,88	1.339.216,32	(40.017,56)
Pessoal Efetivo	52.411.288,08	44.971.895,95	(7.439.392,13)
Serviços de Terceiros	14.543.148,87	18.018.509,26	3.475.360,39
Materiais de Consumo	4.303.196,87	2.665.291,33	(1.637.905,54)
Ocupacionais	13.193.705,20	10.420.663,66	(2.773.041,54)
Utilidades e Serviços	3.564.973,33	755.210,24	(2.809.763,09)
Gastos Gerais	13.083.897,85	21.377.171,15	8.293.273,30
Propaganda e Publicidade	74.581,68	175.229,38	100.647,70
Financeiras	4.703.077,05	5.468.284,88	765.207,83
Outras Despesas Operacionais	247.668,91	252.001,81	4.332,90
Provisão para Imposto de Renda	4.957.182,48	4.512.404,73	(444.777,75)
Provisões de Contingências	229.186,28	(8.551.482,68)	(8.780.668,96)
TOTAL	112.691.140,48	101.404.396,03	(11.286.744,45)

No exercício, o total de despesas aumentou 11,13%, ou seja, R\$ 11,287 milhões em relação ao exercício de 2014. Dentre as variações, destacam-se:

- (a) As despesas com Pessoal Efetivo aumentaram R\$ 7,439 milhões, em decorrência principalmente do reajuste de 8,47% do Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2017, incidindo benefícios e avaliação de desempenho anual.
- (b) No grupo Materiais de Consumo e Ocupacionais são registradas basicamente as manutenções civis, elétricas, mecânicas e de veículos, depreciações e amortizações, energia elétrica, água e esgoto e os materiais para manutenção. O aumento no montante de R\$ 4,411 milhões é decorrente principalmente do aumento das manutenções na Companhia, em relação a 2014.
- (c) Aumento na despesa com Utilidades e Serviços no valor de R\$ 2,810 milhões, onde são contabilizados os valores de seguros, telefone, correios, dentre outras; o principal motivo foi a falta de apropriação em 2014 dos valores de seguros de bens próprios, dos riscos nomeados e de responsabilidade civil, por não haver contrato vigente.
- (d) Aumento de R\$ 445 mil nos tributos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social).
- (e) Aumento da Provisão para Contingências no valor de R\$ 8,781 milhões, onde são registrados os valores de provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como os processos cíveis e trabalhistas considerados de perda provável.
- (f) Diminuição de R\$ 3,476 milhões em relação a 2014 no grupo de Serviços de Terceiros. O principal fator foi o aumento da recuperação de serviços profissionais, através do rateio nos boletos dos permissionários.
- (g) Diminuição em Gastos Gerais no valor de R\$ 8,293 milhões, onde são registrados o IPTU, impostos e taxas diversas, viagens e estadas, gastos indevidáveis. O principal fator que impactou na variação foi a recuperação dos gastos indevidáveis em 2015, através de rateio

nos boletos dos permissionários. Os gastos indedutíveis são os valores apropriados ao cliente C3V – Companhia de Concessões em Circulação Veicular que totalizaram R\$ 12,260 milhões em 2015 e R\$ 13,366 milhões em 2014, porém em 2015 foram recuperados R\$ 5,563 milhões, enquanto que em 2014 não houve recuperação.

- (h) Diminuição nas despesas financeiras no valor de R\$ 765 mil, sendo que as principais distorções ocorreram na conta de atualizações de PPI, REFIS e multas dedutíveis.

A conta 4.1.07.01.400978 denominada Recuperação de Gastos Indedutíveis totalizou R\$ 5,563 milhões em 2015, sendo que em 2014 não recebeu lançamentos. Refere-se à recuperação dos valores indenizados à C3V - Companhia de Concessões em Circulação Veicular. A recuperação teve início no mês de junho, com uma média de R\$ 795 mil por mês, deliberada em Reunião de Diretoria nº 25 de 22/06/2015.

6.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

- a) Identificação da estrutura orgânica da unidade prestadora de contas responsável pelo gerenciamento de custos (subunidade, setor etc.), bem como da setorial de custos a que se vincula, se for o caso:**

A SECGE é a área responsável pelo gerenciamento de custos.

- b) Identificação das subunidades administrativas da unidade prestadora de contas das quais os custos são apurados:**

Quadro (21): Apuração de Custos

APURAÇÃO DE CUSTOS	
CENTRO DE CUSTO	Descrição
11011102	PRESD - PRESIDÊNCIA
1101	DIRETORIA PRESIDÊNCIA
11021103	CODIN - COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA
1102	COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA
11031104	CODCO - COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING
1103	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
11041105	DEJUR - DEPARTAMENTO JURÍDICO
11041111	SECIV- SEÇÃO DE PROCESSOS CÍVEIS
11041112	SETRA - SEÇÃO DE PROCESSOS TRABALHISTAS
1104	DEPARTAMENTO JURÍDICO
11051107	CODGO - COORDENADORIA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA
1105	COORDENADORIA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA
11061108	CODSU - COORDENADORIA DE SUSTENTABILIDADE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2015

1106	COORDENADORIA DE SUSTENTABILIDADE
11081147	SUPLEMENTAR: AFASTAMENTO
11081148	COMPLEMENTAR: APOSENTADORIA/PENSÃO
11081170	SUPLEMENTAR SINDBAST
1108	SINDBAST COMPLEMENTAR
11091110	SE/CEC-SECRETARIA EXECUTIVA DA COMISSÃO DE ÉTICA CEAGESP
11091113	SE/PRESD - SECREATIA EXECUTIVA
11091114	OUVID - OUVIDORIA
11091115	SEDES - SEÇÃO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO
11091116	SECQH - SEÇÃO DO CENTRO DE QUALIDA DE HORTIFGRANJEIROS
1109	SE/CEC/OUVID/SEÇÕES
11	PRESD-PRESIDÊNCIA
12011121	DIAFI - DIRETORIA FINANCEIRA
1201	DIRETORIA FINANCEIRA
12021131	DEFIC - DEPARTAMENTO FINANCEIRO E CONTABIL
12021132	SECOB - CONTAS A RECEBER E COBRANÇA
12021133	SETES - TESOURARIA
12021136	SECGE - SEÇÃO DE CONTABILIDADE GERAL
12021137	SEFIP - SEÇÃO FISCAL E PATRIMONIAL
1202	DEFIC - DEPARTAMENTO FINANCEIRO E CONTÁBIL
12031121	DEARH - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DE RECURSOS HUMANOS
12031143	SESMT- SEÇÃO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
12031144	SEPES - SEÇÃO DE PESSOAL
12031149	SEDEP - SEÇÃO DE DESENV. GESTÃO DE PESSOAS
1203	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DE RECURSOS HUMANOS
12051161	DETIN - DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
12051164	SESAP - SEÇÃO DE SISTEMAS E ANÁLISE DE PROCESSOS
12051165	SEINF - SEÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA
1205	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
12061171	DELCO - GERÊNCIA
12061172	SECOM - SEÇÃO DE COMPRAS E ALMOXARIFADO
12061173	SEAGE - SEÇÃO ELABORAÇÃO E APOIO DE GESTÃO DE CONTRATOS
12061176	SEANC - SEÇÃO DE ANÁLISE DE CUSTOS
12061176	SELIC - SEÇÃO DE LICITAÇÕES
1206	DEPARTAMENTO LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
12081191	DECAL - DEPARTAMENTO COMERCIAL
12081192	SECAC - SEÇÃO COMERCIAL DA CAPITAL
12081194	SEGES - SEÇÃO DE GESTÃO DE SERVIÇOS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2015

1208	DEPARTAMENTO COMERCIAL
12	DIAFI - DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
13011201	DIOPE - DIRETORIA TÉCNICA E OPERACIONAL
1301	DIRETORIA TÉCNICA E OPERACIONAL
13061301	DEPAR - DEPARTAMENTO DE ARMAZENAGEM
13061302	SEOPS - SEÇÃO OPERACIONAL DA REGIONAL SUL
13061303	SECAL - SEÇÃO COMERCIAL DA ARMAZENAGEM
13061304	SECAL - SEÇÃO COMERCIAL DA ARMAZENAGEM
13061305	SEOPN - SEÇÃO OPERACIONAL DA REGIONAL NORTE
13061306	SECOF - SEÇÃO DE CONTROLE FITOSSANITÁRIO
13062310	SEEXA - SEÇÃO DE EXPEDIENTE DA ARMAZENAGEM
13062311	ARAGU - ARMAZÉM DE AGUDOS
13062314	ARADA - ARMAZÉM DE ADAMANTINA
13062315	AGARA - ARMAZÉM/SILO/GRANELEIRO DE ARARAQUARA
13062316	ASASS - ARMAZÉM/SILO DE ASSIS
13062317	ASAVA - ARMAZÉM/SILO DE AVARÉ
13062318	AGAVA - GRANELEIRO DE AVARÉ
13062319	ASBAR - ARMAZÉM/SILO DE BARRETOS
13062320	ASBAU - ARMAZÉM/SILO DE BAURU
13062321	ASFER - ARMAZÉM/SILO DE FERNANDÓPOLIS
13062322	ARFRA - ARMAZÉM DE FRANCA
13062325	ARITI - ARMAZÉM DE ITIRAPINA
13062326	ASITU - ARMAZÉM/SILO DE ITUVERAVA
13062327	ASJAG - ARMAZÉM/SILO JAGUARÉ
13062330	ASOUR - ARMAZÉM/SILO DE OURINHOS
13062331	AGPAL - GRANELEIRO DE PAMITAL
13062332	ARPAP - ARMAZÉM DE PARAGUAÇU PAULISTA
13062333	ARPED - ARMAZÉM DE PEDERNEIRAS
13062334	ASPRE - ARMAZÉM/SILO DE PRESIDENTE PRUDENTE
13062335	ASRIB - ARMAZÉM/SILO DE RIBEIRÃO PRETO
13062336	ARRUB - ARMAZÉM DE RUBIÃO JÚNIOR
13062337	ARSAN - ARMAZÉM DE SANTOS-CRUZEIRO
13062338	AGSJB - GRANELEIRO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA
13062339	ASSJP - ARMAZÉM/SILO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
13062340	AGSJP - GRANELEIRO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
13062341	ASSMA - ARMAZÉM/SILO DE SÃO MANUEL
13062343	AGTAT - GRANELEIRO DE TATUI
13062344	AGTUP - GRANELEIRO DE TUPÁ
13062345	ARTUT - ARMAZÉM DE TUTÓIA
13062346	ARVAN - ARMAZÉM DE VILA ANASTÁCIO
13062347	FAP - FRIGORÍFICO ARMAZÉM POLIVALENTE
13062348	ARBAF - ARMAZÉM BARRA FUNDA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2015

13062351	ARSAC - ARMAZÉM DE SÃO CARLOS
13062353	ASITA - ARMAZÉM/SILO DE ITAPEVA
13062354	ARRIN - ARMAZÉM DE RINCÃO
13062355	AROLI - ARMAZÉM DE OLÍMPIA
1306	DEPARTAMENTO DE ARMAZENAGEM
13071402	DEPEC - DEPARTAMENTO DE ENTREPÓSOS DA CAPITAL
13071403	SECME - SEÇÃO DE CONTROLE DE MERCADO
13071404	SESAR - SEÇÃO DE APOIO E RECICLAGEM
13071406	SAEXE - SEÇÃO ATENDIMENTO E EXP. PERMIS.
13071410	SEGOP - SEÇÃO DE GESTÃO DAS PORTARIAS
13071411	SESEG - SEÇÃO DE SEGURANÇA OPERACIONAL E PATRIMONIAL
13072452	VAREJO INTERNO
13073421	ETSP - ENTREPÓSTO SÃO PAULO
13052422	FRISP - FRIGORÍFICO DE SÃO PAULO
1307	DEPTO DE ENTREPÓSITOS DA CAPITAL
13081601	DEMAN - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO
13081602	SEMAC - SEÇÃO DE MANUTENÇÃO CIVIL
13081603	SEMAE - SEÇÃO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA
13081604	SEMAM - SEÇÃO DE MANUTENÇÃO MECÂNICA
1308	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO
13091501	DEINT - DEPARTAMENTO DE ENTREPÓSITOS DO INTERIOR
13091502	SEDPI - SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO E PROJETOS DOS ENTREPÓSITOS. DO. INTERIOR
13091509	SAEXI - SEÇÃO DE ATENDIMENTO E EXPEDIÇÃO DOS ENTREPÓSITOS DO INTERIOR
13091523	CEARB - CEASA DE ARAÇATUBA
13091524	CEARA - CEASA DE ARARAQUARA
13091525	CEBAU - CEASA DE BAURU
13091527	FRICA - FRIGORÍFICO DE CANANÉIA
13091528	FRIVA - FRIGORÍFICO DE CATANDUVA
13091529	CEFRA - CEASA DE FRANCA
13091530	CEGUA - CEASA DE GUARATINGUETÁ
13091531	CEMAR - CEASA DE MARÍLIA
13091532	CEPIR - CEASA DE PIRACICABA
13091533	CEPRE - CEASA DE PRESIDENTE PRUDENTE
13091534	CERIB - CEASA DE RIBEIRÃO PRETO
13091535	CESJR - CEASA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
13091536	CESJC - CEASA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
13091537	CESOR - CEASA DE SOROCABA
13091538	FRARB - FRIGORÍFICO DE ARAÇATUBA
13091540	FRIBO - FRIGORÍFICO DE BOTUCATU
13091541	FRIMA - FRIGORÍFICO DE MARÍLIA
13091542	FRIRB - FRIGORÍFICO DE RIBEIRÃO PRETO

13091543	FRISO - FRIGORÍFICO DE SOROCABA
13091544	FRIPE - FRIGORÍFICO DE IGUAPE
13091545	FRIOL - FRIGORÍFICO DE OLÍMPIA
1309	DEINT - DEPTO DE ENTREPOSTOS DO INTERIOR
13101202	SAEDI - SEÇÃO DE ATENDIMENTO E EXPEDIENTE DA DIRETORIA
13010	SEÇÃO DE ATENDIMENTO E EXPEDIENTE DA DIRETORIA
13	DIRETORIA TÉCNICA E OPERACIONAL
1	CEAGESP (CONSOLIDADO)

c) descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos:

A CEAGESP é uma sociedade anônima e consequentemente, regida pela Lei Federal nº 6.404/76, lei das sociedades por ações. O sistema utilizado é o Star Soft e os custos são alocados em cada centro de custo, conforme informado no item 07.4.b.

d) práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos:

No seguimento de Armazenagem, os estoques da Companhia são avaliados pelo custo médio de aquisição e os custos são alocados no momento da prestação dos serviços. Todos os custos são contabilizados no centro de custo onde são aplicados.

No seguimento de Entrepastagem, ocorre o rateio e recuperação de diversos custos nos boletos dos permissionários e concessionários que são contabilizados em contas redutoras de custos. Dentre eles temos custos com serviços terceirizados, água e esgoto, energia elétrica, impostos e taxas, seguros. Os serviços terceirizados contemplam limpeza, segurança, portaria, fiscalização, conserto e conservação, ambulância e bombeiros.

e) impactos observados na atuação da UPC, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos:

A SECGE emite relatórios de receitas e despesas por centros de custos e permite à alta administração, análise sobre as informações necessárias para tomada de decisões econômicas para curto e longo prazo. Disponibiliza o resultado positivo ou negativo (lucro ou prejuízo) de ações e decisões realizadas no decorrer do exercício. As demonstrações contábeis têm o objetivo de representar fidedignamente as transações ocorridas no período.

f) relatórios utilizados pela UPC para análise de custos e tomada de decisão:

Relatório de receitas e despesas por centro de custo com resultados operacionais e financeiros. EBITDA ou LAJIDA. Demonstração do Resultado do Exercício e de cada mês de apuração, análise vertical e horizontal das demonstrações financeiras.

6.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas

As informações sobre este item constam no ANEXO V – Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2015 e 2014.

7. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

7.1 Gestão de pessoas

7.1.1 Estrutura de pessoal da unidade prestadora de contas

Quadro (22): Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	571	568⁽¹⁾	0	18
1.1. Membros de poder e agentes políticos			0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	571	568 ⁽¹⁾	0	18
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	571		0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado			0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório			0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas			0	0
2. Servidores com Contratos Temporários			0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	56	43	23	24
4. Total de Servidores (1+2+3)		611	23	42

Fonte: Fonte: DEARH / SEDEP
O limite do quantitativo de pessoal (empregados efetivos ingressantes por intermédio de concursos públicos e que possuem cargos, empregos ou funções comissionadas) é de 627 empregados de acordo com a Portaria nº 17 de 22 de dezembro de 2015.
⁽¹⁾ = Total do controle do quantitativo de pessoal sem considerar 21 empregados com contrato de trabalho suspenso por aposentadoria por invalidez, de acordo com a Portaria nº 17 de 22 de dezembro de 2015.

Quadro (23): Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	357	211
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	357	211
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	357	211
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	43*	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	400	211

* Empregos comissionados, considerados área meio.

Obs: 21 funcionários aposentados por invalidez não estão considerados na lotação efetiva.

- Área Meio: 6 aposentados por invalidez
- Área Fim: 15 aposentados por invalidez

Quadro (24): Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	59	54	20	26
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	59	54	20	26
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		8		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo	59*	46*	20**	26**
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	38	36	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	38	36		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		90	20	26

Fonte: DEARH / SEDEP

* = No total de cargos em comissão sem vínculo foram considerados os 03 diretores além dos empregados em função de assessoramento.

** = Ingresso e Egresso no total cargos em comissão sem vínculo estão também computados 02 diretores.

Análise Crítica:

No segundo semestre de 2015, a Empresa formalizou a realização do Processo Seletivo Interno e Concurso Público buscando adequar o quadro de pessoal, conforme planejamento realizado no exercício anterior: “*adequações de suas estruturas para melhor atender as demandas - em constante crescimento, buscando através de reformas, modernização, aquisição de novos equipamentos e contratação de novos empregados, ampliar a sua participação no mercado e maximizar sua receita*”.

A expectativa é que se conclua os trabalhos ainda no primeiro semestre de 2016, para planejamento da composição da força de trabalho, com reposição dos egressos e dimensionamento de pessoal.

O DEARH ainda continua trabalhando com uma perspectiva de reposição de vagas do quadro de pessoal de aposentados, priorizando a admissão, para posterior substituição, que só se dará após a realização do Concurso Público (em 2016).

Temos em nosso quadro 69 funcionários aposentados na ativa e 21 aposentados por invalidez (que não compõe o cálculo da força de trabalho – o efetivo aprovado é de 627 funcionários).

Houve alteração no quadro de pessoal aprovado, em Cargos Comissionados e Efetivos, assim como alteração na Estrutura Organizacional.

7.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro (25): Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
Retribuições	Gratificações		Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis					
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015										
	2014										
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	29.048.581,22	729.434,78	2.798.855,66	4.515.048,21	227.515,67	112.889,45	238.542,50	0	339.569,19	38.010.436,68
	2014	25.991.178,06	685.199,33	2.467.728,47	3.946.067,29	0	111.080,64	107.327,65	0	292.939,37	33.601.520,81
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015										
	2014										
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	5.280.877,31	0	451.457,96	225.968,88	16.210,33	16.343,77	358.687,86	0	0	6.349.546,11
	2014	5.248.315,24	0	437.566,58	130.403,98	0	16.071,04	20.351,19	0	0	5.852.708,03
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015										
	2014										
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015										
	2014										
Nota Explicativa: A variação anual refere-se à aplicação do Reajuste Salarial em 8,47% (oito vírgula quarenta e sete por cento) + benefícios, 1% (um por cento) de Avaliação de Desempenho conforme Cláusula 35ª do ACT, 43 Rescisões e 24 Admissões											

7.1.3 Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal**Remuneração x Força de Trabalho**

O DEST, em dezembro de 2015, através da Portaria nº 17, 22 de dezembro de 2015, determinou o novo quadro de pessoal da CEAGESP, que passou de 645 empregados para 627 empregados.

Dentre as ações desenvolvidas pelo DEARH em relação a força de trabalho destacamos:

- O dimensionamento de pessoal, identificando as vagas disponíveis para a realização do Processo Seletivo Interno e novo Concurso Público em 2016 para a reposição dessas vagas.
- Reformulação do Processo de Avaliação de Desempenho e Capacitação por meio de consultoria contratada apresentando um plano de ação de curto e médio prazo para a introdução de melhorias no processo de Gestão de Desempenho que foi dividido em três principais itens: (a) Instrumento Qualitativo, (b) Instrumento Quantitativo e (c) Outras Iniciativas que contemplam ações para comunicação, tecnologia da informação e desenvolvimento da liderança. O plano propõe ações a partir do segundo semestre de 2015 até o primeiro semestre de 2017.
- Implantação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados. Processo em andamento, em fase de aprovações e deliberação do órgão controlador.
- Nova Proposta de Revisão do Plano de Cargos e Salários. Consta do plano de ação delineado pelo DEARH em conjunto com os gestores e a Consultoria que tratou sobre a Concepção do Modelo de Gestão de Pessoas da CEAGESP e Gestão do Desempenho, a elaboração de novo PCCS.

Estes tópicos foram pontuados como riscos identificados na gestão de pessoas, pois estão intrínsecos ao desempenho e evolução do quadro funcional, como podemos destacar o número de egressos desde a admissão do último concurso público associados a perspectiva financeira e de progressão na carreira.

7.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários**Contratação de pessoal de apoio**

Para o atendimento de suas atividades a Companhia, em 2015, tive a formalização de contratos referentes ao pessoal de apoio e de estagiários com seus respectivos termos aditivos conforme quadros abaixo.

As demais informações pertinentes a estes contratos estão disponíveis no portal da CEAGESP por meio do link:

<http://www.ceagesp.gov.br/a-ceagesp/licitacoes-e-contratos>

Ou no portal da transparência pública do MAPA:

<http://www3.transparencia.gov.br/jsp/contratos/contratoTexto.jsf?consulta=3&consulta2=0&CodigoOrgao=22500>

Quadro (26): Contratação de Pessoal de Apoio
(Valores em R\$ 1,00)

TIPO DE SERVIÇO	CONTRATADA (CNPJ)	VIGÊNCIA		TOTAL DE POSTOS	VALOR BRUTO DO CONTRATO
		INÍCIO	FIM		
Digitação	03.022.122/0001-77	09/12/2014	08/12/2015	07	225.088,01
Digitação	03.022.122/0001-77	09/12/2015	08/12/2016	07	218.834,49
Limpeza	02.758.996/0001-24	01/04/2014	31/03/2015	06	149.346,00
Limpeza	02.758.996/0001-24	01/04/2015	31/03/2016	06	149.346,00
Limpeza	05.576.482/0001-46	20/07/2015	19/07/2016	23	898.952,52
Limpeza	06.305.533/0001-68	20/07/2015	19/07/2016	31	1.134.087,48
Limpeza	07.933.530/0001-31	26/12/2014	23/06/2015	28	600.161,68
Limpeza	07.933.530/0001-31	27/08/2015	22/02/2016	06	118.404,54
Limpeza	08.439.717/0001-46	05/01/2015	04/01/2016	03	132.585,00
Limpeza	09.508.389/0001-55	24/05/2014	23/05/2015	47	1.379.145,24
Limpeza	10.805.776/0001-32	04/01/2014	03/01/2015	03	82.279,63
Limpeza	69.207.850/0001-61	01/07/2015	30/06/2016	31	1.298.654,16
Portaria	03.949.512/0001-97	04/01/2014	03/01/2015	04	132.957,38
Portaria	07.933.530/0001-31	12/11/2014	11/11/2015	30	1.010.808,05
Portaria	07.933.530/0001-31	12/11/2015	31/12/2015	30	162.509,33
Portaria	07.933.530/0001-31	01/08/2014	31/07/2015	04	138.470,28
Portaria	07.933.530/0001-31	01/08/2015	31/07/2016	04	159.148,80
Outsourcing de impressão	07.432.517/0001-07	16/04/2012	15/04/2016	01	78.770,16
Outsourcing de impressão	07.432.517/0001-07	16/04/2015	15/04/2016	01	31.629,24
Serviços de Manutenção Predial	05.315.584/0001/08	11/02/2014	27/01/2016	30	1.261.657,30
Serviços de Manutenção Rede Telefonia e Lógica	05.895.325/0001-01	03/12/2012	02/12/2016	02	141.327,36
Vigilância	07.933.530/0001-31	13/06/2014	12/06/2015	27	151.853,40
Vigilância	07.933.530/0001-31	13/06/2015	12/06/2016	27	154.968,84
Vigilância*	15.707.659/0001-50	30/12/2014	29/12/2015	27	1.789.066,56
Vigilância	15.707.659/0001-50	01/11/2014	30/04/2015	27	140.903,04
Vigilância	15.707.659/0001-50	01/05/2015	30/06/2015	27	140.903,04
Vigilância	07.933.530/0001-31	15/12/2014	14/12/2015	27	145.533,96
Vigilância	07.933.530/0001-31	15/12/2015	14/12/2016	27	164.099,16
Vigilância	15.707.659/0001-50	12/01/2015	10/07/2015	27	142.986,24
Vigilância	15.707.659/0001-50	01/05/2015	30/06/2015	27	140.903,04
Vigilância	15.707.659/0001-50	01/05/2015	30/06/2015	27	140.903,04
Vigilância	15.707.659/0001-50	01/05/2015	30/06/2015	27	140.903,04
Portaria	07.933.530/0001-31	01/07/2015	30/06/2016	27	163.992,00
Portaria	07.399.530/0001-31	30/12/2015	29/12/2016	27	1.789.066,56
Limpeza	01.392.228/0001-37	01/10/2014	30/09/2015	33	1.782.073,80
Limpeza	01.392.228/0001-37	01/10/2015	30/09/2016	33	2.431.095,60
Mão de obra produção e Diaristas	66.051.202/0001-70	23/05/2014	22/05/2015	35	665.280,00

Mão de obra produção e Diaristas	66.051.202/0001-70	23/05/2015	22/05/2016	35	756.000,00
Mão de obra produção e Diaristas	66.843.756/0001-00	23/05/2014	22/05/2015	35	665.280,00
Mão de obra produção e Diaristas	43.147.784/0001-98	23/05/2014	22/05/2015	35	665.280,00
Mão de obra produção e Diaristas	60.254.331/0001-80	23/05/2014	22/05/2015	35	665.280,00
Mão de obra produção e Diaristas	60.254.331/0001-80	23/05/2015	22/05/2016	35	756.000,00
Limpeza	02.812.740/0001-58	09/08/2014	08/08/2015	30	1.218.811,56
Limpeza	02.812.740/0001-58	10/08/2015	06/02/2016	30	609.405,78
Serviços Auxiliares	03.623.340/0001-67	23/04/2014	22/04/2015	40	1.348.514,59
Serviços Auxiliares	03.623.340/0001-67	23/04/2015	22/04/2016	40	1.348.514,59
Serviços Auxiliares	48.096.044/0001-93	13/10/2015	10/04/2016	40	1.055.87,58
Varrição	48.096.044/0001-93	11/12/2015	02/01/2016	115	4.702.006,20
Varrição	15.707.659/0001-50	03/01/2014	02/01/2015	115	4.262.523,84
Varrição	15.707.659/0001-50	03/01/2015	20/01/2016	115	4.702.006,20
Coleta de Resíduos	00.865.526/0001-34	21/09/2014	19/03/2015	80	14.180.192,40
Coleta de Resíduos	00.865.526/0001-34	20/03/2015	15/09/2015	80	14.180.192,40
Coleta de Resíduos	00.865.526/0001-34	16/09/2015	13/03/2016	80	14.180.192,40
Limpeza dos sanitários	15.707.659/0001-50	03/01/2014	02/01/2015	118	3.462.940,32
Limpeza dos sanitários	15.707.659/0001-50	03/01/2015	02/01/2016	118	5.242.080,12
Limpeza dos sanitários	07.435.435/0001-77	11/12/2015	02/01/2016	118	5.241.917,04
Vigilância e Segurança	66.700.295/0001-17	05/03/2014	04/03/2015	196	13.907.499,84
Vigilância e Segurança	66.700.295/0001-17	05/03/2015	04/03/2016	196	11.425.298,88

Contratação de Estagiários e Menores Aprendizes

Quadro (27): Contratação de Estagiários e Menores Aprendizes

TIPO DE SERVIÇO	CONTRATADA (CNPJ)	VIGÊNCIA		TOTAL DE POSTOS	VALOR (R\$)
		INÍCIO	FIM		
Contratação de Estagiários	61.600.839/0001-55	23/03/2014	22/03/2015	71	1.164.000,00
Contratação de Estagiários e Menores Aprendizes	61.600.839/0001-55	23/03/2015	22/03/2016	71	1.285.940,64.

Com o objetivo de desenvolver jovens talentos através de vivências práticas corporativas, a CEAGESP realiza processo seletivo para preencher vagas de estágio, na área de formação acadêmica do candidato e com possibilidade de desenvolvimento técnico e profissional. Todas as vagas são divulgadas no CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), com realização de processo seletivo - provas objetivas e entrevista individual.

Os aprovados contam com bolsa auxílio de acordo com os valores praticados no mercado, além de auxílio transporte, vale refeição e seguro de acidentes pessoais. A jornada de estágio é de 6 horas diárias (30 horas semanais). O período de estágio é de 6 a 24 meses. Área oferecidas de

estágio: Administração de Empresas; Agronomia; Ciências Contábeis; Comunicação Social – Jornalismo; Direito; Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica; Nutrição e TI (Ciência da Computação, Análise de Sistemas, Sistemas da Informação).

A CEAGESP mantém Termo de Cooperação firmado com a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – FSP/USP, objetivando a realização de estágios obrigatórios dos estudantes do Curso de Nutrição da FSP/USP, supervisionado pela Equipe de Docentes da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, sob intermédio da Seção do Centro de Qualidade Hortigranjeira, cuja parceria tem o objetivo fomentar estudos e o desenvolvimento de estudantes da área de Nutrição.

A CEAGESP é referência para a Instituição, passando a compor as diretrizes do Plano de Estágio na formação teórica e prática do estudante – da cadeia produtiva ao manuseio de alimentos – do primeiro ano ao último de curso, conforme disciplinas que compõe a grade curricular;

A Universidade de São Paulo - USP possui critérios próprios para o controle do estágio e não firmam contrato através da Instituição Administradora – CIEE;

O estágio em questão, nas dependências da CEAGESP é considerado obrigatório – para os estudantes do curso de Nutrição, não será remunerado e não implicará em vínculo empregatício de qualquer natureza para a CEAGESP; Terá a duração de 2 (dois) meses; este Termo de Convênio não gera custos à CEAGESP.

A triagem e seleção dos candidatos – alunos do curso - atendem ao Termo de Ajuste de Conduta: “*Cláusula Primeira, art. 4, § único. Em função da natureza de direito público da empresa, em respeito aos princípios elencados no “caput” do art. 37 da CF, a contratação de estagiários deve ser precedida de processo seletivo simplificado, com a adoção de critérios objetivos de escolha.*”

Quadro (28): Contratação de Menor Aprendiz

TIPO DE SERVIÇO	CONTRATADA (CNPJ)	VIGÊNCIA		TOTAL DE POSTOS	VALOR (R\$)
		INÍCIO	FIM		
Contratação de Menor Aprendiz	61.600.839/0001-55	23/03/2014	22/03/2015	17	173.760,00
Contratação de Menor Aprendiz	61.600.839/0001-55	23/03/2015	22/03/2016	16	292.320,96

Obs.: Contrato: instrumento originário, ano 2012; Termos aditivos: ao final da vigência 22/03/2015, estavam ativos 11 aprendizes, totalizando durante a vigência 16 contratados (entre ingressos e egressos); ao final do exercício de 2015, 17 aprendizes ativos, totalizando até 31/12/2015 29 contratados (sendo 13 egressos).

A CEAGESP firmou em 2012 contrato com o CIEE para administração e acompanhamento do programa de aprendizagem, triagem, seleção, contratação e pagamento dos candidatos, renovável a cada 12 meses. Justifica-se pela obrigatoriedade de controle rígido sobre a prática da concessão, acompanhamento e administração do programa de aprendizagem, em atendimento ao Termo de Ajuste de Conduta pactuado com o Ministério do Trabalho.

O Programa Aprendiz Legal do CIEE administra a contratação e formação de jovens com objetivo de desenvolvê-los para novas leituras de mundo, tomar decisões e intervir de forma

positiva na sociedade. É voltado para a preparação e inserção de jovens no mundo do trabalho, que se apoia na Lei 10.097/2000, a Lei da Aprendizagem.

7.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura

A gestão do patrimônio da Companhia compreende as instalações físicas (operacionais e administrativas) da rede de entrepostagem e armazenagem e a frota de veículos.

As instalações físicas estão presentes no Estado de São Paulo em 37 municípios, onde estão localizados 12 Entrepastos Regionais, 01 Entreponto Terminal de São Paulo, 05 Unidades Frigoríficas e Fábrica de Gelo, 34 Unidades Armazenadoras Operacionais e 01 Unidade Frigorífica Armazenadora Polivalente. Incluem-se também 04 Terrenos.

No ano de 2015, em cumprimento da legislação vigente, foi iniciada a informatização do patrimônio da Companhia inventariando os móveis e imóveis com a introdução do sistema de código de barras, o qual proporcionará a regularização do patrimônio e consequentemente o controle e monitoramento dos riscos.

A frota de veículos da Companhia, atualmente, é composta por 37 (trinta e sete) veículos, sendo **18 veículos da frota própria** e 19 veículos terceirizados (17 linha leve e 2 linha pesada). As despesas com a frota própria, abrangendo os gastos com peças, serviços, pneus, seguros e documentação, foram de R\$ 13.338,71 (treze mil, trezentos e trinta e oito reais e setenta e um centavos) atingindo um aumento de 0,72% em relação ao exercício de 2014.

7.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Quadro (29): Distribuição espacial dos bens imóveis de uso espacial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	UF - São Paulo	1	1 ^(*)
	Catanduva	1	1 ^(*)
Subtotal Brasil		1	1^(*)
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1^(*)

Observação: (*) Correção das informações do Relatório de Gestão - 2014

Informações para o Exercício 2015: Em 30/01/2004 foi firmado contrato de cessão de uso gratuito do Armazém de Catanduva II, celebrado entre o MAPA e a CESGES, com vigência de 10 anos, podendo ser renovado por igual período, cujo vencimento deu-se em 29/01/2014.

Em 13/08/2013 foi encaminhado ofício PRESD/CEAGESP ao MPOG e Gestão da SPU, solicitando a cessão da Unidade à CEAGESP. Em parecer da AGU, a mesma discorda da cessão gratuita, posto que a CEAGESP é empresa S/A de economia mista, portanto objetiva lucro. Diante dos fatos, em 02/07/2015 foi encaminhado ofício PRESD/CEAGESP à SPU-SP, informando a devolução da Unidade Armazenadora de Catanduva a este órgão a partir de 01/07/2015, tendo em vista a impossibilidade econômica de assumir a referida Unidade de forma onerosa.

Fonte: DEPAR

7.3 Gestão da tecnologia da informação

A gestão da tecnologia da informação é de responsabilidade do Departamento de Tecnologia da Informação – DETIN. Abaixo informamos sobre os principais aspectos da gestão:

PETIC/PDTIC

O sumário executivo do PETIC e o PDTIC constam no ANEXO VI - Sumário Executivo Plano Estratégico e Diretor de TIC.

COMITÊS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Objetivando alinhar as decisões e investimentos em TI com os interesses da instituição, a CEAGESP nomeou, em dezembro de 2013, 3 (três) Comitês de Tecnologia da Informação, assim denominados:

Comitê Estratégico de TI:

De caráter deliberativo, constituído por representantes da alta Direção e da Gerência de Tecnologia da Informação, nomeados através da Portaria nº 029, de 19/12/2013, conforme relação abaixo:

Titulares:

- Mário Maurici de Lima Morais – Diretor Presidente – Presidente do Comitê
- Arnaldo Teixeira Marabolim – Diretor Administrativo e Financeiro
- Luiz Concilius Gonçalves Ramos – Diretor Técnico e Operacional
- Reginaldo Portari – Gerente do Departamento de Tecnologia da Informação
- Miriam Mós Blois – Coordenadora de Governança Corporativa

No decorrer do ano de 2015, foi realizada a seguinte reunião:

DATA	DELIBERAÇÕES
05/10/2015	Aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC - triênio 2015/2017.

Comitê Executivo de TI:

De caráter consultivo, constituído por representantes das áreas de negócios da Companhia, bem como da Diretoria e da Gerência de Tecnologia da Informação, nomeados através da Portaria nº 030, de 19/12/2013, conforme relação abaixo:

Titulares:

- Reginaldo Portari – Gerente do Departamento de Tecnologia da Informação - Presidente
- Miriam Mós Blois – Coordenadora de Governança Corporativa
- Adinilton Rodrigues Loreto – Coordenador de Auditoria Interna
- José Lourenço Pechtoll – Gerente do Departamento de Armazenagem
- Edison Ignácio Marin da Silva – Gerente do Departamento de Entrepósto da Capital

- Vlamir Alves Antequera – Gerente do Departamento de Entrepósitos do Interior
- Aguinaldo Balon – Gerente do Departamento Administrativo e de Compras
- Ana Lúcia da Cunha Pucharelli – Gerente do Departamento de Recursos Humanos
- João José Xavier – Gerente do Departamento Financeiro

Suplentes:

- Eduardo Faula de Almeida – Departamento de Tecnologia da Informação
- Marisa Hiroko Tanaka – Coordenadoria de Governança Corporativa
- Leonardo Camargo Favatto – Coordenadoria de Auditoria
- Takao Ishizaki – Departamento de Armazenagem
- Carlos Eli Gonçalves – Departamento de Entrepósitos da Capital
- Giovanni de Sousa Papini – Departamento de Entrepósitos do Interior
- Ivana Lemos da Silva – Departamento Administrativo e de Compras
- Andrea Ramos Ferreira – Departamento de Recursos Humanos
- Carla Orihuela Sales Borges – Departamento Financeiro

No decorrer do ano de 2015, foram realizadas as seguintes reuniões:

DATA	PRINCIPAIS ABORDAGENS
25/02/2015	<ul style="list-style-type: none"> - Recomendação da Coordenadoria de Auditoria para que seja desenvolvido um módulo no sistema de informática capaz de suprir as demandas da COLIC – Coordenadoria de Licitações, realizando as integrações necessárias entre seus setores internos e ao sistema de compras do governo federal. - Nova infraestrutura de rede dos prédios administrativos do ETSP. - Virtualização de Desktops. - Aquisição de Pontos de Função para desenvolvimento em MAKER. - Licitação para prestação de serviços de telefonia e internet nas unidades do interior. - Início dos trabalhos de desenvolvimento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação.
15/04/2015	Acórdão TCU nº 1200/2014 – Plenário (Sumário: Relatório de Levantamento. Diagnóstico da situação da estrutura de recursos humanos alocadas na área de tecnologia da informação nas instituições públicas federais. Aspectos quantitativos e qualitativos. Identificação de carências e oportunidades de melhoria. Recomendações e encaminhamento de cópias aos interessados).
17/06/2015	Licitações em curso: infraestrutura de rede, virtualização de desktops e serviços de telefonia e internet nas unidades do interior.
20/08/2015	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do PETIC e do PDTIC pela DELOITTE. - Apresentação do projeto de digitalização dos processos administrativos, fluxos de informação e protocolo unificado.
01/10/2015	Aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC – triênio 2015/2017.

Comitê de Segurança da Informação:

De caráter consultivo, constituído conforme IN GSI/PR nº 01, de 2008, composto por grupo de trabalho para discussão específica do assunto, conforme relação abaixo:

Titulares:

- Reginaldo Portari – Gerente do Departamento de Tecnologia da Informação - Presidente;
- Miriam Mós Blois – Coordenadora de Governança Corporativa;
- Adinilton Rodrigues Loreto – Coordenador de Auditoria Interna;
- Carlos Eduardo de Melo Ribeiro – Gerente do Departamento Jurídico.

Suplentes:

- Eduardo Faula de Almeida – Departamento de Tecnologia da Informação;
- Jussara Ferreira da Silva – Coordenadoria de Governança Corporativa;
- Leonardo Camargo Favatto – Coordenadoria de Auditoria;
- Manoel Veríssimo de Souza – Departamento Jurídico.

No decorrer do ano de 2015, foram realizadas as seguintes reuniões:

DATA	PRINCIPAIS ABORDAGENS
11/02/2015	- Controle de acesso visitantes ao EDSED III.
16/04/2015	Acórdão TCU nº 1200/2014 – Plenário (Sumário: Relatório de Levantamento. Diagnóstico da situação da estrutura de recursos humanos alocadas na área de tecnologia da informação nas instituições públicas federais. Aspectos quantitativos e qualitativos. Identificação de carências e oportunidades de melhoria. Recomendações e encaminhamento de cópias aos interessados).
16/06/2015	- Controle de Correio Eletrônico. - Bloqueio de sistema em horário de almoço. - Andamento dos trabalhos realizados pela DELOITTE. - Controle de acesso de visitantes.
20/08/2015	- Apresentação do PETIC e do PDTIC pela DELOITTE. - Apresentação do projeto de digitalização dos processos administrativos, fluxos de informação e protocolo unificado.

PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

SISTEMA	OBJETIVOS / FUNCIONALIDADES	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL DA ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE
ATOS – LECOM	Workflow – Sistema de automatização de processos. Suas principais funcionalidades são Comunicação Interna, Movimentação de Bens Patrimoniais, Requisição de Material,	Chefe da SESAP	Diversas áreas de negócios envolvidas. Os responsáveis são os chefes das respectivas seções.	BAIXA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2015

	Liberação/Cancelamento de Acessos aos sistemas, dentre outras.			
COMPIERE	Sistema de cadastro e gestão de permissionários, áreas e seus respectivos documentos de permissão de uso, além dos módulos de rateio de despesas, licitações, contratos e processos administrativos.	Chefe da SESAP	Diversas áreas de negócios envolvidas. Os responsáveis são os chefes das respectivas seções.	MÉDIA
DIS	Sistema que implementa os módulos do departamento de engenharia e manutenção, além de compras, almoxarifado, transportes e fretes.	Chefe da SESAP	Chefes do DEMAN e do DELCO	BAIXA
DMP-Advance	Sistema de controle de ponto eletrônico de funcionários.	Chefe da SESAP	Chefe da SEPES	BAIXA
INTRANET	Sistema desenvolvido em PHP, com vários módulos auxiliares. Suas principais funcionalidades são publicação de conteúdo, transparência pública, Interface de Faturamento – Armazenagem, Importação de algumas informações para o Portal.	Chefe da SESAP	Diversas áreas de negócios envolvidas. Os responsáveis são os chefes das respectivas seções.	BAIXA
LAWYER	Sistema de controle de processos jurídicos e agendas	Chefe da SESAP	DEJUR	BAIXA
MAKER	Plataforma de desenvolvimento de sistemas RAD. Encontram-se em produção os módulos do DEARH – Folha de Pagamento, Benefícios, Cargos e Salários.	Chefe da SESAP	Chefes do DEARH	MÉDIO
MANTIS	Sistema de controle de mudanças em sistemas para área de desenvolvimento.	Chefe da SESAP	SESAP	BAIXA
OCOMMON	Sistema de controle de chamados técnicos de primeiro nível	Chefe da SEINF	Chefes da SESAP e SEINF	BAIXA
PORTAL	Portal Corporativo desenvolvido na plataforma de CMS, Wordpress, com várias seções como informações ao público, LAI, etc.	CODCO	CODCO	BAIXA
PORTAL PERMISSIONÁRIO	Sistema desenvolvido internamente para relacionamento exclusivo com os permissionários, fornecendo ferramentas e informações necessárias, como impressão de boletos.	Chefe da SESAP	Diversas áreas de negócios envolvidas. Os responsáveis são os chefes das respectivas seções.	MÉDIA
SAAGRA	Sistema exclusivo para controle de armazenagem e	DEPAR	DEPAR	ALTA

	estocagem de grãos, além do faturamento do Departamento de Armazenagem.			
SIEM	Sistema para registro e extração de informações com base nas Notas Fiscais de entrada de mercadorias no ETSP.	Chefe da SESAP	Chefe da SEDES	BAIXA
STARSOFT	ERP utilizado na Companhia. Seus principais módulos são os de Contabilidade, Fiscal, Ativo Fixo, Fluxo de Caixa, Contas a Pagar, Compras, Contas a Receber, Vendas e algumas funcionalidades do RH.	Chefe da SESAP	Diversas áreas de negócios envolvidas. Os responsáveis são os chefes das respectivas seções.	MÉDIA
CONTIMATIC	Sistema de controle de livros fiscais	DEFIC	DEFIC	BAIXA

Os treinamentos/capacitações realizados no ano de 2015 foram:

PLANO DE CAPACITAÇÃO DO PESSOAL DE TI

NOME	FUNCIONÁRIOS
WINDOWS SERVER 2012	Analistas de Sistemas e Técnicos em Informática lotados na SEINF.
ATOS-LECOM – VERSÃO 5.0	Analistas de Sistemas lotados na SESAP.

QUADRO FUNCIONAL DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Servidores Efetivos da Carreira de TI:

SERVIDOR	CARGO	LOTAÇÃO/ÁREA
ANTONIO MARIA DA CONCEIÇÃO	ANALISTAS DE SISTEMAS	SESAP – DESENVOLVIMENTO
ARMINDO ALVES DE FREITAS	ANALISTA DE SISTEMAS	SEINF - INFRAESTRUTURA
CARLOS EDUARDO CARBONARO	ANALISTAS DE SISTEMAS	SESAP – DESENVOLVIMENTO
DECIO UEMURA	ANALISTA DE SISTEMAS	SESAP – DESENVOLVIMENTO
EDUARDO FAULA DE ALMEIDA	ANALISTA DE SISTEMAS	SEINF - INFRAESTRUTURA
FRANCISCO PINEDA	ANALISTA DE SISTEMAS	SESAP – DESENVOLVIMENTO
KELLY SILVA COSTA	ANALISTA DE SISTEMAS	SESAP - DESENVOLVIMENTO
MARCIO LUCIANO MARQUES ROTTÀ	ANALISTA DE SISTEMAS	SESAP – DESENVOLVIMENTO
MURILO DA SILVA FELIPELLI	TECNICO EM INFORMÁTICA	SEINF – INFRAESTRUTURA

PAULO BUENO DE MIRANDA JUNIOR	TECNICO EM INFORMÁTICA	SEINF - INFRAESTRUTURA
-------------------------------	------------------------	------------------------

Servidores Efetivos de Outras Carreiras:

SERVIDOR	CARGO	LOTAÇÃO/ÁREA
ALINE FAN PAPINI	TECNICO ADMINISTRATIVO	SESAP – DESENVOLVIMENTO
VANESSA RIBEIRO MOTA	TECNICO ADMINISTRATIVO	DETIN – GERÊNCIA

Servidores de Cargos de Livre Provimento:

SERVIDOR	CARGO	LOTAÇÃO/ÁREA
JOÃO PAULO BERNADINO TAVARES	GERENTE DO DEPARTAMENTO	DETIN - GERÊNCIA

Estagiários:

LOTAÇÃO	QUANTIDADE	ÁREA
SEINF	06	SUPORTE/HELP DESK AOS USUÁRIOS

Terceirizados:

LOTAÇÃO	QUANTIDADE	ÁREA
SEINF	01	SUPORTE E MANUTENÇÃO DAS IMPRESSORAS

PROJETOS DE TI DESENVOLVIDOS NO PERÍODO

Os projetos de TI desenvolvidos em 2015 foram:

Elaboração do PETIC e PDTIC:

Para atendimento às exigências dispostas na Instrução Normativa SLTI nº 04, de 11/09/2014, bem como às recomendações dos órgãos de controle externo, a CEAGESP contratou, após regular processo licitatório, a empresa DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA, para a prestação de serviços de consultoria técnica especializada para elaboração do PETIC e do PDTIC.

Os trabalhos foram desenvolvidos em 40 (quarenta) semanas, com o custo total de R\$218.000,00 (duzentos e dezoito mil Reais). O PDTIC da CEAGESP - triênio 2015/2017 - foi aprovado no Comitê Executivo de TI em 01/10/2015, no Comitê Estratégico de TI em 05/10/2015, publicado no Diário Oficial da União em 12/11/2015 e disponibilizado no sítio da CEAGESP, conforme dispõe o 3.10 do Guia de Elaboração do PDTI – versão 2015, elaborado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Serviços de Telefonia e Internet para as Unidades do Interior:

Para atendimento às determinações da CGU – Controladoria Geral da União e do TCU – Tribunal de Contas da União – Acórdão nº 3766/2014 e visando a padronização dos serviços de dados e voz em toda a rede de entrepostos e armazéns da Capital e do interior, a CEAGESP contratou, através de Processo Licitatório, a empresa TELECOM SOUTH AMERICA S/A, para a prestação dos serviços de adequação e implantação da infraestrutura de telecomunicações dos sites remotos localizados no interior de São Paulo, que compõem a rede CEAGESP, com fornecimento de equipamentos e materiais, instalação e fornecimento de telefonia VOIP e Internet, incluindo suporte técnico e manutenção, pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, com vigência de 29/07/2015 a 28/07/2019. Os custos realizados no ano de 2015 foram de R\$1.193.385,84 (um milhão, cento e noventa e três mil, trezentos e oitenta e cinco Reais e oitenta e quatro centavos).

7.3.1 Principais sistemas de informações

A CEAGESP possui diversos sistemas em produção. Dentre os que mais contribuem para a realização da missão, negócios e objetivos institucionais, destacamos:

STARSOFT APPLICATIONOS

O ERP da Companhia, contém os módulos de Contabilidade, Fiscal, Ativo Fixo, Fluxo de Caixa, Contas a Pagar, Compras, Contas a Receber, Vendas. O software é terceirizado e as despesas com os serviços de manutenção em 2015 perfizeram o montante de R\$54.326,52.

COMPIERE

Sistema de cadastro e gestão de permissionários, controles de áreas e seus respectivos termos de permissão de uso, além dos módulos de rateio de despesas, processos administrativos, licitações e contratos. A CEAGESP é proprietária dos códigos fonte e não há custos com manutenção.

SAAGRA

Sistema utilizado para controle de armazenagem, estocagem de grãos e faturamento do Departamento de Armazenagem. O software é terceirizado e as despesas com os serviços de manutenção em 2015 perfizeram o montante de R\$154.779,46.

MAKER ALL

Plataforma de desenvolvimento de sistemas RAD, contém os módulos de folha de pagamento, benefícios e cargos e salários. Além disso, participa dos módulos do PROHORT e SIM (Sistema de Informação de Mercado). O software é de propriedade da CEAGESP e o custos com os serviços de manutenção em 2015 perfizeram o montante de R\$69.887,44.

SIEM

Sistema utilizado para o registro de notas fiscais de entrada de produtos dos permissionários. A CEAGESP é proprietária dos códigos fonte e não há custos com manutenção.

7.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI

Em 2015 a CEAGESP contratou, através do Pregão Presencial nº 005/2014, a empresa DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA, para a prestação de serviços de consultoria técnica especializada para elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – PETIC e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC da CEAGESP, para o triênio 2015/2017.

Na fase de análise da situação atual da CEAGESP, dentre os documentos gerados pela contratada, destacamos: (a) Análise de Tendências, (b) Diagnóstico de Alinhamento Estratégico, (c) Análise do Orçamento de TI, (d) Análise de Inventário, (e) Diagnósticos da Estrutura Organizacional e (f) Diagnóstico da Arquitetura de Infraestrutura e Sistemas.

Na fase seguinte, os entregáveis são extensões dos documentos anteriores e definem qual deve ser o cenário para a CEAGESP no triênio 2015/2017, comparando os momentos atual e futuro. Os principais documentos gerados foram: (a) Proposição do modelo futuro – estrutura organizacional, (b) Proposição de modelo futuro – arquitetura de sistemas e infra, (c)

Planos de ação CobiT, (d) Proposição de estratégia de fornecimento – Make or Buy e (e) Missão e Visão.

Com base nos documentos, acima descritos, a Contratada elaborou o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação.

O PETIC – contém a análise SWOT da área de TI, a descrição dos valores críticos de sucesso, a definição de iniciativas (em sintonia com os projetos em andamento) para melhorar o alinhamento estratégico entre TI e negócios, o levantamento de todas as informações das outras fases e definição de um caminho e diretrizes para se atingir um cenário melhor, e ainda a definição de prioridades para atendimento às necessidades e objetivos da área de TI.

O PDTIC – contém o detalhamento de todas as iniciativas e a conexão com a abordagem utilizada nas fases anteriores, alinhado ao PETIC, além do detalhamento com prazo, custo e escopo da proposição de uma arquitetura de sistemas e de infraestrutura mais adequada, da sugestão de melhores práticas (CobiT e ITIL) para a prestação de serviços, governança de TI e engenharia de sistemas, e ainda, da proposição de uma melhor forma de estrutura organizacional e utilização de recursos humanos.

O PDTIC para o triênio 2015/2017 foi aprovado no Comitê Executivo de TI em 01/10/2015, no Comitê Estratégico de TI em 05/10/2015, publicado no Diário Oficial da União em 12/11/2015 e disponível no sítio da CEAGESP, conforme dispõe o 3.10 do Guia de Elaboração do PDTI – versão 2015, elaborado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

7.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

Embora a CEAGESP não esteja subordinada ao Decreto 7.746/2012, por ser uma sociedade de economia mista, não é contemplada pelo Orçamento Federal; é uma Companhia que se preocupa com a gestão de recursos e com a sustentabilidade ambiental possuindo uma Coordenadoria de Sustentabilidade voltada ao desenvolvimento de políticas de sustentabilidade e de estímulo à adoção de práticas e comportamentos sustentáveis em suas diferentes áreas de

atuação, seja na atividade de Armazenagem ou de Entrepastagem.

Por meio de projetos que se vinculam à qualidade de vida, a CODSU desenvolveu e vem mantendo programas de cunho social com ações voltadas aos usuários e à comunidade, focados na responsabilidade social com o meio ambiente e à cidadania. Dentre estes projetos destaca-se a gestão e descentralização do Banco CEAGESP de Alimentos, Reciclagem de Resíduos, Hortas Comunitárias e Associação de Apoio à Infância e Adolescência Nossa Turma, controle da poluição, palestras e seminários, compras sustentáveis, Produção e Divulgação de Materiais de Sustentabilidade, Alimentação Saudável Escola do Sabor.

Banco CEAGESP de Alimentos

O BCA - atende pessoas e famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional. São cerca de 160 instituições assistenciais sem fins lucrativos cadastradas, tais como: Hospitais, Casas de Recuperação, Asilos, Abrigos, Creches, Núcleo Sócio Educativo, Associações de Moradores de Bairros, Cooperativas, Bancos de Alimentos, Prefeituras e Organizações Não Governamentais.

Além de coordenar a distribuição dos alimentos o programa orienta, produzindo informativos mensais com temas de nutrição e segurança alimentar e nutricional, receitas com incentivo ao aproveitamento integral dos alimentos, principalmente das partes não convencionais como: cascas, sementes, talos, etc.

São realizados também treinamentos de atualização e capacitação para as instituições e colaboradores, com a promoção de campanhas de incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras, que contribuem com a campanha nacional de incentivo ao consumo de FLV, no âmbito do PROHORT) e nas CEASAS.

O BCA mantém parcerias de estágio com universidades para a realização das suas atividades. Os estagiários também desenvolvem trabalhos acadêmicos.

Dentro do mercado, foi firmado um convênio com o SINDICAR. São 505 carregadores cadastrados que voluntariamente retiram as doações dos permissionários ao BCA.

A CEAGESP possui outros dez Bancos de Alimentos funcionando nos Entrepastos do interior: Araçatuba, Araraquara, Bauru, Franca, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Sorocaba, São José dos Campos e São José do Rio Preto.

No ano de 2015 foram doadas, nos Bancos de Alimentos de São Paulo e interior, o total de 3.005 toneladas de alimentos para o total de 4.461 entidades cadastradas.

Programa Nacional de Racionalização dos Derivados de Petróleo e do Gás Natural

Outra iniciativa importante é a parceria firmada entre a CEAGESP e a Petrobrás, por meio do CONPET, que orienta os condutores de caminhão sobre a importância de proceder à manutenção preventiva nos veículos, principalmente para evitar a emissão excessiva de poluentes.

Foram implantadas ações educativas direcionadas aos condutores e mecânicos da frota a diesel em circulação nas instalações do Entreponto. Em 2015, foram avaliados 1613 veículos a Diesel, onde 553 foram reprovados e 1060 foram aprovados nos níveis de fumaça emitidos.

Reciclagem do Lixo

O ETSP, que abastece 60% da Grande São Paulo, é gerador de aproximadamente 145 toneladas de resíduos por dia de comercialização, embora isto represente apenas 1,7% do volume total comercializado.

A CEAGESP, em sua operação diária, realiza a coleta seletiva e a reciclagem dos resíduos gerados (madeira, palha, papelão, frutas, legumes e verduras e peixe). Parte do que seria destinado ao lixo é reutilizado através da Coleta Seletiva para a reciclagem, possibilitando assim, a redução dos custos com a deposição em aterro sanitário e do impacto ambiental decorrente desta ação.

Em 2015, com as ações de reciclagem de produtos gerados pelo mercado atacadista, deixamos de gastar com transporte e deposição em aterro sanitário ou unidade de compostagem o valor de R\$ 622.799,75, em contrapartida arrecadamos R\$ 84.918,10 com a venda de matérias recicláveis para terceiros.

Programas para os Funcionários

Sem descuidar da atenção aos funcionários da Companhia, ações de conscientização e sensibilização quanto a importância do tema da sustentabilidade são executadas pela Coordenadoria.

Algumas ações compõem a agenda do departamento, como a Semana Mundial da Alimentação, Dia da Nutrição, Dia do Planeta Terra, Dia mundial do Meio Ambiente e outros. Nessas datas são ministradas palestras por profissionais qualificados sobre assuntos ligados a Sustentabilidade, Alimentação Saudável e saúde.

Cadastramento e Parcerias

Para doações ao Banco CEAGESP de Alimentos disponibilizamos o e-mail bancodealimentos@ceagesp.gov.br e/ou os telefones (+55 11) 3643-3832- 3643-3850 e 3643-3920.

7.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Em cumprimento à legislação vigente, a CEAGESP está normatizando os processos de Compras Públicas Sustentáveis, que permitirão à CEAGESP estabelecer políticas e metas ambientais e sociais sem precisar alocar recursos adicionais no orçamento, de forma que sejam adquiridos produtos, serviços e obras de menor impacto ambiental.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

A Companhia teve a quantia de 43 determinações e 16 recomendações, sendo 25 determinações atendidas e 11 recomendações atendidas pela Unidade. Conta com uma advogada lotada no DELCO, que é representante legal da Companhia, que acompanha as deliberações do Tribunal e remete à CODIN, DEJUR e aos gestores envolvidos.

Quando a Companhia é notificada a Presidência, recebe os ofícios e os encaminham ao DEJUR quando houver necessidade de resposta ou complemento de informações e a CODIN para acompanhamento. O controle é realizado por documento físico ou peças dos processos virtuais, pelo Coordenador de Auditoria e pela advogada do DELCO. Destacamos que há processos físicos, devidamente montados e arquivados na CODIN para consulta, quando necessária.

Por fim, existe controle via sistema “PUSH – acompanhamento processual” do TCU, o qual alerta sobre o andamento dos processos – via email.

Quadro (30): Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
012.613/2013-4	2050/2014	9.2 e 9.3	Ofício n° 1822/2014	22/08/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
CEAGESP – Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.2. Recomendar à Companhia de Armazéns Gerais do Entreponto de São Paulo que:</p> <p>9.2.1. Estabeleça mecanismos que garantam a efetiva participação dos permissionários e concessionários nas decisões relacionadas à contratação dos bens e serviços destinados ao uso comum do entreponto, bem assim nas ações de acompanhamento e fiscalização das despesas correspondentes;</p> <p>9.2.2. Promova a licitação das áreas de apoio do entreponto imediatamente após a conclusão do recadastramento dos permissionários e da conclusão do estudo econômico-financeiro acerca da sua política tarifária (subitens 9.1.2.1 e 9.1.2.2), observadas as condições indicadas nos subitens 9.1.4 e 9.1.5;</p> <p>9.2.3. Nas futuras licitações para concessão remunerada de uso de áreas de comercialização do Entreponto do Terminal de São Paulo:</p> <p>9.2.3.1. Utilize a modalidade pregão eletrônico;</p> <p>9.2.3.2. Estabeleça mecanismos que garantam a concorrência em todos os segmentos de produtos comercializados no entreponto;</p> <p>9.3. Informar à Companhia de Armazéns Gerais do Entreponto de São Paulo que o reajuste tarifário de que trata o subitem 9.1.1.1 tem caráter extraordinário e visa a compensar a parcela da inflação não incorporada em 2003, não podendo, por isso, obstar, total ou parcialmente, o reajustamento ordinário das suas tabelas, a ser promovido anualmente, até a implantação da política tarifária que exsurgir dos estudos de que trata o subitem 9.1.2.2;</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Em 25/02/2015, o TCU julgou os embargos oposto pela CEAGESP por meio do Acórdão 289/2015, tornando				

insubsistente os subitens 9.1.1.2 e 9.2.3.2 do Acórdão 2050/2014 do Plenário.

Em 13/04/2015, a APESP e o SINCAESP, por meio do escritório MANESCO apresentaram PEDIDO DE REEXAME em face do Acórdão 289/2015 – Plenário.

Em 26/05/2015, o TCU em sede de exame de admissibilidade do recurso suspendeu os efeitos do subitem 9.1.4.1 do Acórdão 2050/2014 – Plenário e do item 9.3 do Acórdão 289/2015 – Plenário.

Em 29/06/2015, a CEAGESP protocolou o plano de ação do Acórdão 2050/2014 – Plenário, conforme se refere o item 9.1.1.3.

Em 02/02/2016, a CEAGESP requereu dilação de prazo para implementação do plano de ação apresentado em 29/06/2015, sem manifestação até o momento.

O Acórdão está em monitoramento no Processo nº 031.661/2015-7.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
034.474/2011-0	3677/2014 – 1 ^a Câmara	9.4	Ofício 1594/2014	17/07/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
CEAGESP – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo				
Descrição da determinação/recomendação				
9.4. Determinar à CEAGESP que regularize, no prazo de 90 (noventa) dias, a situação dos contratos de serviços de telefonia relativos às unidades do interior por meio da realização dos devidos processos licitatórios;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Em 23/02/2016 foi proferido o acórdão 1194/2016 dando quitação ao Sr. Mário Maurici de Lima Moraes, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi aplicada e arquivamento do processo. O item está sendo monitorado no processo nº 013.590/2015-4.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
013.515/2013-6	2859/2013 – Plenário		Ofício Circular nº 01/2014/MP/SE/DEST	13/01/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
CEAGESP – Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo				
Descrição da determinação/recomendação				
A análise envolveu 102 processos de licitação, envolvendo 98 empresas contratadas. Encontramos enorme relutância/resistência de grande parte destas contratadas em nos fornecer informações a respeito do enquadramento na nova sistemática definida para cálculo e recolhimento da contribuição previdenciária, resultando na emissão/envio de vários Ofícios. Defrontamos com empresas que alegaram o não enquadramento na legislação pertinente, quando na realidade é notória que a sua Classificação Nacional da Atividade Econômica está compreendida no rol daquelas prevista pela legislação.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Em razão da suspensão dos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 2859/2013 – TCU – Plenário, de 01/04/2015, os trabalhos estão suspensos, aguardando decisão do TCU.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
033.728/2013-5	3301/2015	9.2	Ofício 3728/2015	29/12/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
CEAGESP – Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo				
Descrição da determinação/recomendação				
9.2. Determinar à CEAGESP que republique o edital do Pregão Presencial 14/2013, após as seguintes medidas saneadoras:				
9.2.1. Elaboração de orçamento sintético e analítico contemplando quantitativos e preços unitários para todos os itens necessários à execução do serviço, bem como detalhamento de todas as composições de custos unitários;				
9.2.2. Exclusão da exigência de que o responsável técnico pela empresa seja um Técnico de Segurança do Trabalho (item 8.5.a.1 do edital);				
9.2.3. Exclusão da exigência de que os profissionais detentores do atestado de responsabilidade técnica sejam os responsáveis técnicos pela empresa no CREA (item 8.5.b);				
9.2.4. Exclusão da exigência de que a visita técnica seja feita pelo responsável técnico da licitante (item. 8.5.h);				
9.2.5. Inclusão no edital de definição objetiva do que será aceito como “área com grande fluxo de transeuntes” (item 8.5.e);				
9.2.6. Inclusão no processo licitatório de detalhamento do cálculo para a estimativa mensal de resíduos a serem transportados (item 20.1);				
9.2.7. Em relação à capacidade técnico-operacional das licitantes, limitação da exigência de comprovação de execução de serviços em, no máximo, 50% do quantitativo previsto para o contrato;				
9.2.8. Para fins de pagamento, exclusão da exigência de folha de medição com etapas 100% concluídas (item				

14.4.2);

9.2.9. Exclusão de cláusula prevendo penalidade por descumprimento de cronograma físico, caso não seja apresentado pela contratante o cronograma físico (item 16.2.2 do edital);

9.2.10. Em relação ao desconto do valor das multas do valor dos créditos a que a contratada fizer jus (item 16.6 do edital), condicionamento de tal medida à eventual insuficiência da garantia prestada, nos termos do art. 87, § 1º, da lei de licitações;

9.2.11. Exclusão da previsão de retenção de pagamentos devidos à contratada em razão de propositura de ação trabalhista (item 6.10 do edital);

9.2.12. Tendo em vista o previsto na minuta do Contrato, Anexo IX, itens 9.2.1 e 9.2.12, inclusão no corpo do edital, no termo de referência e no orçamento base da administração de previsão do serviço de limpeza da área operada pela contratada, com a disponibilização do supervisor, adequando o corpo do edital à minuta de contrato;

9.2.13. Adequação das escalas de trabalho das equipes (item 17 do Anexo 1 do edital), para evitar superposições de horário ou reduzi-las ao mínimo necessário para garantir a prestação ininterrupta dos serviços;

9.2.14. Revisão das cláusulas que dispõem sobre prazo de pagamento (item 14.4.4 do edital e item 6.7 do Anexo IX - minuta do contrato), eliminando a divergência entre elas;

9.2.15. Eliminação da divergência entre os itens 8.5.c do edital (previsão de 1.740 toneladas/mês) e o Anexo IV, item 3 (1.470 m³ por mês);

9.2.16. Caso seja feita a opção por não permitir, no edital do certame, participação de empresas na forma de consórcios, considerando a faculdade constante do art. 33, caput, da Lei 8.666/1993, justificação formal da escolha no respectivo processo administrativo da licitação;

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

O DELCO, área responsável está ciente e acatando as determinações nas futuras contratações.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
033.728/2013-5	3301/2015	9.3	Ofício 3728/2015	29/12/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
CEAGESP – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.3. Recomendar à CEAGESP que adote os seguintes procedimentos, para resguardar-se contra dívidas trabalhistas da prestadora de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra:</p> <p>9.3.1. Prever nos contratos, de forma expressa:</p> <p>9.3.1.1. Autorização para retenção de pagamentos devidos em valores correspondentes às obrigações trabalhistas inadimplidas pela contratada, incluindo salários e demais verbas trabalhistas, previdência social e FGTS, concernentes aos empregados dedicados à execução do contrato;</p> <p>9.3.1.2. Autorização para realização de pagamentos de salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos empregados da contratada, bem assim das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;</p> <p>9.3.1.3. Aprovisionamento, em conta vinculada, de valores relativos a férias, décimo terceiro e multa sobre o FGTS, na forma prevista no art. 19-A, I, da IN/SLTI/MP 2/2008, com redação dada pela IN/SLTI/MP 6/2013.</p> <p>9.3.2. Depositar os valores retidos cautelarmente junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento dos salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS, quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria administração, dentre outras razões, por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento,</p>				

rescisões dos contratos e guias de recolhimento;

9.3.3. Fazer constar dos contratos cláusula de garantia que assegure pagamento de:

9.3.3.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

9.3.3.2. Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;

9.3.3.3. Prejuízos diretos causados à contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e

9.3.3.4 obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela contratada.

9.3.4. Sobre vindo, durante a vigência contratual, ações trabalhistas promovidas por empregados dedicados ao ajuste, considerando o teor dos pleitos, investigar se há irregularidades no pagamento de verbas trabalhistas, solicitando os documentos correspondentes (vide art. 34, § 5º, I, “c”, da IN/SLTI/MP 2, com redação dada pela IN/SLTI/MP 6); comprovada a inadimplência, reter pagamentos devidos em valores correspondentes às obrigações trabalhistas inadimplidas;

9.3.5. Observar as recomendações constantes do Acórdão 1.214/2013-Plenário, itens 9.1.5 a 9.1.9.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

O DELCO, área responsável está ciente e acatando as recomendações nas futuras contratações.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
017.169/2015-1	4728/2015 – 2 ^a Câmara	1.6	Ofício 2447/2015	12/08/2015

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

CEAGESP – Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo

Descrição da determinação/recomendação

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. Determinar a oitiva da Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP, para que, no prazo de 15 dias, manifeste-se acerca do teor desta representação, em especial sobre as questões abaixo, alertando-a quanto à possibilidade de o Tribunal vir a determinar a anulação de todos os atos posteriores à realização do pregão presencial 3/2014:

1.6.1.1.ausência de pesquisas de preços praticados no mercado nos processos dos pregões presenciais 3/2013, 7/2013 e 3/2014 e na consequente dispensa de licitação que resultou na contratação da empresa Mapfre Seguros Gerais S/A;

1.6.1.2.redução do quantitativo inicialmente verificado, no total de 45 itens nos termos de referências dos pregões presenciais 3/2013 e 7/2013, para o total de 36 itens constantes do termo de referência do pregão presencial 3/2014 e da dispensa de licitação que resultou na contratação da empresa Mapfre Seguros Gerais S/A;

1.6.1.3.ausência de informações, nos autos do processo administrativo relativo à dispensa de licitação, acerca das medidas adotadas pela CEAGESP no que se refere aos contatos realizados com outras empresas de seguro para possíveis ofertas de propostas de preços;

1.6.1.4.ausência de justificativas para as alterações apontadas pela representante em relação à proposta da empresa Mapfre Seguros Gerais S/A e o termo de referência do pregão presencial 3/29014, utilizado como fundamento para a celebração do contrato por meio de dispensa de licitação com a empresa Mapfre Seguros Gerais S/A;

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Em 27/08/2015 a CEAGESP apresentou sua resposta quanto aos itens relatados acima. O acórdão 3217/2016 – TCU – 2ª Câmara, de 08/03/2016 considerou parcialmente procedente a presente representação, promovendo o arquivamento dos autos.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
030.291/2013-5	1862/2015 – 1ª Câmara	1.7	Ofício 0816/2015	24/04/2015

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

CEAGESP – Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo

Descrição da determinação/recomendação

1.7. Determinar à CEAGESP que, no prazo de 90 (noventa) dias, encaminhe a esta Corte de Contas as metas operacionais dos próximos anos para o entreposto de São Paulo, bem como para cada unidade de armazenagem, a exemplo do procedido em relação aos entrepostos localizados no interior do Estado.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Em 22/07/2015 a CEAGESP apresentou sua resposta quanto ao item relatado acima, por meio do ofício PRESD 088/2015. O Acórdão 7288/2015 da 1ª Câmara, de 17/11/2015 considerou atendida a determinação, autorizando, em consequência, o encerramento dos autos.

8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Apresentamos as recomendações em monitoramento pela CGU constantes nos Relatórios dos exercícios anteriores:

Quadro (31): Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Unidade Prestadora de Contas			
Denominação Completa		Código SIORG	
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			29415
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201109414	34700	Ofício nº 25750/2015/CGU-Regional/SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			
Descrição da Recomendação			
Constatação: Ausência de elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI da CEAGESP.			
Recomendação			
Que a CEAGESP passe a elaborar o Planejamento Estratégico/Plano Diretor de TI para os próximos exercícios e que o mesmo esteja alinhado com as ações de TI elencadas no Planejamento Estratégico Situacional.			
Providências Adotadas			
Síntese da Providência Adotada			
Foram aprovados nos Comitês Executivo e Estratégico de TI, o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da CEAGESP, elaborados pela DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA. O PDTIC está publicado na íntegra no site da Companhia e seu extrato foi publicado no Diário Oficial da União, de 12/11/2015, conforme dispõe o Guia de Elaboração do PDTI - versão 2015, elaborado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.			

Unidade Prestadora de Contas			
Denominação Completa			Código SIORG
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			29415
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203844	8823	Ofício nº 25750/2015/CGU-Regional/SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Ex-funcionários em situação de débito para com a CEAGESP.</p> <p>Recomendação: Recomendamos aos gestores que apurem o montante devido à CEAGESP pelos ex-funcionários Lidia Aparecida Diniz Rezende, Willian Tranquitella de Melo e Rodrigo Jose de Oliveira e providenciem o devido resarcimento.</p>			
Providências Adotadas			
Síntese da Providência Adotada			
<p>Informamos que em relação ao caso do ex-funcionário Willian Tranquitella de Melo a situação é a mesma anteriormente informada, qual seja, aguardando o julgamento no TRT 2ª Região do recurso apresentado pela Companhia, sem data para que isso ocorra.</p> <p>Apresentamos a seguir as informações iniciais, visando facilitar a análise da CGU:</p> <p>O ex-funcionário Willian Tranquitella de Melo, demitido por justa causa (abandono de emprego), encontra-se sub judice, uma vez que o empregado ingressou com ação em face da CEAGESP questionando esta forma de demissão, até porque o principal valor devido é o adiantamento do 13º salário recebido na ocasião das férias gozadas, posto que se houver a reforma da demissão passando para dispensa sem justo motivo este valor não será devido à CEAGESP.</p> <p>Tendo em vista a data da demissão do ex-funcionário ter ocorrido em 21/11/2011, e para que não ocorra o advento da prescrição, ingressamos com ação de cobrança visando a devolução dos valores a título de adiantamento de 13º salário, bem como determinar ao ex-funcionário saldar os débitos existentes relativos aos descontos de vale transporte, auxílio refeição, convênio médico, cesta básica e compras realizadas junto à Drogaria Raia.</p> <p>Em relação aos ex funcionários: Lídia Aparecida Diniz Rezende (inicialmente o valor devido era R\$393,99, foi restituído à CEAGESP, R\$294,00, restando pagar: R\$99,99, após estes pagamentos não conseguimos mais contato com a ex-funcionária, já o ex funcionário Rodrigo José de Oliveira deve R\$72,62 (setenta e dois reais e sessenta e dois centavos) temos a informar que tentamos por várias vezes entrar em contato com o funcionário para regulação do débito, mas também não obtivemos retorno deste (documentos</p>			

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)
Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2015

anexos).

Tendo em vista a imaterialidade do valor envolvido, a Coordenadoria de Auditoria Interna da CEAGESP, sugere a baixa dos valores pendentes, com o devido respaldo jurídico, após aprovação da CGU. Informamos que o controle interno exercido sobre as demissões foi fortalecido com a implantação do procedimento de verificação, através de formulário específico no ato da demissão (documento anexo) Este procedimento já havia sido implantado devido à recomendação da CGU, à época.

Unidade Prestadora de Contas			
Denominação Completa			Código SIORG
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			29415
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201203844	24975	Ofício nº 25750/2015/CGU-Regional/SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			
Descrição da Recomendação			
Constatação: Manutenção das pendências na conciliação de contas a receber junto ao Governo do Estado de São Paulo e consequente atraso no recebimento de ressarcimento impactando a gestão da CEAGESP no exercício de 2011. Recomendação: Finalizar o processo de habilitação junto ao Governo do Estado de São Paulo da cobrança de valores despendidos pela CEAGESP em processos trabalhistas.			
Providências Adotadas			
Síntese da Providência Adotada			
Situação atual (20/01/2016): total de 903 processos apurados, dos quais 651 estão conciliados, 160 foram baixados contabilmente por se tratar de valores irrecuperáveis, 44 estão em fase recursal/ de execução, 23 estão em análise e poderão ser passíveis de reembolso, 13 aguardam desarquivamento e 12 apresentam pendências de análise junto ao Fórum trabalhista. Todos os processos são encaminhados à SFE - Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo com a documentação necessária para o ressarcimento, contendo valores e datas originais. A atualização da dívida é realizada pela SFE.			

O resarcimento foi realizado através de ordem bancária em conta corrente da CEAGESP.

Lote	Quant. Processos	Situação Jan/2016	Valor Reconhecido	Valor Ressarcido	Ano que houve o resarcimento	Data de envio à SFE
Lote inicial	27	Ressarcido	R\$ 6.253.259,19	R\$11.398.360,76	2010 R\$ 102.355.312,92	29/04/10
Lote 1	86	Ressarcido	R\$ 12.113.610,57	04/01/12		
Lote 2	53	Ressarcido	R\$ 6.741.575,71	28/02/12		
Lote 3	76	Ressarcido	R\$ 8.489.694,27	16/04/12		
Lote 4	42	Ressarcido	R\$ 6.613.360,22	14/05/12		
Lote 5	57	Ressarcido	R\$ 7.558.843,17	R\$ 17.171.685,42		10/05/13
Lote 6	139	Ressarcido	R\$ 11.886.212,53	R\$ 27.340.878,77		23/10/13
Lote 7	94	Ressarcido	R\$ 5.809.658,88	R\$ 12.056.008,23		09/04/14
Lote 8	67	Ressarcido	R\$ 4.518.862,65	R\$ 14.929.324,40		22/07/14
Lote 9	144	Pendente de Ressarcimento	R\$ 5.699.273,94	23/09/14		
Lote 10	106	Pendente de Ressarcimento	R\$ 4.236.076,15	16/12/14		
Lote 11	56	Pendente de Ressarcimento	R\$ 2.820.101,19	02/06/15		
Lote 12	32	Em elaboração				

Na coluna “Quantidade de Processos” foi informada a quantidade total de processos encaminhados à SFE, considerando complementos de processos enviados em lotes anteriores e processos enviados pela primeira vez. Estes complementos referem-se a parcelamentos de acordos que estavam em andamento, inclusão de novos pagamentos e complementação da folha de pagamento. O total de processos enviados foi de 650 e 328 foram complementados no decorrer do período.

No ano de 2015, alguns aposentados e pensionistas que já haviam sido transferidos para a folha de pagamento do Estado de São Paulo foram reincluídos na folha da CEAGESP, em virtude de divergência entre a base de cálculo considerada pelo Governo do Estado ser diferente da base considerada pela CEAGESP.

Unidade Prestadora de Contas			
Denominação Completa			Código SIORG
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			29415
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201203844	54612	Ofício nº 25750/2015/CGU-Regional/SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Unidades de Armazenagem com prejuízo operacional e baixos índices de produtividade.</p> <p>Recomendação: Recomendamos a definição de um plano de ação, além da implantação e do acompanhamento de metas de curto e médio prazos, para elevar os índices de produtividade das unidades armazenadoras, em especial daquelas que registraram prejuízos operacionais.</p>			
Providências Adotadas			
Síntese da Providência Adotada			
<p>Considerando que foram apresentadas inúmeras informações referentes às ações empreendidas, entende-se ser cabível o acompanhamento quanto à evolução dos resultados de cada um dos armazéns deficitários, sendo necessário à Companhia, na próxima atualização do Plano de Providências Permanente – PPP, apresentar as seguintes informações:</p> <p>1 - Graneleiro de Araraquara: Apresentar o resultado consolidado ao final de 2015; o comparativo entre os quantitativos de grãos movimentados no primeiro e segundo semestre de 2015; quais os novos negócios obtidos na região em 2015; e como ocorreu a redução nas despesas (itens e valores).</p> <p>Resultado operacional 2015 – (R\$ 1.261.282,27)</p> <p>Em comparação ao 1º e 2º semestre de 2015, houve a redução nos seguintes itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Serviços terceirizados -34,7%; • Energia/Água -25,7%; • Viagens -25,8%; e • Material de Secagem -58,7%. <p>No período considerado, o total de redução das despesas teve um aumento de 11,56%. Os itens que influíram no aumento foram:</p>			

- Pessoal 21,9%;
- Manutenção/rateio 304,6%;
- Seguros de bens e mercadorias 20%; e
- Impostos 10,8%.

Silo e Graneleiro

PERÍODO	ENTRADA(t)	Δ%	SAÍDA (t)	Δ%	ESTOQUE(t)	Δ%
1º SEMESTRE	30.604,81		49.179,52		19.055,63	
2º SEMESTRE	3.217,41	-89,49	6.367,12	-85,11	15.905,82	-16,53

Armazém Convencional

PERÍODO	ENTRADA(t)	Δ%	SAÍDA (t)	Δ%	ESTOQUE(t)	Δ%
1º SEMESTRE	-		6.424		0	
2º SEMESTRE	-		-		-	

No segundo semestre observamos uma quebra das expectativas relacionadas à movimentação de açúcar a granel, que se mostravam promissoras.

Podemos destacar alguns fatores que levaram a redução da necessidade de estocagem para entressafra pelas usinas, dentre eles redução da produtividade devido a fatores climáticos; necessidade de fluxo de caixa pelas Usinas, com vendas e o aumento do preço da gasolina, com consequente aumento do preço do etanol, que levaram a maior produção deste em detrimento do açúcar.

Some-se a isso, a constância no ritmo da exportação, gerando abertura de espaços no porto para recebimento de produtos das Usinas.

A consolidação de empresas, exemplo: Copersucar e Cargill criando a Alvean, também afetaram a disponibilidade e uso de espaços para estocagem, pois utilizaram suas sinergias para redução de estocagem.

Em relação a novos negócios, prejudicado, visto tratar-se de região onde não temos safrinha e baixa demanda para estocagem de grãos.

Em relação a 2016, em execução estudo da FUCAMP para reposicionamento de nossas Unidades Armazenadoras, em função de suas características e produção regional. Apresentado também à alta administração, um Plano de Curto Prazo para melhorias dos resultados das unidades deficitárias, por meio de ações junto a clientes de grande porte, visitas a produtores, associações rurais e adaptações das unidades para credenciamento e recebimento de produtos da CONAB.

2 - Armazém e Silo de Avaré: Apresentar o resultado consolidado ao final de 2015 (comparando os números do silo e do armazém convencional) e as ações envidadas visando à cessão do armazém à Prefeitura Municipal de Avaré/SP.

Resultado operacional 2015 – (R\$ 129.138,37)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)
Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2015

Silo

PERÍODO	ENTRADA(t)	Δ%	SAÍDA (t)	Δ%	ESTOQUE(t)	Δ%
1º SEMESTRE	5.387		6.918,60		437,32	
2º SEMESTRE	4.203,5	-21,97	2.219,88	-67,91	2.420,94	453,59

Armazém Convencional

PERÍODO	ENTRADA(t)	Δ%	SAÍDA (t)	Δ%	ESTOQUE(t)	Δ%
1º SEMESTRE	14,42		316,69		9,69	
2º SEMESTRE	310,72	2.054,79	52,95	-83,28	267,46	2.660,45

Unidade continuou operando como Anexo da Unidade Graneleira de Avaré.

Não avançou a cessão de parte da Unidade para a Prefeitura de Avaré por falta de proposta detalhada com plano de ação e pelo poder público local.

3 – Armazém e Silo de Bauru: Apresentar o resultado consolidado ao final de 2015 (comparando os números do silo e do armazém convencional); quais as novas parcerias obtidas na região em 2015 e as ações envidadas visando à alienação de parte do terreno.

Resultado operacional 2015 – (R\$ 656.942,45)

Silo

PERÍODO	ENTRADA(t)	Δ%	SAÍDA (t)	Δ%	ESTOQUE(t)	Δ%
1º SEMESTRE	3.714,09		1.695,62		2.242,98	
2º SEMESTRE	830,61	-77,64	2.423,65	42,94	649,94	-71,02

Armazém Convencional

PERÍODO	ENTRADA(t)	Δ%	SAÍDA (t)	Δ%	ESTOQUE(t)	Δ%
1º SEMESTRE	-		-		-	
2º SEMESTRE	-		-		-	

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)
Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2015

Efetuados diversos contatos na região, tanto para uso do Silo, como do Armazém Convencional, mas a demanda permanece reduzida, além de baixa produção de safrinha no segundo semestre.

A demanda por uso ou cessão do armazém convencional também tem se mostrado inalterada, sem interesses.

Com relação a alienação do terreno, se encontra atualmente em processo licitatório e reparamos também esta demanda no Plano de Curto Prazo encaminhado à alta administração.

4 – Armazém e Silo de Fernandópolis: Apresentar o resultado consolidado ao final de 2015 (comparando os números do silo e do armazém convencional); qual o ganho em capacidade para estocagem de grãos conseguido com a adaptação da estrutura (estocagem mista); qual a ampliação no leque de negócios conseguida em 2015 com a adaptação citada; e quais os investimentos realizados na estrutura em 2015.

Resultado operacional 2015 – (R\$ 224.176,50)

Silo

PERÍODO	ENTRADA(t)	Δ%	SAÍDA (t)	Δ%	ESTOQUE(t)	Δ%
1º SEMESTRE	1.581,64		958,78		1.186,55	
2º SEMESTRE	470,19	-70,27	1.302,68	35,87	354,06	-70,16

Armazém Convencional

PERÍODO	ENTRADA(t)	Δ%	SAÍDA (t)	Δ%	ESTOQUE(t)	Δ%
1º SEMESTRE	3.410,61		5.662,47		663,59	
2º SEMESTRE	4.847,37	42,13	4.007,75	-29,22	1.503,20	126,53

Obtida melhor ocupação do armazém convencional, entretanto, não foram efetuados os investimentos para adaptação da estrutura para estocagem de grãos em função da priorização de investimentos em outras áreas.

5 - Armazém de Pederneiras: Apresentar o resultado consolidado ao final de 2015, bem como o comparativo entre a quantidade açúcar a granel recebido de usinas da região e o esperado para o exercício de 2015.

Resultado operacional 2015 – (R\$ 77.564,03)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)
Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2015

Movimento de açúcar:

PERÍODO	ENTRADA(t)	Δ%	SAÍDA (t)	Δ%	ESTOQUE(t)	Δ%
1º SEMESTRE	393,38		393,38		-	
2º SEMESTRE	47.202,21	11.899,14	1,52	-99,61	47.200,69	

Alcançados os objetivos relacionados ao recebimento de açúcar. As perspectivas são positivas para o exercício de 2016, dado o bom estoque de passagem do exercício.

6 - Armazém e Silo de Presidente Prudente: Apresentar o resultado consolidado ao final de 2015 (comparando os números do silo e do armazém convencional) e quais as ações envidadas visando à ampliação na capacidade de movimentação de grãos.

Resultado operacional 2015 – (R\$ 358.960,05)

Silo

PERÍODO	ENTRADA(t)	Δ%	SAÍDA (t)	Δ%	ESTOQUE(t)	Δ%
1º SEMESTRE	379,24		2.030,52		1.112,44	
2º SEMESTRE	3.471,62	815,42	2.528,87	24,54	2.055,19	84,75

Armazém Convencional

PERÍODO	ENTRADA(t)	Δ%	SAÍDA (t)	Δ%	ESTOQUE(t)	Δ%
1º SEMESTRE	3.107,80		2.105,03		1.234,92	
2º SEMESTRE	11.389,10	299,78	10.944,73	461,65	1.679,29	48,30

Permanece a carência de investimentos para ampliação da área para estocagem de grãos, que possui boa demanda.

Em desenvolvimento ações junto a produtores e associações de produtores, visando aumento da ocupação e a prestação de serviços na Unidade. Apresentado também à alta administração, um Plano de Curto Prazo para melhorias das unidades deficitárias, por meio de ações junto a clientes de grande porte, visitas a produtores, associações rurais e adaptações das unidades para credenciamento e recebimento de produtos da CONAB.

7 - Armazém e Silo de Ribeirão Preto: Apresentar o resultado consolidado ao final de 2015 (comparando os números do silo e do armazém convencional) e em que estágio se encontra o processo para sua desativação/alienação.

Resultado operacional 2015 – (R\$ 558.226,86)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)
Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2015

Silo

PERÍODO	ENTRADA(t)	Δ%	SAÍDA (t)	Δ%	ESTOQUE(t)	Δ%
1º SEMESTRE	-		28,39		-	
2º SEMESTRE	1.230,92		19,93	-29,80	1.210,99	

Armazém Convencional

PERÍODO	ENTRADA(t)	Δ%	SAÍDA (t)	Δ%	ESTOQUE(t)	Δ%
1º SEMESTRE	584,08		889,77		162,28	
2º SEMESTRE	151,19	-74,11	313,47	-64,77	-	-100

Apresentamos novamente no Plano de Curto Prazo endereçado à alta administração a expectativa de alienação desta Unidade.

8 - Graneleiro de Engenheiro Schmidt (São José do Rio Preto): Apresentar o resultado consolidado ao final de 2015; o comparativo entre a quantidade de açúcar a granel recebido e o esperado para o segundo semestre de 2015; quais os novos negócios obtidos na região em 2015; e como ocorreu a redução nas despesas (itens e valores).

Resultado operacional 2015 – (R\$ 1.837.620,60)

Em comparação ao 1º e 2º semestre de 2015, houve a redução nos seguintes itens:

- Serviços terceirizados -34,89%;
- Energia/Água -13,01%; e
- Viagens -6,52%.

No período considerado, o total de redução das despesas teve um aumento de 11,56%. Os itens que influíram no aumento foram:

- Pessoal 7,58%;
- Manutenção/rateio 200,31%;
- Seguros de bens e mercadorias 20%; e
- Impostos 468,55%.

Não houve recebimento de açúcar a granel no segundo semestre. O nosso principal cliente, o Grupo Virgolino de Oliveira, deixou de operar em 2014.

Tivemos uma redução de aproximadamente 200 mil toneladas armazenadas em Schmidt e Tutóia. As tradings de açúcar da região, Noble, Coruripe, Copersucar, Bunge, Guarani, construíram ou possuem em outras regiões terminais de transbordo próprios com armazéns. A Bunge utiliza terminal em Ourinhos, a Noble construiu em Votuporanga, Copersucar em Rio preto, Coruripe em Fernandópolis.

No segundo semestre observamos uma quebra das expectativas relacionadas à movimentação de açúcar a granel, que se mostravam promissoras. Podemos destacar alguns

fatores que levaram a redução da necessidade de estocagem para entressafra pelas usinas, dentre eles redução da produtividade devido a fatores climáticos; necessidade de fluxo de caixa pelas Usinas, com vendas e o aumento do preço da gasolina, com consequente aumento do preço do etanol, que levaram a maior produção deste em detrimento do açúcar. Some-se a isso, a constância no ritmo da exportação, gerando abertura de espaços no porto para recebimento de produtos das Usinas.

A consolidação de empresas, exemplo: Copersucar e Cargill criando a Alvean, também afetaram a disponibilidade e uso de espaços para estocagem, pois utilizaram suas sinergias para redução de estocagem.

Em relação a novos negócios, prejudicado, visto tratar-se de região onde não temos safrinha e baixa demanda para estocagem de grãos.

Em relação a 2016, em execução estudo da FUCAMP para reposicionamento de nossas Unidades Armazenadoras, em função de suas características e produção regional. Apresentado também à alta administração, um Plano de Curto Prazo para melhorias dos resultados das unidades deficitárias, por meio de ações junto a clientes de grande porte, visitas a produtores, associações rurais e adaptações das unidades para credenciamento e recebimento de produtos da CONAB.

9 - Graneleiro de Tupã: Apresentar o resultado consolidado ao final de 2015 e o comparativo entre a quantidade açúcar recebido, e o esperado para o segundo semestre de 2015.

Resultado operacional 2015 – (R\$ 353.970,20)

A Unidade de Tupã recebeu 18.582,39 toneladas e expediu 13.291,19 toneladas, tendo em estoque 5.291,20 toneladas em 31/12/2015. A expectativa girava em recebimento de aproximadamente 40 mil toneladas, o que não se viabilizou, dadas as mudanças havidas no mercado e citadas acima.

10 - Armazém da Barra Funda: Apresentar o resultado consolidado ao final de 2015 e informar em que estágio se encontra o processo de alienação junto à CPTM.

Resultado operacional 2015 – (R\$ 407.509,81)

O processo de alienação da Unidade está na dependência da apresentação do relatório de passivo ambiental, trabalhos que foram iniciados no dia 08/01/16 com prazo de 60 dias para finalização.

11 - Armazém de Barretos: Apresentar o resultado consolidado ao final de 2015 e informar em que estágio se encontra sua cessão remunerada ou alienação.

Resultado operacional 2015 – (R\$ 108.371,76)

Apresentamos no Plano de Curto Prazo para as Unidades deficitárias endereçado à alta administração a solicitação para de alienação ou destinação desta Unidade.

12 - Armazém de Itapeva: Apresentar o resultado consolidado ao final de 2015 e informar como se dá o cálculo do resultado dessa unidade cedida para a Prefeitura Municipal de Itapeva/SP (quais as receitas e as despesas ocorridas ao final de 2015).

Resultado operacional 2015 – (R\$ 10.473,72)

O resultado do exercício foi oriundo de:

Serviço de Portaria – Jan/15 – R\$ 8.559,93

Alvará de funcionamento – R\$2.000,61

Custos ocorridos antes da cessão para a Prefeitura de Itapeva.

13 - Armazém de Itirapina: Apresentar o resultado consolidado ao final de 2015; informar como se deu o cálculo do resultado dessa unidade quando cedida (quais as receitas e as despesas ocorridas em 2015 que resultaram no déficit de R\$ 20.786,67) e em que estágio se encontra a licitação para sua cessão remunerada.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)
Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2015

Resultado operacional 2015 – (R\$ 112.630,58)

Parte da Unidade esta cedida, o que contribui com a redução dos custos, que foram os seguintes:

Serviço de Portaria – R\$ 77.031,94

Água/Energia – R\$ 4.102,38

Seguro de Bens – R\$ 85.507,07

IPTU - R\$ 41.260,30

No final de 2003, a Unidade foi cedida parcialmente por “Permissão Remunerada de Uso” a Empresa Luizzi Colchões. Em 15/02/08 foi firmado novo contrato com a Empresa Luizzi Industria e Comercio de Sofás Ltda, a locação se estendeu para a área total do armazém 47, tendo inicio a partir de 20/02/08. O armazém 47 teve seu contrato finalizado e foi devolvido a CEAGESP em 02/04/14. Como não havia interessados no uso do local, foi providenciada a contratação de Segurança Patrimonial, até que o local seja licitado.

Quanto ao armazém 49, motivado por ação judicial em razão de cobrança de pagamentos pendentes junto a Prefeitura de Itirapina, foi devolvido a CEAGESP em agosto 2009, sendo que existem dois inquilinos: Dormiflex e Luizzi Colchões, que negociam com a CEAGESP condições para permanência no local, uma vez que mantinham contrato com a Prefeitura local em diferentes condições. Em 01/08/15 as empresas DDS Industria e Com. De Móveis e Estofados Ltda e Luizzi – Industria e Comercio de Sofás Ltda, locaram a área através PRU-Permissão Remunerada de Uso com término do contrato para 31/07/16.

Diante da falta de demanda para uso de armazenagem convencional na Unidade. Sugerimos a manutenção de contrato de locação, pois tem proporcionado resultado financeiro satisfatório, bem como a preservação do patrimônio.

Consta do Plano de Curto Prazo endereçado à alta administração licitação desta Unidade no primeiro semestre de 2016.

14 - Armazém de Ourinhos: Apresentar o resultado consolidado ao final de 2015; informar como se deu o cálculo do resultado dessa unidade quando cedida (quais as receitas e as despesas ocorridas em 2015 que resultaram no déficit de R\$ 64.209,74) e em que estágio se encontra a licitação para sua cessão remunerada.

Resultado operacional 2015 – (R\$ 173.532,70)

O resultado do exercício foi oriundo de:

Receita Financeira– R\$ 7.669,35

Água/Energia – R\$ 15.522,49

Despesa Terceirizado(Portaria) – R\$ 127.638,07

IPTU - R\$ 36.259,92

Houve licitação para a unidade, porém a mesma deu deserta.

Em estudo pela alta administração proposta apresentada pela Prefeitura Municipal para uso da Unidade.

15 - Armazém de Rincão: Apresentar o resultado consolidado ao final de 2015; informar como se deu o cálculo do resultado dessa unidade (quais as receitas e as despesas ocorridas em 2015 que resultaram no déficit de R\$ 2.354,21) e em que estágio se encontra o processo de regularização da área (pela SPU) para seu subsequente desmembramento.

Resultado operacional 2015 – (R\$ 5.360,07)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)
Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2015

O resultado é refere-se ao IPTU sobre a área.

A unidade foi devolvida pela Prefeitura local.

Falta regularizar o desmembramento para obter o Registro do Imóvel.

Unidade Prestadora de Contas			
Denominação Completa			Código SIORG
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			29415
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201203844	54613	Ofício nº 25750/2015/CGU-Regional/SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			
Descrição da Recomendação			
<p>Constatção: Fragilidades no sistema de controle de concessão e resarcimento de recursos para despesas com viagens.</p> <p>Recomendação: Recomendamos aos gestores que providenciem as melhorias necessárias no sistema informatizado que controla a concessão e prestação de contas de adiantamentos para despesas com viagens, assegurando que os dados registrados no sistema sejam fidedignos e permitam ao gestor acompanhar a situação dos adiantamentos concedidos.</p>			
Providências Adotadas			
Síntese da Providência Adotada			
O DETIN está implantando a atualização da nova versão do Sistema de Back-Office em uso na Companhia e com isso será utilizado no módulo financeiro a parte referente a concessão e prestação de contas para despesas com viagens			

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)
Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2015

Unidade Prestadora de Contas			
Denominação Completa			Código SIORG
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			29415
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201203844	54614	Ofício nº 25750/2015/CGU-Regional/SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Fragilidades no sistema de controle de concessão e resarcimento de recursos para despesas com viagens.</p> <p>Recomendação: Recomendamos aos gestores que providenciem as melhorias necessárias no sistema informatizado que controla a concessão e prestação de contas de adiantamentos para despesas com viagens, assegurando que um adiantamento concedido não possa ser excluído sem que tal fato fique devidamente registrado.</p>			
Providências Adotadas			
Síntese da Providência Adotada			
<p>O DETIN está implantando a atualização da nova versão do Sistema de Back-Office em uso na Companhia e com isso será utilizado no módulo financeiro a parte referente a concessão e prestação de contas para despesas com viagens.</p>			

Unidade Prestadora de Contas																								
Denominação Completa			Código SIORG																					
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			29415																					
Recomendações do OCI																								
Recomendações Expedidas pelo OCI																								
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida																					
7	201203844	75378	Ofício nº 25750/2015/CGU-Regional/SP/CGU-PR																					
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação																								
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo																								
Descrição da Recomendação																								
<p>Constatação: Manutenção das pendências na conciliação de contas a receber junto ao Governo do Estado de São Paulo e consequente atraso no recebimento de resarcimento impactando a gestão da CEAGESP no exercício de 2011.</p> <p>Recomendação: Finalizar a conciliação de contas referentes a valores a receber do Governo do Estado de São Paulo por conta do estabelecido no Contrato de venda e compra de ações da CEAGESP firmado entre a União e o Estado de São Paulo.</p>																								
Providências Adotadas																								
Síntese da Providência Adotada																								
<p>Situação atual (20/01/2016): total de 903 processos apurados, dos quais 651 estão conciliados, 160 foram baixados contabilmente por se tratar de valores irrecuperáveis, 44 estão em fase recursal/ de execução, 23 estão em análise e poderão ser passíveis de reembolso, 13 aguardam desarquivamento e 12 apresentam pendências de análise junto ao Fórum trabalhista.</p> <p>Todos os processos são encaminhados à SFE - Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo com a documentação necessária para o resarcimento, contendo valores e datas originais. A atualização da dívida é realizada pela SFE.</p> <p>O resarcimento foi realizado através de ordem bancária em conta corrente da CEAGESP.</p>																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Lote</th><th>Quant. Processos</th><th>Situação Jan/2016</th><th>Valor Reconhecido</th><th>Valor Ressarcido</th><th>Ano que houve o resarcimento</th><th>Data de envio à SFE</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lote inicial</td><td>27</td><td>Ressarcido</td><td>RS 6.253.259,19</td><td>R\$11.398.360,76</td><td>2010</td><td>29/04/10</td></tr> <tr> <td>Lote 1</td><td>86</td><td>Ressarcido</td><td>R\$ 12.113.610,57</td><td></td><td></td><td>04/01/12</td></tr> </tbody> </table>				Lote	Quant. Processos	Situação Jan/2016	Valor Reconhecido	Valor Ressarcido	Ano que houve o resarcimento	Data de envio à SFE	Lote inicial	27	Ressarcido	RS 6.253.259,19	R\$11.398.360,76	2010	29/04/10	Lote 1	86	Ressarcido	R\$ 12.113.610,57			04/01/12
Lote	Quant. Processos	Situação Jan/2016	Valor Reconhecido	Valor Ressarcido	Ano que houve o resarcimento	Data de envio à SFE																		
Lote inicial	27	Ressarcido	RS 6.253.259,19	R\$11.398.360,76	2010	29/04/10																		
Lote 1	86	Ressarcido	R\$ 12.113.610,57			04/01/12																		

Lote 2	53	Ressarcido	R\$ 6.741.575,71	R\$ 102.355.312,92	2013	28/02/12	
Lote 3	76	Ressarcido	R\$ 8.489.694,27			16/04/12	
Lote 4	42	Ressarcido	R\$ 6.613.360,22			14/05/12	
Lote 5	57	Ressarcido	R\$ 7.558.843,17	R\$ 17.171.685,42	2013	10/05/13	
Lote 6	139	Ressarcido	R\$ 11.886.212,53	R\$ 27.340.878,77	2014	23/10/13	
Lote 7	94	Ressarcido	R\$ 5.809.658,88	R\$ 12.056.008,23	2015	09/04/14	
Lote 8	67	Ressarcido	R\$ 4.518.862,65	R\$ 14.929.324,40	2015	22/07/14	
Lote 9	144	Pendente de Ressarcimento	R\$ 5.699.273,94			23/09/14	
Lote 10	106	Pendente de Ressarcimento	R\$ 4.236.076,15			16/12/14	
Lote 11	56	Pendente de Ressarcimento	R\$ 2.820.101,19			02/06/15	
Lote 12	32	Em elaboração					

Na coluna “Quantidade de Processos” foi informada a quantidade total de processos encaminhados à SFE, considerando complementos de processos enviados em lotes anteriores e processos enviados pela primeira vez. Estes complementos referem-se a parcelamentos de acordos que estavam em andamento, inclusão de novos pagamentos e complementação da folha de pagamento. O total de processos enviados foi de 650 e 328 foram complementados no decorrer do período.

No ano de 2015, alguns aposentados e pensionistas que já haviam sido transferidos para a folha de pagamento do Estado de São Paulo foram reincluídos na folha da CEAGESP, em virtude de divergência entre a base de cálculo considerada pelo Governo do Estado ser diferente da base considerada pela CEAGESP.

Unidade Prestadora de Contas																				
Denominação Completa						Código SIORG														
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo						29415														
Recomendações do OCI																				
Recomendações Expedidas pelo OCI																				
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida																	
8	201203844	75388	Ofício nº 25750/2015/CGU-Regional/SP/CGU-PR																	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação																				
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo																				
Descrição da Recomendação																				
<p>Constatação: Manutenção das pendências na conciliação de contas a receber junto ao Governo do Estado de São Paulo e consequente atraso no recebimento de resarcimento impactando a gestão da CEAGESP no exercício de 2011.</p> <p>Recomendação: Atualizar a catalogação dos processos trabalhistas encerrados e indicar: (1) se os processos têm a documentação necessária e suficiente para cobrança dos valores; (2) valor da dívida original; (3) data base do item anterior; (4) critério de correção monetária da dívida; (5) valor da correção monetária até o exercício em avaliação; (6) data em que o processo de cobrança foi apresentado ao Governo do Estado; (7) posicionamento do governo estadual quanto ao pagamento; (8) forma de pagamento; (9) data prevista para o pagamento; e (10) outras informações relevantes.</p>																				
Providências Adotadas																				
Síntese da Providência Adotada																				
<p>Situação atual (20/01/2016): total de 903 processos apurados, dos quais 651 estão conciliados, 160 foram baixados contabilmente por se tratar de valores irrecuperáveis, 44 estão em fase recursal/ de execução, 23 estão em análise e poderão ser passíveis de reembolso, 13 aguardam desarquivamento e 12 apresentam pendências de análise junto ao Fórum trabalhista.</p> <p>Todos os processos são encaminhados à SFE - Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo com a documentação necessária para o resarcimento, contendo valores e datas originais. A atualização da dívida é realizada pela SFE.</p> <p>O resarcimento foi realizado através de ordem bancária em conta corrente da CEAGESP.</p>																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Lote</th><th>Quant. Processos</th><th>Situação Jan/2016</th><th>Valor Reconhecido</th><th>Valor Ressarcido</th><th>Ano que houve o resarcimento</th><th>Data de envio à SFE</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lote inicial</td><td>27</td><td>Ressarcido</td><td>RS 6.253.259,19</td><td>R\$11.398.360,76</td><td>2010</td><td>29/04/10</td></tr> </tbody> </table>							Lote	Quant. Processos	Situação Jan/2016	Valor Reconhecido	Valor Ressarcido	Ano que houve o resarcimento	Data de envio à SFE	Lote inicial	27	Ressarcido	RS 6.253.259,19	R\$11.398.360,76	2010	29/04/10
Lote	Quant. Processos	Situação Jan/2016	Valor Reconhecido	Valor Ressarcido	Ano que houve o resarcimento	Data de envio à SFE														
Lote inicial	27	Ressarcido	RS 6.253.259,19	R\$11.398.360,76	2010	29/04/10														

	Lote 1	86	Ressarcido	R\$ 12.113.610,57	R\$ 102.355.312,92	2013	04/01/12	
	Lote 2	53	Ressarcido	R\$ 6.741.575,71			28/02/12	
	Lote 3	76	Ressarcido	R\$ 8.489.694,27			16/04/12	
	Lote 4	42	Ressarcido	R\$ 6.613.360,22			14/05/12	
	Lote 5	57	Ressarcido	R\$ 7.558.843,17	R\$ 17.171.685,42	2013	10/05/13	
	Lote 6	139	Ressarcido	R\$ 11.886.212,53	R\$ 27.340.878,77	2014	23/10/13	
	Lote 7	94	Ressarcido	R\$ 5.809.658,88	R\$ 12.056.008,23	2015	09/04/14	
	Lote 8	67	Ressarcido	R\$ 4.518.862,65	R\$ 14.929.324,40	2015	22/07/14	
	Lote 9	144	Pendente de Ressarcimento	R\$ 5.699.273,94			23/09/14	
	Lote 10	106	Pendente de Ressarcimento	R\$ 4.236.076,15			16/12/14	
	Lote 11	56	Pendente de Ressarcimento	R\$ 2.820.101,19			02/06/15	
	Lote 12	32	Em elaboração					

Na coluna “Quantidade de Processos” foi informada a quantidade total de processos encaminhados à SFE, considerando complementos de processos enviados em lotes anteriores e processos enviados pela primeira vez. Estes complementos referem-se a parcelamentos de acordos que estavam em andamento, inclusão de novos pagamentos e complementação da folha de pagamento. O total de processos enviados foi de 650 e 328 foram complementados no decorrer do período.

No ano de 2015, alguns aposentados e pensionistas que já haviam sido transferidos para a folha de pagamento do Estado de São Paulo foram reincluídos na folha da CEAGESP, em virtude de divergência entre a base de cálculo considerada pelo Governo do Estado ser diferente da base considerada pela CEAGESP.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)
Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2015

Unidade Prestadora de Contas			
Denominação Completa			Código SIORG
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			29415
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	201307533	58688	Ofício nº 25750/2015/CGU-Regional/SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Altos índices de ociosidade nas unidades frigoríficas e nas unidades de Marília e Guaratinguetá.</p> <p>Recomendação: Recomendamos à CEAGESP que ultime os estudos sobre a concessão da totalidade da Unidade de Guaratinguetá para exploração pela iniciativa privada, assim como promova estudo de viabilidade para desativação da unidade de Marília e absorção da demanda local pelas demais unidades da CEAGESP na região.</p>			
Providências Adotadas			
Síntese da Providência Adotada			
<p>ENTREPOSTO DE GUARATINGUETÁ: Promovemos a mudança da Gerência da Unidade buscando retomar o processo de crescimento da ocupação que estávamos alcançando durante a interinidade do agora responsável pela Unidade.</p> <p>Já temos à partir deste mês de Fevereiro/16, dentro do nosso quadro de funcionários um colaborador para executar especificamente o trabalho de prospecção de Empresas com a finalidade de se estabelecerem em nossas Unidades que ainda oferecem áreas vagas para esse fim, e esta Unidade é a que terá a maior atenção deste profissional. Estamos focados no propósito de se conseguir viabilizar economicamente a Unidade com o incremento do seu uso dentro do seu escopo original, isto é: servir como Entreposto; para este fim temos como envolvidos além deste Gerente, o Gerente Interino da Unidade e o nosso Assistente do Departamento.</p> <p>Para as ações destinadas a encontrar interessados em se estabelecer através de Concessão de Uso de toda a Unidade para atividades relacionadas ao segmento do Agronegócio e também da área de Logística/Movimentação de materiais, a partir também deste mês de Fevereiro/16 contamos com outras áreas que se encontram envolvidas na busca deste objetivo, que são o DECAL e o Assistente da Diretoria Sr. Rubens Reis Souza Junior.</p> <p>ENTREPOSTO DE MARÍLIA: As ações destinadas à regularização do Entreposto junto a Prefeitura de Marília prosseguem, já foram realizadas todas as obras recomendadas e exigidas e já obtivemos o AVCB junto ao Corpo de Bombeiros e já foi protocolado junto a Prefeitura em 28/01/2016 o pedido de Licença de Funcionamento da Unidade CEMAR.</p> <p>Estamos dando início ao processo licitatório para concessão de uso das áreas existentes no Entreposto CEMAR, onde estamos colocando em disputa 98 áreas, perfazendo um</p>			

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)
Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2015

total de 1.920 m², que serão colocados com oferta mínima de R\$ 14,00 o m² mais o rateio das despesas inerentes a operacionalização da Unidade. Temos como prazo informado pela SELIC para publicação deste Edital de no máximo 70 (setenta) dias da data da saída do processo deste DEINT, a qual deverá ocorrer no próximo dia 22/02/2016 data que temos a promessa da Prefeitura de Marília de liberação do Alvará de Funcionamento.

Unidade Prestadora de Contas			
Denominação Completa			Código SIORG
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			29415
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201307533	58690	Ofício nº 25750/2015/CGU-Regional/SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			
Descrição da Recomendação			
Constatação: Ausência de mecanismos para identificar as fragilidades, assim como seleção e aplicação das possíveis medidas para gerenciamento de riscos. Recomendação: Recomendamos que a CEAGESP expanda o processo de identificação das fragilidades nos demais departamentos, assim como finalize o processo de atualização de normas, procedimentos e instruções operacionais. A finalização desses dois processos possibilitará adequado gerenciamento de riscos, contribuindo para tomada de decisões adequadas por parte da Diretoria Executiva da Companhia.			
Providências Adotadas			
Síntese da Providência Adotada			
Informamos que em Dezembro/2015 foi publicado no Diário Oficial da União a Homologação do certame licitatório - Pregão Eletrônico 47/2015, no qual foi outorgada vencedora a empresa Sicurezza Gestão de Riscos Corporativos Editora e Distribuidora LTDA. Atualmente, o processo está em trâmite para assinatura do respectivo contrato para que assim possamos emitir a Ordem de Serviço e dar início à implantação da Gestão de Riscos.			

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)
Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2015

Unidade Prestadora de Contas			
Denominação Completa			Código SIORG
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			29415
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201407916	130356	Ofício nº 25750/2015/CGU-Regional/SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Falta de procedimentos específicos para aquisição de bens e serviços de TI.</p> <p>Recomendação: Recomendamos que durante a elaboração do Planejamento Estratégico e do PDTI, sejam elaborados procedimentos específicos para a contratação de bens e serviços de TI, observando alinhamento com os referidos Planos.</p>			
Providências Adotadas			
Síntese da Providência Adotada			
<p>O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da CEAGESP foram elaborados pela DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA, em alinhamento às necessidades das diversas áreas da Companhia. Ressaltamos ainda que o DETIN está desenvolvendo um trabalho de adequação das normas internas que tratam das aquisições de bens e serviços da CEAGESP à Instrução Normativa SLTI nº 04, de 11/09/2014.</p>			

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)
Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2015

Unidade Prestadora de Contas			
Denominação Completa			Código SIORG
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			29415
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201407916	130358	Ofício nº 25750/2015/CGU-Regional/SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Fragilidades quanto aos controles internos da Gestão do Patrimônio Imobiliário da Unidade Auditada.</p> <p>Recomendação: Item 1: Recomenda-se à CEAGESP que providencie norma interna definindo os responsáveis, bem como os detalhes das atividades referente à gestão dos bens imóveis da CEAGESP.</p>			
Providências Adotadas			
Síntese da Providência Adotada			
<p>Já foram nomeados os representantes e suplentes que responderão pelos imóveis da CEAGESP (relação anexa) e também a MAKE Avaliações elaborou a minuta do Manual de Controle Patrimonial (anexa).</p> <p>Essas informações serão utilizadas para atualização da Norma NP-AD 013 - Bens do Ativo Fixo e Inseríveis. A Norma NP-AD 013 com suas alterações propostas, será encaminhada para aprovação após o término dos trabalhos da MAKE Avaliações, previsto para 29/03/16.</p>			

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)
Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2015

Unidade Prestadora de Contas			
Denominação Completa			Código SIORG
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			29415
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201407916	130361	Ofício nº 25750/2015/CGU-Regional/SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Fragilidades quanto aos controles internos da Gestão do Patrimônio Imobiliário da Unidade Auditada.</p> <p>Recomendação: Item 2: Recomenda-se à Companhia que realize a implantação do processo de identificação e monitoramento de riscos na área de imóveis, bem como disponibilize cronograma das avaliações de risco nessa área.</p>			
Providências Adotadas			
Síntese da Providência Adotada			
<p>Informamos que em Dezembro/2015 foi publicado no Diário Oficial da União a Homologação do certame licitatório - Pregão Eletrônico 47/2015, no qual foi outorgada vencedora a empresa Sicurezza Gestão de Riscos Corporativos Editora e Distribuidora LTDA.</p> <p>Atualmente, o processo está em trâmite para assinatura do respectivo contrato para que assim possamos emitir a Ordem de Serviço e dar início à implantação da Gestão de Riscos.</p>			

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)
Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2015

Unidade Prestadora de Contas			
Denominação Completa			Código SIORG
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			29415
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201407916	130362	Ofício nº 25750/2015/CGU-Regional/SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			
Descrição da Recomendação			
Constatação: Fragilidades quanto aos controles internos da Gestão do Patrimônio Imobiliário da Unidade Auditada. Recomendação: Item 3: Recomenda-se à Entidade que avalie a oportunidade e conveniência de fazer as reavaliações dos seus bens imóveis.			
Providências Adotadas			
Síntese da Providência Adotada			
A conclusão dos trabalhos da empresa MAKE Avaliações está prevista para 29/03/16.			

Unidade Prestadora de Contas			
Denominação Completa			Código SIORG
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			29415
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	201412702	1417587	Ofício nº 28298/2015/CGU-Regional/SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Atraso nos investimentos necessários para renovação da certificação.</p> <p>Recomendação: Recomendamos que a CEAGESP retome a execução dos investimentos previstos na Unidade Armazenadora de Palmital para fins de renovação da certificação.</p>			
Providências Adotadas			
Síntese da Providência Adotada			
<p>Atendendo as solicitações da CGU no Relatório de nº 201412702 – Ordem de serviço nº 201412702 – Constatação 01, informamos que, conforme estabelece a Instrução Normativa 024 de 09 de julho de 2013, publicada em 10 de julho de 2013, os requisitos técnicos designados como Obrigatório 3 (O3) e Obrigatório 4 (O4), mencionados no texto e nas legendas do Anexo I da Instrução Normativa 029, de 08 de junho de 2011 (aquela que estabelece os requisitos técnicos obrigatórios para a certificação de unidades armazenadoras), devem ser cumpridos respectivamente nos prazos de até 3 (três) anos, no caso de unidades armazenadoras coletoras, e de até 5 (cinco) anos, para unidades armazenadoras intermediárias e terminais, após a publicação da IN 029/2011, que se deu em 09 de junho de 2011. Dessa forma, o prazo para o cumprimento dos requisitos obrigatórios para unidades coletoras foi até 08 de junho de 2014 e para unidades intermediárias e terminais até 08 de junho de 2016.</p> <p>Isso significa que a partir de 08 de junho de 2016 todos os requisitos obrigatórios serão exigidos no momento da auditoria de certificação da Unidade Armazenadora. Porém, existe um escalonamento que permite que empresas com mais de 3 (três) CNPJs, possam cumprir a legislação com a certificação de um mínimo de 15% de suas unidades (CNPJs ou capacidade estática) até 31/01/2014, e depois 15% ao ano em 2014,2015,2016 e 2017, ficando o restante de 25% para o ano de 2018.</p> <p>Como a CEAGESP tem até a presente data, 61,11% de suas unidades certificadas quando o exigido por Lei é de 45% até 31/12/2015. Temos como previsão para o ano de 2016 a confirmação da certificação das unidades cujos certificados vencem no ano que são: Araraquara-sede, Tatuí e solicitaremos a certificação de uma unidade ainda não certificada que é Presidente Prudente. A Unidade de Palmital, que tem seu certificado com validade até 19/06/2017 e sua auditoria de confirmação de certificação está planejada para o ano de 2017, motivo pelo qual foram solicitadas as obras necessárias para cumprir os requisitos obrigatórios para o ano de 2016.</p>			

Sobre o andamento dos investimentos solicitados para o ano de 2016 para a unidade de Palmital (AGPAL) podemos informar:

Relação de investimentos necessários para a renovação da certificação de AGPA	Situação Atual
Investimentos relacionados no orçamento para 2016	
1. Aquisição de Determinador de umidade digital	Compra realizada.
2. Obras de proteção anti-incêndio	Obra realizada. Manutenção periódica pela SESMT.
3. Pavimentação de 5.000 m ² área	Não realizada – Foi realizada uma ação paliativa com a colocação de fresa asfáltica recebida como doação de empresas de manutenção de rodovias.
4. Redimensionamento do sistema de exaustão, aspiração e ventilação	Execução da obra solicitada pelo DEPAR ao DEMAN / SEMAN pela CI DEPAR 076/2016
5. Aquisição de dois secadores novos	Processo encaminhado pela SEMAN para licitação.
6. Construção de tanque de captação e decantação de água de lavagem da unidade.	Execução da obra solicitada pelo DEPAR ao DEMAN / SEMAC pela CI DEPAR 077/2016
7. Sistema de aeração em um dos graneleiros	Essa obra será necessária e obrigatório se a opção por armazenamento no local for de grãos. Atualmente os dois graneleiros estão com açúcar armazenado.
8. Calafetação e vedação das células do Silo Horizontal	Execução da obra solicitada pelo DEPAR ao DEMAN / SEMAC pela CI DEPAR 077/2016
9. Revisão periódica na termometria / cabos	Execução da obra solicitada pelo DEPAR ao DEMAN / SEMAE pela CI DEPAR 078/2016
10. Reforma termometria de um dos graneleiros (graneleiro 2)	Essa obra será necessária e obrigatório se a opção por armazenamento no local for de grãos. Atualmente os dois graneleiros estão com açúcar armazenado.
11. Divisória do laboratório para arquivo de amostras	Execução da obra solicitada pelo DEPAR ao DEMAN / SEMAC pela CI DEPAR 077/2016
Informações levantadas na fiscalização de 2014	
1. Construção de banheiros para clientes	Obra realizada
2. Aquisição de novos equipamentos secadores	Resposta no item 5 – Orçamento de 2016 (acima)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)
Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2015

3. Aquisição de determinador de umidade digital	Resposta no item 1 – Orçamento de 2016 (acima)
4. Obras de proteção anti-incêndio	Resposta no item 2 – Orçamento de 2016 (acima)
5. Reforma na termometria do graneleiro 2	Resposta no item 10 – Orçamento de 2016 (acima)
Obras consideradas relevantes pela equipe de fiscalização:	
1. Pavimentação	Resposta no item 3 – Orçamento de 2016 (acima)
2. Sistema de aeração em um graneleiro	Resposta no item 7 – Orçamento de 2016 (acima)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)
Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2015

Seguem as recomendações da CGU no exercício de 2015. Foram expedidas 9 recomendações, sendo que 4 foram atendidas e 5 encontram-se em fase de monitoramento. Quanto ao acompanhamento que é realizado pela própria auditoria interna, as recomendações exaradas pelo Órgão de Controle Interno, são devidamente inseridas - via Plano de Providências Permanente, no sistema próprio da CGU – “Sistema Monitor”, iniciado no final do exercício de 2015, anteriormente estas informações eram encaminhadas ao respectivo Órgão via Ofício.

Unidade Prestadora de Contas			
Denominação Completa		Código SIORG	
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			29415
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201504032	153398	Ofício nº 28298/2015/CGU-Regional/SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Pagamento de aviso-prévio indenizado e multa sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – para exonerações de cargo em comissão.</p> <p>Recomendação: Para os contratos vigentes, que a DEARH - Departamento de Administração de Recursos Humanos - realize a autorização de pagamento de multa sobre o FGTS e aviso-prévio indenizado para empregados comissionados exonerados somente após parecer do DEJUR - Departamento Jurídico.</p>			
Providências Adotadas			
Síntese da Providência Adotada			
<p>O DEARH procedeu com as demissões seguindo as orientações do parecer jurídico 337/2015, de 23/07/15. As novas contratações, a partir de Novembro/2015, e em conformidade com as orientações da CGU, passaram a ter em cláusula específica no Contrato de Trabalho para ocupantes de cargos de confiança - <i>Ad Nutum</i>, isentando a CEAGESP em relação do pagamento do FGTS e 40% do FGTS: " 6 - Por se tratar de emprego comissionado a dispensa será "ad nutum", não sendo devido neste caso o pagamento de aviso prévio indenizado, nem a multa de 40% sobre o FGTS."</p> <p>Quanto aos contratos antigos, conforme orientação da CODIN, cada demissão deveria ser submetida a análise do Departamento Jurídico e efetivada somente após parecer conclusivo. O DEARH passou a encaminhar previamente as demissões de ad nutum ao DEJUR para análise e este emitiu pareceres recomendando o não pagamento dos valores referentes ao aviso prévio e multa de 40% sobre o FGTS, tendo em vista o Acórdão TCU 1ª Câmara, nº. 6720/2015 de 27/10/2015 – e, para consolidar uma orientação</p>			

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)
Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2015

específica o DEJUR solicitou à Diretoria da Companhia o encaminhamento de ofício à Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura, a fim de que o mesmo se posicionasse sobre o assunto.

Unidade Prestadora de Contas			
Denominação Completa		Código SIORG	
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			29415
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	201504032	153400	Ofício nº 28298/2015/CGU-Regional/SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Edificações da CEAGESP no Entreposto de São Paulo não apresentam condições para atenderem às necessidades de acessibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, em desacordo com o Decreto nº 5296/2004.</p> <p>Recomendação: Desenvolver um projeto/estudo que permita avaliar as alternativas de possíveis ações, com horizonte de curto e médio prazo, para facilitar o acesso de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida às suas instalações.</p>			
Providências Adotadas			
Síntese da Providência Adotada			
<p>A pedido da PRESD/AI o DEMAN em conjunto com a SESMT realizarou uma revisão do Memorial Descrito e do Projeto Básico que deram origem ao Edital para a elaboração do PROJETO de acessibilidade do ETSP. Havia dúvida de que o Projeto não atenderia a legislação vigente. Após análise do DEMAN e da SESMT ficou constatado que não existe a necessidade de modificação alguma na documentação acima citada. Atualmente, o Processo está aguardando aprovação e deliberação da PRESD para prosseguimento da Licitação do PROJETO. Solicita-se prorrogação do prazo por mais 6(seis) meses para finalizar a licitação.</p>			

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)
Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2015

Unidade Prestadora de Contas			
Denominação Completa			Código SIORG
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			29415
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	201504032	153402	Ofício nº 28298/2015/CGU-Regional/SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			
Descrição da Recomendação			
<p>Constatação: Inclusão de exigência de prestação de serviços de locação de veículos zero quilômetro sem justificativas válidas. Ausência de avaliação de análise de custo de locação em relação à aquisição de equipamentos novos. Critério inadequado.</p> <p>Recomendação: Em caso de renovação do contrato vigente, renegociar um desconto com base em valores de mercado para utilização dos mesmos equipamentos utilizados no primeiro ano de contrato ou exigir a substituição dos equipamentos (caminhão e plataforma elevatória) utilizados nos primeiros doze meses.</p>			
Providências Adotadas			
Síntese da Providência Adotada			
A renovação contratual (Processo n.º 023/2014) ocorrerá em agosto de 2016, à época será negociado este desconto, conforme recomendação.			

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)
Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2015

Unidade Prestadora de Contas			
Denominação Completa			Código SIORG
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			29415
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	201504032	153405	Ofício nº 28298/2015/CGU-Regional/SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			
Descrição da Recomendação			
Constatação: Pagamento de adicional de substituição para cargos considerados vagos Recomendação: Ultimar o mapeamento de quadro de pessoal ideal de cada setor da CEAGESP.			
Providências Adotadas			
Síntese da Providência Adotada			
O processo ainda não foi concluído, ainda em fase de análise e revisão, devido a realização do Processo Seletivo Interno.			

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)
Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2015

Unidade Prestadora de Contas			
Denominação Completa			Código SIORG
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			29415
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	201504032	153406	Ofício nº 28298/2015/CGU-Regional/SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo			
Descrição da Recomendação			
ConstatAÇÃO: Pagamento de adicional de substituição para cargos considerados vagos. Recomendação: Proceder, doravante, à realização de processos seletivos internos para preenchimento de cargos vagos definitivamente.			
Providências Adotadas			
Síntese da Providência Adotada			
O Edital foi publicado no site da VUNESP no dia 22/01/16 e divulgado na intranet no dia 26/01/2016. A ficha de inscrição disponibilizada no dia 27/01/2016. As provas que estavam programadas para 07/04/2016 foram adiadas para 05/06/2016, devido ao atraso no cronograma e recursos apresentados.			

8.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por danos ao Erário

Não houve ocorrência neste exercício.

8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Nas contratações públicas se vale de preços praticados e expressos em real, e não em outra moeda, salvo se a situação for aquela descrita no art. 42 da Lei nº 8.666/93 – que não é o caso, pois a Companhia não realiza concorrências de âmbito internacional.

Nos contratos administrativos firmados, após regular procedimento licitatório ou dispensa ou inexigibilidade, preveem encargos e remuneração (preço). Há reserva orçamentária elaborada pelas áreas demandantes da Companhia, após pesquisa de mercado realizada para contratação de bens e serviços. E, as áreas demandantes também informam em seus termos de referência ou memorial descritivo a forma e o modo de pagamento do contratado, bem como se observa instruções normativas federais que tratam do assunto.

Nos pagamentos respeita a ordem cronológica de suas exigibilidades, ou seja, os pagamentos são realizados em tal ordem que os créditos dos contratados não são preferidos por outros cujas datas de exigibilidade sejam posteriores aos deles; sendo que as situações excepcionais são analisadas caso a caso e restritivamente, com publicação do ato por meio da imprensa oficial.

Em contratos em que tais requisitos são pertinentes, a Companhia prevê obrigatoriamente cláusula de reajuste e atualização financeira ou correção monetária (em casos de mora da Administração).

O procedimento de pagamentos de faturas e/ou notas fiscais é realizado pelo DEFIC, de acordo com o previsto no contrato.

As contratações realizadas pela Companhia dá tratamento privilegiado às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP), nos termos da legislação pertinente.

8.5 Informações sobre as ações de patrocínio

Não houve ocorrência neste exercício.

8.6 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

Quadro (32): Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	Propaganda e Publicações Oficiais	230.000,00	209.633,00
Mercadológica	Propaganda e Publicações Oficiais	300.000,00	277.594,00
Utilidade pública			

Observações: A CEAGESP não executa ações de Publicidade Institucional e Utilidade Pública.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 012/2011**CONTRATO: N° 012/11-1457-1103-23-030-17-1****CONTRATADA: Imprensa Nacional**

OBJETO: Contratação que visa a publicação de atos oficiais e matérias de interesse da CEAGESP, no Diário Oficial da União, conforme estabelecido no Decreto nº 4520/02, combinado com a Portaria 268/09; e com fundamento no caput do Artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

VIGÊNCIA: Para a vigência relativa ao exercício de 2015, temos o Terceiro Termo Aditivo Nº 012/11-1457-1405-23-030-17-1, com período de 04/07/2014 a 03/07/2015 e o Quarto Termo Aditivo de Nº 012/11-1457-1501-23-030-17-1, com período de 04/07/2015 a 03/07/2016; tendo sido transmitido pela SEAGE o total de 560 (quinhentos e sessenta) matérias.

A solicitação dos serviços efetuada pela CEAGESP, através de servidor previamente cadastrado com login e senha, que por meio do Sistema de Envio Eletrônico de Matérias – INCOM, efetua a transmissão do arquivo com o texto da publicação, tais como: Aplicação de Penalidades, Extrato de instrumentos contratuais, Avisos Diversos e Portarias; tendo validação por parte dos técnicos da IMPRENSA NACIONAL; sendo a publicação das matérias, realizadas dentro do prazo estabelecido, e com valores fixados na Portaria nº 117, de 13/05/2008; tendo portanto a execução contratual sido realizada de forma satisfatória.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 020/2008**CONTRATO: N° 020/2008-1192-0812-20-030-20-1****CONTRATADA: Empresa Brasil de Comunicações S/A - EBC**

OBJETO: Contratação que visa a vinculação de matérias de publicidade legal da CEAGESP, referentes às licitações, Editais de Citação (Departamento Jurídico), Balanço Patrimonial (Departamento Financeiro e Contábil), Avisos da AGO/AGE e seus Extratos (Presidência), em jornais de grande circulação e com fundamento no caput do Artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

VIGÊNCIA: Foi elaborado um contrato com vigência de 60 meses a partir da data de emissão da Ordem de Serviço 17/08/2009 – término em 16/08/2014, o qual foi encerrado em 28/07/15, em virtude de ter planilhas pendentes de cobranças. Somente após a realização das cobranças, o contrato foi declarado encerrado.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 044/2014**CONTRATO: N° 044/14-1752-1406-20-030-17-1****CONTRATADA: Empresa Brasil de Comunicações S/A - EBC**

OBJETO: Contratação que visa a vinculação de matérias de publicidade legal da CEAGESP, referentes às licitações, Editais de Citação (Departamento Jurídico), Balanço Patrimonial (Departamento Financeiro e Contábil), Avisos da AGO/AGE e seus Extratos (Presidência), em jornais de grande circulação e com fundamento no caput do Artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

VIGÊNCIA: Foi elaborado um contrato com vigência de 60 meses de 17/08/14 a 16/08/19.

No período de 01/01 a 31/12/15, foram transmitidas 108 matérias.

A solicitação dos serviços é efetuada pela CEAGESP, através de servidor previamente cadastrado com login e senha, que por intermédio do Sistema do Portal de Publicidade Legal, efetua a escolha dos jornais que serão efetuados os orçamentos, data para a publicação, transmissão do arquivo com o texto da publicação, tendo a diagramação por parte da EBC Serviços. A publicação das matérias foram realizadas dentro do prazo estabelecido, tendo portanto a execução contratual realizada de forma satisfatória.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 030/2015

CONTRATO: N° 030/15-1387-1841-1505-08-030-17-1

CONTRATADA: Imprensa Oficial do Estado S/A - IMESP

OBJETO: Prestação de serviços de publicidade legal de todos os atos de interesse da CEAGESP, pelo sistema "online", nos cadernos do "Diário Oficial do Estado de São Paulo"

VIGÊNCIA: Foi elaborado um contrato com vigência de 60 meses a partir da data de assinatura 24/08/2015.

No exercício de 2015 foram publicados os Avisos aos Acionistas, Editais de Convocação, bem como extratos das Atas referentes às Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias.

9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Em 2015, algumas áreas da Companhia destacaram-se pela atuação relevante em suas atividades específicas, contribuindo para a melhoria da gestão. Abaixo, apresentamos as ações desenvolvidas:

ÁREA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

Investimentos na Recuperação do Patrimônio Físico

O Departamento de Engenharia e manutenção encerrou o ano de 2015 envolvido na elaboração de projetos, especificações técnicas, memoriais descritivos, orçamentos e fiscalização de obras e serviços executadas por empresas contratadas.

Os principais investimentos no período, estiveram voltados em obras de recuperação das estruturas físicas da Companhia, beneficiando as atividades de comercialização e estocagem de produtos agrícolas, bem como, proporcionando maior conforto e segurança aos usuários em nossas instalações.

O ano de 2015 foi um marco na abrangência dos investimentos em obras e manutenções nas Redes de Entrepóstagem e Armazenagem da CEAGESP. No período, estivemos atuando em seis (6) Entrepóstos Regionais, Araraquara, Bauru, Franca, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto, com obras voltadas a recuperação das instalações elétricas, recuperações estruturais, serviços de pavimentação, rede de esgotos, reformas de sanitários públicos, e outros serviços de engenharia.

Na Rede Armazensora, a atuação do DEMAN, envolveu as Unidades de Araraquara Sede/Anexo/Tutóia, Jaguari/Palmital/São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto, Engº Schimidt, Tatuí e Tupã. As obras e manutenções nestas Unidades, estiveram voltadas as reformas de instalações elétricas, reposicionamento e instalação de balanças, reformas de cobertura de telhados (Silos), iluminação interna e externa e serviços de reparos e substituição de componentes e quadros elétricos, dentre outras.

Além de contemplar as Unidades descritas, o ETSP, passou por expressivos investimentos em suas áreas de comercialização, tais como: recuperação da estrutura do Pavilhão-MLP- contemplando a reforma das instalações elétricas, as obras do sistema de proteção contra incêndio, reparos e construção de calçadas, plataformas, coberturas de telhados e manutenção em banheiros públicos, etc.

ÁREA FINANCEIRA E JURÍDICA

Receita Financeira proveniente de atualizações de processos trabalhistas

Em 2012 foi assinado o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Promessa de Venda e Compra de Ações do Capital Social da CEAGESP, celebrado entre a União e o Estado de São Paulo, conforme processo nº 17944.000405/97-32 e publicado em 16 de janeiro de 2013 no Diário Oficial da União. O Estado assumiu a responsabilidade de ressarcir a União por qualquer passivo que cumulativamente não tivesse sido considerado na avaliação para fixar o valor definitivo da CEAGESP e houvesse como causa fatos ocorridos anteriormente à data da transferência das ações e reduzisse o valor do patrimônio líquido da CEAGESP

(“superveniências passivas”). Ainda segundo o termo aditivo, o Estado comprometeu-se a efetuar o pagamento direto das complementações de proventos de aposentadorias e pensões aos ex-funcionários da CEAGESP que satisfizerem os requisitos estabelecidos no art. 8º da Lei Estadual nº 8.794, de 19 de abril de 1994 (“Complementações”). O Estado passou a assumir o ônus das complementações amparadas em decisões judiciais transitadas em julgado, mediante incorporação do benefício na folha de pessoal do Estado (quando se tratar de prestações vincendas), ou então mediante o ressarcimento direto à CEAGESP (quando se tratar de prestações vencidas já pagas em juízo), o que possibilita ressarcimento dos valores pagos por consequência das decisões judiciais nos processos trabalhistas de licença prêmio, corrida de faixa, pensão e complemento de aposentadoria movidos pelos ex-funcionários.

Durante o exercício de 2015 prosseguiram os trabalhos de conciliação das contas contábeis de processos trabalhistas de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, resultando no recebimento do montante de R\$ 26,985 milhões, referente ao 7º e 8º lotes compostos por 161 processos, sendo que deste valor R\$ 17,974 milhões foram classificados como atualizações financeiras. O valor principal de R\$ 9,011 milhões foi baixado de contas classificadas no Ativo Não Circulante.

A receita financeira do exercício de 2015 atingiu o montante de R\$ 30,782 milhões, sendo que 71,26%, ou seja, R\$ 17,974 milhões correspondem a atualizações desses processos.

Todos os comprovantes de pagamentos dos processos são encaminhados à SFE - Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, com a documentação necessária para o ressarcimento, contendo valores e datas originais. A atualização da dívida é realizada pela SFE, através do IGP-DI mais juros de 6% ao ano.

ÁREA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

Índice de Preços CEAGESP

O Índice de Preços CEAGESP se estabelece como referência de preços do setor de hortifrutícolas. Criado para suprir a necessidade de um indicador que expressasse de forma mais abrangente a participação dos hortifrutícolas no grupo alimentação e, por consequência, na composição dos índices inflacionários, o indicador foi lançado em 2009, em comemoração aos 40 anos da CEAGESP.

O índice CEAGESP virou referência nacional se notabilizando pela abrangência no segmento de hortifrutícolas e pescados e influenciou outros mercados a adotarem um indicador. Os CEASAS de Brasília e Fortaleza, por exemplo, após suporte técnico fornecido pela CEAGESP, adotaram metodologias semelhantes as utilizadas em São Paulo e criaram seus próprios indicadores.

Com periodicidade mensal, o Índice de Preços CEAGESP acompanha diariamente os preços de cerca de 150 produtos, escolhidos pela importância dentro de cada setor e pelos aspectos sazonais. Esta cesta de produtos representa mais de 90% da comercialização do ETSP - o maior da América Latina.

São atribuídos pesos aos 150 produtos que compõe o indicador, bem como aos grupos Frutas, Legumes, Verduras, Pescados e Diversos aos quais pertencem, de acordo com a comercialização e consumo de cada alimento.

Em 2015, o Índice de Preços CEAGESP registrou elevação de 14,31%, ficando acima da inflação oficial medida pelo IPC-A que foi 10,67%.

ÁREA DE CONTROLE DE QUALIDADE

A equipe técnica da Seção do Centro de Qualidade Hortigranjeira é responsável pelo desenvolvimento de ferramentas de modernização e de transparência na comercialização e de apoio e capacitação aos diferentes agentes de produção e comercialização. Alguns dos trabalhos mais importantes são: (a) o HortiEscolha, um programa de apoio à tomada de decisão na gestão das frutas e hortaliças frescas no serviço de alimentação, especialmente a alimentação escolar que capacitou 6.911 pessoas e desenvolveu 7 vídeos de treinamento; (b) o Programa de Apoio ao Produtor na Comercialização que desenvolveu atividades com 1.417 agricultores e participou em 4 eventos externos; (c) a Escola do Sabor que desenvolve metodologia de introdução de frutas e hortaliça frescas treinou 95 alunos; (d) Publicações de normas de classificação e cartilhas técnicas – 20.000 unidades impressas; (e) Promoção da conformidade à lei e da rastreabilidade – rotulagem, melhoria de preenchimento da nota fiscal do produtor – 575 instituições; (f) Levantamentos de caracterização do mercado – 914 entrevistados, e outros como o treinamento de 16 estudantes de agronomia e nutrição e as visitas técnicas ao mercado com 491 participantes em 2015.

ÁREA DE SUSTENTABILIDADE

Responsabilidade Social

A **Associação de Apoio à Infância e Adolescência Nossa Turma**, estabelecida dentro da área da CEAGESP, atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social que vivem no entorno das dependências do ETSP.

O espaço é cedido através de convênio entre a CEAGESP e a Associação. A Nossa Turma oferece lazer educativo para cerca de 160 crianças e adolescentes moradores da região. Os projetos desenvolvidos são voltados ao desenvolvimento humano, garantindo à criança e adolescente as bases para uma transformação social positiva.

Em janeiro de 2015 foi realizada uma ampla reforma para melhoria e adequação das instalações, o que viabilizou um convênio com a Prefeitura Municipal, para a criação de uma CEI (Centro Educacional Infantil), que atende crianças de 1 ano e seis meses a 3 anos e 11 meses.

A Associação conta com 11 professores e 01 auxiliar de berçário. O trabalho de educação infantil já acontecia e a Prefeitura regularizou reconhecendo-o, permitindo a continuidade do desenvolvimento escolar (ensino continuado – Creche/Emei/Ensino Fundamental e Médio), agora oficializado através de convênio.

A Nossa Turma oferece ainda Escolinha de Futebol, Educação Ampliada, EJA, Horta Comunitária, Educação Ambiental, Escola do Sabor e Reeducação Alimentar/Alimentação Saudável, e em 2015 totalizou 2.442 atendimentos. A Associação busca atender não só os familiares das crianças, mas também outros indivíduos da comunidade local com ações de saúde, segurança alimentar, atividades culturais, jogos esportivos entre outros.

ÁREA DE OUVIDORIA

As manifestações recebidas na Ouvidoria são registradas e classificadas da seguinte forma:

- Sugestão – apresentação de ideia ou elaboração de proposta para aperfeiçoar a gestão e os serviços prestados
- Elogio – demonstração de apreço, reconhecimento ou satisfação sobre serviço oferecido ou atendimento recebido
- Solicitação – requerimento de atendimento ou serviço. Pedidos de informações, previstos na Lei de Acesso à Informação, devem ser direcionados ao Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) ou cadastrados no Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão (e-SIC) pelo site www.acessoainformacao.gov.br ou conforme a Portaria 1.254/2015
- Reclamação – insatisfação relativa a serviço prestado, ação ou omissão da administração ou servidor, considerando ineficiente, ineficaz ou não efetivo
- Denúncia – comunicação de prática de ato ilícito, cuja solução depende da atuação de órgão de controle interno ou externo.

Em junho a Ouvidoria aderiu ao Sistema e-OUV (Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal) que estabeleceu o contato direto com os cidadãos/usuários.

Durante o exercício foram recebidas 159 manifestações através dos principais canais de atendimento e distribuídas conforme abaixo:

- a) 45 manifestações recebidas pelo e-Sic (28%)
- b) 43 manifestações recebidas por Outros Canais (27%)
- c) 10 manifestações recebidas pelo site da Ouvidoria do MAPA (06%)
- d) 25 manifestações recebidas por Atendimento Telefônico (16%)
- e) 13 manifestações recebidas pelo sistema e-OUV (08%)
- f) 13 manifestações recebidas por Formulários depositados nas Caixas Coletores distribuídas pelo ETSP (08%)
- g) 10 manifestações recebidas pelo Atendimento Presencial

As manifestações registradas foram classificadas em:

- a) 71 reclamações
- b) 65 solicitações e/ou pedidos de informação
- c) 11 questões improcedentes.
- d) 08 denúncias
- e) 04 sugestões

Todas as manifestações foram respondidas pela equipe da Ouvidoria da CEAGESP.

10. ANEXOS E APÊNDICES

ANEXOS:

ANEXO I - Estatuto Social da CEAGESP

ANEXO II - Norma NP-NG-001 – Estrutura Organizacional da CEAGESP

ANEXO III - Norma NP-AD-025 – Auditoria Interna

ANEXO IV - Relatório de Dados do Processo Administrativo Disciplinar

ANEXO V - Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2015

ANEXO VI - Sumário Executivo Plano Estratégico e Diretor de TIC

ANEXO I**ESTATUTO SOCIAL DA CEAGESP**

**CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPÓSITOS
E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO
CNPJ Nº 62.463.005/0001-08 – NIRE nº 3530002780-9**

ESTATUTO SOCIAL DA CEAGESP

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

**CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO, FORO E DURAÇÃO**

ARTIGO 1º - A CEAGESP – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo é uma sociedade anônima de economia mista vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que reger-se-á pelo presente Estatuto e pela Legislação a ela aplicável.

ARTIGO 2º - A Companhia tem sua sede, administração e foro na Capital do Estado de São Paulo, podendo instalar, manter e extinguir, filiais, sucursais, escritórios e representações no Estado de São Paulo.

ARTIGO 3º - A Companhia tem por objeto:

- I. guardar e conservar mercadorias de terceiros, em armazéns, silos e frigoríficos, executando serviços conexos e praticando também quaisquer atos pertinentes aos seus fins, e na forma da legislação em vigor, emitir recibos de depósitos, conhecimentos de depósitos e "Warrants" das mercadorias armazenadas;
- II. instalar entrepostos para, sob a sua administração, no âmbito do sistema estadual do abastecimento, permitir o uso remunerado de seus espaços a terceiros que visem a comercialização dos produtos do agronegócio, tais como, agropecuários avícolas e pesqueiros, executando ainda serviços conexos e praticando quaisquer atos pertinentes aos seus fins;
- III. operar a sala de vendas públicas na forma prevista no artigo 28 do Decreto nº 1.102, de 21/11/1903;
- IV. elaborar estudos e pesquisas para subsidiar o estabelecimento de padrões oficiais de classificação, rotulagem e embalagens de produtos agropecuários do agronegócio, manter serviços de informação de mercado, de classificação e certificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico;

- V. comercializar produtos e subprodutos, observando a legislação vigente;
- VI. qualificar pessoal para atuar na área do abastecimento alimentar e do agronegócio;
- VII. permitir o uso remunerado de áreas sem exploração comercial nas unidades operacionais, a terceiros, para outras atividades correlatas ou afins sem prejuízos das atividades dos incisos I e II.

ARTIGO 4º - A Companhia constitui-se por prazo indeterminado.

CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL, DAS AÇÕES E DOS ACIONISTAS

ARTIGO 5º - O capital Social da CEAGESP é de R\$ 137.041.204,62 (cento e trinta e sete milhões, quarenta e um mil, duzentos e quatro reais e sessenta e dois centavos), representado por 34.403.576 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e três mil e quinhentas e setenta e seis) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

PARÁGRAFO 1º - O preço e as condições da emissão, colocação, subscrição e integralização de ações serão estabelecidos por Assembléia Geral, por proposta do Conselho de Administração.

PARÁGRAFO 2º - Na emissão de ações preferenciais sem direito a voto, sempre se observará o limite previsto em lei.

PARÁGRAFO 3º - As ações preferenciais não detentoras do direito de voto, gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso, em caso de dissolução da Companhia.

ARTIGO 6º - Os aumentos de capital serão autorizados pela Assembléia Geral, por proposta do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal.

PARÁGRAFO 1º - As deliberações do Conselho de Administração aprovando a emissão de novas ações, observados os preceitos legais deste Estatuto, indicarão o critério adotado, demonstrando os aspectos econômicos da escolha e expressamente:

- I) o número de ações de cada espécie a serem emitidas;
- II) as formas e as condições de subscrição;
- III) as condições de integralizações das ações, o número e o prazo de pagamento das respectivas prestações;
- IV) o valor fixo ou o mínimo pelo qual as ações poderão ser subscritas ou colocadas.

PARÁGRAFO 2º - As ações somente serão emitidas por preço compatível com o valor econômico das mesmas, observando-se, no entanto, o valor mínimo fixado pelas autoridades competentes.

PARÁGRAFO 3º - O preço pago pela emissão de novas ações destinar-se-á obrigatoriamente, a formação do Capital Social.

PARÁGRAFO 4º - A emissão de novas ações para integralização em bens depende de prévia autorização pela Assembléia Geral.

ARTIGO 7º - Nas emissões de novas ações, conferir-se-á aos acionistas o direito de preferência para a subscrição das ações correspondentes, na proporção do número de ações possuídas e da mesma espécie.

PARÁGRAFO 1º - O direito de preferência exercer-se-á dentro do prazo de trinta dias, contados a partir da data da publicação do primeiro aviso aos acionistas, nos órgãos de divulgação utilizados pela Companhia.

PARÁGRAFO 2º - Expirado o prazo referido no parágrafo anterior, sem que o direito de preferência tenha sido exercido, o Conselho de Administração poderá colocar as ações com terceiros, observadas, no mínimo, as condições oferecidas aos acionistas.

ARTIGO 8º - Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações de assembléias gerais de acionistas.

PARÁGRAFO 1º - As ações preferenciais não terão direito a voto, entretanto, as mesmas adquirirão esse direito, se a Companhia deixar de pagar, por três exercícios consecutivos os dividendos a que fizerem jus, previstos neste Estatuto.

PARÁGRAFO 2º - A emissão de ações será representada por títulos múltiplos de ações e, provisoriamente, de cautelas que as representem.

PARÁGRAFO 3º - Os certificados de ações, os títulos múltiplos e as cautelas provisórias deverão ser assinados por Diretores, ou procuradores legalmente constituídos com poderes específicos.

CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 9º - Constituem-se em órgãos da Companhia:

- I) - A Assembléia Geral
- II) - O Conselho de Administração
- III) – A Diretoria Executiva

SEÇÃO I DA ASSEMBLÉIA GERAL

ARTIGO 10º - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 04 (quatro) meses após o término do exercício social, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas, convocada na forma da Lei.

PARÁGRAFO 1º - A Assembléia Geral será presidida pelo Diretor Presidente da Companhia, que convidará um dos acionistas presentes para atuar como Secretário.

PARÁGRAFO 2º - A Assembléia Geral fixará a remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, e da Diretoria.

PARÁGRAFO 3º - À Assembléia Geral, sem exclusão de outros casos previstos em lei, compete:

- I) reformar o Estatuto Social;
- II) tomar, anualmente, as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- III) eleger ou destituir quaisquer dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;
- IV) deliberar sobre avaliação de bens com que os acionistas concorrer para o capital social;
- V) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- VI) deliberar sobre a criação e utilização de reservas;
- VII) deliberar sobre a participação da CEAGESP no capital social de outras entidades, públicas ou privadas;
- VIII) deliberar sobre fusão, incorporação ou cisão da CEAGESP, sua dissolução e liquidação; eleger ou destituir os liquidantes e julgar-lhes as contas;
- IX) deliberar sobre a alienação, no todo ou em parte, de ações do seu capital social; sobre aumento do capital social por subscrição de novas ações; sobre renúncia a direitos de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de empresas controladas; sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações ou vendas, se em tesouraria; sobre venda de debêntures conversíveis em ações de sua titularidade de emissão de empresas

05/13

controladas; sobre emissão de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no País ou no exterior;

- X) deliberar sobre a permuta de ações ou outros valores mobiliários;

- XI) deliberar sobre outros assuntos que lhe forem propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

SEÇÃO II DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 11º - O Conselho de Administração será composto de 6 (seis) membros, eleitos pela Assembléia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com prazo de gestão de três anos, permitida a reeleição, escolhidos dentre brasileiros de notórios conhecimentos, experiência, idoneidade moral e reputação ilibada

PARÁGRAFO 1º - Comporão o Conselho de Administração: o Diretor - Presidente da Companhia, que é membro nato do Conselho, um membro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e dois membros, indicados pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, dentre os quais o Presidente e seu substituto, um membro indicado pelos acionistas minoritários e um membro representante dos empregados indicado na forma da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010.

PARÁGRAFO 2º - Além das demais hipóteses previstas em lei, considerar-se-á vago o cargo de membro do Conselho Administração que, deixar de exercer suas funções por mais de 02 (duas) reuniões consecutivas ou 4 (quatro) alternadas.

PARAGRÁFO 3º - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pela maioria dos Conselheiros em exercício, deliberando por maioria de votos.

PARÁGRAFO 4º - O Conselho de Administração funcionará com a presença da maioria de seus membros em exercício e deliberará por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente também, o voto de qualidade.

PARÁGRAFO 5º - As reuniões do Conselho de Administração serão transcritas no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e, quando contiverem deliberação que devam produzir efeitos perante terceiros, serão arquivadas no registro de comércio e publicadas.

06/13

PARAGRÁFO 6º - Os Dirigentes, quando convidados poderão assessorar as reuniões do Conselho, sem direto a voto.

PARÁGRAFO 7º - Compete ao Conselho de Administração:

- I) fixar a orientação geral dos negócios e as prioridades da Companhia, acompanhando a sua execução;
- II) eleger e destituir os Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições, observando os artigos 13 e 14;
- III) examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- IV) convocar a Assembléia Geral quando julgar conveniente, ou ainda quando a lei determinar;
- V) manifestar-se sobre a prestação de contas anual, as demonstrações financeiras e o Relatório da Diretoria;
- VI) autorizar a alienação de bens imóveis, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias e obrigações, observada a legislação vigente;
- VII) escolher e destituir os auditores independentes;
- VIII) nomear o Conselheiro Substituto para o cargo em vacância, que servirá até a primeira Assembléia Geral, exigindo-se-lhe todas as condições normais, estatutárias e legais para tanto;
- IX) examinar e deliberar sobre as propostas e sugestões apresentadas pela Diretoria, pertinentes a estrutura organizacional, dimensionamento de pessoal, política salarial e benefícios;
- X) aprovar a emissão de novas ações de conformidade com o parágrafo 1º do art. 6º;
- XI) aprovar a designação e substituição do titular da Auditoria Interna;
- XII) deliberar sobre proposta de aumento de capital;
- XIII) deliberar sobre as propostas que lhe forem apresentadas pela Diretoria Executiva , por intermédio do Diretor Presidente;
- XIV) deliberar sobre os casos omissos deste Estatuto aplicando o disposto no que couber a Lei nº 6404 de 15 de Agosto de 1976 e alterações posteriores;
- XV) autorizar a compra, alienação, compromisso, cessão, gravame ou permuta de bens imóveis, contratação de empréstimos com estabelecimentos de créditos, oferecendo garantias reais ou pignoratícias, e bem assim de quaisquer instrumentos que obriguem a Companhia;

07/13

PARÁGRAFO 8º Terminando o prazo de gestão, os membros do Conselho de Administração permanecerão nos cargos até a posse dos sucessores.

SEÇÃO III DA DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 12º - A Diretoria Executiva será composta de um Diretor - Presidente e até 02 (dois) Diretores indicados pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Os Diretores terão suas atribuições fixadas pelo Conselho de Administração.

PARÁGRAFO 1º - Em caso de ausência ou impedimento temporário:

- I) o Diretor Presidente designará o Diretor que irá substituí-lo.
- II) os substitutos dos Diretores serão designados pelo Diretor - Presidente.

PARÁGRAFO 2º - Na hipótese de vacância e até que o Conselho de Administração eleja o respectivo substituto, os cargos da Diretoria serão exercidos provisoriamente do seguinte modo:

- I) o cargo de Diretor - Presidente será exercido pelo Diretor indicado pelo Conselho de Administração;
- II) o cargo de Diretor será exercido por outro Diretor ou por empregado da CEAGESP, mediante designação do Diretor - Presidente;

PARAGRÁGO 3º - A Diretoria reunir-se-á uma vez por mês, ou sempre que for convocada pelo Diretor Presidente, com a presença, no mínimo, da maioria dos seus membros sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos presentes, e em caso de empate fica facultado ao Diretor Presidente, valer-se do voto de qualidade, podendo ainda recorrer, de ofício, ao Conselho de Administração, com efeito suspensivo. As decisões e suas resoluções serão registradas no livro de Atas de Reuniões de Diretoria.

PARÁGRAFO 4º - Terminando o prazo de gestão, os membros da Diretoria permanecerão nos cargos até a posse dos sucessores.

PARÁGRAFO 5º - Compete a Diretoria Executiva:

- I) submeter aos Conselhos de Administração e Fiscal até 31 de março do ano subsequente ao exercício social a prestação de contas anual, acompanhada dos pareceres dos auditores internos e independentes;

08/13

- II) expedir normas operacionais e administrativas necessárias ao adequado funcionamento da CEAGESP, fixando as atribuições, competências e responsabilidades necessárias;
- III) cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações do Conselho de Administração e as recomendações do Conselho Fiscal;
- IV) autorizar a realização de contratos, acordos e convênios;
- V) dotar o Conselho de Administração das informações e dos meios necessários ao desempenho de suas atribuições estatutárias;
- VI) propor alterações estatutárias ao Conselho de Administração;
- VII) promover a publicação, no Diário Oficial da União ou órgão de comunicação adequado, após aprovados pelo Conselho de Administração e no que couber, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
 - a) o Regulamento de licitações e contratos;
 - b) o Regulamento de Pessoal;
 - c) o Plano de Cargos, Carreiras e Salários;
 - d) o Quadro de Pessoal, na forma das instruções vigentes;
- VIII) deliberar sobre planos, ações, programas sociais e/ou institucionais que a CEAGESP promova ou participe;
- IX) autorizar a alienação de bens móveis classificados ou não no ativo não circulante;
- X) comprar, alienar, compromissar, ceder, gravar ou permutar bens móveis;
- XI) comprar, alienar, compromissar, ceder, gravar ou permutar bens imóveis, contratar empréstimos com estabelecimentos de créditos, oferecendo garantias reais ou pignoratícias, e assinar quaisquer instrumentos que obriguem a Companhia, relativos aos interesses sociais, mediante autorização prévia do Conselho de Administração, de conformidade com o artigo 11, parágrafo 7º, inciso VI;

ARTIGO 13º - Compete ao Diretor Presidente:

- I) representar a Companhia, ativa e passivamente em juízo ou fora dele;
- II) supervisionar a política geral da Companhia, fazendo cumprir a orientação geral de seus negócios fixada pelo Conselho de Administração, examinar as sugestões e propostas apresentadas pela Diretoria;
- III) movimentar em conjunto com outro membro Diretor, as contas bancárias da Companhia podendo delegar tais atribuições a outro membro da Diretoria ou constituir procurador; assinar, em conjunto com outro membro da Diretoria, os atos e contratos que obriguem a CEAGESP ou exonerem terceiros de responsabilidades para com ela, bem como todos os documentos necessários

09/13

a prática dos atos relativos aos objetivos sociais e de interesse da Companhia podendo delegar tais atribuições a outro membro da Diretoria ou constituir procurador;

- IV constituir procuradores "ad-negotia" e "ad-judicia" especificados, nos respectivos instrumentos do mandato, os atos que poderão praticar;
- V fazer cumprir as decisões da Diretoria;
- VI presidir as Assembléias Gerais;
- VII admitir, promover, designar, demitir e dispensar empregados na forma da Lei, e observadas as disposições previstas neste Estatuto e no Regulamento de Pessoal.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para a prática dos atos mencionados no inciso IV, o Diretor Presidente far-se-á acompanhar de outro membro da Diretoria;

ARTIGO 14º - Compete ao Diretor:

- I) executar dentro de sua área de responsabilidade, as atribuições fixadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria devidamente registradas no livro de Atas de Reuniões;
- II) assinar juntamente com o Diretor Presidente ou com o Procurador da Companhia, documentos referentes ao negócio da Sociedade.

ARTIGO 15º - Fica vedado o uso ou emprego da denominação social em avais, fianças, aceites e endossos de mero favor e em outros documentos estranhos ao objeto social.

ARTIGO 16º - Os recibos de depósitos, conhecimentos de depósitos e warrants das mercadorias armazenadas serão assinados pelo Diretor Presidente ou Procurador com poderes específicos e pelo fiel do Armazém.

ARTIGO 17º – Os Diretores, além das obrigações e responsabilidades previstas em Lei e neste Estatuto, serão gestores nas áreas de atuação que lhes foram designadas devendo promover e acompanhar os resultados.

CAPÍTULO IV DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 18º - O Conselho Fiscal de funcionamento permanente será composto de 4 (quatro) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, pelo prazo de um ano, dentre pessoas naturais, residentes e domiciliadas no País, de reconhecida capacidade

010/13

técnica, diplomados em curso universitário ou que tenham exercido, por prazo mínimo de três anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal, admitida a recondução.

- PARÁGRAFO 1º** Um dos membros efetivos e respectivo suplente serão indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, representando o Tesouro Nacional, dois membros efetivos e respectivos suplentes serão indicados pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e um membro efetivo e respectivo suplente serão indicados pelos acionistas minoritários.
- PARÁGRAFO 2º** O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, por convocação de qualquer de seus membros ou do Presidente da CEAGESP ou do Conselho de Administração.
- PARÁGRAFO 3º** Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão, tomadas por maioria de votos e registradas no Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal.
- PARÁGRAFO 4º** Além das demais hipóteses previstas em lei, considera-se à vago o cargo de membro do Conselho Fiscal que, deixar de exercer suas funções por mais de duas reuniões consecutivas ou três alternadas.
- PARÁGRAFO 5º** Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas eventuais, pelos respectivos suplentes. Na hipótese de vacância, renúncia ou impedimento do membro efetivo o respectivo suplente assume até a eleição do novo titular.
- PARÁGRAFO 6º** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função, será fixada pela assembleia-geral que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, foi atribuída a cada diretor, observada a legislação em vigor.
- PARÁGRAFO 7º** Compete ao Conselho Fiscal:
- I) fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
 - II) opinar sobre o Relatório Anual da Administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembléia Geral;
 - III) opinar sobre as propostas da administração, a serem submetidas à Assembléia Geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
 - IV) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

V) exercer demais atribuições previstas na Lei nº 6.404/76

CAPÍTULO V DO EXERCÍCIO SOCIAL

ARTIGO 19º - O exercício social será iniciado em 1º de janeiro e encerrado em 31 de dezembro de cada ano;

ARTIGO 20º - No fim de cada exercício social proceder-se-á levantamento do balanço geral da Companhia, observadas as prescrições legais.

ARTIGO 21º - O lucro líquido do exercício, apurado depois de feitas as deduções de eventuais prejuízos acumulados, feita a provisão para o imposto de renda, terá a seguinte destinação:

- I) 5% (cinco por cento) serão destinados a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do Capital Social;
- II) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, no mínimo, para pagamento de remuneração aos acionistas, na proporção de suas ações, com prioridade para os detentores de ações preferenciais;
- III) 20% (vinte por cento) serão destinados a constituição de reserva para reposição de equipamentos e manutenção dos bens patrimoniais até o limite de 10% (dez por cento) do Capital Social;
- IV) o saldo remanescente será destinado a futuros aumentos do capital social, facultado à Assembléia Geral, mediante proposta do Conselho de Administração, apropriar parte ou a totalidade desse saldo para distribuição de dividendos aos acionistas preferenciais;
- V) por proposição dos órgãos da Administração e Assembléia Geral poderá destinar parte do lucro líquido para formação de reservas para contingências, obedecidos os dispositivos legais.

PARÁGRAFO 1º - Observada a legislação vigente, o Conselho de Administração poderá propor à Assembléia Geral o pagamento aos acionistas, de juros sobre o capital próprio e ou dividendos, a título de remuneração.

PARÁGRAFO 2º - Os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à Taxa Selic, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembléia Geral.

012/13

PARÁGRAFO 3º - Os recursos destinados a aumento de capital, transferidos pela União ou por acionistas minoritários, sofrerão encargos financeiros equivalentes à Taxa Selic, desde o dia da transferência até a data da capitalização.

PARÁGRAFO 4º - Os prejuízos acumulados devem, preferencialmente, ser deduzidos do capital social na forma prevista no art. 173 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 22º - Os casos omissos no presente Estatuto serão regulados pela legislação em vigor.

ARTIGO 23º - A CEAGESP somente poderá firmar acordos de acionistas ou renunciar a direitos neles previstos ou, ainda, assumir quaisquer compromissos de natureza societária mediante prévia anuênciam do Ministério da Fazenda.

ARTIGO 24º - A contratação de serviços e obras, aquisição e alienação de bens, serão procedidas com observância das normas próprias da Companhia, reguladoras de licitações, elaboradas em consonância com a Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações posteriores.

ARTIGO 25º - A admissão de empregados será feita pelo regime da legislação trabalhista e dependerá de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e título.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os cargos em comissão ou de função de confiança, chefia ou assessoramento são de livre nomeação e exoneração e serão ocupados por designação do Diretor-Presidente da CEAGESP, em obediência aos dispositivos legais sobre a matéria.

ARTIGO 26º - Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva apresentarão declaração de bens e rendas ao assumirem e ao deixarem os cargos e também, anualmente.

ARTIGO 27º – A CEAGESP, na forma definida pelo Conselho de Administração, por proposta da área jurídica, assegurará aos integrantes e ex-integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função, desde que não haja incompatibilidade com os interesses da Companhia.

PARÁGRAFO 1º - O benefício previsto no caput aplica-se, no que couber e a critério do Conselho de Administração aos empregados ocupantes e ex-ocupantes dos cargos de Chefes e Assessores, presentes e passados, regularmente investidos de competência por delegação dos administradores.

013/13

PARÁGRAFO 2º - A forma do benefício mencionado no caput será definida pelo Conselho de Administração, ouvida a área jurídica da CEAGESP.

PARÁGRAFO 3º - A CEAGESP poderá manter, na forma e extensão definida pelo Conselho de Administração, observado no que couber o disposto no caput deste artigo, contrato de seguro permanente em favor das pessoas mencionadas no caput e no § 1º, para resguardá-los de responsabilidade por atos ou fatos pelos quais eventualmente possam vir a ser demandados judicial ou administrativamente.

PARÁGRAFO 4º - Se alguma das pessoas mencionadas no caput e no § 1º for condenada, com decisão judicial transitada em julgado, com fundamento em violação da lei ou do estatuto ou decorrente de ato doloso, este deverá ressarcir a CEAGESP de todos os custos e despesas decorrentes da defesa de que trata o caput, além de eventuais prejuízos.

São Paulo, 2 de setembro de 2011

MÁRIO MAURICI DE LIMA MORAIS

Diretor Presidente

ANEXO II

NORMA NP-NG-001

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CEAGESP

	TÍTULO:		
	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CEAGESP		
	CÓDIGO NG-001	DATA DE EMISSÃO 29/04/2004	PÁGINA 1 de 21

Índice:

1 OBJETIVO	3
2 POLÍTICAS.....	3
2.1 DA CONSTITUIÇÃO:	3
2.1.1 Da Sede e das Unidades:	3
2.1.2 Da Organização:	3
2.2 DAS MODIFICAÇÕES:	3
2.2.1 Do Estatuto Social e do Regimento Interno:	3
2.2.2 Da Estrutura Organizacional, do Pessoal, da Política Salarial e dos Benefícios:.....	3
2.2.3 Das Normas, do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, do Plano Gerencial de Empregos Comissionados e Funções e do Regulamento de Pessoal, Ponto e Freqüência:.....	4
2.3 DOS ÓRGÃOS DA COMPANHIA:	4
2.4 DO CONSELHO FISCAL:	4
2.4.1 Da Autonomia:.....	4
2.4.2 Da Competência, da Composição e do Funcionamento:	4
2.5 DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL:.....	4
2.5.1 Das Unidades Administrativas e Operacionais:.....	4
2.6 DO ORGANOGRAMA GERAL DA EMPRESA:	9
2.7 DOS CENTROS DE CUSTOS:	10
2.7.1 Das Unidades de Despesa:	10
2.8 DOS CARGOS DE DIRETORES:.....	10
2.8.1 Das Atribuições dos Diretores:.....	10
2.9 DAS CHEFIAS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS:.....	10
2.9.1 Da Chefia das Coordenadorias:.....	10
2.9.2 Da Chefia dos Departamentos:.....	11
2.9.3 Da Chefia das Seções:	11
2.9.4 Da Chefia das Unidades Operacionais da Rede Armazenadora:.....	11
2.9.5 Da Chefia das Unidades Operacionais da Rede de Entrepósitos:	11
2.10 DA COMPOSIÇÃO DA CEC - COMISSÃO DE ÉTICA DA CEAGESP:	11
2.10.1 Da Presidência da CEC - Comissão de Ética da CEAGESP:.....	11
2.11 DA COMPOSIÇÃO DA SE - SECRETARIA EXECUTIVA DA CEC - COMISSÃO DE ÉTICA DA CEAGESP:	11

CONTROLE DE REVISÕES			
REVISÃO	ALTERAÇÕES	DATA DA REVISÃO	ELABORADO
11	Alterações em 2.5.1.3; 2.5.1.4; 2.5.1.4.3; 2.5.1.5 à 2.5.1.5.2; 2.5.1.6; 2.5.1.6.6; 2.5.1.6.11; 2.5.1.7.2 à 2.5.1.7.4; 2.5.1.9 à 2.5.1.9.2; 2.9.2; 2.11 à 2.12; 4.2 e 4.3.1.	28/04/2009	O&M
12	Seções 2.5.1.5; 2.5.1.5.1; 2.5.1.6; 2.5.1.6.2; 2.5.1.6.5; 4.2; 4.3.1 e 4.3.4 - organograma do DEACO.	30/07/2009	O&M
13	Seções 2.5.1.6; 2.5.1.6.12; 4.2 e 4.3.1 - nomenclatura da seção SECAI alterada para SEDPI - aprovada pela Diretoria Executiva.	16/11/2009	O&M
14	Seção 4.3.4 - Criação de Centros de Custos de Despesas com Pessoal, PRD-DEARTH 15/2010, de 05/07/2010, aprovada em RD nº 32, de 24/08/2010.	27/08/2010	O&M
15	Seções 2.5.1.5; 2.5.1.6; 4.2 e 4.3 - organograma do DEFIN	13/07/2011	O&M
16	Seções 2.1.2; 2.2.3; 2.5.1; 2.5.1.3 à 2.5.1.5; 2.5.1.5.2 à 2.5.1.5.5; 2.5.1.6; 2.5.1.6.1; 2.5.1.7.1 à 2.5.1.7.4; 2.9; 4.1.1; 4.2 e 4.3.	05/10/2011	O&M
17	Seções 2.5.1.7; 2.5.1.7.4; 4.1.1; 4.2; 4.3.2; 4.3.3; e 4.3.6.	12/06/2012	O&M
18	Seções 2.5.1.7; 2.5.1.7.5; 2.5.1.7.9; 4.1.1; 4.1.2; 4.2; 4.3.2; 4.3.3; 4.3.4 e 4.3.6.	27/09/2013	O&M
19	Alteração do Quadro de Centros de Custo para fins Contábeis - seção 4.3.5	20/02/2014	O&M
20	Seções 2.5.1.5; 2.5.1.5.3; 2.5.1.6; 2.5.1.6.2; 2.5.1.7; 2.5.1.7.4; 2.9.1; 4.2; 4.3.1; 4.3.2 e 4.3.6	13/05/2015	O&M
ELABORADO - O&M		CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL

 CEAGESP	TÍTULO:		
	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CEAGESP		
	CÓDIGO NG-001	DATA DE EMISSÃO 29/04/2004	PÁGINA 2 de 21

3 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS:	11
3.1 DOS CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DOS CENTROS DE CUSTOS:	11
3.2 DA DIVULGAÇÃO DA NORMA GERAL NG-001:.....	12
3.3 DA VIGÊNCIA DA NORMA GERAL NG-001:.....	12
4 DOS ANEXOS:.....	13
4.1 DO QUADRO DE UNIDADES OPERACIONAIS DA CEAGESP:.....	13
4.1.1 Da Rede de Armazenagem:.....	13
4.1.2 Da Rede de Entrepastos:.....	14
4.2 DO ORGANOGRAMA GERAL DA CEAGESP:.....	15
4.3 DO QUADRO DE CENTRO DE CUSTOS:.....	16
4.3.1 Das Unidades Administrativas:	16
4.3.2 Das Unidades Administrativas - continuação:.....	17
4.3.3 Das Unidades Operacionais - Rede de Armazenagem:	18
4.3.4 Das Unidades Operacionais - Rede de Entrepastos e de Varejo:.....	19
4.3.5 Dos Centros de Custos para fins contábeis:.....	20
4.3.6 Dos Centros de Custos para fins contábeis - continuação:.....	21

ELABORADO - O&M	CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL
-----------------	-------------------	------------------

 CEAGESP	TÍTULO:		
	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CEAGESP	CÓDIGO	PÁGINA
	NG-001	DATA DE EMISSÃO	3 de 21

O Diretor-Presidente da CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e conforme deliberação do Conselho de Administração, resolve:

1 OBJETIVO

Dispor sobre a estrutura administrativa e organizacional da CEAGESP estabelecendo, para todos os órgãos da empresa, Centros de Custos padronizados.

2 POLÍTICAS

2.1 DA CONSTITUIÇÃO:

A CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo é uma Sociedade Anônima que reger-se-á pelo seu Estatuto Social e pela legislação a ela aplicável.

2.1.1 Da Sede e das Unidades:

A Companhia tem sua sede, administração e foro na Capital do Estado de São Paulo, nos termos do Artigo 2º do Estatuto Social da Empresa, e possui Unidades Administrativas e Operacionais, conforme consta da presente Norma.

2.1.2 Da Organização:

A Companhia organizar-se-á por:

- a) Leis;
- b) Estatuto Social;
- c) Regimento Interno;
- d) Resoluções de Diretoria;
- e) Normas Internas;
- f) PCCS - Plano de Cargos, Carreiras e Salários;
- g) PGECF - Plano Gerencial de Empregos Comissionados e Funções;
- h) Regulamento de Pessoal;
- i) Regulamento de Ponto e Frequência;
- j) Portarias;
- k) Comunicações Internas.

2.2 DAS MODIFICAÇÕES:

2.2.1 Do Estatuto Social e do Regimento Interno:

Toda e qualquer modificação do Estatuto Social e do Regimento Interno da Empresa são de competência exclusiva do Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social da Companhia.

2.2.2 Da Estrutura Organizacional, do Pessoal, da Política Salarial e dos Benefícios:

Toda e qualquer modificação da estrutura organizacional, dimensionamento de pessoal, política salarial e benefícios concedidos aos empregados, deverão obrigatoriamente ser precedido de exame e deliberação por parte do Conselho de Administração, nos termos do Inciso IX do § 7º do Artigo 11º do Estatuto Social da Companhia.

ELABORADO - O&M	CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL
-----------------	-------------------	------------------

 CEAGESP	TÍTULO:		
	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CEAGESP		
	CÓDIGO NG-001	DATA DE EMISSÃO 29/04/2004	PÁGINA 4 de 21

2.2.3 Das Normas, do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, do Plano Gerencial de Empregos Comissionados e Funções e do Regulamento de Pessoal, Ponto e Freqüência:

As Normas Internas, o Plano de Cargos, Carreiras e Salários, o Plano Gerencial de Empregos Comissionados e Funções, o Regulamento de Pessoal, Ponto e Freqüência, bem como os atos de gestão interna da Empresa, respeitadas as atribuições de competência do Conselho de Administração, deverão, obrigatoriamente, ser aprovados por Resolução de Diretoria.

2.3 DOS ÓRGÃOS DA COMPANHIA:

Constituem-se em Órgãos da Companhia, nos termos do Artigo 9º do Estatuto Social da CEAGESP, aprovado e consolidado na Assembleia Geral Extraordinária de 18 de Dezembro de 2002:

- a) A Assembleia Geral;
- b) O Conselho de Administração;
- c) A Diretoria Executiva.

2.4 DO CONSELHO FISCAL:

Além dos Órgãos de Fiscalização e Controle definidos por Lei, a Companhia será fiscalizada por um Conselho Fiscal.

2.4.1 Da Autonomia:

O Conselho Fiscal é um órgão autônomo em relação à administração da Empresa, não se constituindo, portanto, em órgão da Companhia.

2.4.2 Da Competência, da Composição e do Funcionamento:

A competência, a composição e o funcionamento do Conselho Fiscal são fixados no Estatuto Social da Empresa.

2.5 DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL:

2.5.1 Das Unidades Administrativas e Operacionais:

A estrutura da CEAGESP é constituída das seguintes Unidades Administrativas e Operacionais:

- a) Diretorias;
- b) Secretaria Executiva;
- c) Ouvidoria;
- d) Coordenadorias;
- e) Departamentos;
- f) Seções;
- g) Unidades Operacionais.

2.5.1.1 Da Identificação das Unidades Administrativas e Organizacionais:

Toda Unidade Administrativa e Operacional da CEAGESP será identificada por um título, uma sigla e um código numérico denominado Centro de Custo.

2.5.1.2 Das Diretorias:

A estrutura de DIRETORIAS da empresa compõe-se nos termos do artigo 12º do Estatuto Social da CEAGESP, da seguinte forma:

ELABORADO - O&M	CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL
-----------------	-------------------	------------------

 CEAGESP	TÍTULO:		
	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CEAGESP		
	CÓDIGO NG-001	DATA DE EMISSÃO 29/04/2004	PÁGINA 5 de 21

- | | |
|--|----------|
| a) Presidência | - PRESD; |
| b) Diretoria Administrativa e Financeira | - DIAFI; |
| c) Diretoria Técnica e Operacional | - DIOPE. |

2.5.1.3 Da Ouvidoria

A Ouvidoria é órgão diretamente vinculado ao Conselho de Administração que funcionará como canal de comunicação direta entre os usuários e a CEAGESP e com atuação independente no desempenho de suas funções.

2.5.1.4 Da Secretaria Executiva

A Secretaria Executiva é o órgão de assistência direta e imediata da Presidência que supervisionará, coordenará e consolidará todas as atividades e projetos desenvolvidos pelas Coordenadorias e Diretorias.

2.5.1.5 Das Coordenadorias

A estrutura de COORDENADORIAS da CEAGESP compõe-se de 04 (quatro) unidades, conforme segue:

- | | |
|---|----------|
| a) Coordenadoria de Auditoria Interna | - CODIN; |
| b) Coordenadoria de Governança Corporativa | - CODGO; |
| c) Coordenadoria de Comunicação e Marketing | - CODCO; |
| d) Coordenadoria de Sustentabilidade | - CODSU. |

2.5.1.5.1 Da Subordinação das Coordenadorias:

As Coordenadorias são diretamente subordinadas à Presidência devendo, entretanto, prestar assessoria a todo conjunto da Diretoria.

2.5.1.5.2 Da CODIN:

A CODIN - Coordenadoria de Auditoria Interna, fica sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do CONSAD - Conselho de Administração e dos Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, nos termos do Art. 15º do Decreto nº 4304, de 16 de julho de 2002, que alterou dispositivos do DECRETO nº 3591, de 06 de setembro de 2000, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências, e vincula-se ao CONSAD - Conselho de Administração nos termos do Parágrafo 3º, do Art. 15º do referido Decreto.

2.5.1.5.3 Da CPL:

A CPL - Comissão Permanente de Licitações será composta por membros indicados pelo Diretor-Presidente da Empresa, respeitado o disposto na Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, que tratam de Licitações e Contratos, no PCCS - Plano de Cargos, Carreiras e Salários e no PGECF - Plano Gerencial de Empregos Comissionados e Funções e é vinculada ao DELCO - Departamento de Licitações, Compras e Contratos.

2.5.1.5.4 Da Presidência da CPL:

A presidência da CPL - Comissão Permanente de Licitações terá como responsável um Presidente designado pelo Diretor-Presidente da Companhia, em obediência às disposições legais que tratam do assunto.

ELABORADO - O&M	CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL
-----------------	-------------------	------------------

 CEAGESP	TÍTULO:		
	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CEAGESP		
	CÓDIGO NG-001	DATA DE EMISSÃO 29/04/2004	PÁGINA 6 de 21

2.5.1.6 Dos Departamentos:

A estrutura de DEPARTAMENTOS da CEAGESP compõe-se de 10 (dez) unidades, conforme segue:

- | | |
|--|----------|
| a) Departamento Jurídico | - DEJUR; |
| b) Departamento de Licitações, Compras e Contratos | - DELCO; |
| c) Departamento Financeiro e Contábil | - DEFIC; |
| d) Departamento de Administração de Recursos Humanos | - DEARH; |
| e) Departamento de Tecnologia da Informação | - DETIN; |
| f) Departamento Comercial | - DECAL; |
| g) Departamento de Entreposto da Capital | - DEPEC; |
| h) Departamento de Entrepósitos do Interior | - DEINT; |
| i) Departamento de Armazenagem | - DEPAR; |
| j) Departamento de Engenharia e Manutenção | - DEMAN. |

2.5.1.6.1 Da subordinação do DEJUR:

O DEJUR - Departamento Jurídico é diretamente subordinado à Presidência devendo, entretanto, prestar assessoria a todo conjunto da Diretoria.

2.5.1.6.2 Da subordinação do DELCO, do DEFIC do DEARH, do DETIN e do DECAL:

O DELCO - Departamento de Licitações, Compras e Contratos, o DEFIC - Departamento Financeiro e Contábil, o DEARH - Departamento de Administração de Recursos Humanos, o DETIN - Departamento de Tecnologia da Informação e o DECAL - Departamento Comercial são subordinados à DIAFI - Diretoria Administrativa e Financeira.

2.5.1.6.3 Da subordinação do DEPEC, do DEINT, do DEPAR e do DEMAN:

O DEPEC - Departamento de Entreposto da Capital, o DEINT - Departamento de Entrepósitos do Interior, o DEPAR - Departamento de Armazenagem e o DEMAN - Departamento de Engenharia e Manutenção são subordinados à DIOPE - Diretoria Técnica e Operacional.

2.5.1.7 Das Seções:

A estrutura de SEÇÕES da CEAGESP compõe-se de 35 (trinta e cinco) unidades, conforme segue:

- | | |
|--|----------|
| a) Seção do Centro de Qualidade Hortigranjeira | - SECQH; |
| b) Seção de Economia e Desenvolvimento | - SEDES; |
| c) Seção de Processos Cíveis | - SECIV; |
| d) Seção de Processos Trabalhistas | - SETRA; |
| e) Seção de Atendimento e Expediente da Diretoria | - SAEDI; |
| f) Seção de Compras e Almoxarifado | - SECOM; |
| g) Seção de Análise de Custos | - SEANC; |
| h) Seção de Elaboração e Apoio à Gestão de Contratos | - SEAGE; |
| i) Seção de Licitações | - SELIC; |
| j) Seção de Contas a Receber e Cobrança | - SECOB; |
| k) Seção de Tesouraria | - SETES; |
| l) Seção de Controle Fiscal e Patrimonial | - SEFIP; |
| m) Seção de Contabilidade Geral | - SECGE; |
| n) Seção de Segurança e Medicina do Trabalho | - SESMT; |
| o) Seção de Pessoal | - SEPES; |
| p) Seção de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas | - SEDEP; |

ELABORADO - O&M	CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL
-----------------	-------------------	------------------

 CEAGESP	TÍTULO:		
	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CEAGESP		
	CÓDIGO NG-001	DATA DE EMISSÃO 29/04/2004	PÁGINA 7 de 21

q)	Seção de Sistemas e Análise de Processos	- SESAP;
r)	Seção de Infraestrutura de Tecnologia	- SEINF;
s)	Seção Comercial da Capital	- SECAC;
t)	Seção de Gestão de Serviços	- SEGES;
u)	Seção de Controle de Mercado	- SECME;
v)	Seção de Serviços de Apoio e Reciclagem	- SESAR;
w)	Seção de Gestão das Portarias	- SEGOP;
x)	Seção de Atendimento e Expediente do ETSP	- SAEXE;
y)	Seção de Segurança Operacional e Patrimonial	- SESEG;
z)	Seção de Atendimento e Expediente de Entrepóstos do Interior	- SAEXI;
aa)	Seção de Desenvolvimento, Planejamento e Projetos dos Entrep. do Interior	- SEDPI;
bb)	Seção Comercial da Armazenagem	- SECAL;
cc)	Seção de Controle Fitossanitário	- SECOF;
dd)	Seção de Expediente da Armazenagem	- SEEXA;
ee)	Seção Operacional da Regional Norte	- SEOPN;
ff)	Seção Operacional da Regional Sul	- SEOPS;
gg)	Seção de Manutenção Civil	- SEMAC;
hh)	Seção de Manutenção Elétrica	- SEMAE;
ii)	Seção de Manutenção Mecânica	- SEMAM.

2.5.1.7.1 Da subordinação da SECQH e da SEDES:

A SECQH - Seção do Centro de Qualidade Hortigranjeira e a SEDES - Seção de Economia e Desenvolvimento são subordinadas diretamente à PRESD - Presidência.

2.5.1.7.2 Da subordinação da SECIV e da SETRA:

A SECIV - Seção de Processos Cíveis e a SETRA - Seção de Processos Trabalhistas são subordinadas ao DEJUR - Departamento Jurídico.

2.5.1.7.3 Da subordinação da SAEDI:

A SAEDI - Seção de Atendimento e Expediente da Diretoria é subordinada à DIOPE - Diretoria Técnica e Operacional.

2.5.1.7.4 Da subordinação da SELIC, da SEAGE, da SECOM e da SEANC:

A SELIC - Seção de Licitações, a SEAGE - Seção de Elaboração e Apoio à Gestão de Contratos, a SECOM - Seção de Compras e Almoxarifado e a SEANC - Seção de Análise de Custos são subordinadas ao DELCO - Departamento de Licitações, Compras e Contratos.

2.5.1.7.5 Da subordinação da SECOB, da SETES, da SEFIP e da SECGE:

A SECOB - Seção de Contas a Receber e Cobrança, a SETES - Seção de Tesouraria, a SEFIP - Seção de Controle Fiscal e Patrimonial e a SECGE - Seção de Contabilidade Geral são subordinadas ao DEFIC - Departamento Financeiro e Contábil.

ELABORADO - O&M	CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL
-----------------	-------------------	------------------

 CEAGESP	TÍTULO:		
	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CEAGESP		
	CÓDIGO NG-001	DATA DE EMISSÃO 29/04/2004	PÁGINA 8 de 21

2.5.1.7.6 Da subordinação da SESMT, da SEPES e da SEDEP:

A SESMT - Seção de Segurança e Medicina do Trabalho, a SEPES - Seção de Pessoal e a SEDEP - Seção de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas são subordinadas ao DEARH - Departamento de Administração de Recursos Humanos.

2.5.1.7.7 Da subordinação da SESAP e da SEINF:

A SESAP - Seção de Sistemas e Análise de Processos e a SEINF - Seção de Infra-Estrutura de Tecnologia são subordinadas ao DETIN - Departamento de Tecnologia da Informação.

2.5.1.7.8 Da subordinação da SECAC e da SEGES:

A SECAC - Seção Comercial da Capital e a SEGES - Seção de Gestão de Serviços são subordinadas ao DECAL - Departamento Comercial.

2.5.1.7.9 Da subordinação da SECME, da SESAR, da SEGOP, da SAEXE e da SESEG:

A SECME - Seção de Controle de Mercado, a SESAR - Seção de Serviços de Apoio e Reciclagem, a SEGOP - Seção de Gestão das Portarias, a SAEXE - Seção de Atendimento e Expediente do ETSP e a SESEG - Seção de Segurança Operacional e Patrimonial são subordinadas ao DEPEC - Departamento de Entreposto da Capital.

2.5.1.7.10 Da subordinação da SAEXI e da SEDPI:

A SAEXI - Seção de Expediente dos Entrepostos do Interior e a SEDPI - Seção de Desenvolvimento, Planejamento e Projetos dos Entrepostos do Interior são subordinadas ao DEINT - Departamento de Entrepostos do Interior.

2.5.1.7.11 Da subordinação da SECAL, da SECOF, da SEEZA, da SEOPN e da SEOPS:

A SECAL - Seção Comercial da Armazenagem, a SECOF - Seção de Controle Fitossanitário, a SEEZA - Seção de Expediente da Armazenagem, a SEOPN - Seção Operacional da Regional Norte e a SEOPS - Seção Operacional da Regional Sul são subordinadas ao DEPAR - Departamento de Armazenagem.

2.5.1.7.12 Da subordinação da SEMAC, da SEMAE e da SEMAM:

A SEMAC - Seção de Manutenção Civil, a SEMAE - Seção de Manutenção Elétrica, e a SEMAM - Seção de Manutenção Mecânica são subordinadas ao DEMAN - Departamento de Engenharia e Manutenção.

2.5.1.8 Das Unidades Operacionais:

A estrutura de UNIDADES OPERACIONAIS da CEAGESP compõe-se da seguinte forma:

- a) Rede de Armazenagem;
- b) Rede de Entrepostos;
- c) Rede de Varejo.

2.5.1.8.1 Da subordinação da Rede de Armazenagem:

As Unidades Operacionais que constituem a Rede de Armazenagem da CEAGESP são subordinadas diretamente à SEOPN - Seção Operacional da Regional Norte e à SEOPS - Seção Operacional da Regional Sul do DEPAR - Departamento de Armazenagem.

2.5.1.8.2 Da subordinação da Rede de Entrepostos:

As Unidades Operacionais da CEAGESP que constituem a Rede de Entrepostos da Região Metropolitana de São Paulo são subordinadas diretamente ao DEPEC - Departamento de Entreposto da Capital.

ELABORADO - O&M	CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL
-----------------	-------------------	------------------

 CEAGESP	TÍTULO:		
	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CEAGESP		
	CÓDIGO NG-001	DATA DE EMISSÃO 29/04/2004	PÁGINA 9 de 21

2.5.1.8.3 Da subordinação da Rede de Varejo:

As Unidades Operacionais que constituem a Rede de Varejo da CEAGESP são subordinadas diretamente à SECME - Seção de Controle de Mercado do DEPEC - Departamento de Entreponto da Capital.

2.5.1.8.4 Da subordinação da Rede de Entrepastos e de Varejo do Interior:

As Unidades Operacionais da CEAGESP que constituem a Rede de Entrepastos e a Rede de Varejo do Interior do Estado de São Paulo são subordinadas diretamente ao DEINT - Departamento de Entrepastos do Interior.

2.5.1.8.5 Da Classificação das Unidades Operacionais:

As Unidades Operacionais serão classificadas de acordo com o seu porte.

2.5.1.8.6 Do porte das Unidades Operacionais:

A classificação do porte das Unidades Operacionais deverá ser definida em Resolução de Diretoria, própria sobre o assunto.

2.5.1.8.7 Do Quadro de Unidades Operacionais:

Fica aprovado o QUADRO DE UNIDADES OPERACIONAIS DA CEAGESP na forma apresentada no Anexo 4.1, que é parte integrante da presente Norma Geral NG-001, demonstrado em 2 (duas) partes:

Anexo 4.1.1 - QUADRO DE UNIDADES OPERACIONAIS DA CEAGESP, que apresenta a Rede de Armazenagem da Empresa;

Anexo 4.1.2 - QUADRO DE UNIDADES OPERACIONAIS DA CEAGESP, que apresenta a Rede de Entrepastos e a Rede de Varejo da Empresa.

2.5.1.9 Da CEC - Comissão de Ética da CEAGESP:

Fica criada e instituída a CEC - Comissão de Ética da CEAGESP e respectiva Secretaria Executiva, nos termos do que dispõe o Decreto nº 1.171/94, o Decreto nº 6.029/07 e a Resolução nº 10/08 da CEP - Comissão de Ética Pública.

2.5.1.9.1 Da vinculação da CEC - Comissão de Ética da CEAGESP:

A CEC - Comissão de Ética da CEAGESP se constitui em Unidade administrativamente autônoma à Empresa e fica vinculada e supervisionada pela CEP - Comissão de Ética Pública. A vinculação da Comissão de Ética da CEAGESP com a empresa dar-se-á através de sua Secretaria Executiva.

2.5.1.9.2 Da vinculação da SE - Secretaria Executiva da CEC - Comissão de Ética da CEAGESP:

A SE - Secretaria Executiva da CEC - Comissão de Ética da CEAGESP se constitui em órgão da CEC e fica vinculada administrativamente à PRESD - Presidência.

2.6 DO ORGANOGRAMA GERAL DA EMPRESA:

Fica aprovado o ORGANOGRAMA GERAL DA CEAGESP, na forma apresentada no Anexo 4.2, que é parte integrante da presente Norma Geral NG-001, que retrata a estrutura organizacional da Empresa, não havendo correspondência entre os níveis organizacionais e níveis salariais dos ocupantes dos cargos de coordenação.

ELABORADO - O&M	CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL
-----------------	-------------------	------------------

 CEAGESP	TÍTULO:		
	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CEAGESP		
	CÓDIGO NG-001	DATA DE EMISSÃO 29/04/2004	PÁGINA 10 de 21

2.7 DOS CENTROS DE CUSTOS:

2.7.1 Das Unidades de Despesa:

As Unidades que constituem a Estrutura Administrativa e Organizacional da CEAGESP, conforme dispõe seção 2.5.1 da presente Norma Geral NG-001, são Unidades de Despesas.

2.7.1.1 Do Código Numérico:

As Unidades de Despesas serão identificadas por um Código Numérico composto por 03 (três) algarismos arábicos, denominado CC - Centro de Custo.

2.7.1.2 Da Identificação por Centro de Custo:

Toda emissão de documentos que trate de realização de despesa ou receita deverá obrigatoriamente conter a identificação do CC - Centro de Custo, da respectiva Unidade de Despesa.

2.7.1.2.1 Do Quadro de Centro de Custo das Unidades de Despesa:

Fica aprovado o QUADRO DE CENTRO DE CUSTO DAS UNIDADES DE DESPESAS DA CEAGESP, na forma apresentada no Anexo 4.3, que é parte integrante da presente Norma Geral NG-001, demonstrado em 4 (quatro) partes:

Anexo 4.3.1 - QUADRO DE CENTROS DE CUSTOS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA CEAGESP;

Anexo 4.3.2 - QUADRO DE CENTROS DE CUSTOS DA REDE DE ARMAZENAGEM DA CEAGESP;

Anexo 4.3.3 - QUADRO DE CENTROS DE CUSTOS DA REDE DE ENTREPOSTOS E DA REDE DE VAREJO DA CEAGESP;

Anexo 4.3.4 - QUADRO DE CENTROS DE CUSTOS que apresenta outros Centros de Custos para fins Contábeis, Centros de Custos Suplementares de Despesas de Pessoal e Centros de Custos desativados e que não podem ser utilizados.

2.8 DOS CARGOS DE DIRETORES:

As Diretorias serão de responsabilidade de Diretores eleitos pelo Conselho de Administração, nos termos do Artigo 12º do Estatuto Social da CEAGESP, e por ele destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

2.8.1 Das Atribuições dos Diretores:

Os Diretores da Empresa tem suas atribuições fixadas pelo Conselho de Administração e estabelecidas em seu Estatuto Social, conforme disposto no Artigo 12º do Estatuto Social da CEAGESP.

2.9 DAS CHEFIAS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS:

As chefias das Unidades Administrativas e Operacionais da CEAGESP serão ocupadas conforme o estabelecido no PGECF - Plano Gerencial de Empregos Comissionados e Funções vigente, cujos deveres e obrigações estão dispostos no Regulamento de Pessoal.

2.9.1 Da Chefia das Coordenadorias:

As chefias da CODIN - Coordenadoria de Auditoria Interna, da CODGO - Coordenadoria de Governança Corporativa, da CODCO - Coordenadoria de Comunicação e Marketing e da

ELABORADO - O&M	CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL
-----------------	-------------------	------------------

 CEAGESP	TÍTULO:		
	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CEAGESP		
	CÓDIGO NG-001	DATA DE EMISSÃO 29/04/2004	PÁGINA 11 de 21

CODSU - Coordenadoria de Sustentabilidade serão de responsabilidade de ocupantes de Cargos de Coordenador I e II, conforme PGECF - Plano Gerencial de Empregos Comissionados e Funções.

2.9.2 Da Chefia dos Departamentos:

As chefias dos Departamentos serão de responsabilidade de ocupantes de Cargos de Gerentes de Departamento, conforme PGECF - Plano Gerencial de Empregos Comissionados e Funções.

2.9.3 Da Chefia das Seções:

As chefias das Seções serão de responsabilidade de ocupantes de Cargos de Chefes de Seção, conforme PGECF - Plano Gerencial de Empregos Comissionados e Funções.

2.9.4 Da Chefia das Unidades Operacionais da Rede Armazenadora:

As chefias das Unidades Operacionais da Rede Armazenadora serão de responsabilidade de ocupantes de Cargos de Chefes Regionais, conforme critério a ser definido no PGECF - Plano Gerencial de Empregos Comissionados e Funções.

2.9.5 Da Chefia das Unidades Operacionais da Rede de Entrepastos:

As chefias das Unidades Operacionais da Rede de Entrepastos serão de responsabilidade de ocupantes de Cargos de Gerentes de Entrepastos I e II, de acordo com o porte da Unidade, conforme critério a ser definido no PGECF - Plano Gerencial de Empregos Comissionados e Funções.

2.10 DA COMPOSIÇÃO DA CEC - COMISSÃO DE ÉTICA DA CEAGESP:

A CEC - Comissão de Ética da CEAGESP será composta por três membros titulares e respectivos suplentes, indicados pela CEC entre empregados do quadro permanente e designados pelo Diretor-Presidente, para cumprir mandatos não coincidentes de três anos, permitida uma única recondução, nos termos do artigo 5º, do Decreto 6.029/2007.

Fica vedado ao Diretor-Presidente da empresa e ao Secretário Executivo da Comissão de Ética ser membro da CEC - Comissão de Ética da CEAGESP.

2.10.1 Da Presidência da CEC - Comissão de Ética da CEAGESP:

A presidência da CEC - Comissão de Ética da CEAGESP será exercida pelo funcionário indicado pelos seus membros, em obediência às disposições legais que tratam do assunto. Em caso de impedimento ou vacância, a presidência da CEC será exercida pelo membro mais antigo.

2.11 DA COMPOSIÇÃO DA SE - SECRETARIA EXECUTIVA DA CEC - COMISSÃO DE ÉTICA DA CEAGESP:

A SE - Secretaria Executiva da CEC - Comissão de Ética da CEAGESP será composta por um Secretário Executivo, indicado pela CEC entre os empregados do quadro permanente e designado pelo Diretor-Presidente da Empresa, nos termos dos §§ 1º e 2º, do artigo 7º, do Decreto 6.029/2007.

3 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS:

3.1 DOS CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DOS CENTROS DE CUSTOS:

Os critérios para definição dos CC - Centros de Custos, para efeito de entendimento e futuras reformas da presente Norma Geral NG-001, bem como de modificações no Quadro de Centro de Custos, serão definidos em Resolução de Diretoria própria sobre o assunto.

ELABORADO - O&M	CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL
-----------------	-------------------	------------------

	TÍTULO:		
	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CEAGESP		
	CÓDIGO NG-001	DATA DE EMISSÃO 29/04/2004	PÁGINA 12 de 21

3.2 DA DIVULGAÇÃO DA NORMA GERAL NG-001:

O DEARH - Departamento de Administração de Recursos Humanos, providenciará divulgação a todas Unidades Administrativas e Operacionais da Empresa, das disposições da presente Norma Geral NG-001.

3.3 DA VIGÊNCIA DA NORMA GERAL NG-001:

Esta Norma entra em vigência a partir da data da sua aprovação, revogando-se todas as disposições em contrário, especialmente as versões anteriores da Norma Administrativa AD-002.

ELABORADO - O&M	CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL
-----------------	-------------------	------------------

 CEAGESP	<p>TÍTULO: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CEAGESP</p>			RD N°: 40 de: 15/09/2014 CONSAD N°: 13 de: 28/11/2014
	CÓDIGO NG-001	DATA DE EMISSÃO 29/04/2004	PÁGINA 13 de 21	

4 DOS ANEXOS:

4.1 DO QUADRO DE UNIDADES OPERACIONAIS DA CEAGESP:

4.1.1 Da Rede de Armazenagem:

QUADRO DE UNIDADES OPERACIONAIS DA CEAGESP REDE DE ARMAZENAGEM DA CEAGESP	
ARMAZÉNS	
Armazém de Agudos	ARAGU
Armazém de Adamantina	ARADA
Armazém de Araraquara - Anexo	ARARA
Armazém de Franca	ARFRA
Armazém de Itirapina	ARITI
Armazém de Paraguaçu Paulista	ARPAP
Armazém de Pederneiras	ARPED
Armazém de Rubião Júnior	ARRUB
Armazém de Santos - (Cruzeiro)	ARSAN
Armazém de São Manoel	ARSMA
Armazém de Tutóia	ARTUT
Armazém da Vila Anastácio	ARVAN
Armazém da Barra Funda	ARBAF
Armazém de São Carlos	ARSAC
Armazém de Catanduva	ARCAT
Armazém de Rincão	ARRIN
Armazém de Olímpia	AROLI
ARMAZÉNS - SILOS	
Armazém - Silo de Araçatuba	ASARB
Armazém - Silo de Assis	ASASS
Armazém - Silo de Avaré	ASAVA
Armazém - Silo de Barretos	ASBAR
Armazém - Silo de Bauru	ASBAU
Armazém - Silo de Fernandópolis	ASFER
Armazém - Silo de Ituverava	ASITU
Armazém - Silo de Jaguaré	ASJAG
Armazém - Silo de Ourinhos	ASOUR
Armazém - Silo de Presidente Prudente	ASPRE
Armazém - Silo de Ribeirão Preto	ASRIB
Armazém - Silo de São José do Rio Preto	ASSJP
Armazém - Silo de Itapeva	ASipe
GRANELEIROS	
Graneleiro de Avaré	AGAVA
Graneleiro de Palmital	AGPAL
Graneleiro de São Joaquim da Barra	AGSJB
Graneleiro de São José do Rio Preto	AGSJP
Graneleiro de Tatuí	AGTAT
Graneleiro de Tupã	AGTUP
ARMAZÉM-SILO-GRANELEIRO	
Armazém - Silo - Graneleiro de Araraquara	AGARA
FRIGORÍFICO-ARMAZÉM	
Frigorífico Armazém Polivalente	FAP

ELABORADO - O&M	CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL
-----------------	-------------------	------------------

 CEAGESP	<p>TÍTULO:</p> <p>ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CEAGESP</p>		
	CÓDIGO NG-001	DATA DE EMISSÃO 29/04/2004	PÁGINA 14 de 21

4.1.2 Da Rede de Entrepastos:

QUADRO DE UNIDADES OPERACIONAIS DA CEAGESP	
REDE DE ENTREPOSTOS DA CEAGESP	
ENTREPOSTO	
Entreposto Terminal de São Paulo	ETSP
CEASAS	
Ceasa de Araçatuba	CEARB
Ceasa de Araraquara	CEARA
Ceasa de Bauru	CEBAU
Ceasa de Franca	CEFRA
Ceasa de Guaratinguetá	CEGUA
Ceasa de Marília	CEMAR
Ceasa de Piracicaba	CEPIR
Ceasa de Presidente Prudente	CEPRE
Ceasa de Ribeirão Preto	CERIB
Ceasa de São José do Rio Preto	CESJR
Ceasa de São José dos Campos	CESJC
Ceasa de Sorocaba	CESOR
FRIGORÍFICOS	
Frigorífico de São Paulo	FRISP
Frigorífico de Cananéia	FRICA
Frigorífico de Catanduva	FRIVA
Frigorífico de Araraquara	FRIAR
Frigorífico de Botucatu	FRIBO
Frigorífico de Ribeirão Preto	FRIRB
Frigorífico de Sorocaba	FRISO
Frigorífico de Iguape	FRIPE
Frigorífico de Olímpia	FRIOL
REDE DE VAREJO DA CEAGESP	
Varejo Externo	-
Varejo Interno	-

ELABORADO - O&M	CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL
-----------------	-------------------	------------------



TÍTULO:

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CEAGESP

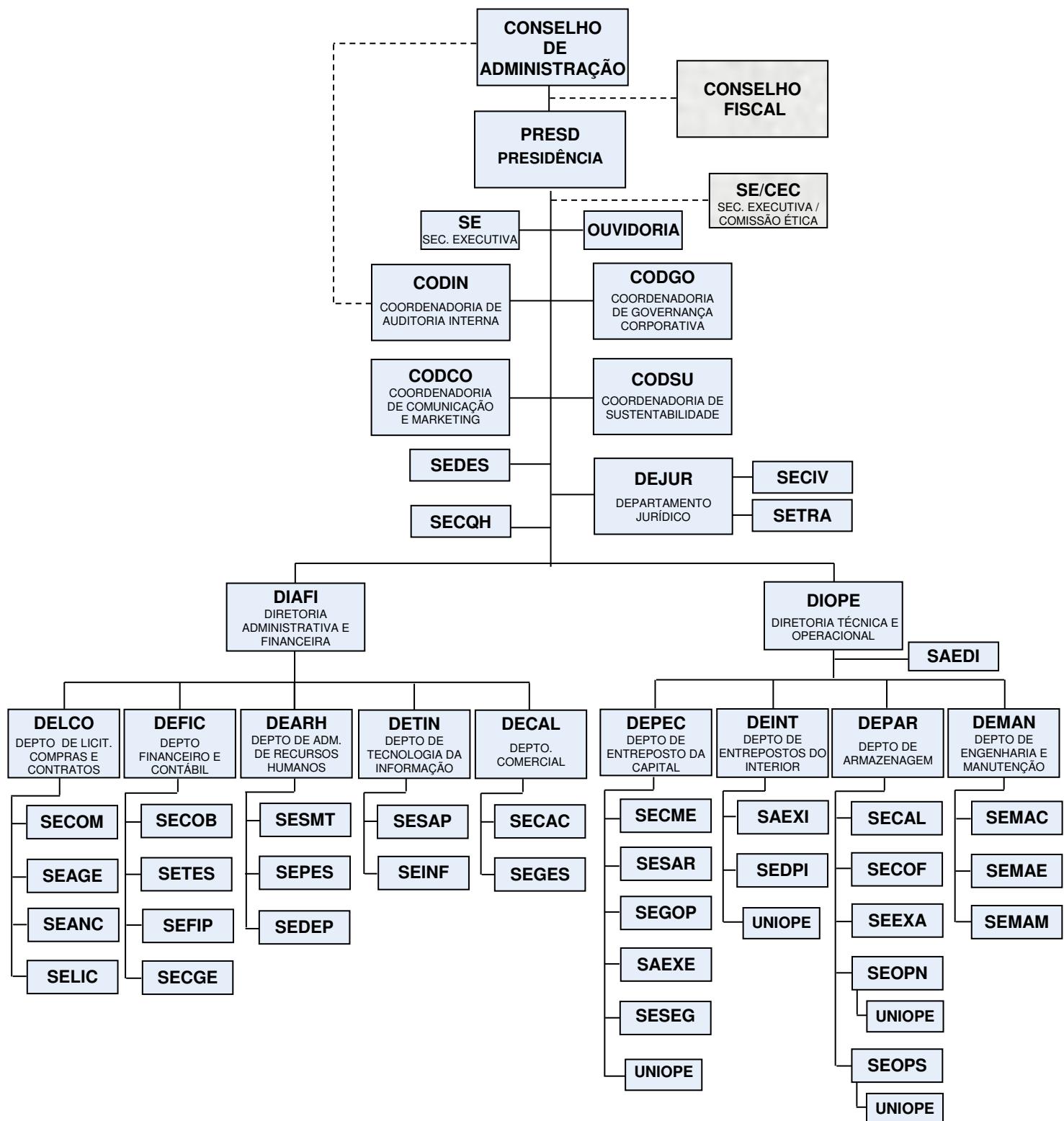
RD N°: 40

de: 15/09/2014

CONSAD N°: 13

de: 28/11/2014

4.2 DO ORGANOGRAMA GERAL DA CEAGESP:



ELABORADO - O&M

CONFERIDO - DEJUR

ÁREA RESPONSÁVEL

 CEAGESP	TÍTULO:		
	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CEAGESP		
CÓDIGO NG-001	DATA DE EMISSÃO 29/04/2004	PÁGINA 16 de 21	RD N°: 40 de: 15/09/2014 CONSAD N°: 13 de: 28/11/2014

4.3 DO QUADRO DE CENTRO DE CUSTOS:

4.3.1 Das Unidades Administrativas:

DIRETORIAS		
Presidência	PRESD	102
Diretoria Administrativa e Financeira	DIAFI	121
Diretoria Técnica e Operacional	DIOPE	201
Secretaria Executiva da Comissão de Ética da CEAGESP	SE/CEC	110
Secretaria Executiva	SE/PRESD	113
Ouvindoria	OUVID	114
COORDENADORIAS		
Coordenadoria de Auditoria Interna	CODIN	103
Coordenadoria de Comunicação e Marketing	CODCO	104
Coordenadoria de Governança Corporativa	CODGO	107
Coordenadoria de Sustentabilidade	CODSU	108
DEPARTAMENTOS		
Departamento Jurídico	DEJUR	105
Departamento Financeiro e Contábil	DEFIC	131
Departamento de Administração de Recursos Humanos	DEARH	141
Departamento de Tecnologia da Informação	DETIN	161
Departamento de Licitações, Compras e Contratos	DELCO	171
Departamento Comercial	DECAL	191
Departamento de Armazenagem	DEPAR	301
Departamento de Entreposto da Capital	DEPEC	402
Departamento de Entrepósitos do Interior	DEINT	501
Departamento de Engenharia e Manutenção	DEMAN	601

ELABORADO - O&M	CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL
-----------------	-------------------	------------------

 CEAGESP	TÍTULO:		
	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CEAGESP		
	CÓDIGO NG-001	DATA DE EMISSÃO 29/04/2004	PÁGINA 17 de 21

4.3.2 Das Unidades Administrativas - continuação:

SEÇÕES DA PRESD - PRESIDÊNCIA		
Seção de Processos Cíveis	SECIV	111
Seção de Processos Trabalhistas	SETRA	112
Seção de Economia e Desenvolvimento	SEDES	115
Seção do Centro de Qualidade Hortigranjeira	SECQH	116
SEÇÕES DA DIAFI - DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
Seção de Contas a Receber e Cobrança	SECOB	132
Seção de Tesouraria	SETES	133
Seção de Contabilidade Geral	SECGE	136
Seção Fiscal e Patrimonial	SEFIP	137
Seção de Segurança e Medicina do Trabalho	SESMT	143
Seção de Pessoal	SEPES	144
Seção de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas	SEDEP	149
Seção de Sistemas e Análise de Processos	SESAP	164
Seção de Infraestrutura de Tecnologia	SEINF	165
Seção de Compras e Almoxarifado	SECOM	172
Seção de Elaboração e Apoio à Gestão de Contratos	SEAGE	173
Seção de Análise de Custos	SEANC	175
Seção de Licitações	SELIC	176
Seção Comercial da Capital	SECAC	192
Seção de Gestão de Serviços	SEGES	194
SEÇÕES DA DIOPE - DIRETORIA TÉCNICA E OPERACIONAL		
Seção de Atendimento e Expediente da Diretoria	SAEDI	202
Seção Operacional da Regional Sul	SEOPS	302
Seção de Comercial da Armazenagem	SECAL	303
Seção Operacional da Regional Norte	SEOPN	304
Seção de Controle Fitossanitário	SECOF	305
Seção de Expediente da Armazenagem	SEEXA	306
Seção de Controle de Mercado	SECME	403
Seção de Serviços de Apoio e Reciclagem	SESAR	404
Seção de Atendimento e Expediente do ETSP	SAEXE	406
Seção de Gestão das Portarias	SEGOP	410
Seção de Segurança Operacional e Patrimonial	SESEG	411
Seção de Desenvolvimento, Planejamento e Projetos dos Entrepótos do Interior	SEDPI	502
Seção de Atendimento e Expediente dos Entrepótos do Interior	SAEXI	509
Seção de Manutenção Civil	SEMAC	602
Seção de Manutenção Elétrica	SEMAE	603
Seção de Manutenção Mecânica	SEMAM	604

ELABORADO - O&M	CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL
-----------------	-------------------	------------------

 CEAGESP	TÍTULO:		
	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CEAGESP		
CÓDIGO NG-001	DATA DE EMISSÃO 29/04/2004	PÁGINA 18 de 21	RD N°: 40 de: 15/09/2014 CONSAD N°: 13 de: 28/11/2014

4.3.3 Das Unidades Operacionais - Rede de Armazenagem:

UNIDADES OPERACIONAIS - REDE DE ARMAZENAGEM		
ARMAZÉNS		
Armazém de Agudos	ARAGU	310
Armazém de Adamantina	ARADA	311
Armazém de Araraquara - Anexo	ARARA	315
Armazém de Franca	ARFRA	322
Armazém de Itirapina	ARITI	325
Armazém de Paraguaçu Paulista	ARPAP	332
Armazém de Pederneiras	ARPED	333
Armazém de Rubião Junior	ARRUB	336
Armazém de Santos - (Cruzeiro)	ARSAN	337
Armazém de São Manoel	ARSMA	341
Armazém de Tutóia	ARTUT	345
Armazém da Vila Anastácio	ARVAN	346
Armazém da Barra Funda	ARBAF	348
Armazém de São Carlos	ARSAC	351
Armazém de Catanduva	ARCAT	352
Armazém de Rincão	ARRIN	354
Armazém de Olímpia	AROLI	355
ARMAZÉNS - SILOS		
Armazém - Silo de Araçatuba	ASARB	313
Armazém - Silo de Assis	ASASS	316
Armazém - Silo de Avaré	ASAVA	317
Armazém - Silo de Barretos	ASBAR	319
Armazém - Silo de Bauru	ASBAU	320
Armazém - Silo de Fernandópolis	ASFER	321
Armazém - Silo de Ituverava	ASITU	326
Armazém - Silo de Jaguaré	ASJAG	327
Armazém - Silo de Ourinhos	ASOUR	330
Armazém - Silo de Presidente Prudente	ASPRE	334
Armazém - Silo de Ribeirão Preto	ASRIB	335
Armazém - Silo de São José do Rio Preto	ASSJP	339
Armazém - Silo de Itapeva	ASIPE	353
GRANELEIROS		
Graneleiro de Avaré	AGAVA	318
Graneleiro de Palmital	AGPAL	331
Graneleiro de São Joaquim da Barra	AGSJB	338
Graneleiro de São José do Rio Preto	AGSJP	340
Graneleiro de Tatuí	AGTAT	343
Graneleiro de Tupã	AGTUP	344
ARMAZÉM-SILO-GRANELEIRO		
Armazém - Silo - Graneleiro de Araraquara	AGARA	314
FRIGORÍFICO - ARMAZÉM		
Frigorífico Armazém Polivalente	FAP	347

ELABORADO - O&M	CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL
-----------------	-------------------	------------------

 CEAGESP	TÍTULO:		
	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CEAGESP		
	CÓDIGO NG-001	DATA DE EMISSÃO 29/04/2004	PÁGINA 19 de 21

4.3.4 Das Unidades Operacionais - Rede de Entrepastos e de Varejo:

UNIDADES OPERACIONAIS - REDE DE ENTREPOSTOS E DE VAREJO		
ENTREPOSTO		
Entreposto Terminal de São Paulo		ETSP 421
CEASAS		
Ceasa de Araçatuba	CEARB	523
Ceasa de Araraquara	CEARA	524
Ceasa de Bauru	CEBAU	525
Ceasa de Franca	CEFRA	529
Ceasa de Guaratinguetá	CEGUA	530
Ceasa de Marília	CEMAR	531
Ceasa de Piracicaba	CEPIR	532
Ceasa de Presidente Prudente	CEPRE	533
Ceasa de Ribeirão Preto	CERIB	534
Ceasa de São José do Rio Preto	CESJR	535
Ceasa de São José dos Campos	CESJC	536
Ceasa de Sorocaba	CESOR	537
FRIGORÍFICOS		
Frigorífico de São Paulo	FRISP	422
Frigorífico de Cananéia	FRICA	527
Frigorífico de Catanduva	FRIVA	528
Frigorífico de Botucatu	FRIBO	540
Frigorífico de Ribeirão Preto	FRIRB	542
Frigorífico de Sorocaba	FRISO	543
Frigorífico de Iguape	FRIPE	544
Frigorífico de Olímpia	FRIOL	545
REDE DE VAREJO		
Varejo Externo	-	451
Varejo Interno	-	452

ELABORADO - O&M	CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL
-----------------	-------------------	------------------

 CEAGESP	TÍTULO:		
	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CEAGESP		
CÓDIGO NG-001	DATA DE EMISSÃO 29/04/2004	PÁGINA 20 de 21	RD N°: 40 de: 15/09/2014 CONSAD N°: 13 de: 28/11/2014

4.3.5 Dos Centros de Custos para fins contábeis:

QUADRO DE CENTRO DE CUSTOS DA CEAGESP		
CENTROS DE CUSTOS PARA FINS CONTÁBEIS		
Empresarial	-	901
Implantação de Saldo	-	999
Bens Ativo Fixo Aguardando Destino	-	967
Bens Ativo Fixo Aguardando Baixa	-	968
Bens Ativo Fixo Baixados	-	969
Bens Ativo Fixo a Inventariar	-	970
CENTROS DE CUSTOS SUPLEMENTARES DE DESPESA COM PESSOAL		
Suplementar - Afastamento	-	147
Complementar - Aposentadoria / Pensão	-	148
Suplementar - SINDBAST	-	170

ELABORADO - O&M	CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL
-----------------	-------------------	------------------

 CEAGESP	TÍTULO:		
	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CEAGESP		
	CÓDIGO NG-001	DATA DE EMISSÃO 29/04/2004	PÁGINA 21 de 21

4.3.6 Dos Centros de Custos para fins contábeis - continuação:

CENTROS DE CUSTOS DESATIVADOS		
Assessoria de Informática	ASINF	106
Coordenadoria de Licitações e Contratos	COLIC	109
Seção de Elaboração e Apoio à Gestão de Contratos	SEAGE	119
Seção de Escrituração, Análise Contábil, Custos e Orçamento	SEACC	134
Seção de Contas a Pagar	SECOP	135
Seção de Cobrança	SECOB	138
Seção de Controle	SECON	139
Seção de Suprimentos, Expediente e Serviços	SESES	142
Seção de Segurança Operacional e Patrimonial	SESEG	145
Seção de Elaboração e Apoio à Gestão de Contratos	SEAGE	146
Seção de Segurança e Medicina do Trabalho	SESMT	148
Seção de Desenvolvimento de Pessoal	SEDEP	150
Departamento de Compras e Gestão de Contratos	DECOM	151
Departamento de Controladoria	DECON	151
Seção de Compras e Licitação	SECOM	152
Seção de Escrituração, Análise Contábil, Custos e Orçamento	SEACC	152
Seção de Gestão de Contratos	SEGEC	153
Seção de Desenvolvimento de Sistemas, Organização e Métodos	SEDOM	162
Seção de Suporte e Manutenção de Sistemas	SEISIS	163
Seção de Gestão de Serviços	SEGES	166
Seção de Gestão de Serviços	SEGES	174
Seção de Controladoria Geral	SECOG	181
Seção de Análise de Custos	SEANC	193
Seção de Economia e Desenvolvimento	SEDES	203
Seção do Centro de Qualidade Hortigranjeira	SECQH	205
Seção de Expediente da Armazenagem	SEEXA	302
Seção Operacional	SEOPE	304
Armazém de Andradina	ARAND	312
Armazém de George Oetterer	ARGEON	323
Armazém - Silo de Itápolis	ASIPO	324
Armazém - Silo de Marília	ASMAR	328
Armazém de Mooca	ARMOO	329
Armazém - Silo de Taquarituba	ASTAQ	342
Armazém de Pirajuí	ARPIR	349
Armazém de Santos - (Coliseu)	ARSAE	350
Seção de Varejo	SEVAR	405
Seção de Atendimento a Permissionários	SEAPE	407
Seção de Economia e Desenvolvimento	SEDES	408
Frigorífico de Bauru	FRIBA	426
Frigorífico de Ubatuba	FRIUB	438
Frigorífico de Marília	FRIMA	441
Frigorífico de Araraquara	FRIAR	539
Seção de Desenvolvimento e Engenharia	SEENG	605
Seção de Manutenção	SEMAN	606

ELABORADO - O&M	CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL
-----------------	-------------------	------------------

ANEXO III
NORMA NP-AD-025
AUDITORIA INTERNA

 CEAGESP	TÍTULO:		
	AUDITORIA INTERNA		
	CÓDIGO NP- AD-025	DATA DE EMISSÃO 10/09/1999	PÁGINA 1 de 11
			DATA DE APROVAÇÃO RD 12/01/2015

Índice:

1 DO OBJETIVO	2
2 DA ÁREA DE APLICAÇÃO.....	2
3 DAS DEFINIÇÕES	2
3.1 DAS SIGLAS	2
3.2 DA AUDITORIA INTERNA	2
3.3 DAS RESPONSABILIDADES DA CODIN.....	3
3.4 DO RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	4
3.5 DOS PAPEIS DE TRABALHO	4
4 DA DESCRIÇÃO DE PROCEDIMENTOS	4
4.1 PARA A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	4
4.2 PARA O ARQUIVO DOS PAPEIS DE TRABALHO	5
4.3 PARA O ENCAMINHAMENTO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	6
5 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	7
6 DOS ANEXOS.....	8
6.1 FLUXO DE PROCEDIMENTOS DA AUDITORIA INTERNA	8

CONTROLE DE REVISÕES			
REVISÃO	ALTERAÇÕES	DATA DA REVISÃO	ELABORADO
01	Padronização conforme NP-AD-001 e atualização dos procedimentos	11/4/2012	O&M
02	Atualização do item 5 conforme CI-CODIN 021/2014, de 24/01/2014	25/2/2014	O&M
03	Atualização dos itens 3.2, 3.3 e 5, cf. CI-CODIN 075/2014, de 17/09/14	06/11/2014	O&M
ELABORADO - O&M		CONFERIDO - DEJUR	
		ÁREA RESPONSÁVEL	

 CEAGESP	TÍTULO:			RD N°: 02
	CÓDIGO NP-AD-025	DATA DE EMISSÃO 10/09/1999	PÁGINA 2 de 11	DATA DE APROVAÇÃO RD 12/01/2015

A Diretoria da CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições estatutárias e regulamentares, em consonância com o art. 14 do Decreto nº 3.591/2000, de 06/09/2000 (com a nova redação dada pelo Decreto nº 4.440/02), resolve:

1 DO OBJETIVO

1. Estabelecer diretrizes para executar trabalhos de auditoria interna em todas as áreas e Unidades da Companhia, avaliando a adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controles internos, e apresentando recomendações que propiciem maior confiabilidade, segurança e fortalecimento dos sistemas de controles interno da CEAGESP.
2. O trabalho da auditoria interna visa, principalmente, a comparação entre a condição e o critério. A primeira representa a verificação do fato ocorrido, o critério, a base de sustentação do fato, ou seja, a condição é a certificação da ocorrência do fato, já o critério é a descrição da situação ideal embasada em normas internas existentes, na legislação pertinente e nas boas práticas de gestão.

2 DA ÁREA DE APLICAÇÃO

Esta Norma se aplica à Coordenadoria de Auditoria Interna e a todas as áreas e Unidades da Matriz, do Interior e do Litoral.

3 DAS DEFINIÇÕES

3.1 DAS SIGLAS

- a) CONSAD - Conselho de Administração
- b) PRESD - Presidência
- c) DIOPE - Diretoria Técnica e Operacional
- d) DIAFI - Diretoria Administrativa e Financeira
- e) CODIN - Coordenadoria de Auditoria Interna
- f) CGU - Controladoria Geral da União
- g) TCU - Tribunal de Contas da União
- h) PAINT - Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna
- i) RAIN - Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
- j) TCE - Tomada de Contas Especial

3.2 DA AUDITORIA INTERNA

1. Auditoria Interna pode ser definida como um processo de trabalho direcionado para avaliação e revisão da rotina administrativa, com base na verificação dos procedimentos operacionais, levando-se em consideração o conjunto de normas e procedimentos existentes, bem como os controles exercidos pela Companhia. A auditoria interna está intrinsecamente ligada ao sistema de controle interno - conjunto de normas e procedimentos criados para, principalmente, salvaguardar o patrimônio.
2. Para a atuação da Auditoria Interna, representada na estrutura organizacional da CEAGESP pela CODIN, torna-se necessário:
 - a) a autorização para acesso irrestrito a registros, pessoal, informações e sistemas relevantes à execução de suas auditorias;
 - b) receber de forma integral e tempestiva as informações solicitadas às áreas;

ELABORADO - O&M	CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL
-----------------	-------------------	------------------

 CEAGESP	TÍTULO: AUDITORIA INTERNA			RD N°: 02
	CÓDIGO NP-AD-025	DATA DE EMISSÃO 10/09/1999	PÁGINA 3 de 11	DATA DE APROVAÇÃO RD 12/01/2015

- c) o apoio dos servidores das unidades submetidas à auditoria e de assistência de especialistas e profissionais, de dentro e de fora da Companhia, quando considerado necessário.

3.3 DAS RESPONSABILIDADES DA CODIN

Descrevem-se a seguir as responsabilidades da CODIN:

- a) Elaborar a proposta do PAINT até o dia 15 (quinze) do mês de outubro do exercício anterior ao de sua execução, e submeter à análise prévia do CONSAD, em sessão executiva, até o último dia útil do mês de outubro de cada ano, conforme Resolução CGPAR nº 03, de 31/12/2010;
- b) Encaminhar, a proposta do PAINT, também, para análise e aprovação da CGU, até o último dia útil do mês de outubro de cada ano. Nas unidades indiretas do setor público, como as sociedades de economia mista nas quais a CEAGESP se enquadra, há necessidade de evidenciar o procedimento de planejamento das atividades da auditoria interna, conforme IN/CGU nº 01, de 03/01/2007;
- c) Encaminhar definitivamente o PAINT, com as devidas retificações, caso ocorram, ao Órgão de Controle Interno - CGU - até o dia 31 (trinta e um) de janeiro do exercício a que se aplica;
- d) Apresentar trimestralmente os resultados dos trabalhos de auditoria interna, através do RAINT, que conterá o relato das atividades da CODIN, em função das ações planejadas constantes no PAINT, e encaminhá-lo até o último dia útil do mês subsequente;
- e) Preparar os programas de auditoria, com base no PAINT, efetuando levantamento prévio de informações das áreas que serão auditadas estabelecendo prioridades, identificando pontos relevantes e riscos inerentes a serem observados, definindo etapas a serem cumpridas;
- f) Elaborar relatórios técnicos das auditorias realizadas, apontando divergências e irregularidades detectadas, recomendando e sugerindo alternativas de solução, modificação ou aperfeiçoamento dos procedimentos adotados;
- g) Encaminhar às Diretorias, em até 60 (sessenta) dias após sua edição (art.8º, IN nº 07/2006 - CGU), os relatórios ou documentos equivalentes das auditorias realizadas;
- h) Acompanhar, através de controle próprio, a regularização dos itens apontados nas auditorias efetuadas, a modificação e o aperfeiçoamento dos procedimentos recomendados e/ou sugeridos. Para cada recomendação há necessidade de identificar o atual estágio de implementação como: Implementada, Em implementação ou Não implementada, com a devida justificativa da área auditada e, se for o caso, prazo para implementação e indicação do responsável para acompanhamento;
- i) Promover diligências e elaborar relatórios por demanda do CONSAD E CONFIS, da Presidência e das Diretorias;
- j) Examinar e emitir parecer sobre a Prestação de Contas Anual da CEAGESP e em TCE, segundo diretrizes emanadas pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do TCU;
- k) Acompanhar o processo de auditoria de gestão realizado pela CGU, bem como atender às demandas do Controle Externo Federal - TCU;
- l) Acompanhar os trabalhos realizados pela empresa terceirizada de auditoria externa a qual emitirá parecer sobre as demonstrações financeiras;

ELABORADO - O&M	CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL
-----------------	-------------------	------------------

 CEAGESP	TÍTULO: AUDITORIA INTERNA			RD N°: 02
	CÓDIGO NP-AD-025	DATA DE EMISSÃO 10/09/1999	PÁGINA 4 de 11	DATA DE APROVAÇÃO RD 12/01/2015

- m) Realizar outras tarefas correlatas às descritas e que pela natureza se incluem na área de atuação da CODIN.

3.4 DO RELATÓRIO DE AUDITORIA

O trabalho de campo realizado pela CODIN resulta na elaboração e encaminhamento do Relatório de Auditoria às áreas auditadas, seu objetivo principal é apresentar o resultado dos exames executados conforme estabelecido no programa planejado. Neste relatório serão descritos os problemas de maior relevância constatados durante o decurso normal do trabalho de auditoria e, necessariamente, serão sugeridas recomendações para solucioná-los.

3.5 DOS PAPÉIS DE TRABALHO

1. A execução de toda atividade de auditoria interna ficará evidenciada em Papéis de Trabalho que constituirão o conjunto formado pelo programa de auditoria, acrescido dos elementos comprobatórios da realização da auditagem. Nos Papéis de Trabalho constarão a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos aplicados, bem como os resultados obtidos e a conclusão do auditor.
2. Os papéis de trabalho são propriedade da CEAGESP e a sua custódia é responsabilidade da CODIN, os quais permanecerão sob rigoroso controle desta Coordenadoria, com acesso somente mediante autorização prévia.
3. O prazo de arquivo dos papéis de trabalho é de 5 (cinco) anos contados do julgamento, pela regularidade, da prestação de contas anual da CEAGESP, relativamente ao exercício financeiro da execução da respectiva auditagem.

4 DA DESCRIÇÃO DE PROCEDIMENTOS

4.1 PARA A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA

1. Para cada auditoria realizada, o Auditor deverá elaborar um relatório que refletirá os resultados dos exames efetuados, de acordo com a forma ou tipo de auditoria.
2. Os relatórios da auditoria interna deverão conter informações que proporcionem a abordagem da auditoria, quanto aos atos de gestão, fatos ou situações observadas. Deverão reunir, principalmente, os seguintes atributos de qualidade:
 - a) Concisão: usar linguagem clara e concisa de forma que seja fácil o seu entendimento por todos, sem necessidade de explicações adicionais por parte de quem o elaborou;
 - b) Objetividade: deverá conter mensagem clara e direta, a fim de que o leitor entenda facilmente o que se pretendeu transmitir;
 - c) Convicção: relatar de tal modo que as evidências conduzam qualquer pessoa prudente as mesmas conclusões a que chegou o auditor;
 - d) Clareza: assegurar-se de que a estrutura do relatório e a terminologia empregada permitem que as informações reveladas possam ser entendidas por quaisquer pessoas, ainda que não versadas na matéria;
 - e) Integridade: deverão ser incluídos no relatório todos os fatos relevantes observados, sem nenhuma omissão, proporcionando uma visão objetiva das impropriedades / irregularidades apontadas, recomendações efetuadas e conclusões;
 - f) Coerência: assegurar-se de que os resultados da auditoria correspondam aos objetivos determinados;

ELABORADO - O&M	CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL
-----------------	-------------------	------------------

 CEAGESP	TÍTULO: AUDITORIA INTERNA			RD N°: 02
	CÓDIGO NP-AD-025	DATA DE EMISSÃO 10/09/1999	PÁGINA 5 de 11	DATA DE APROVAÇÃO RD 12/01/2015

- g) Oportunidade: os relatórios deverão ser emitidos tempestivamente, a fim de que os assuntos neles abordados possam ser objeto de oportunas providências;
 - h) Apresentação: o auditor deverá cuidar para que os assuntos sejam apresentados numa sequência lógica, segundo os objetivos do trabalho, de forma correta, isto é, em uma linguagem perfeita, isenta de erros ou rasuras que possam prejudicar o correto entendimento; e
 - i) Conclusivo: o relatório deverá permitir a formação de opinião sobre as atividades realizadas.
3. A CODIN deverá adotar os seguintes conteúdos para fundamentar o relatório de auditoria interna:
- a) Título: o relatório deverá ser precedido de um título ou cabeçalho adequado que ajude o leitor a distinguí-lo de declarações e informações prestadas por terceiros;
 - b) Nome da área gestora: informar o nome do Departamento/Seção auditada;
 - c) Período auditado: informar o período em que os trabalhos foram realizados;
 - d) Número do Relatório: informar o número sequencial do relatório de auditoria;
 - e) Nome do gestor: identificar os gestores responsáveis pelas informações e área auditada;
 - f) Alcance: informar o período de abrangência dos trabalhos; equivale ao escopo da auditoria;
 - g) Fontes de critérios: informar os parâmetros que serviram de base para os exames como, por exemplo, os critérios de amostragem;
 - h) Procedimento: informar as técnicas de auditoria utilizadas, bem como as áreas que sofreram os exames.
4. Na parte referente ao resultado dos trabalhos, o auditor deverá informar as constatações - achados de auditoria - encontradas no decorrer dos exames, com detalhes e exemplos que evidenciem o fato. Na sequência deverá apresentar as recomendações que, segundo entendimento da auditoria, servirão para sanar as falhas encontradas ou possibilitar melhoria futura.
5. Na conclusão do relatório de auditoria, o auditor deverá responder se, no período previamente definido no escopo do trabalho, foi constatado que os atos e fatos da referida gestão - responsáveis pela área auditada - comprometeram ou causaram prejuízos à CEAGESP.
6. Todos os eventos relatados deverão ser previamente discutidos com o responsável da área auditada, a fim de eliminar dúvidas na interpretação do auditor.

4.2 PARA O ARQUIVO DOS PAPEIS DE TRABALHO

1. Para evidenciar a realização dos trabalhos de auditoria interna, a CODIN deverá manter em arquivo os papéis de trabalho com os registros pertinentes a sua execução.
2. O arquivo dos papéis de trabalho deverá ser realizado por área auditada, ou seja, Recursos Humanos, Caixa Geral, Contas a Receber, Serviços Terceirizados, Bens Patrimoniais, Comercialização e Ocupação de áreas para os Entrepótos, Estoques para os Armazéns, Assuntos Fiscais e Receitas e Despesas.
3. O arquivo dos papéis de trabalho será realizado em pastas específicas, por meio de autuação dos documentos, estruturados na ordem que segue abaixo e utilizando-se de divisórias para este fim:
 - a) Relatório Final: divisão destinada para o arquivo da cópia do relatório de auditoria;

ELABORADO - O&M	CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL
-----------------	-------------------	------------------

 CEAGESP	TÍTULO: AUDITORIA INTERNA			RD N°: 02
	CÓDIGO NP-AD-025	DATA DE EMISSÃO 10/09/1999	PÁGINA 6 de 11	DATA DE APROVAÇÃO RD 12/01/2015

- b) Resposta do Gestor: divisão destinada ao arquivo da manifestação da área auditada acerca das constatações/recomendações apresentadas pela CODIN;
 - c) Instrução de Serviço: divisão destinada ao arquivo da Instrução de Serviço - documento emitido de acordo com o PAINT - o qual autoriza o início dos trabalhos;
 - d) Programa de Trabalho: divisão destinada ao arquivo do programa utilizado nos trabalhos - a equipe de auditoria deve elaborar o Programa de Auditoria para iniciar a execução dos trabalhos em campo - este documento deverá especificar os procedimentos de verificação necessários para cumprir os objetivos, levando-se em conta a relevância dos exames e o risco de auditoria. Deverá, ainda, conter o procedimento realizado, a referência, a data de realização do exame e a assinatura do auditor responsável;
4. Nas áreas auditadas da Matriz, poderão ocorrer modificações nos assuntos referentes aos papéis de trabalho, os quais devem, necessariamente, seguir a sequência estabelecida no Programa de Trabalho.
5. Quanto à elaboração dos papéis de trabalho, o auditor deverá considerar os seguintes imperativos para apresentação:
- a) Devem ser concisos de forma que o leitor entenda sem a necessidade de explicações da pessoa que os elaborou;
 - b) Devem ser objetivos, de forma que demonstrem precisamente os apontamentos do auditor;
 - c) Devem estar limpos, sem rasuras a fim de não prejudicar o seu entendimento;
 - d) Devem ser completos, contendo todas as informações necessárias para o entendimento;
 - e) Devem ser elaborados a lápis, sendo que suas referências devem ser anotadas em vermelho.
6. Os papéis de trabalho deverão ser arquivados de forma uniforme e a autuação nas respectivas pastas seguirá o padrão estabelecido no item 3 acima, de modo que possuam abrangência e grau de detalhamento adequado, a fim de permitir a rastreabilidade das evidências que suportam as constatações - achados de auditoria.
7. A CODIN deverá ainda:
- a) manter os papéis de trabalho sob rigoroso controle;
 - b) zelar para que o acesso a estes documentos seja previamente autorizado por esta Coordenadoria;
 - c) manter os papéis de trabalho arquivados pelo período de 5 (cinco) anos, contados do julgamento, pela regularidade, da prestação de contas anual, relativamente ao exercício financeiro da execução da respectiva auditagem.

4.3 PARA O ENCAMINHAMENTO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA

1. Os Relatórios de Auditoria deverão ser encaminhados por meio de *Comunicação Interna* à PRESD, DIOPE e DIAFI que os encaminhará às respectivas áreas auditadas para adoção das providências recomendadas e/ou pronunciamento a respeito.
2. O Departamento responsável pela área auditada receberá da Diretoria responsável uma cópia completa do Relatório de Auditoria para análise detalhada e posterior remessa ao seu gestor para as providências necessárias.
3. Após conhecimento e observações pertinentes, as áreas auditadas deverão encaminhar as providências e considerações acerca das recomendações da CODIN à Diretoria responsável.

ELABORADO - O&M	CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL
-----------------	-------------------	------------------

 CEAGESP	TÍTULO:		
	CÓDIGO NP-AD-025	DATA DE EMISSÃO 10/09/1999	PÁGINA 7 de 11
RD N°: 02			DATA DE APROVAÇÃO RD 12/01/2015

4. A PRESD, DIOPE ou DIAFI, de posse das providências e considerações das áreas sob sua responsabilidade, retornará a documentação recebida à CODIN para registro, análise e arquivamento nos respectivos processos. Caso seja detectada qualquer inconsistência nas respostas apresentadas, a CODIN solicitará esclarecimentos até que o assunto esteja esclarecido.
5. No prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, o Relatório de Auditoria deverá retornar à CODIN com as providências adotadas e/ou em andamento e respectivos prazos estimados para conclusão, bem como o responsável pelo acompanhamento, além de eventuais comentários e pareceres sobre aspectos que requeiram manifestação.
6. De posse das respectivas respostas das áreas auditadas, o Coordenador da CODIN deverá encaminhá-las para análise aos respectivos auditores e, após, estando de acordo, deverá ser arquivada na respectiva pasta de trabalho.

5 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

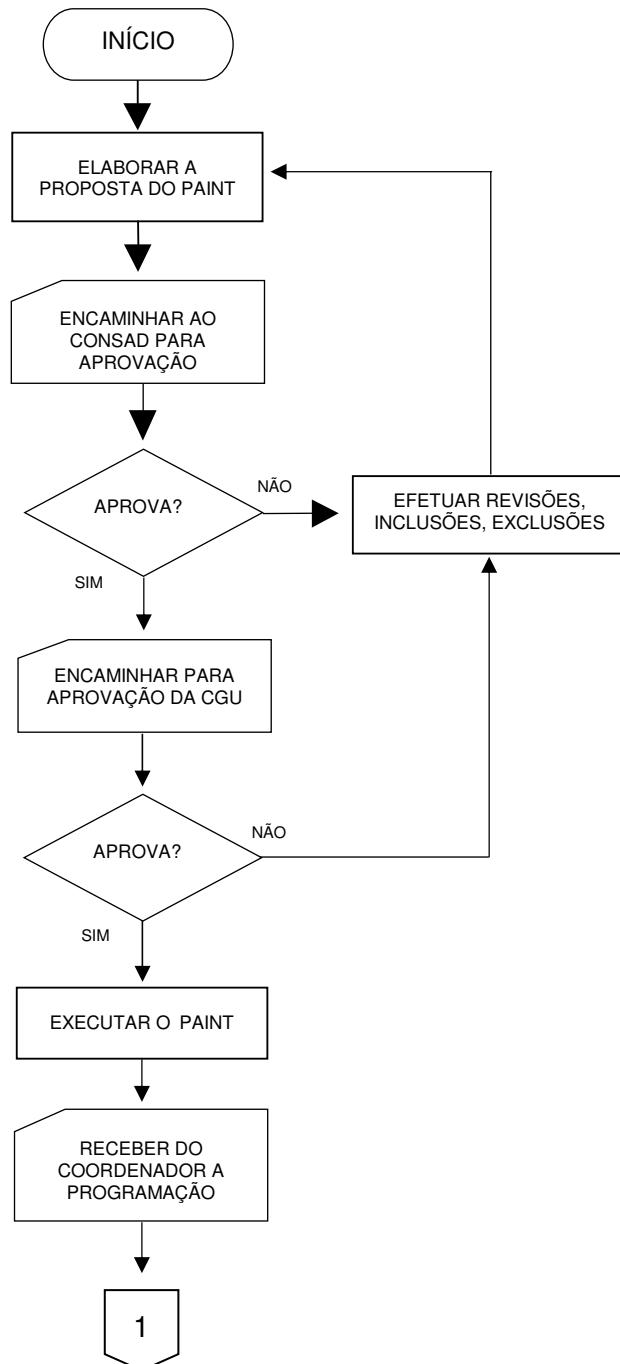
1. Na execução dos trabalhos, o auditor interno deverá zelar para o cumprimento e observância dos aspectos comportamentais:
 - a) Os princípios relevantes na prática de auditoria, ou seja, integridade, imparcialidade, objetividade, confidencialidade e competência, a fim de evitar conflitos de interesse;
 - b) Os princípios básicos de relações humanas e, por consequência, a manutenção de relações cordiais com os auditados;
 - c) A manutenção de atitude de independência, pela autonomia de atuação, livre acesso às áreas e departamentos da CEAGESP e imensoalidade, pelo poder de denúncia, e por estar comprometido somente com os interesses da Companhia;
 - d) A conduta pautada nos princípios e regras contempladas na presente Norma e nos Códigos de Ética da CEAGESP e da Auditoria Interna, adotando comportamento ético, cautela e zelo profissional;
 - e) A comunicação formal e tempestiva ao titular da auditoria interna sobre qualquer ato ou fato irregular levado ao seu conhecimento e que apresente evidência concreta de sua veracidade, sob pena de omissão.
2. Os empregados auditores internos não integrarão comissões de feitos administrativo disciplinares, pois se configura situação de impedimento a designação de empregado da Unidade de Auditoria Interna para compor comissão de investigação - item 1.1.2, TC-010.811/2002-8, Acórdão nº 1.157/2005-TCU-2ª Câmara, bem como estão vedados de integrarem atividades que possam caracterizar participação na gestão, a fim de não prejudicar a independência dos trabalhos de auditoria.
3. Esta Norma entra em vigor na data da sua aprovação, revogando-se todas as disposições em contrário.

ELABORADO - O&M	CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL
-----------------	-------------------	------------------

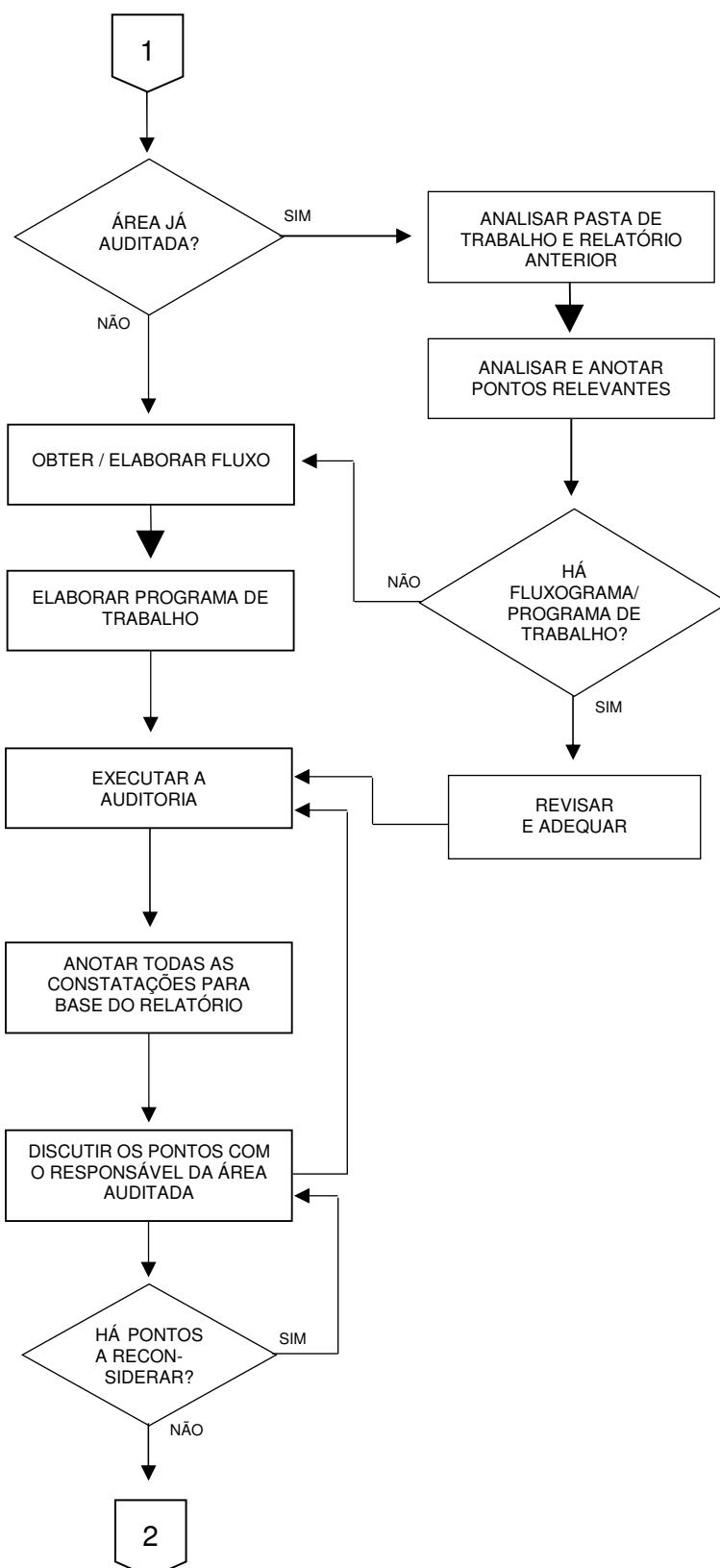
 CEAGESP	TÍTULO: AUDITORIA INTERNA			RD N°: 02
	CÓDIGO NP-AD-025	DATA DE EMISSÃO 10/09/1999	PÁGINA 8 de 11	DATA DE APROVAÇÃO RD 12/01/2015

6 DOS ANEXOS

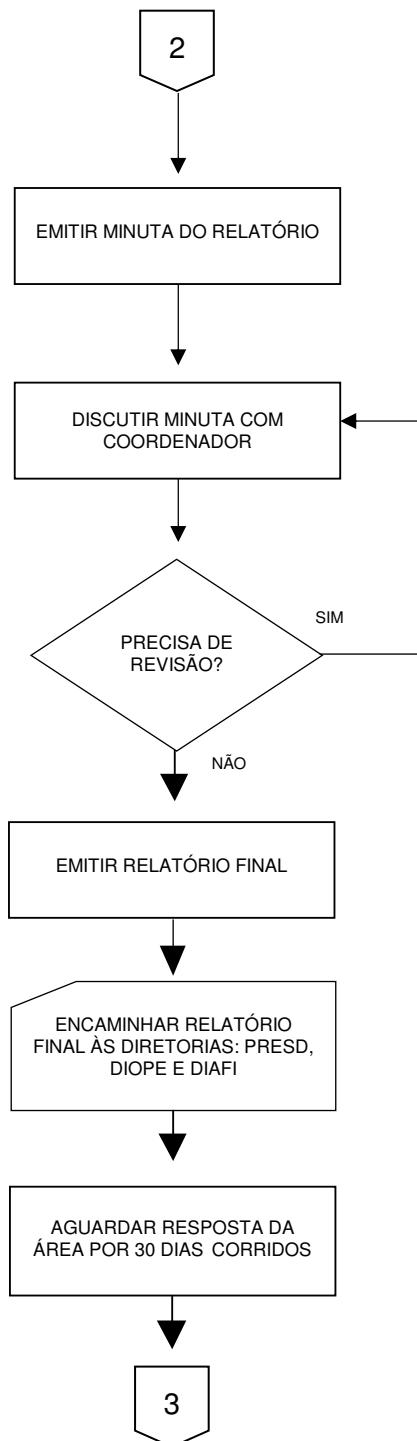
6.1 FLUXO DE PROCEDIMENTOS DA AUDITORIA INTERNA



ELABORADO - O&M	CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL
-----------------	-------------------	------------------

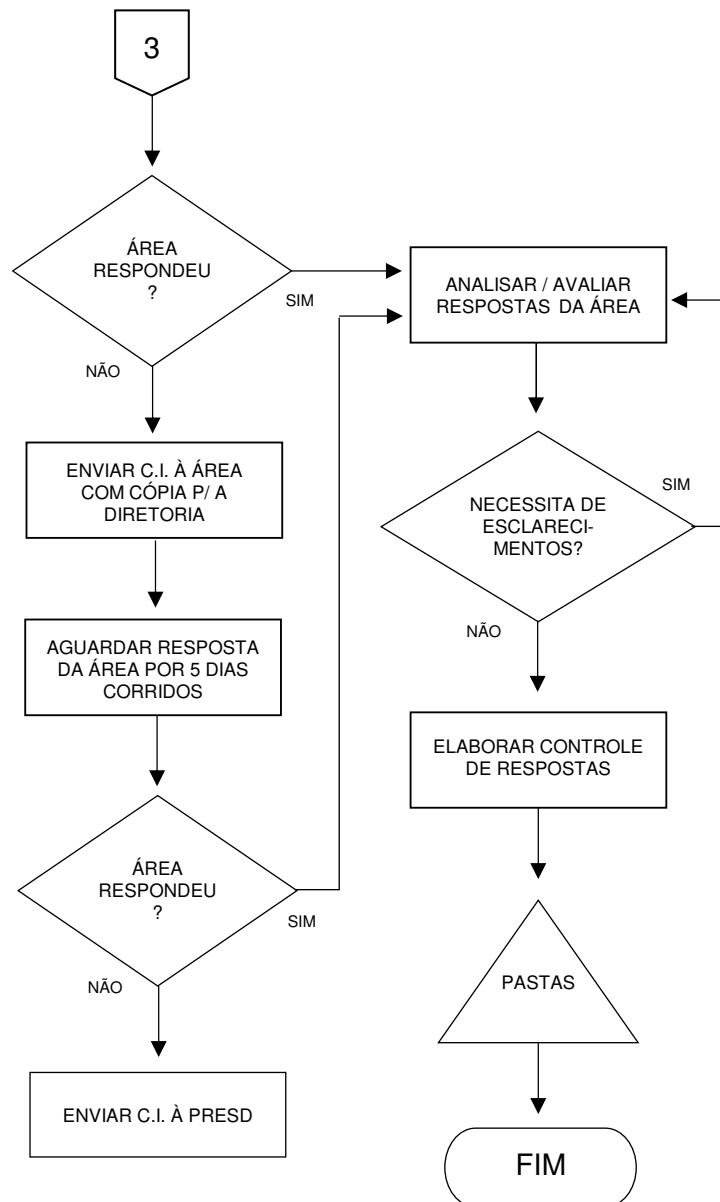


 CEAGESP	TÍTULO:		
	AUDITORIA INTERNA		RD N°: 02
	CÓDIGO NP-AD-025	DATA DE EMISSÃO 10/09/1999	PÁGINA 10 de 11
			DATA DE APROVAÇÃO RD 12/01/2015



ELABORADO - O&M	CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL
-----------------	-------------------	------------------

 CEAGESP	TÍTULO: AUDITORIA INTERNA			RD N°: 02
	CÓDIGO NP-AD-025	DATA DE EMISSÃO 10/09/1999	PÁGINA 11 de 11	DATA DE APROVAÇÃO RD 12/01/2015



ELABORADO - O&M	CONFERIDO - DEJUR	ÁREA RESPONSÁVEL
-----------------	-------------------	------------------

ANEXO IV
RELATÓRIO DE DADOS DO PROCESSO
ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

RELATÓRIO DE DADOS DO PROCESSO

DADOS DO PROCESSO

Número do Processo: 0012015

Tipo de Processo: Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista

Datas Gerais		Ato Instaurador	
Período da suposta irregularidade:	08/12/2014	Tipo:	Portaria
Ciência da suposta irregularidade pela autoridade instauradora:	12/12/2014	Cargo da Autoridade Instauradora:	Diretor Presidente
Registro no Sistema:	27/03/2015	Número:	0242014
		Data do Ato:	15/12/2014
		Data de Publicação:	04/03/2015
		Veículo de Publicação:	Boletim Interno

Assuntos

Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou desapreço

Fato sob apuração: Comportamento inadequado do funcionário [REDACTED] ? CI CODSU 16/2014 de 09/12/2014

Observação:

Processos Vinculados: Não há.

Local do Fato

Órgão / Entidade	UD	Localidade
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo	SP	SAO PAULO

PORTARIA

Tipo Ato:	Portaria	Número Ato:	0242014
Data Ato:	15/12/2014	Data Publicação Ato:	04/03/2015
Cargo da Autoridade Instauradora:	Diretor Presidente		
Veículo de Publicação:	Boletim Interno		

COMISSÃO APURATÓRIA

Tipo Ato:	Portaria	Número Ato:	0242014
Data Ato:	15/12/2014	Data Publicação do Ato:	04/03/2015
Email:		Telefone Contato:	1136433700
Endereço Comissão Apuratória:	Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1946 - Vila Leopoldina - São Paulo		
Observação:			

Membros da Comissão

Nome	Matrícula	CPF	Atribuição
EDSON PROCIDELLI	28794	[REDACTED]	Presidente
MAGNO OLIVEIRA SANTOS	37679	[REDACTED]	Membro
MARISA HIROKI TANAKA	48549	[REDACTED]	Membro

FASE PROCESSO

Situação Disciplinar:	Processo Julgado
Data da Situação:	07/07/2015
Autoridade Responsável pelo Julgamento:	Autoridade do Órgão/Entidade

RELATÓRIO DE DADOS DO PROCESSO

FASE PROCESSO

Órgão: Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo
Cargo: DIRETOR-PRESIDENTE
Observações:

Situação Disciplinar: Indiciamento/Citação/Defesa Escrita/Relatório Final
Data da Situação: 10/06/2015
Observações:

Situação Disciplinar: Instauração/Instrução
Data da Situação: 04/03/2015
Observações: Não há.

AGENTES

Nome: [REDACTED]
CPF: [REDACTED]
Servidor Cedido?: Não
Órgão/Entidade: - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo

Matrícula(SIAPE): 31161

Trâmite das Situações

Situação	Data
Indiciado	10/06/2015
Investigado	04/03/2015

ANEXOS

Nome	Data	Tipo
DEFESA.pdf	01/06/2015	Atos que alteram o resultado do Processo
JULGAMENTO PORT 024_14.pdf	07/07/2015	Julgamento
PARECER JURIDICO.pdf	03/07/2015	Parecer
PORTARIA 024.pdf	15/12/2014	Portarias
PORTARIA PRORROGAÇÃO 003.pdf	30/01/2015	Portarias
PORTARIA PRORROGAÇÃO 006.pdf	13/03/2015	Portarias
PORTARIA PRORROGAÇÃO 012.pdf	28/04/2015	Portarias
PORTARIA PRORROGAÇÃO 018.pdf	11/06/2015	Portarias
RELATORIO FINAL.pdf	10/06/2015	Relatório Final

RELATÓRIO DE DADOS DO PROCESSO

DADOS DO PROCESSO

Número do Processo: 0322015

Tipo de Processo: Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista

Datas Gerais		Ato Instaurador	
Período da suposta irregularidade:	01/01/2015	Tipo:	Portaria
Ciência da suposta irregularidade pela autoridade instauradora:	09/02/2015	Cargo da Autoridade Instauradora:	Diretor Presidente
Registro no Sistema:	18/05/2015	Número:	0082015
		Data do Ato:	18/03/2015
		Data de Publicação:	24/03/2015
		Veículo de Publicação:	Boletim Interno

Assuntos

Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos

Fato sob apuração: Apuração de fatos ocorridos no ETSP, concernentes à adulteração nos comprovantes de apreensão de carrinhos, conforme relatado na CI SECME 004/15, de 09/02/2015.

Observação:

Processos Vinculados: Não há.

Local do Fato

Órgão / Entidade	UD	Localidade
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Companhia de Entrepótos e Armazéns Gerais de São Paulo	SP	SAO PAULO

PORTARIA

Tipo Ato:	Portaria	Número Ato:	0082015
Data Ato:	18/03/2015	Data Publicação Ato:	24/03/2015
Cargo da Autoridade Instauradora:	Diretor Presidente		
Veículo de Publicação:	Boletim Interno		

COMISSÃO APURATÓRIA

Tipo Ato:	Portaria	Número Ato:	0082015
Data Ato:	18/03/2015	Data Publicação do Ato:	24/03/2015
Email:	adsilva@ceagesp.gov.br	Telefone Contato:	36433700
Endereço Comissão Apuratória:	Av.Dr.gastão Vidigal, 1946 - Vila Leopoldina - São Paulo		
Observação:			

Membros da Comissão

Nome	Matrícula	CPF	Atribuição
ADILSON DA SILVA	17401	[REDACTED]	Presidente
EDSON LUIZ CAMARGO	11939	[REDACTED]	Membro
ELAINE STRAVATE DO NASCIMENTO	48318	[REDACTED]	Membro

FASE PROCESSO

Situação Disciplinar:	Processo Julgado
Data da Situação:	22/05/2015
Autoridade Responsável pelo Julgamento:	Autoridade do Órgão/Entidade

RELATÓRIO DE DADOS DO PROCESSO

FASE PROCESSO

Órgão: Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo

Cargo: Diretor Presidente

Situação do Processo: Processo Arquivado

Observações:

Situação Disciplinar: Encaminhado para Julgamento

Data da Situação: 14/05/2015

Autoridade Responsável pelo Julgamento: Autoridade do Órgão/Entidade

Órgão: Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo

Cargo: Diretor Presidente

Observações:

Situação Disciplinar: Indiciamento/Citação/Defesa Escrita/Relatório Final

Data da Situação: 06/05/2015

Observações:

Situação Disciplinar: Instauração/Instrução

Data da Situação: 24/03/2015

Observações: Não há.

ANEXOS

Nome	Data	Tipo
PARECER JURIDICO.pdf	14/05/2015	Parecer
PORTARIA 008.pdf	18/03/2015	Portarias
RELATORIO FINAL.pdf	06/05/2015	Relatório Final
TERMO DE JULGAMENTO.pdf	22/05/2015	Julgamento

RELATÓRIO DE DADOS DO PROCESSO

DADOS DO PROCESSO

Número do Processo: 0372015

Tipo de Processo: Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista

Datas Gerais		Ato Instaurador	
Período da suposta irregularidade:	01/01/2015	Tipo:	Portaria
Ciência da suposta irregularidade pela autoridade instauradora:	20/01/2015	Cargo da Autoridade Instauradora:	Diretor Presidente
Registro no Sistema:	18/05/2015	Número:	0072015
		Data do Ato:	18/03/2015
		Data de Publicação:	24/03/2015
		Veículo de Publicação:	Boletim Interno

Assuntos

Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos

Fato sob apuração: Atos de vandalismo realizados nos equipamentos de informática locados na SECME - Seção de Controle de Mercado.

Observação:

Processos Vinculados: Não há.

Local do Fato

Órgão / Entidade	UD	Localidade
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo	SP	SAO PAULO

PORTARIA

Tipo Ato:	Portaria	Número Ato:	0072015
Data Ato:	18/03/2015	Data Publicação Ato:	24/03/2015
Cargo da Autoridade Instauradora:	Diretor Presidente		
Veículo de Publicação:	Boletim Interno		

COMISSÃO APURATÓRIA

Tipo Ato:	Portaria	Número Ato:	0072015
Data Ato:	18/03/2015	Data Publicação do Ato:	24/03/2015
Email:	hwatanabe@ceagesp.gov.br	Telefone Contato:	36433825
Endereço Comissão Apuratória:	Av Dr Gastão Vidigal, 1946 - Vila Leopoldina - São Paulo		
Observação:			

Membros da Comissão

Nome	Matrícula	CPF	Atribuição
ALINE FAN PAPINI	49501	[REDACTED]	Membro
HELIO SATOSHI WATANABE	49451	[REDACTED]	Presidente
LEANDRO ANDRÉ OLTRAMARI	49511	[REDACTED]	Membro

FASE PROCESSO

Situação Disciplinar:	Processo Julgado
Data da Situação:	22/05/2015
Autoridade Responsável pelo Julgamento:	Autoridade do Órgão/Entidade

RELATÓRIO DE DADOS DO PROCESSO

FASE PROCESSO

Órgão: Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo

Cargo: Diretor Presidente

Situação do Processo: Processo Arquivado

Observações:

Situação Disciplinar: Encaminhado para Julgamento

Data da Situação: 14/05/2015

Autoridade Responsável pelo Julgamento: Autoridade do Órgão/Entidade

Órgão: Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo

Cargo: Diretor Presidente

Observações:

Situação Disciplinar: Indiciamento/Citação/Defesa Escrita/Relatório Final

Data da Situação: 13/05/2015

Observações:

Situação Disciplinar: Instauração/Instrução

Data da Situação: 24/03/2015

Observações: Não há.

ANEXOS

Nome	Data	Tipo
PARECER JURIDICO.pdf	14/05/2015	Parecer
PORTARIA 008.pdf	18/03/2015	Portarias
RELATORIO FINAL.pdf	13/05/2015	Relatório Final
TERMO DE JULGAMENTO.pdf	22/05/2015	Julgamento

RELATÓRIO DE DADOS DO PROCESSO

DADOS DO PROCESSO

Número do Processo: 0412015

Tipo de Processo: Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista

Datas Gerais		Ato Instaurador	
Período da suposta irregularidade:	01/01/2015 a 28/02/2015	Tipo:	Portaria
Ciência da suposta irregularidade pela autoridade instauradora:	18/03/2015	Cargo da Autoridade Instauradora:	Diretor Presidente
Registro no Sistema:	11/08/2015	Número:	0092015
		Data do Ato:	30/03/2015
		Data de Publicação:	01/04/2015
		Veículo de Publicação:	Boletim Interno

Assuntos

Assédio moral

Fato sob apuração: Apuração de fatos ocorridos no ETSP, concernentes à denúncia de assédio moral praticados por funcionários da CEAGESP contra funcionários da Empresa Albatroz, conforme descrito em relatório de sindicância emitido por aquela empresa (Relatório de Sindicância - Processo n.006/2015).

Observação:

Processos Vinculados:

Número do Processo Vinculado

0062015

Local do Fato

Órgão / Entidade	UD	Localidade
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo	SP	SAO PAULO

PORTARIA

Tipo Ato:	Portaria	Número Ato:	0092015
Data Ato:	30/03/2015	Data Publicação Ato:	01/04/2015
Cargo da Autoridade Instauradora:	Diretor Presidente		
Veículo de Publicação:	Boletim Interno		

COMISSÃO APURATÓRIA

Tipo Ato:	Portaria	Número Ato:	0092015
Data Ato:	30/03/2015	Data Publicação do Ato:	01/04/2015
Email:	fgodas@ceagesp.gov.br	Telefone Contato:	36433831
Endereço Comissão Apuratória:	Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946 sala 40 - Edifício EDSED II		
Observação:			

Membros da Comissão

Nome	Matrícula	CPF	Atribuição
Alexandre Roberto Leite de Campos	35956	[REDACTED]	Membro
Flávio Luiz Godas	46321	[REDACTED]	Presidente
Paulo César Souza Pinto	50094	[REDACTED]	Membro

FASE PROCESSO

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 1 de 2

Data da emissão do relatório: 08/03/2016

Emitido por: Nataly Correia Silva

RELATÓRIO DE DADOS DO PROCESSO

FASE PROCESSO

Situação Disciplinar: Processo Julgado
Data da Situação: 20/07/2015
Autoridade Responsável pelo Julgamento: Autoridade do Órgão/Entidade
Órgão: Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
Cargo: Diretor Presidente
Situação do Processo: Processo Arquivado
Observações:

Situação Disciplinar: Encaminhado para Julgamento
Data da Situação: 15/07/2015
Autoridade Responsável pelo Julgamento: Autoridade do Órgão/Entidade
Órgão: Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
Cargo: Diretor Presidente
Observações:

Situação Disciplinar: Indiciamento/Citação/Defesa Escrita/Relatório Final
Data da Situação: 08/07/2015
Observações:

Situação Disciplinar: Instauração/Instrução
Data da Situação: 01/04/2015
Observações: Não há.

ANEXOS

Nome	Data	Tipo
PARECER JURIDICO.pdf	15/07/2015	Parecer
PORTARIA PRORROGAÇÃO.pdf	25/05/2015	Portarias
PORTARIA.pdf	30/03/2015	Portarias
RELATORIO DE SINDICANCIA.pdf	08/07/2015	Relatório Final
TERMO DE JULGAMENTO.pdf	20/07/2015	Julgamento

RELATÓRIO DE DADOS DO PROCESSO

DADOS DO PROCESSO

Número do Processo: 0522015

Tipo de Processo: Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista

Datas Gerais		Ato Instaurador	
Período da suposta irregularidade:	01/12/2014	Tipo:	Portaria
Ciência da suposta irregularidade pela autoridade instauradora:	23/12/2014	Cargo da Autoridade Instauradora:	Diretor Presidente
Registro no Sistema:	18/05/2015	Número:	0132015
		Data do Ato:	04/05/2015
		Data de Publicação:	11/05/2015
		Veículo de Publicação:	Boletim Interno

Assuntos

Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos

Fato sob apuração: Apuração de fatos ocorridos no ETSP, concernentes à subtração de dois contêineres de propriedade do permissionário Porto Pesca Comercial Ltda., conforme relatado no Relatório Especial FRISP n. 11/14, de 23.12.14.

Observação:

Processos Vinculados: Não há.

Local do Fato

Órgão / Entidade	UD	Localidade
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo	SP	SAO PAULO

PORTARIA

Finalidade:	Prorrogação de Prazo	Número de Dias:	45
Tipo Ato:	Portaria	Número Ato:	019
Data Ato:	18/06/2015	Data Publicação Ato:	19/06/2015
Cargo da Autoridade Instauradora:	DIRETOR PRESIDENTE		
Veículo de Publicação:	Boletim Interno		
Tipo Ato:	Portaria	Número Ato:	0132015
Data Ato:	04/05/2015	Data Publicação Ato:	11/05/2015
Cargo da Autoridade Instauradora:	Diretor Presidente		
Veículo de Publicação:	Boletim Interno		

COMISSÃO APURATÓRIA

Tipo Ato:	Portaria	Número Ato:	0132015
Data Ato:	04/05/2015	Data Publicação do Ato:	11/05/2015
Email:	jreis@ceagesp.gov.br	Telefone Contato:	36433842
Endereço Comissão Apuratória:	Av.Dr.Gastão Vidigal, 1946 - Vila Leopoldina - São Paulo		
Observação:			

Membros da Comissão

Nome	Matrícula	CPF	Atribuição
Juscelino Soares dos Reis	49652	[REDACTED]	Presidente
Nilda Vasconcelos Roncolato	18442	[REDACTED]	Membro
Wagner Aparecido Ferrarin	49545	[REDACTED]	Membro
William Nélio da Silva	49600	[REDACTED]	Membro

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 1 de 3

Data da emissão do relatório: 08/03/2016

Emitido por: Nataly Correia Silva

RELATÓRIO DE DADOS DO PROCESSO

COMISSÃO APURATÓRIA

FASE PROCESSO

Situação Disciplinar: Processo Julgado
Data da Situação: 12/01/2016
Autoridade Responsável pelo Julgamento: Autoridade do Órgão/Entidade
Órgão: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
Cargo: DIRETOR-PRESIDENTE
Situação do Processo: Processo Arquivado
Observações:

Situação Disciplinar: Encaminhado para Julgamento
Data da Situação: 08/12/2015
Autoridade Responsável pelo Julgamento: Autoridade do Órgão/Entidade
Órgão: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
Cargo: DIRETOR-PRESIDENTE
Observações:

Situação Disciplinar: Indiciamento/Citação/Defesa Escrita/Relatório Final
Data da Situação: 18/11/2015
Observações:

Situação Disciplinar: Instauração/Instrução
Data da Situação: 11/05/2015
Observações: Não há.

ANEXOS

Nome	Data	Tipo
APELAÇÃO.pdf	23/11/2015	Atos que alteram o resultado do Processo
APRECIAÇÃO DOS RECURSOS.pdf	04/01/2016	Atos que alteram o resultado do Processo
CANCELAMENTO DA PENALIDADE.pdf	19/11/2015	Atos que alteram o resultado do Processo
DEFESA PENALIDADE PORTO PESCA.pdf	18/11/2015	Atos que alteram o resultado do Processo
DEFESA PORTO PESCA.pdf	18/09/2015	Atos que alteram o resultado do Processo
DEFESA WILSON JORGE.pdf	18/09/2015	Atos que alteram o resultado do Processo
PARECER JURIDICO 1.pdf	03/03/2015	Parecer
PARECER JURIDICO 2.pdf	03/09/2015	Parecer
PARECER JURIDICO 3.pdf	23/10/2015	Parecer
PARECER JURIDICO 4.pdf	01/12/2015	Parecer
PARECER JURIDICO 5.pdf	05/01/2016	Parecer
PEDIDO DE VISTA.pdf	28/01/2016	Atos que alteram o resultado do Processo
PEDIDO DE VISTA2.pdf	29/01/2016	Atos que alteram o resultado do Processo
PENALIDADES.pdf	12/11/2015	Atos que alteram o resultado do Processo

RELATÓRIO DE DADOS DO PROCESSO

ANEXOS

Nome	Data	Tipo
PORTARIA I.pdf	18/06/2015	Portarias
PORTARIA.pdf	04/05/2015	Portarias
RECURSO ADMINISTRATIVO.pdf	23/11/2015	Atos que alteram o resultado do Processo
RELATORIO FINAL.pdf	30/10/2015	Relatório Final
TERMO DE INSTRUÇÃO.pdf	22/07/2015	Termo de Indiciamento
TERMO DE JULGAMENTO.pdf	12/01/2016	Julgamento

RELATÓRIO DE DADOS DO PROCESSO

DADOS DO PROCESSO

Número do Processo: 1032015

Tipo de Processo: Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista

Datas Gerais		Ato Instaurador	
Período da suposta irregularidade:	04/08/2009	Tipo:	Portaria
Ciência da suposta irregularidade pela autoridade instauradora:	27/01/2014	Cargo da Autoridade Instauradora:	Diretor Presidente
Registro no Sistema:	26/08/2015	Número:	0202015
		Data do Ato:	27/07/2015
		Data de Publicação:	04/08/2015
		Veículo de Publicação:	Boletim Interno

Assuntos

Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos

Fato sob apuração: Entrega de Certificado de Conclusão e Histórico Escolar irregular

Observação:

Processos Vinculados:

Número do Processo Vinculado

0372014

Local do Fato

Órgão / Entidade	UD	Localidade
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo	SP	AVARE

PORTARIA

Finalidade:	Prorrogação de Prazo	Número de Dias:	45
Tipo Ato:	Portaria	Número Ato:	029
Data Ato:	14/09/2015	Data Publicação Ato:	16/09/2015
Cargo da Autoridade Instauradora:	DIRETOR PRESIDENTE		
Veículo de Publicação:	Boletim Interno		
Tipo Ato:	Portaria	Número Ato:	0202015
Data Ato:	27/07/2015	Data Publicação Ato:	04/08/2015
Cargo da Autoridade Instauradora:	Diretor Presidente		
Veículo de Publicação:	Boletim Interno		

COMISSÃO APURATÓRIA

Tipo Ato:	Portaria	Número Ato:	0202015
Data Ato:	27/07/2015	Data Publicação do Ato:	04/08/2015
Email:	gpapini@ceagesp.gov.br	Telefone Contato:	1136433960
Endereço Comissão Apuratória:	Avenida Dr.Gastão Vidigal, 1946 - Edsed III - 2º andar - Sala da Comissão de Ética		
Observação:			

Membros da Comissão

Nome	Matrícula	CPF	Atribuição
Andréa Ramos Ferreira	49698	[REDACTED]	Membro
Carlos José dos Santos	41865	[REDACTED]	Membro

RELATÓRIO DE DADOS DO PROCESSO

COMISSÃO APURATÓRIA

Membros da Comissão

Nome	Matrícula	CPF	Atribuição
Giovanni de Sousa Papini	22883	[REDACTED]	Presidente

FASE PROCESSO

Situação Disciplinar: Processo Julgado
Data da Situação: 16/11/2015

Autoridade Responsável pelo Julgamento: Autoridade do Órgão/Entidade

Órgão: Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo

Cargo: DIRETOR-PRESIDENTE INTERINO

Observações:

Situação Disciplinar: Indiciamento/Citação/Defesa Escrita/Relatório Final
Data da Situação: 21/10/2015

Observações:

Situação Disciplinar: Instauração/Instrução
Data da Situação: 04/08/2015

Observações: Não há.

AGENTES

Nome:

[REDACTED]

CPF:

Matrícula(SIAPE): 41865

Servidor Cedido?: Não

Órgão/Entidade: - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo

Trâmite das Situações

Situação	Data
Não-Indiciado	21/10/2015
Investigado	04/08/2015

ANEXOS

Nome	Data	Tipo
Carta de Citação.pdf	14/08/2015	Termo de Indiciamento
DEFESA DO RELATORIO FINAL.pdf	27/10/2015	Atos que alteram o resultado do Processo
DEFESA.pdf	27/08/2015	Atos que alteram o resultado do Processo
PARECER JURIDICO.pdf	04/11/2015	Parecer
PORTARIA PRORROGAÇÃO.pdf	14/09/2015	Portarias
PORTARIA.pdf	27/07/2015	Portarias
RELATORIO FINAL.pdf	21/10/2015	Relatório Final

RELATÓRIO DE DADOS DO PROCESSO

ANEXOS

Nome	Data	Tipo
TERMO DE INSTRUÇÃO.pdf	14/08/2015	Termo de Indiciamento
TERMO DE JULGAMENTO.pdf	16/11/2015	Julgamento

RELATÓRIO DE DADOS DO PROCESSO

DADOS DO PROCESSO

Número do Processo: 1182015

Tipo de Processo: Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista

Datas Gerais		Ato Instaurador	
Período da suposta irregularidade:	07/05/2015	Tipo:	Portaria
Ciência da suposta irregularidade pela autoridade instauradora:	08/05/2015	Cargo da Autoridade Instauradora:	Diretor-Presidente
Registro no Sistema:	06/10/2015	Número:	028
		Data do Ato:	28/08/2015
		Data de Publicação:	01/09/2015
		Veículo de Publicação:	Boletim Interno

Assuntos

Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos

Fato sob apuração: Apuração dos fatos narrados nos documentos anexos, referentes à apuração do ocorrido em relação à reclamação trabalhista nº 0010276.33.2015.15.0031 (Vara Única de Avaré) envolvendo o funcionário Senhor [REDACTED]

Observação:

Processos Vinculados: Não há.

Local do Fato

Órgão / Entidade	UD	Localidade
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo	SP	AVARE

PORTARIA

Tipo Ato:	Portaria	Número Ato:	028
Data Ato:	28/08/2015	Data Publicação Ato:	01/09/2015
Cargo da Autoridade Instauradora:	Diretor-Presidente		
Veículo de Publicação:	Boletim Interno		

COMISSÃO APURATÓRIA

Tipo Ato:	Portaria	Número Ato:	028
Data Ato:	28/08/2015	Data Publicação do Ato:	01/09/2015
Email:	piwamoto@ceagesp.gov.br	Telefone Contato:	36433895
Endereço Comissão Apuratória:	Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946 - Vila Leopoldina - São Paulo/SP		
Observação:			

Membros da Comissão

Nome	Matrícula	CPF	Atribuição
Elisangela de Jesus Matia	049761	[REDACTED]	Membro
Mariana Bueno Alves	050202	[REDACTED]	Membro
Paula Keiko Iwamoto Poloni	049552	[REDACTED]	Presidente

FASE PROCESSO

RELATÓRIO DE DADOS DO PROCESSO

FASE PROCESSO

Situação Disciplinar: Indiciamento/Citação/Defesa Escrita/Relatório Final
Data da Situação: 15/10/2015
Observações:

Situação Disciplinar: Instauração/Instrução
Data da Situação: 01/09/2015
Observações: Não há.

AGENTES

Nome: [REDACTED]
CPF: [REDACTED] **Matrícula(SIAPE):** 041865
Servidor Cedido?: Não
Órgão/Entidade: - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo

Trâmite das Situações

Situação	Data
Indiciado	15/10/2015
Investigado	01/09/2015

ANEXOS

Nome	Data	Tipo
Portaria de prorrogação.pdf	13/10/2015	Portarias
Portaria de prorrogação2.pdf	30/11/2015	Portarias
portaria.pdf	28/08/2015	Portarias
TERMO DE INSTRUÇÃO.pdf	15/10/2015	Termo de Indiciamento

ANEXO V**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014**

COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

CONTEÚDO

Relatório da Administração

Quadro 1 - Balanço patrimonial

Quadro 2 - Demonstração do resultado

Quadro 3 - Demonstração do resultado abrangente

Quadro 4 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 5 - Demonstração do fluxo de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Diretores, Gerente e Contadora

Parecer do conselho de administração

Parecer do conselho fiscal

Parecer dos auditores independentes



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da CEAGESP - Companhia de Entrepósto e Armazéns Gerais de São Paulo, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A Companhia, sociedade de economia mista vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representa um importante elo na cadeia de abastecimento de produtos hortícolas.

A gestão da CEAGESP possibilita que a produção do campo, proveniente de vários estados brasileiros e de outros países, alcance a mesa das pessoas com regularidade e qualidade. Para tanto, conta com duas unidades de negócios distintas e que são complementares: a armazenagem e a entrepostagem.

A Alta Administração prosseguiu durante o ano de 2015, com os trabalhos iniciados objetivando a adequação e modernização da infraestrutura operacional e tecnológica da Companhia e para o treinamento e aperfeiçoamento do seu quadro funcional.

Para o ano de 2016 a nova gestão da CEAGESP está desenvolvendo um plano para otimizar os processos e elevar os níveis de eficiência da Companhia. Dentre as diferentes ações estão o desenvolvimento de novas estratégias de negócios, a alavancagem das atividades de armazenagem e entrepostagem e a elevação dos níveis de sustentabilidade. Trata-se de um plano integrado com o objetivo de garantir o equilíbrio financeiro da Companhia.

A governança corporativa está em constante aprimoramento de suas atividades, buscando desenvolver mecanismos eficazes de identificação e gerenciamento de riscos, atendendo a orientações de órgãos como a CGU e o TCU, visando assegurar à CEAGESP a conformidade com as suas políticas, procedimentos e normas internas, assim como com os marcos legais a que está submetida. A adoção de medidas preventivas possibilita a antecipação de riscos e eleva cada vez mais os níveis de transparência da Companhia.

O Planejamento Estratégico da CEAGESP vem contribuindo para o crescimento de diversos setores, disseminando na Companhia a cultura de planejamento de atividades com visão a médio e longo prazos. A estratégia avalia, revê e reformula os projetos, auxiliando e aprofundando o comprometimento de todos os gestores.

No ano de 1998 a Companhia foi incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND, de acordo com o Decreto nº 2.504 de 26 de fevereiro de 1998. Implicou em depósito das ações representativas das participações acionárias no Fundo Nacional de Desestatização – FND. Permaneceu no Programa até 2015, quando foi assinado o Decreto nº 8.417, no dia 18 de março de 2015, excluindo a CEAGESP do PND, de que trata a Lei Federal nº 9.491 de 9 de setembro de 1997.

Receitas Operacionais

Atuando nas atividades de entrepostagem e armazenagem, as receitas operacionais brutas atingiram a importância de R\$ 99,174 milhões em 2015, representando um aumento de 9,07% em relação ao exercício anterior que foi de R\$ 90,928 milhões. Na atividade específica de armazenagem a receita operacional bruta em 2015 atingiu o valor de R\$ 35,030 milhões, contra R\$ 34,937 milhões em 2014, apresentando uma elevação de 0,27%. No que se refere à atividade exclusiva de entrepostagem, a receita operacional bruta atingiu o valor de R\$ 64,144 milhões, registrando elevação de 14,56%, em relação aos R\$ 55,991 milhões em 2014.

Armazenagem

A Companhia possui a maior rede pública de armazéns, silos (grandes depósitos, em forma de cilindro, para armazenar produtos agrícolas) e graneleiros (locais que recebem ou abrigam mercadorias a granel) do Estado de São Paulo e uma das maiores do Brasil.

São 18 unidades próprias interligadas à malha ferroviária, todas de fácil acesso e instaladas próximas das áreas de produção e escoamento. Essa estrutura pode estocar, simultaneamente, mais de um milhão de toneladas de produtos agrícolas. É possível também armazenar açúcar a granel e produtos embalados ou industrializados.

A Companhia conta ainda com o Serviço de Classificação Vegetal - SECLAC que tem por objetivo o controle de qualidade de produtos de origem vegetal para garantir a oferta de alimentos saudáveis ao consumidor.

Produtores rurais, órgãos do governo, exportadores e importadores, cooperativas e usinas estão entre os clientes da CEAGESP.

As Unidades de armazenagem prestam serviços como expurgo, secagem, limpeza e outros que contribuem para reduzir perdas e elevar as condições de comercialização dos produtos.

No transcorrer do ano de 2015, a rede armazenadora da CEAGESP continuou empreendendo esforços na busca de alternativas para garantir a eficiência financeira e o padrão de qualidade na prestação dos serviços para armazenamento de produtos agrícolas e industriais, pautada no planejamento e metas de curto e médio prazos.

O Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras, criado pela Lei Federal nº 9.973/2000, regulamentada pelo Decreto nº 3.855/2001, normatizado pela Instrução Normativa nº 029/2011, estabeleceu os requisitos técnicos obrigatórios definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com a finalidade de melhorar a qualidade da prestação de serviço de armazenagem no Brasil.

Em virtude da relevância da CEAGESP no segmento de armazenagem no Estado de São Paulo e em atendimento à Instrução Normativa nº 024/2013 que estabeleceu escalonamento para certificação obrigatória das Unidades armazenadoras, a Companhia iniciou o processo de certificação, dentro de um cronograma estabelecido pela Administração. Até o ano de 2015, 11 unidades foram certificadas, representando 61,11% do total de unidades de negócio da Companhia, atendendo ao disposto em legislação.

A rede armazenadora encerrou o ano de 2015 com a movimentação de 569,8 mil toneladas, decréscimo de 32,37% na entrada de produtos agrícolas e industriais, em relação ao mesmo período de 2014.

O estoque médio mensal no ano foi de 291,2 mil toneladas, aumento de 4,28% em relação a 2014, representando aumento de 32,4% para 34,9% da capacidade estática de estocagem. Fatores climáticos que influenciaram a produção e preços dos produtos agrícolas, além da estiagem e fatores mercadológicos, com antecipação de exportações de açúcar, reduziram sensivelmente o recebimento e o faturamento global.

Entrepôstagem

O Entreposto Terminal São Paulo - ETSP, situado na zona oeste de São Paulo, é a maior central de abastecimento de frutas, legumes, verduras, flores, pescados e diversos (alho, batata, cebola, coco seco e ovos) da América Latina.

No interior paulista, conta com 12 entrepostos comerciais que são polos de distribuição de alimentos criados para estimular a produção e atender a demanda de consumo das regiões produtoras do Estado.

O ano de 2015 foi bastante complicado para o abastecimento de hortifrúticos. Escassez de água, alta do dólar, greve de caminhoneiros, temperaturas elevadas, excesso de chuvas nas regiões produtoras, entre outros aspectos, prejudicaram o planejamento, a qualidade e a quantidade ofertada de hortifrúticos ao longo do ano.

Logo no início de 2015, produtores das regiões abastecidas pelo Alto Tietê e Cantareira, em São Paulo, viveram um dilema em relação ao investimento na produção em razão da restrição de água para irrigação.

Assim, além das habituais condições climáticas adversas deste período, houve diminuição da produção, acarretando elevações mais acentuadas nos preços do primeiro bimestre, principalmente nos setores de legumes e verduras.

A variação cambial também influenciou o volume ofertado e os preços praticados, principalmente no setor de frutas, onde os importados representam cerca de 20% do total comercializado. O dólar mais elevado faz diminuir o volume de importações e majora os preços. Com a queda do Real, o produto nacional fica mais competitivo, assim, elevam-se as exportações. Ambas as situações refletiram em queda do volume ofertado do produto nacional do mercado interno.

A rede de entrepostos da CEAGESP registrou retração de 1,3% no volume comercializado em 2015. Foram negociadas 4,208 milhões de toneladas de hortifrutícolas, flores e pescados ante 4,263 milhões de toneladas vendidas em 2014. O fluxo financeiro (volume de entradas x preços do dia) envolvido na comercialização na rede de entrepostos registrou crescimento de 8,1%. Em 2015, o volume negociado foi de aproximadamente R\$ 9,41 bilhões ante R\$ 8,71 registrados em 2014.

O ETSP movimentou cerca de 80,1% do volume total comercializado na rede de entrepostos. As unidades de Ribeirão Preto, Sorocaba e São José dos Campos, respectivamente, lideraram os volumes no interior.

A participação do ETSP no volume financeiro é mais expressiva. Cerca de 83,3% de todo o volume financeiro é gerado no ETSP, seguido por Ribeirão Preto (4,7%) e Sorocaba (2,3%).

O volume comercializado no ETSP recuou 1,2% em 2015. Foram comercializadas 3,372 milhões de toneladas de frutas, legumes, verduras, flores e pescados ante 3,413 em 2014.

O setor de frutas continua sendo o principal do entreposto, movimentando cerca de 1,735 milhões de toneladas ou 51,4% das 3,372 milhões de toneladas negociadas.

Os setores de legumes e diversos registraram elevação do volume comercializado, enquanto que frutas, verduras, flores e pescados recuaram.

No entreposto da capital, a média diária de comercialização foi de 11 mil toneladas, gerando um fluxo financeiro médio diário de aproximadamente R\$ 26 milhões. Cerca de 81,1% das procedências do ETSP em 2015 foram nacionais.

O fluxo financeiro envolvido na comercialização do ETSP em 2015 foi de R\$ 7,85 bilhões, um crescimento de 8,1% em relação aos R\$ 7,26 bilhões negociados em 2014. Os setores de diversos (49,6%), legumes (16,4%), pescados (8,7%) e verduras (6,9%) registraram aumento do fluxo financeiro. Frutas (-0,5%) e flores (-9,1%) apresentaram retração.

Durante o ano de 2015, o entreposto da capital recebeu produtos procedentes de 18 países, 23 estados e 1.469 municípios. Entre os importados, além dos vizinhos sul-americanos, os países europeus exportaram diversos produtos para o Brasil. Podemos destacar como novidade, o grande volume importado de cebola. Com graves problemas na produção, a cebola teve a importação intensificada principalmente da Espanha e Holanda.

Ao longo do ano, mais de 30.000 produtores rurais e fornecedores destinaram suas mercadorias ao ETSP.

A quantidade ofertada no interior recuou 1,6%, passando de 850 mil toneladas em 2014 para 837 mil em 2015. Os principais destaques em crescimento percentual foram Bauru (7,1%), Sorocaba (5,9%) e Araraquara (5,6%).

O volume financeiro nas unidades do interior apresentou crescimento de 8,3%. Passou de R\$ 1,45 bilhões negociados em 2014 para R\$ 1,57 bilhões em 2015.

Levando-se em conta somente as origens nacionais, o Estado de São Paulo contribuiu com 51,6% do total comercializado no ETSP, seguido por Minas Gerais com 8,9%, Bahia com 6,1%, Santa Catarina com 4,4% e Espírito Santo com 3,6%.

Investimentos realizados

O investimento realizado na CEAGESP no ano de 2015 foi no valor de R\$ 15,071 milhões. Basicamente, atendeu às necessidades imediatas de adequação da infraestrutura e das condições de comercialização em seus entrepostos e Unidades armazenadoras com obras de melhoria e reforma de instalações elétricas, pavimentação, telecomunicações, iluminação pública, dentre outras melhorias.

Responsabilidade Social

Como qualquer empresa pública, a Companhia tem compromisso com o futuro e a sociedade.

A CEAGESP mantém parcerias através de convênios com instituições públicas e privadas para a realização de um objetivo comum, mediante mútua colaboração. Essas parcerias têm como principal objetivo a melhoria no atendimento ao cidadão, aos funcionários, clientes e fornecedores.

Tem inserida em sua agenda a temática da sustentabilidade e da responsabilidade social. Os principais projetos desenvolvidos foram a Nossa Turma e Banco CEAGESP de Alimentos.

Associação de Apoio à Infância e à Adolescência Nossa Turma

A Nossa Turma oferece lazer educativo voltado ao desenvolvimento humano, de modo a garantir as bases para uma transformação social positiva. O espaço ocupado é cedido através de convênio firmado entre a CEAGESP e a Associação.

Foram beneficiadas 108 crianças com faixa etária de 1 ano e 5 meses a 4 anos e 40 adolescentes de 7 a 18 anos, moradores de comunidades carentes da região próxima ao ETSP, com ações de reforço escolar, aulas de música “recicla som”, oficina de culinária, alimentação saudável e no desenvolvimento de vários projetos de Educação Infantil, Educação Ampliada e Escolinha de Futebol.



A Associação desenvolveu ações que envolveram não só os familiares das crianças como também outros indivíduos da comunidade local, com ações de saúde, oficina de sabor e alimentação saudável e atividades culturais que somaram 408 atendimentos.

Banco CEAGESP de Alimentos - BCA

Através do BCA, a Companhia realiza um trabalho de reaproveitamento de produtos que seriam descartados no lixo, mas em condições adequadas para o consumo humano.

São sobras de frutas, legumes e verduras que por motivos de logística, grau de maturação elevado, amassamento etc, não têm mais valor comercial para o atacadista. A equipe do BCA capta esse material no mercado que, após avaliação e triagem pelas nutricionistas, é doado às diversas entidades sociais cadastradas.

No ano de 2015 foram doadas, nos Bancos de Alimentos de São Paulo e interior, o total de 3 mil toneladas de alimentos para o total de 4.461 entidades cadastradas.

Agradecimentos

A CEAGESP mantém firme compromisso com a ética, transparência, as boas práticas de governança corporativa e a incessante busca da qualidade de seus serviços e a satisfação de seus clientes.

A Administração da CEAGESP agradece principalmente aos seus funcionários pelo comprometimento e dedicação que permitem o alcance dos objetivos e dos resultados, obtendo maior eficiência e eficácia dos recursos.

Ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento os agradecimentos pelo apoio que proporcionou melhores resultados na competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira.

Aos Senhores Conselheiros Administrativos e Fiscais pela atuação na fiscalização e orientação da gestão administrativa.

Os agradecimentos aos clientes, fornecedores e aos diversos usuários que direta ou indiretamente usufruem dos serviços prestados pela Companhia que preza pela qualidade acima de tudo.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota	2015	2014	
				(Reapres.)
ATIVO				
Ativo circulante				
Disponível	4	30.915	34.034	
Clientes e usuários	5	20.257	16.145	Fornecedores
Impostos a recuperar / compensar	6	2.925	914	Provisão para férias e encargos
Estoques	7	675	813	Contribuições sociais a recolher
Outros valores	8	1.748	2.051	Obrigações fiscais a recolher
Despesas antecipadas	9	1.430	1.011	Encargos a pagar
Total do ativo circulante		57.950	54.968	Contas a pagar
Ativo não circulante				Total do passivo circulante
Realizável a longo prazo				
Depósitos judiciais	10	17.487	24.767	
Cauções	11	-	17.107	Cauções
Causas judiciais, trabalhistas	12.a	23.490	18.447	Contas a pagar
Outros valores	12.b	2.129	2.308	Obrigações fiscais a recolher
Total do ativo não circulante		43.106	62.629	Provisão para contingências
Total do ativo				Total do passivo não circulante
Investimento	13	251	251	
Imobilizado	14	212.248	203.506	
Intangível	15	2.205	1.731	
Total do ativo não circulante		257.810	268.117	Patrimônio líquido
Reserva estatutária				Capital social
Reserva de retenção de lucros				Reserva legal
Reserva de reavaliação				Reserva estatutária
Dividendos propostos				Reserva de retenção de lucros
Recursos aumento de capital				Reserva de reavaliação
Total do patrimônio líquido				Dividendos propostos
TOTAL DO ATIVO		315.760	323.085	Recursos aumento de capital
				1.628
				901
				901
				207.417
				315.760
				323.085
TOTAL DO PASSIVO + PL				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2015	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA				(Reapres.)
Custos dos serviços prestados e produtos vendidos		81.739		
LUCRO BRUTO		(57.496)		
DESPESAS COM VENDAS, GERAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		24.243		
Com vendas				(128)
Gerais e administrativas				(42.324)
Honorários da administração				(1.033)
Outras despesas operacionais				(248)
Outras receitas operacionais				912
				497
RESULTADO DAS DESPESAS COM VENDAS, GERAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(42.753)		
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(13.046)		
Despesas financeiras				(9.188)
Receitas financeiras				(5.468)
RESULTADO FINANCEIRO		24.4		
				30.782
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		26.079		
Contribuição social				19.296
Imposto de renda				10.108
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		29		
				(1.378)
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		29		
				(3.579)
				8.075
				6.256
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		0.23		
				0,18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	2014	2015	
(Em milhares de reais)			(Reapres.)
Lucro líquido do exercício	8.075	8.645	6.256
(+) Realização da reserva de reavaliação	570	570	570
Lucro líquido abrangente			6.826

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

	Capital Social Subscrito	Antecipação Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva de Lucros	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva Estatutária	Dividendos Propostos	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	137.041	813	19.663	2.806	12.712	41.507					214.541
Apropriação de juros sobre antecipações				-570							89
Realização da reserva de reavaliação											
Lucro líquido do exercício											
Transferências para reservas e dividendos:											
Reserva legal											
Reserva de retenção de lucros											
Reserva estatutária											
Dividendos propostos											
Dividendos pagos											
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Reapres.)	137.041	901	19.093	3.119	-3.092	-10.377	36.031	9.604	1.628		-13.469
Apropriação de juros sobre antecipações											
Realização da reserva de reavaliação				-570							
Ajustes de exercícios anteriores				-24							
Lucro líquido do exercício											
Transferências para reservas e dividendos:											
Reserva legal											
Reserva de retenção de lucros											
Reserva estatutária											
Dividendos a pagar											
Dividendos pagos											
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	137.041	1.021	18.523	3.499	-344	40.232	11.257	-1.516			-1.861
											211.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

Atividades operacionais

Resultado líquido ajustado

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	8.075	6.256
Depreciação e amortização	6.197	5.674
Resultado líquido de alienação de imobilizado	(341)	(3.322)
Provisão para contingências	(1.624)	(7.489)
Variação monetária líquida	3.733	4.623

(Aumento) Redução dos ativos operacionais

Contas a receber - processos trabalhistas	2.401	13.141
Contas a receber - alienação de imóveis	178	183
Contas a receber - clientes	(4.112)	(852)
Estoques	138	(6)
Impostos a recuperar	(2.325)	(895)
Despesas antecipadas	(419)	(140)
Outros créditos	17.247	(18.820)

Aumento (Redução) dos passivos operacionais

Contas correntes credores	1.075	431
Fornecedores	2.734	1.033
Impostos, encargos e contribuições a recolher	816	(2.342)
Obrigações fiscais a recolher	(4.935)	(13.876)
Contas a pagar	(17.196)	17.634
Ajustes de exercícios anteriores	471	-
Provisões para férias e encargos	1.581	2.761
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	13.694	3.994

Atividades de investimentos

Imobilizado

Aquisição de imobilizado	(15.071)	(17.832)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(15.071)	(17.832)

Atividades de financiamentos

Variação monetária s/ reserva para aumento de capital	120	89
Dividendos pagos	(1.861)	(14.591)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	(1.741)	(14.502)

Diminuição do saldo de disponibilidades	(3.119)	(28.340)
--	----------------	-----------------

Caixa e equivalentes de caixa no início do período

34.034

Caixa e equivalentes de caixa no fim do período

30.915

Variação de caixa e equivalentes de caixa

(3.119)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 Objeto

A Companhia é uma sociedade de economia mista, com sede localizada na Avenida Doutor Gastão Vidigal nº 1946, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. É vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, regida pela legislação a ela aplicável e pelo seu estatuto.

Opera no âmbito do sistema estadual de abastecimento de produtos agropecuários e pesqueiros atuando na guarda e conservação de mercadorias de terceiros em armazéns, silos e frigoríficos e na instalação de entrepostos para, sob sua administração, permitir o uso remunerado de seus espaços para a comercialização destes produtos por terceiros. Permite também o uso remunerado de áreas sem exploração comercial nas unidades operacionais a terceiros, para outras atividades correlatas ou afins.

Executa, ainda, serviços complementares de promoção de novos estudos e pesquisas para subsidiar o estabelecimento de padrões oficiais de classificação, rotulagem e embalagens de produtos agropecuários do agronegócio, manter serviços de informação de mercado, de classificação e certificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico. Para tanto, qualifica pessoal para atuar na área do abastecimento alimentar e agronegócio.

Comercializa produtos e subprodutos, observando a legislação vigente.

Em 02 de janeiro de 1998 ocorreu a transferência das ações da Companhia para a União, até então de propriedade do Estado de São Paulo, através do contrato de Assunção da Dívida firmado ao amparo da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

1.2 Perspectivas do desempenho econômico-financeiro da CEAGESP

Para 2016, a Alta Administração objetiva alavancar as atividades de armazenagem e entrepostagem, no sentido de reativar as unidades operacionalmente inativas, ocupar áreas ociosas, buscar novos negócios e realizar parcerias com a iniciativa privada, garantindo o equilíbrio financeiro da Companhia.

Durante o processo de transferência de suas ações, citado no item 1.1 destas notas explicativas, a CEAGESP foi incluída no Programa Nacional de Desestatização do Governo Federal – PND, o que causou crescentes dificuldades à sua gestão, especialmente na tomada de decisões que poderiam reverter o quadro de dificuldades financeiras que enfrentou em consequência de inúmeras ações judiciais movidas por ex-funcionários, originários da gestão do governo estadual, induzindo a implementar um planejamento estratégico de curto prazo em razão dessas dificuldades.

A inclusão no PND implicou em depósito das ações representativas das participações acionárias no Fundo Nacional de Desestatização – FND. Em 2015 foi assinado o Decreto nº 8.417, no dia 18 de março de 2015, excluindo a CEAGESP do PND, o que possibilitará o acesso a recursos externos, trazendo inúmeros benefícios para a Companhia.

Prosseguem os trabalhos de conciliação das contas de processos trabalhistas de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo. Em 2012 foi assinado o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Promessa de Venda e Compra de Ações do Capital Social da CEAGESP, celebrado entre a União e o Estado de São Paulo, conforme processo nº 17944.000405/97-32 e publicado em 16 de janeiro de 2013 no Diário Oficial da União. O Estado assumiu a responsabilidade de ressarcir a União por qualquer passivo que cumulativamente não tivesse sido considerado na avaliação para fixar o valor definitivo da CEAGESP e houvesse como causa fatos ocorridos anteriormente à data da transferência das ações e reduzisse o valor do patrimônio líquido da CEAGESP ("superveniências passivas"). Ainda segundo o termo aditivo, o Estado comprometeu-se a efetuar o pagamento direto das complementações de proventos de aposentadorias e pensões aos ex-funcionários da CEAGESP que satisfizerem os requisitos estabelecidos no art. 8º da Lei Estadual nº 8.794, de 19 de abril de 1994 ("Complementações"). O Estado passou a assumir o ônus das complementações amparadas em decisões judiciais transitadas em julgado, mediante incorporação do benefício na folha de pessoal do Estado (quando se tratar de prestações vincendas), ou então mediante o ressarcimento direto à CEAGESP (quando se tratar de prestações vencidas já pagas em juízo), o que possibilita ressarcimento dos valores pagos por consequência das decisões judiciais nos processos trabalhistas de licença prêmio, corrida de faixa, pensão e complemento de aposentadoria movidos pelos ex-funcionários.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 18 de março de 2016, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal. Com base na proposta do Conselho de Administração e na opinião do Conselho Fiscal, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados. Os dados quantitativos, tais como volumes não foram objeto de auditoria dos auditores independentes.

2.2.1 Reclassificação de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu aos seguintes ajustes e reclassificações nas suas demonstrações do resultado de 31 de dezembro de 2014, conforme demonstrado a seguir, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”.

O lucro líquido do exercício de 2014 foi publicado no valor de R\$ 5,785 milhões e reapresentado em R\$ 6,256 milhões. O resultado foi reajustado em R\$ 471 mil, em decorrência de correção de erros de lançamentos de tributos sobre o lucro e das receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras, impactando no cálculo das reservas estatutária, de retenção de lucros e dividendo obrigatório. A reapresentação das demonstrações contábeis de 2014 estão de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 23. O imposto de renda foi publicado no valor de R\$ 1,247 milhão e reapresentado com R\$ 2,766 milhões, enquanto que a contribuição social foi publicada no valor de R\$ 3,266 milhões e republicada em R\$ 1,086 milhão, a reapresentação impactou em aumento no resultado em R\$ 660 mil. Os rendimentos sobre aplicações financeiras do Banco Santander Brasil SA foram publicados no valor de R\$308 mil e reapresentados em R\$ 401 mil, ajuste realizado com base nos informes de rendimentos da instituição financeira, impactando em ajuste de R\$ 93 mil no resultado. Os rendimentos sobre as aplicações financeiras da Caixa Econômica Federal foram ajustados de R\$ 777 mil para R\$ 495 mil, uma diferença de R\$ 283 mil no resultado, com base nos informes de rendimentos daquela instituição:

(Em milhares de reais)

Histórico	Valor original	Valor reapresentado	Valor
Lucro Líquido em 31.12.2014			5.785
Rendimentos Sobre Aplicações Financeiras da Caixa Econômica Federal	777	495	-283
Rendimentos Sobre Aplicações Financeiras do Banco Santander Brasil S.A.	308	401	93
IRPJ Sobre o Lucro	1.247	2.766	-1.519
CSLL Sobre o Lucro	3.266	1.086	2.180
Lucro Líquido Reapresentado			6.256

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante - Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis, os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como, os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização. Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como Ativos ou Passivos Circulantes;

3.2. Operações de Crédito a Receber e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

- Os títulos a receber estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, reconhecendo, quando aplicável, as atualizações com base em índices contratuais, que requerem a análise periódica das carteiras de créditos. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente pela Alta Administração e atende aos critérios estabelecidos para cobrir eventuais perdas;

3.3. Investimentos - Estão demonstrados ao valor de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base “pro rata” dia incorridos até a data do Balanço;

3.4. Imobilizado e Intangível - O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a legislação fiscal. O cálculo da depreciação sobre a vida útil estimada dos bens será implementado em 2016, com base no laudo a ser emitido por uma empresa terceirizada que iniciou o levantamento de todos os bens da Companhia. O ativo intangível composto por marcas e direitos de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a legislação, devendo ser mantidas neste grupo até a sua efetiva baixa;

3.5. Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros (“Impairment”) - É reconhecido como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. As perdas com “Impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do exercício em que forem identificadas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não existem indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. A Companhia realizará, a partir de 2016, o teste de impairment anualmente;

3.6. Obrigações e Provisões de Contingências - As obrigações com terceiros são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, reconhecendo, quando aplicáveis, os correspondentes encargos e variações monetárias, previstas contratual ou legalmente, incorridos até a data do Balanço. As provisões de contingências são constituídas nas demonstrações contábeis com base na opinião do Departamento Jurídico e da Alta Administração, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões classificadas como perdas possíveis pelo Departamento Jurídico estão divulgadas na nota explicativa nº 22, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação;

3.7. Reconhecimento de receitas - A receita de vendas inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

3.8. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos e as divulgações de passivos contingentes.

Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. Um evento que requeira modificação em uma estimativa é tratado prospectivamente.

3.9. Novos pronunciamentos, interpretações e orientações

As seguintes normas e alterações de normas contábeis ocorreram:

3.9.1 Revisão de Pronunciamentos Técnicos Nº 08/2015 – Aprovado em 7 de agosto de 2015 e divulgado em 5 de novembro de 2015: representa alteração aos seguintes Pronunciamentos Técnicos: CPC 01 (R1), CPC 04 (R1), CPC 06 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 20 (R1), CPC 21 (R1), CPC 22, CPC 26 (R1), CPC 27, CPC 28, CPC 29, CPC 31, CPC 33 (R1), CPC 36 (R3), CPC 37 (R1), CPC 40 (R1) e CPC 45.

Todas as alterações são para vigência a partir de 1º de janeiro de 2016 e de maneira geral, introduzem melhorias nos textos visando a uma melhor aplicação dos pronunciamentos em alinhamento às práticas contábeis internacionais.

3.9.2. Os pronunciamentos e interpretações a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis. Os possíveis impactos decorrentes dessas adoções serão avaliados quando da emissão dos pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros;
- IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes;
- IFRS 16 - Lease
- Modificações à IFRS 11 - Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em Conjunto;

- Modificações à IAS 1 – Iniciativa de Divulgação;
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 – Esclarecimentos dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis;
- Modificações à IAS 27 – Método de equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas;
- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture;
- Modificações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 – Entidades de investimento: Aplicando a exceção de consolidação;
- Melhorias Anuais nas IFRSs ciclo 2012 – 2014.

4. DISPONÍVEL

	2015	2014
Caixa Geral	34	33
Bancos Conta Movimento	733	849
Aplicações Financeiras	29.590	32.528
Disponibilidade Temporânea	558	624
	30.915	34.034

A CEAGESP realizou em 2015 aplicações financeiras no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal que totalizaram R\$ 29,590 milhões em 31.12.2015. As modalidades de investimentos adotadas foram fundos de investimento e CDB empresarial que são de baixo risco e liquidez diária e estão devidamente registradas na rubrica “Aplicações Financeiras”.

5. CLIENTES E USUÁRIOS

	2015	2014
Contas a Receber Clientes – Unidades	3.413	3.859
Contas a Receber – Usuários	16.874	12.292
Valores em Cobranças	1.688	71
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.718)	(77)
	20.257	16.145

DEMONSTRAÇÃO DA PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO	2015
Saldo em 31.12.2014	(77)
(+) Provisões constituídas no exercício	(7.376)
(-) Reversões ocorridas no exercício	5.735
Saldo final em 31.12.2015	(1.718)

6. IMPOSTOS A RECUPERAR/COMPENSAR

Imposto de Renda na Fonte	605	235
IRPJ Estimativa a Compensar	1.679	500
CSLL Estimativa a Compensar	610	161
Imposto de Renda a Compensar - Lei 10.833/03	25	12
Contribuição Social a Compensar - Lei 10.833/03	6	3
COFINS a Compensar - Lei 10.833/03	-	3

	2015	2014
	605	235
	1.679	500
	610	161
	25	12
	6	3
	-	3
	2.925	914

7. ESTOQUES

Estoques de Vendas	4	5
Almoxarifado	671	808
	675	813

Os estoques da Companhia são avaliados pelo custo médio de aquisição.

8. OUTROS VALORES

Cauções para Garantias Diversas	17	17
Correntistas Devedores	1.095	1.263
Outros Créditos a Curto Prazo	207	384
Adiantamentos Encargos Pessoais	429	387
	1.748	2.051

	2015	2014
	17	17
	1.095	1.263
	207	384
	429	387
	1.748	2.051

A rubrica “Correntistas Devedores” contém principalmente a compensação de títulos a receber de clientes, relacionados a benfeitorias consideradas úteis e necessárias às Unidades armazenadoras da CEAGESP. Nos adiantamentos com encargos pessoais são registrados adiantamentos de férias e de custeio de viagens de funcionários. Em “Outros Créditos a Curto Prazo” estão registrados os valores a receber das Prefeituras Municipais, por vendas de imóveis. Eventuais inadimplências são demandadas judicial ou administrativamente e conduzidas negociações para sua liquidação. Não há Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, pois o bem é garantia real para a Companhia.

9. DESPESAS ANTECIPADAS

	2015	2014
	1.430	1.011
	1.430	1.011

Os valores registrados em “Despesas Antecipadas” são principalmente benefícios de vale-transporte, vale-refeição e assistência médica dos colaboradores e contratação de seguros relativos a bens móveis, imóveis, equipamentos e mercadorias de terceiros, conforme observado na nota explicativa nº 27.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS - LONGO PRAZO	2015	2014
Depósitos Judiciais de Processos Cíveis	14	951
Depósitos Judiciais Trabalhistas - CEAGESP	1.511	3.733
Depósitos Judiciais Trabalhistas - Terceirizadas	2.461	2.152
Depósitos Judiciais Trabalhistas - Governo do Estado de São Paulo	12.940	12.496
Depósitos Judiciais Trabalhistas - Juízo Auxiliar em Execução	561	5.435
	17.487	24.767

O saldo da rubrica “Depósitos Judiciais Trabalhistas - Governo do Estado de São Paulo”, compreende os depósitos judiciais referentes às ações de licença prêmio, pensão, corrida de faixa e complementação de aposentadoria de ex-funcionários da CEAGESP. De acordo com o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Promessa de Venda e Compra de Ações do Capital Social da CEAGESP, o Estado comprometeu-se a efetuar o pagamento direto das complementações de proventos de aposentadorias e pensões aos ex-funcionários da CEAGESP que satisfizerem os requisitos estabelecidos no art. 8º da Lei Estadual nº 8.794, de 19 de abril de 1994 (“Complementações”). O Estado passou a assumir o ônus das complementações amparadas em decisões judiciais transitadas em julgado, mediante incorporação do benefício na folha de pessoal do Estado (quando se tratar de prestações vincendas), ou então mediante o ressarcimento direto à CEAGESP (quando se tratar de prestações vencidas já pagas em juízo), o que possibilita à Companhia o ressarcimento dos valores pagos por consequência das decisões judiciais nos processos trabalhistas. Ao longo dos anos a CEAGESP arcou com as condenações dos processos e no decorrer do exercício de 2015 foi reembolsada pelo Governo do Estado de São Paulo que consequentemente resultou na redução dos valores das rubricas: “Depósitos Judiciais Trabalhistas – CEAGESP” e “Depósitos Judiciais Trabalhistas – Governo do Estado de São Paulo”. O saldo desta rubrica apresentou elevação pois ingressaram novos valores durante o exercício.

Em “Depósitos Judiciais Trabalhistas - Juízo Auxiliar em Execução” foram baixados os valores de acordos judiciais realizados no exercício.

11. CAUÇÕES	2015	2014
	-	17.107
	-	17.107

Os valores registrados no longo prazo foram reclassificados para contas de compensação, por se tratarem de documentos de garantia contratual como cauções, cartas de fiança e apólices e que não transitam pelo caixa da Companhia.

12. OUTROS VALORES - LONGO PRAZO	2015	2014
Realizáveis por Venda de Imóveis	2.129	2.308
Contas a Receber Clientes e Usuários	11.026	11.458
Causas Judiciais Trabalhistas - Governo do Estado de São Paulo	23.490	18.447
Outros Valores	-	1
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(11.026)	(11.458)
	25.619	20.755

12.a. Causas judiciais trabalhistas

	2015	2014
Causas Judiciais Trabalhistas - Governo do Estado de São Paulo	23.490	18.447
	23.490	18.447

Registra, basicamente, os valores a receber do Governo do Estado de São Paulo, decorrentes dos processos trabalhistas referentes à licença prêmio, pensão, corrida de faixa e complementação de aposentadoria de ex-funcionários de responsabilidade desse órgão, passíveis de recebimento, conforme observado nas notas explicativas 1.2 e 10.

12.b. Outros valores

	2015	2014
Realizáveis por Venda de Imóveis	2.129	2.307
Contas a Receber Clientes e Usuários	11.026	11.458
Outros Valores	-	1
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(11.026)	(11.458)
	2.129	2.308

Em “Realizáveis por Venda de Imóveis” estão registrados os valores a receber das Prefeituras Municipais. Eventuais inadimplências são demandadas judicial ou administrativamente e conduzidas negociações para sua liquidação. Não há Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, pois o bem é garantia real para a Companhia.

DEMONSTRAÇÃO DA PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – LONGO PRAZO	2015
Saldo em 31.12.2014	(11.458)
(-) Reversões ocorridas no exercício	432
Saldo final em 31.12.2015	(11.026)

13. INVESTIMENTOS

A Companhia possui 6.197.058 ações ordinárias nominais da COSESP - Companhia de Seguros do Estado de São Paulo, entre outras, registradas em seu Balanço pelo custo de aquisição. Por determinação do Decreto nº 1.068, de 2 de março de 1994, os investimentos da Companhia estão depositados no FND, sendo acompanhados pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social.

	2015	2014
Participação Voluntária Permanente	238	238
Participação Voluntária Semipermanente	4	4
Participação Decorrente Incentivos Fiscais	9	9
	251	251
(-) Provisão para Perdas	-	-
	251	251

14. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		72.169	-	72.169	72.169
Edificações	2%	267.878	(183.298)	84.580	75.035
Equipamentos e Instalações	10%	48.101	(40.869)	7.232	3.242
Equipamentos de Informática	20%	4.718	(3.451)	1.267	1.828
Veículos	20%	809	(809)	-	1
Móveis e Utensílios	10%	3.070	(2.458)	612	660
Bens Cedidos em Comodato	10%	2.465	(421)	2.044	2.044
Benfeitorias Bens de 3º	2% a 10%	2.713	(2.192)	521	564
Obras em Andamento		43.806	-	43.806	47.963
Bens Recebidos em Doação		17		17	-
		445.746	(233.498)	212.248	203.506

A Companhia possui Unidades em alguns municípios do Estado de São Paulo assim identificadas:

- 34 Unidades Armazenadoras Operacionais.
- 01 Unidade Frigorífica Armazenadora Polivalente.
- 01 Unidade de Entrepóstagem na Capital.
- 05 Unidades Frigoríficas e Fábrica de Gelo.
- 12 Unidades de Entrepóstagem no Interior (Ceasas).
- 04 Terrenos.

Parte das Unidades operacionais estão instaladas em terrenos doados por órgãos públicos e registradas pelo valor constante da documentação legal. Encontra-se em andamento o processo de regularização das pendências dos terrenos doados por órgãos públicos.

Em 1996, a Companhia reavaliou os ativos instalados em Unidades operacionais.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO IMOBILIZADO		2015
Saldo em 31.12.2014		203.506
(+) Aquisições ocorridas no exercício		14.979
(-) Baixas de bens ocorridas no exercício		(759)
(-) Depreciações no exercício		(5.479)
(+) Baixas de depreciações no exercício		1
Saldo final em 31.12.2015		212.248

15. INTANGÍVEL

	Taxa de depreciação	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido	2015	2014
					Valor líquido	
Direitos de Propriedades	10% a 20%	5.488	(3.283)	2.205	1.731	
Marcas e Patentes	10%	37	(37)	-	-	
		5.525	(3.320)	2.205	1.731	

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO INTANGÍVEL

	2015
Saldo em 31.12.2014	1.731
(+) Aquisições ocorridas no exercício	1.194
(-) Baixas de bens ocorridas no exercício	-
(-) Amortizações no exercício	(720)
Saldo final em 31.12.2015	2.205

16. FORNECEDORES

	2015	2014
Serviços Médicos	604	-
Mão-de-Obra	49	123
Materiais e Serviços	6.373	5.122
Serviços de Limpeza	2.556	2.224
Serviços de Vigilância	1.574	965
Seguradoras	4	5
Pessoa Física	13	-
	11.173	8.439

17. PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS

	2015	2014
Provisão para Férias e Encargos	4.203	4.706
Provisão para Contribuição Social	6.641	4.523
Provisão para 13º Salário	339	373
	11.183	9.602

Com base na folha de pagamento da Companhia constituíram-se as provisões trabalhistas referentes a direitos trabalhistas relevantes.

18. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	2015	2014
INSS - Empresa - Empregados	1.306	1.159
INSS - Autônomos e Sindicatos	57	64
FGTS - Empresa	398	379
FGTS - Autônomos e Sindicatos	10	10
PASEP a Recolher	142	126
Contribuições Sindicais e Assistenciais	2	-
COFINS a Recolher	664	581
INSS - Lei n° 9.711/98 e OS n° 203/99	420	428
INSS - 15% - Lei n° 9.876	9	9
	3.008	2.756

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS A RECOLHER

	2015		2014	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Imposto de Renda na Fonte – Empregados	721	-	655	-
Imposto de Renda na Fonte – Terceiros	6	-	4	-
ISS de Terceiros	171	-	175	-
ISS – Companhia	77	-	78	-
Imposto Retidos – Lei 10.833/03	1.270	-	845	-
Impostos e Taxas Municipais	1	-	-	-
PPI – Programa Parcelamento Incentivado/PMSP	4.509	18.036	3.995	19.975
REFIS – Prog. Recup. Fiscal/PASEP-COFINS	1.059	8.209	978	8.556
	7.814	26.245	6.730	28.531

O valor registrado na rubrica “PPI - Programa de Parcelamento Incentivado” refere-se a débitos de IPTU devidos à Prefeitura de São Paulo, anteriores ao exercício de 2009 e atualizados até a data do encerramento do Balanço. O débito total é da ordem de R\$ 22,545 milhões, encontram-se contabilizados R\$ 4,509 milhões no Circulante e R\$ 18,036 milhões no Não Circulante. O valor registrado na rubrica “REFIS – Programa Recuperação Fiscal/PASEP-COFINS” refere-se a débitos de PASEP e COFINS devidos à RFB e PGFN anteriores ao exercício de 2008. O débito total é da ordem de R\$ 9,268 milhões dos quais R\$1,059 milhão encontram-se no Circulante e R\$ 8,209 milhões em Não Circulante.

20. ENCARGOS A PAGAR

	2015	2014
Ordenados a Pagar	-	1
Acordos Trabalhistas e Judiciais a Pagar	540	93
Processos Judiciais e Trabalhistas	274	-
	814	94

O saldo de “Acordos Trabalhistas e Judiciais a Pagar” corresponde a parcelamentos e acordos judiciais realizados pela Companhia, decorrentes de processos trabalhistas movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas em que a CEAGESP tem responsabilidade subsidiária.

21. CONTAS A PAGAR

	2015		2014	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Contas a Pagar Diversos	2.719	-	2.749	-
Dividendos a Pagar	2.178	-	-	-
Correntistas Credores	5.291	-	4.202	-
ICC Industrial Comércio Exp. e Imp. Ltda	3	-	61	14
	10.191	-	7.012	14

O valor registrado na rubrica “Contas a Pagar”, refere-se principalmente a “Correntistas Credores” que consiste em valores recebidos da Prefeitura de São Paulo em decorrência da desapropriação de um imóvel de propriedade da CEAGESP o qual foi destinado ao Projeto Cingapura. A CEAGESP moveu uma ação judicial questionando o valor da desapropriação.

O valor registrado na rubrica “Dividendos a Pagar” foi calculado à alíquota de 25% sobre o lucro líquido ajustado, considerando os ajustes de exercício anterior (nota explicativa nº 23.1). O percentual mínimo consta no estatuto social da Companhia e na Lei Federal nº 6.404/76. Os dividendos obrigatórios serão atualizados pela taxa SELIC a partir do encerramento do exercício social até a data do seu respectivo pagamento, nos termos do Decreto nº 2.673/98, art. 1º, § 4º. O cálculo do dividendo sem o ajuste de exercício anterior seria de R\$ 2,023 milhões.

Em “Contas a Pagar Diversos” estão registradas glosas de processos trabalhistas, convênio com órgão público e garantias contratuais.

22. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Baseado em parecer do Departamento Jurídico da Companhia constituíram-se as provisões face as prováveis perdas em processos judiciais cíveis e trabalhistas relevantes.

	2015	2014
Provisão para Contingências de Processos Cíveis	7.916	8.213
Provisão para Contingências Trabalhistas - CEAGESP	5.043	5.792
Provisão para Contingências Trabalhistas - Terceirizadas	1.993	2.735
Provisão para Contingências Trabalhistas - Governo do Estado de São Paulo	18.551	18.388
Provisão para Contingências Diversas Execução Fiscal	255	255
	33.758	35.383

DEMONSTRAÇÃO DA PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	2015
Saldo em 31.12.2014	35.383
(-) Reversões no exercício	(1.625)
Saldo final em 31.12.2015	33.758

A Companhia, frente a estas provisões contingenciais, possui registrado na conta de depósitos judiciais (nota explicativa nº 10) o valor de R\$ 17,487 milhões que oportunamente será compensado na liquidação das ações judiciais. O montante de R\$ 18,551 milhões dessas provisões contingenciais, conforme quadro acima, refere-se aos processos judiciais de licença prêmio, corrida de faixa, pensão e complementação de aposentadoria de ex-funcionários de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo. Esse valor, se consumada sua perda na esfera judicial, será passível de resarcimento pelo Estado conforme observado em outros itens destas notas explicativas.

A Companhia possui o valor de R\$ 24,508 milhões classificado como risco possível de perdas em processos judiciais cíveis, trabalhistas e tributários conforme parecer do Departamento Jurídico.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social subscrito e integralmente realizado é composto por 34.403.576 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2015.

Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a composição acionária da Companhia, é:

	2015	2014		
	Número de ações ordinárias	%	Capital	Capital
Governo Federal	34.294.143	99,68	136.576	136.576
Pessoas Jurídicas	109.383	0,32	465	465
Pessoas Físicas	50	-	-	-
	34.403.576	100,00	137.041	137.041

23.1. Destinação do Resultado do Exercício – Para realizar o cálculo do lucro líquido ajustado é necessário primeiramente constituir a reserva legal, conforme descrito na nota explicativa nº 23.2. Posteriormente, adiciona-se a parcela da realização da reserva de reavaliação e o valor do ajuste de exercício anterior. Sobre o lucro líquido ajustado são calculados: os dividendos obrigatórios que serão deliberados em Assembleia Geral Ordinária (nota explicativa nº 21), a reserva estatutária (nota explicativa nº 23.3) e o saldo restante constitui-se a reserva de retenção de lucros (nota explicativa nº 23.4);

(Em milhares de reais)			
Descrição	Percentual	Cálculo com ajuste de exercício anterior	Cálculo sem ajuste de exercício anterior
Lucro Líquido do Exercício		8.075	8.075
(-) Reserva Legal	5%	404	404
(+) Realização de Reserva de Reavaliação		570	570
(++) Ajuste de Exercício Anterior		471	-
(=) Lucro Líquido Ajustado - LLA		8.712	8.241
Dividendos Obrigatórios	25%	2.178	2.060
Reserva Estatutária	20%	1.742	1.648
Reserva de Retenção de Lucros		4.792	4.533
Saldo das Reservas e Dividendo		8.712	8.241

23.2. Reserva Legal – Sobre o lucro líquido do exercício no valor de R\$ 8,075 milhões, antes de qualquer destinação, foi aplicado 5% para constituição da reserva legal no valor de R\$404 mil. O saldo de R\$ 3,095 milhões em 31.12.2014 foi republicado para R\$ 3,119 milhões, em decorrência dos ajustes de exercício anterior;

23.3. Reserva Estatutária - Em 31.12.2015 foi calculado 20% sobre o lucro líquido ajustado que resultou em R\$ 1,742 milhão, elevando o saldo em 31.12.2015 para R\$ 11,257 milhões. O saldo publicado em 31.12.2014 foi de R\$ 9,515 milhões e reapresentado no valor de R\$9,604 milhões. Reservas estatutárias são constituídas consoante as disposições contidas no estatuto social da Companhia e de acordo com o artigo 194, da Lei Federal nº 6.404/76;

23.4. Reserva de Retenção de Lucros – É o saldo do lucro líquido ajustado, após constituição da reserva estatutária e dividendos obrigatórios. Foram constituídos R\$ 4,792 milhões em 31.12.2015, conforme nota explicativa nº 23.1. O saldo publicado em 31.12.2014 foi de R\$ 35,785 milhões e reapresentado no valor de R\$ 36,031 milhões;

23.5. Reserva de Reavaliação - O valor líquido da reserva de reavaliação no exercício é de R\$18,524 milhões e foram realizados R\$ 570 mil no período, transferidos para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados em 31.12.2015. Esta reserva é resultado da reavaliação realizada em 1986 de todos os itens das contas de terrenos, edificações e equipamentos e instalações, localizados em Unidades operacionais ativas. A Companhia decidiu reavaliar os bens, facultado pela Deliberação CVM nº 27 de 05.02.1986;

23.6. Dividendos Propostos – O valor publicado em 31.12.2014 foi de R\$ 1,516 milhão, deliberado em Assembleia Geral Ordinária e pago conforme nota explicativa nº 24; a reapresentação foi de R\$ 1,628 milhão. A diferença está registrada na rubrica “Contas a Pagar”, conforme nota explicativa nº 21;

23.7. Recursos Para Aumento de Capital - O saldo em 31.12.2015 é de R\$ 1,021 milhão, corrigido mensalmente pela taxa Selic;

23.8. Dividendos pagos

O valor de dividendos propostos publicado em 31.12.2014 de R\$ 1,516 milhão foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2015 e o pagamento foi realizado em 05.05.2015, devidamente atualizado pela taxa SELIC.

Com a reapresentação do Balanço do exercício de 2014, o novo saldo de dividendos propostos passou a ser de R\$ 1,628 milhão, conforme nota explicativa nº 23.6. A diferença de R\$ 112 mil foi considerada no saldo de R\$ 2,141 milhões de dividendos a pagar em 31.12.2015, conforme nota explicativa nº 21.

O valor de R\$ 344 mil correspondente ao exercício de 2012 foi transferido da reserva de retenção de lucros para a conta de dividendos a pagar. O pagamento foi realizado em 05.05.2015, devidamente atualizado pela taxa SELIC.

24. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS

24.1. Receita Líquida Operacional

	2015	2014
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Serviços Prestados	99.139	90.922
Venda de Produtos	35	6
	99.174	90.928
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Impostos Incidentes sobre Serviços Prestados e Vendas	(10.102)	(9.189)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	89.073	81.739

	2015	2014
Serviços Prestados na Armazenagem	34.995	34.931
Permissão Remunerada de Uso	47.431	42.515
Autorização e Concessão de Uso	4.596	4.455
Taxa Administrativa	1.804	-
Reaparelhamento – Obras	1.308	428
Receitas Diversas	9.005	8.593
Venda de Produtos	35	6
	99.174	90.928

24.2. Custos dos Serviços Prestados e Produtos Vendidos

	2015	2014
Pessoal Efetivo e Honorários	(23.342)	(18.909)
Serviços de Terceiros	(9.103)	(13.036)
Materiais de Consumo	(4.990)	(3.117)
Ocupacionais	(8.997)	(7.051)
Utilidades e Serviços	(3.321)	(523)
Impostos	(1.847)	(775)
Gastos com Indenização	(6.697)	(13.366)
Gastos Diversos	(1.069)	(719)
	(59.366)	(57.496)

24.3. Despesas Gerais e Administrativas

	2015	2014
Pessoal Efetivo	(29.415)	(26.388)
Serviços de Terceiros	(5.440)	(4.983)
Materiais de Consumo	(1.783)	(1.404)
Ocupacionais	(1.727)	(1.513)
Utilidades e Serviços	(244)	(232)
Gastos Diversos	(2.236)	(1.500)
Legais e Judiciais	(1.250)	(5.063)
Provisões	(229)	8.551
	(42.324)	(32.532)

24.4. Receitas Financeiras

	2015	2014
Juros Recebidos	24.368	18.523
Receita s/ Aplicações Financeiras	4.936	4.771
Multas	699	638
Outras Receitas	779	834
	30.782	24.764

24.5. Despesas Financeiras

	2015	2014
Efeitos Inflacionários	(3.733)	(4.623)
Impostos s/ Operações Financeiras	(814)	(134)
Comissões e Despesas Bancárias	(21)	(434)
Outras Despesas	(135)	(277)
	(4.703)	(5.468)

25. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

Apresentação das remunerações mensais em 31 de dezembro de 2015, pagas pela Companhia a seus dirigentes e funcionários. Nelas foram computadas todas as vantagens e benefícios, efetivamente percebidos, respeitando ainda os limites impostos pela legislação pertinente:

	2015	2014
Administradores		
▪ Maior Remuneração	32	30
▪ Menor Remuneração	3	3
▪ Média das Remunerações	13	11

Empregados

▪ Maior Remuneração	25	23
▪ Menor Remuneração	1	1
▪ Média das Remunerações	5	5

26. INTEGRAÇÃO DO BALANÇO CEAGESP AO DA UNIÃO - BGU

O reconhecimento do patrimônio da CEAGESP é registrado no BGU - Balanço Geral da União, pelo valor dos investimentos da União, utilizando-se o Método da Equivalência Patrimonial.

27. SEGURO

Em janeiro de 2015, a CEAGESP firmou contrato de prestação de serviços de seguro de bens próprios (riscos nomeados) por prejuízos decorrentes de incêndio, danos elétricos, impacto de veículos, lucros cessantes, vendaval e mercadorias de terceiros, bem como responsabilidade civil, para o período de 10.01.2015 a 10.01.2016.

A Companhia mantém contrato de cobertura de vida em grupo compulsório e seguro de vida em grupo facultativo e contributário com vigência até setembro de 2016.

28. RESPONSABILIDADES SOBRE DEPÓSITOS EM GARANTIAS

As mercadorias depositadas nos armazéns gerais podem ser negociadas através de títulos de crédito (Warrant e Conhecimento de Depósito) representativos destas, de acordo com o previsto no Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903.

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2015	2014	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	13.032	13.032	10.298	10.298		
ADIÇÕES (+)	221.174	219.885	229.983	228.691		
DESPESAS INDEDUTÍVEIS - OPERACIONAL	221.174	219.885	229.983	228.691		
Avaliações do Imobilizado	570	570	570	570		
Licença Maternidade - Prorrogação	30	30	9	9		
Gastos Indedutíveis	12.260	12.260	13.366	13.366		
Multas Indedutíveis	36	36	10	10		
Contribuiç. Assoc. Classe - Indedutível	250	250	250	250		
Brindes	20	20	8	8		
Provisões	206.720	206.720	214.477	214.477		
Deprec., Amort., Exaustão e Baixa de Bens - Diferença CM IPC/BTNF (Lei 8.200/91, Art. 3º)	1.290	1.292				
EXCLUSÕES (-)	212.329	212.329	223.046	223.046		
SOMA DAS EXCLUSÕES CSLL/IRPJ	212.329	212.329	223.046	223.046		
Reversão de Provisões	206.576	206.576	223.046	223.046		
(-) Recup. De Gastos Indedutíveis	5.563	5.563				
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	190	190				
BASE DE CÁLCULO	21.878	20.588	17.235	15.943		
Compensação da Base Negativa	-6.563	-6.176	-5.170	-4.783		
BASE DE CÁLCULO PERÍODO	15.314	14.412	12.064	11.160		
Imposto	1.378	2.162	1.086	1.674		
Adicional Federal		1.417		1.092		
TOTAL	1.378	3.579	1.086	2.766		
Alíquota Efetiva	10,58%	27,46%	10,54%	26,86%		

A Companhia possui saldos de prejuízos fiscais acumulados de R\$ 410,8 milhões que compreendem créditos de R\$ 6,176 milhões (considerando a alíquota vigente de 25%) e base negativa de contribuição social de R\$ 340,6 milhões, que compreendem créditos de R\$ 6,563 milhões (considerando a alíquota vigente de 9%). Esses não possuem prazo prescricional e são utilizados para compensação no limite legal de 30% do lucro tributável. Considerando os níveis históricos e projeções de lucros tributáveis, a Companhia não registra contabilmente os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, não ocorreram quaisquer operações no mercado de derivativos.

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, estão reconhecidos nas seguintes rubricas (apresentados em notas explicativas nestas demonstrações contábeis):

- a) Disponível (caixa e equivalentes de caixa)
- b) Contas a receber
- c) Causas judiciais trabalhistas
- d) Fornecedores
- e) Obrigações fiscais a recolher

A Companhia possui exposição para riscos de créditos resultantes de instrumentos financeiros, que consiste no risco da Companhia incorrer em perdas em razão de um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.



**Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo**

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

O risco é basicamente proveniente de: contas a receber de clientes e causas judiciais trabalhistas. Este último refere-se: a) passivos trabalhistas de ações de licença prêmio, pensão, corrida de faixa e complementação de aposentadoria de ex-funcionários (vide nota explicativa nº 1.2 e 10); b) ações de empresas prestadoras de serviços terceirizados onde a Companhia tem responsabilidade subsidiária; e c) ações trabalhistas de diversas matérias de funcionários e ex-funcionários da CEAGESP.

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

DIRETORES, GERENTE E CONTADORA

Carlos Nabil Ghobril

Diretor Presidente

Luiz Concilius Gonçalves Ramos

Diretor Técnico e Operacional

Pedro Tomás do Canto Benedetti

Diretor Administrativo e Financeiro

João José Xavier

Gerente do Departamento Financeiro e Contábil

Eliane Mayumi Tane

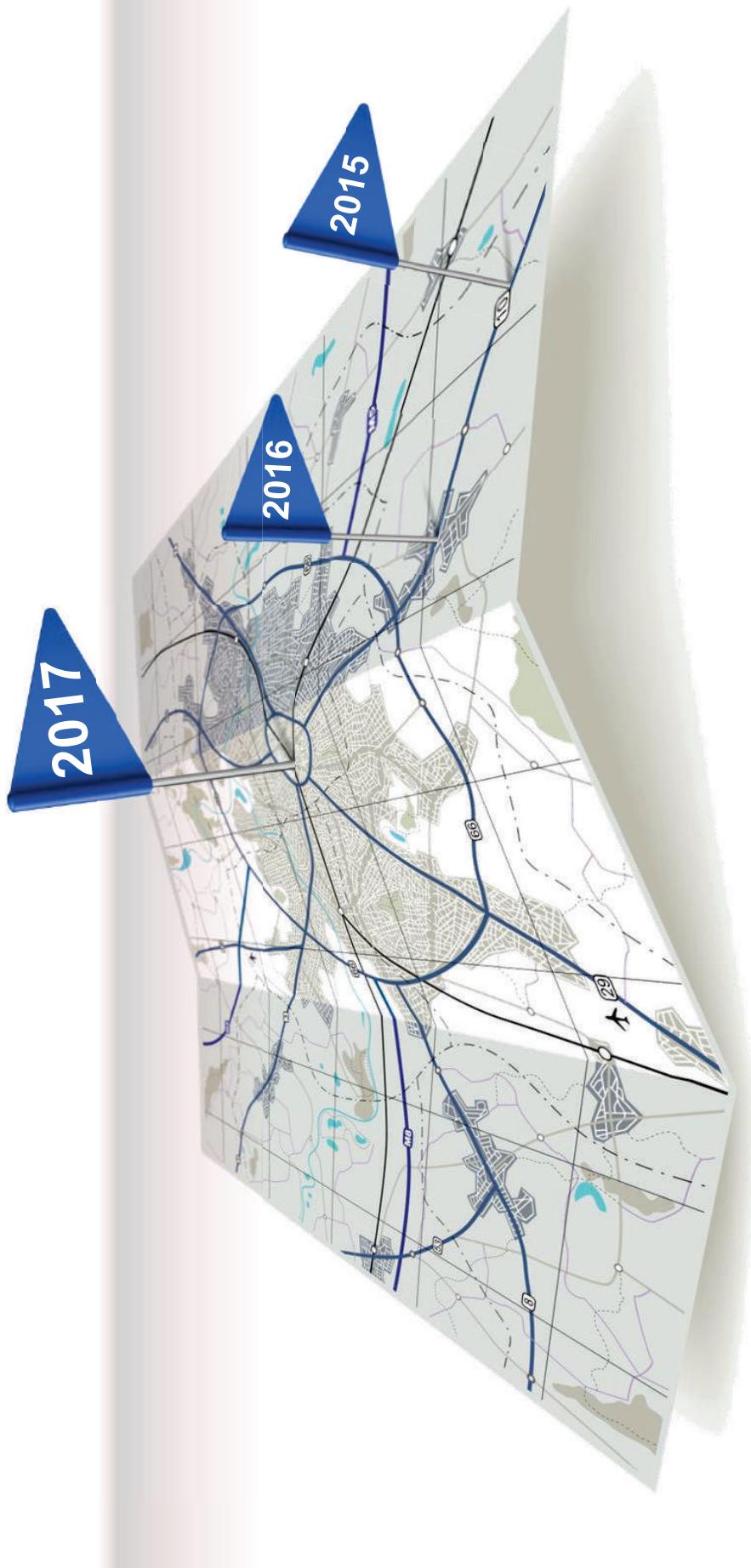
Contadora CRC1SP 252476/O-7

ANEXO VI

SUMÁRIO EXECUTIVO PLANO ESTRATÉGICO E DIRETOR DE TIC

Sumário Executivo

Plano Estratégico e Diretor de TIC



Planejamento Estratégico

Introdução

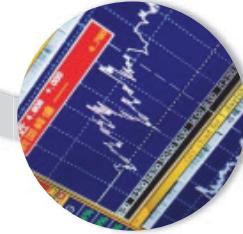
Objetivo do Plano Estratégico

Estabelecer o direcionamento estratégico do DETIN para os próximos 3 (três) anos, alinhados aos objetivos de negócio, e estabelecer os objetivos de alto nível de TI, identificando os principais projetos que serão os meios de se atingir tais objetivos.

Público-alvo

- DETIN
- Gerentes das áreas de negócio
- Comitês, conselho e alta direção da CEAGESP

Onde estamos?



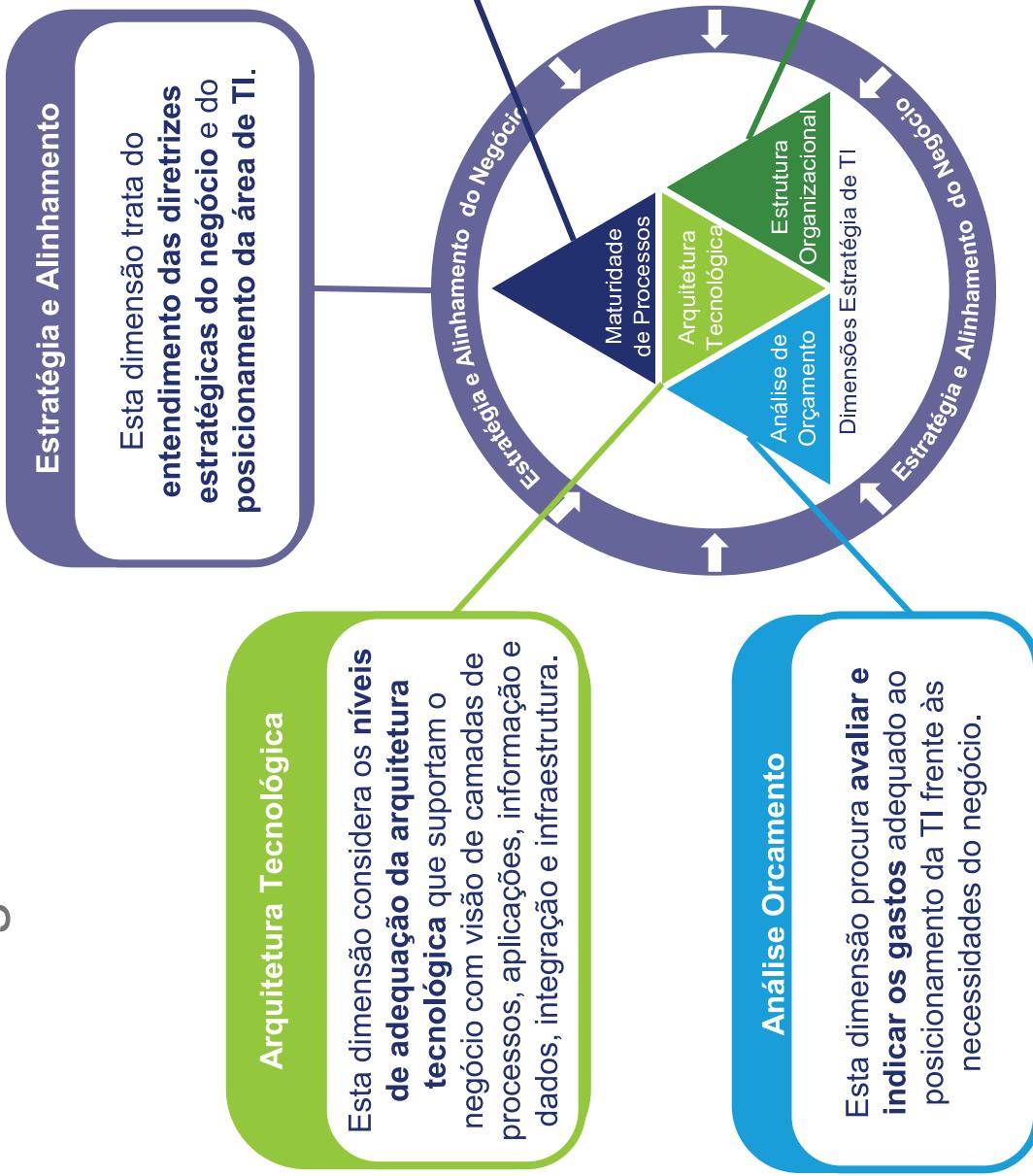
Como chegaremos?



O plano foi elaborado para responder 3 (três) questões básicas

Onde estamos?

Abordagem



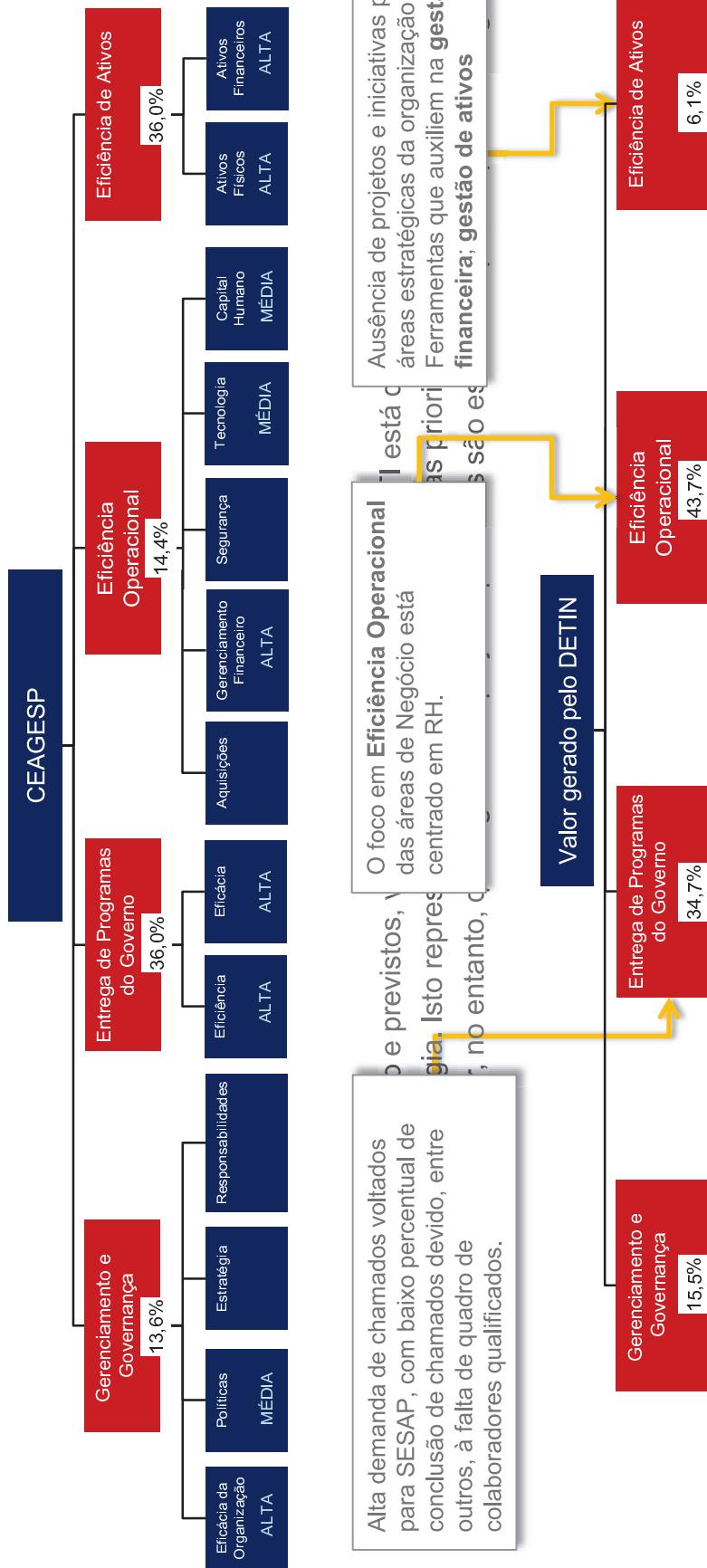
Análise da Situação Atual



Sumário Executivo

Diagnóstico de Estratégia

Com base nos objetivos estratégicos da CEAGESP, foram identificados os direcionadores (drivers) que mais geram valor à alta direção, os quais foram consolidados no Mapa de Valor abaixo, considerando o grau de importância e peso associado a cada direcionador.



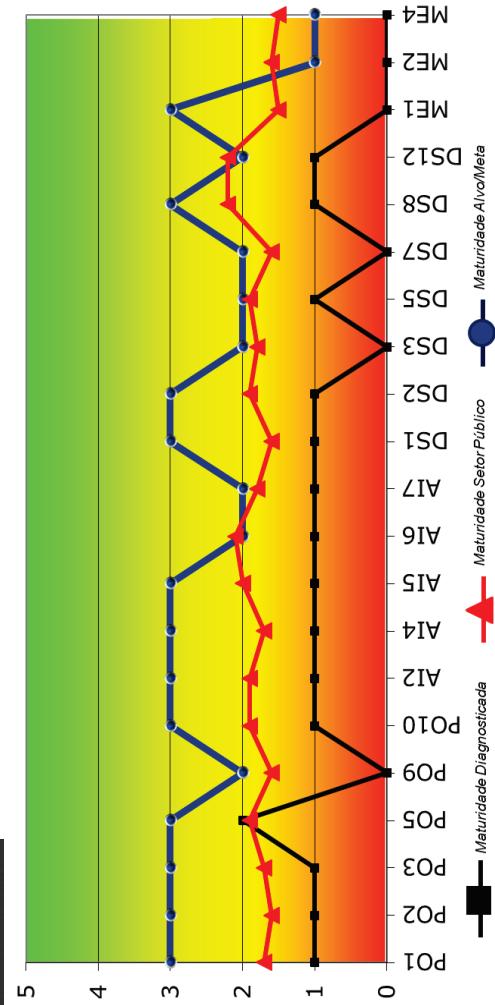
Sumário Executivo

Diagnóstico da Maturidade de Processos

Para a avaliação de maturidade dos processos de Gestão de TI da CEAGESP, utilizamos como ferramenta o framework de maturidade CobiT. Selecione os 21 processos mais importantes e mais aplicáveis à companhia

Processo	Processo Descrição	Motivo Seleção
P01 - Definir um Plano Estratégico	P01 - Definir a Aquisição de Bens e Serviços	P01 - Determinar as Diretrizes da Tecnologia
A02 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	A04 - Implementar Opções de Uso	A05 - Adquirir Recursos de TI
E03 - Entregar e Suportar	E03 - Gerenciar o Desenvolvimento de Soluções Técnicas	E05 - Garantir a Segurança dos Sistemas
M01 - Monitorar e Avaliar o Desempenho de TI	M02 - Monitorar e Avaliar os Controles Internos	M03 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D01 - Gerenciar a Central de Resolução de Incidentes
		D02 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D03 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D04 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D05 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D06 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D07 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D08 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D09 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D10 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D11 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D12 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D13 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D14 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D15 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D16 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D17 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D18 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D19 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D20 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D21 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D22 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D23 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D24 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D25 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D26 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D27 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D28 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D29 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D30 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D31 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D32 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D33 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D34 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D35 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D36 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D37 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D38 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D39 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D40 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D41 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D42 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D43 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D44 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D45 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D46 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D47 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D48 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D49 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D50 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D51 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D52 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D53 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D54 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D55 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D56 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D57 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D58 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D59 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D60 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D61 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D62 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D63 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D64 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D65 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D66 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D67 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D68 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D69 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D70 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D71 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D72 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D73 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D74 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D75 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D76 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D77 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D78 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D79 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D80 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D81 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D82 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D83 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D84 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D85 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D86 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D87 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D88 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D89 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D90 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D91 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D92 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D93 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D94 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D95 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D96 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D97 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D98 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D99 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários
		D100 - Executar e Manter o Centro de Treinamento de Usuários

A média geral de maturidade em processos de TI da CEAGESP está em **0,71**. É possível ver que o maior problema se encontra no domínio Monitorar & Avaliar, que indica que faltam ferramentas e métodos para mensurar resultados, avaliar com mais eficiência os serviços e prover valor ao negócio.



Atualmente o DETIN se encontra num nível de maturidade abaixo do setor público na América Latina. A maturidade alvo sinalizada abaixo é uma proposta inicial, para um horizonte temporal de 3 anos, objetivando tornar a CEAGESP numa empresa mais competitiva, com foco em eficácia e na adequação de seus processos de TI.

Sumário Executivo

Situação DETIN 2015 – Estrutura Organizacional

A figura mostra a maturidade dos seis componentes da estrutura organizacional utilizando a técnica do Design Quick Scan

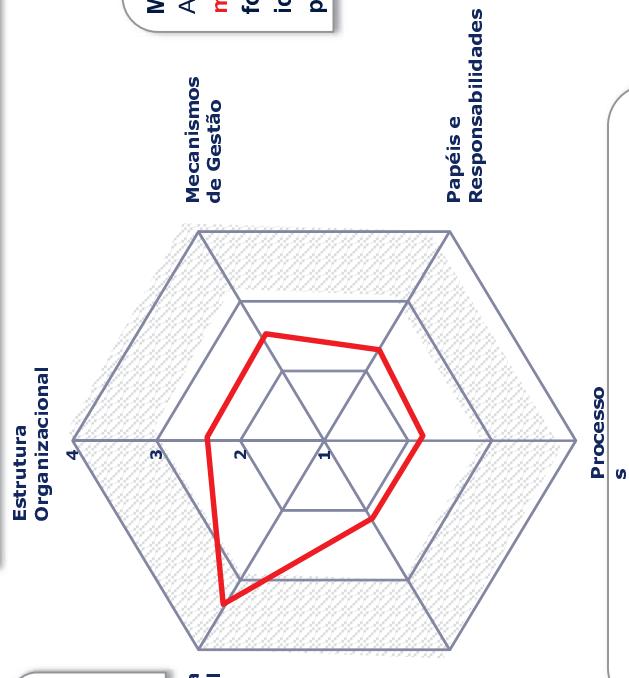
Média 2,4

A pontuação desta dimensão foi **pouco abaixo da média**. A estrutura atual apresenta um índice adequado para **integração entre as gerências**. Melhorias são possíveis por meio de **revisão em papéis e responsabilidades**. A mudança não é crítica, podendo ser parte de um projeto integrado de mudanças.

Média 2,4
A pontuação desta dimensão foi **pouco abaixo da média**. Melhorias serão possíveis através da **formalização dos acordos entre as áreas e identificando quais informações são necessárias para otimizar a performance**.

Média 2,1

A pontuação foi **abaixo da média**. Os papéis e **responsabilidades não estão claras** e há necessidade de dar maior **visibilidade** às responsabilidades de cada parte dentro dos processos.



Média 3,5

A pontuação desta dimensão foi **alta**. Organizações com essa pontuação têm **funcionários que estão comprometidos**.

Média 1,8

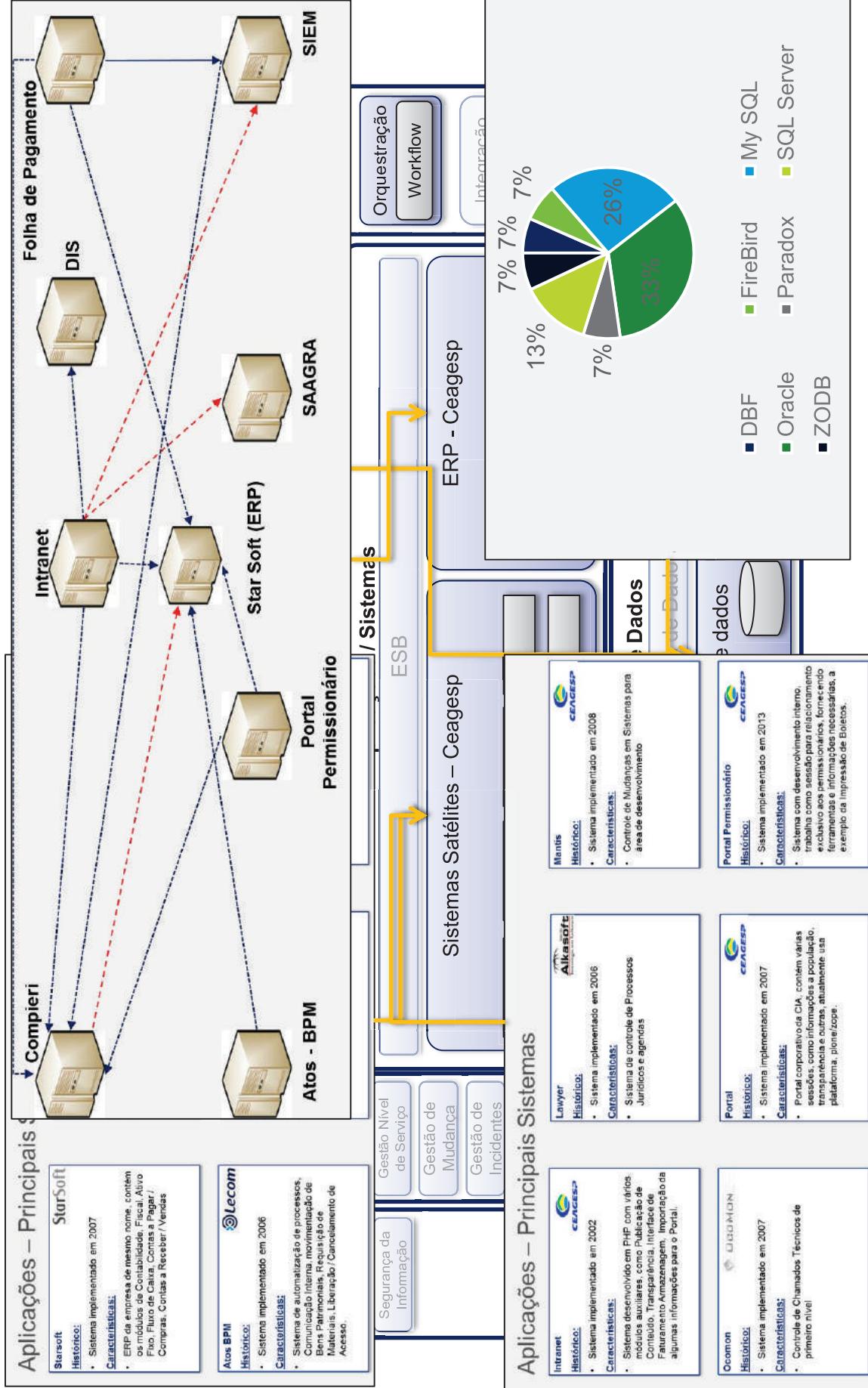
A pontuação desta dimensão foi **abaixo da média**. Possíveis melhorias viram do **alinhamento das competências, revisão de papéis e responsabilidades e estabelecimento de indicadores de performance** com as tarefas executadas e indicadas no **mappeamento dos processos de []**.

Média 1,8

A pontuação desta dimensão foi **abaixo da média**. Os processos não são formalizados e **divulgados**, sem monitoramento regular, impactando na qualidade das entregas. O **mappeamento dos fluxos aumentaria a eficiência e na qualidade com visibilidade dos envolvidos em suas respectivas atividades**.

Sumário Executivo

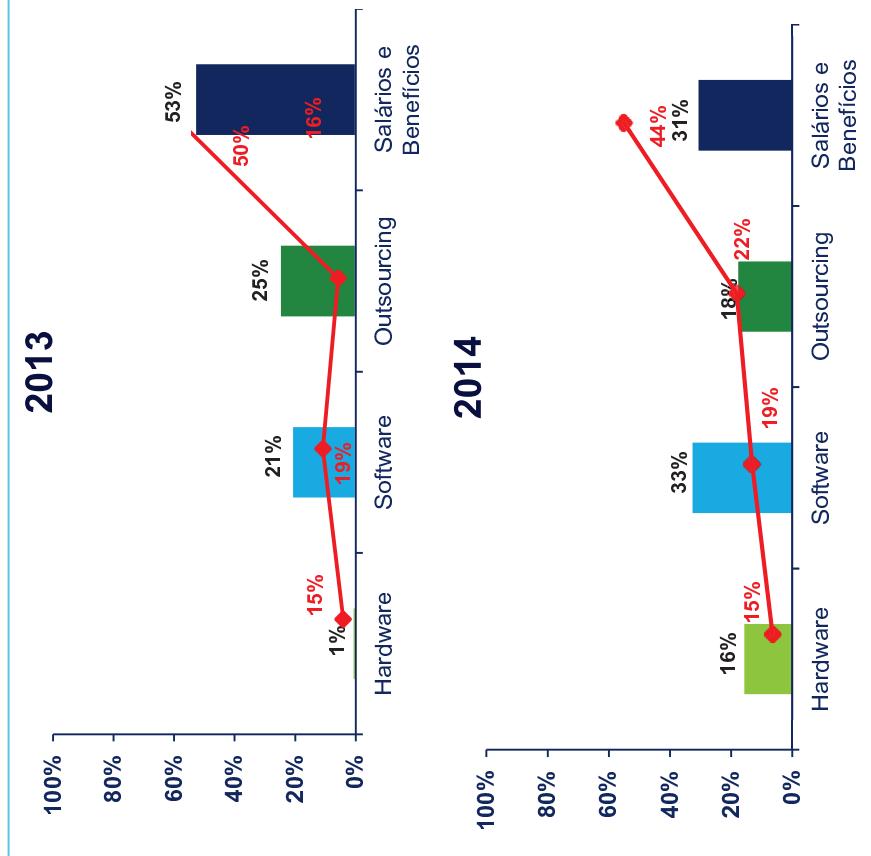
Diagnóstico da Arquitetura



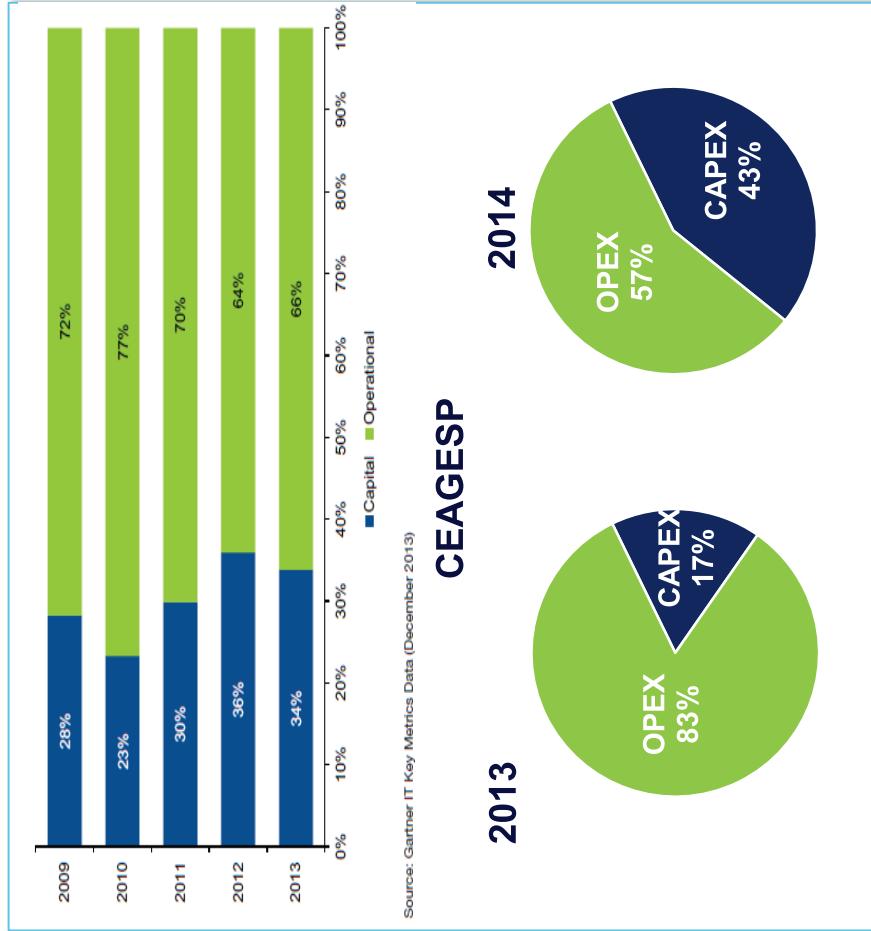
Análise de Gastos

Comparação CEAGESP x Mercado (2013 e 2014)

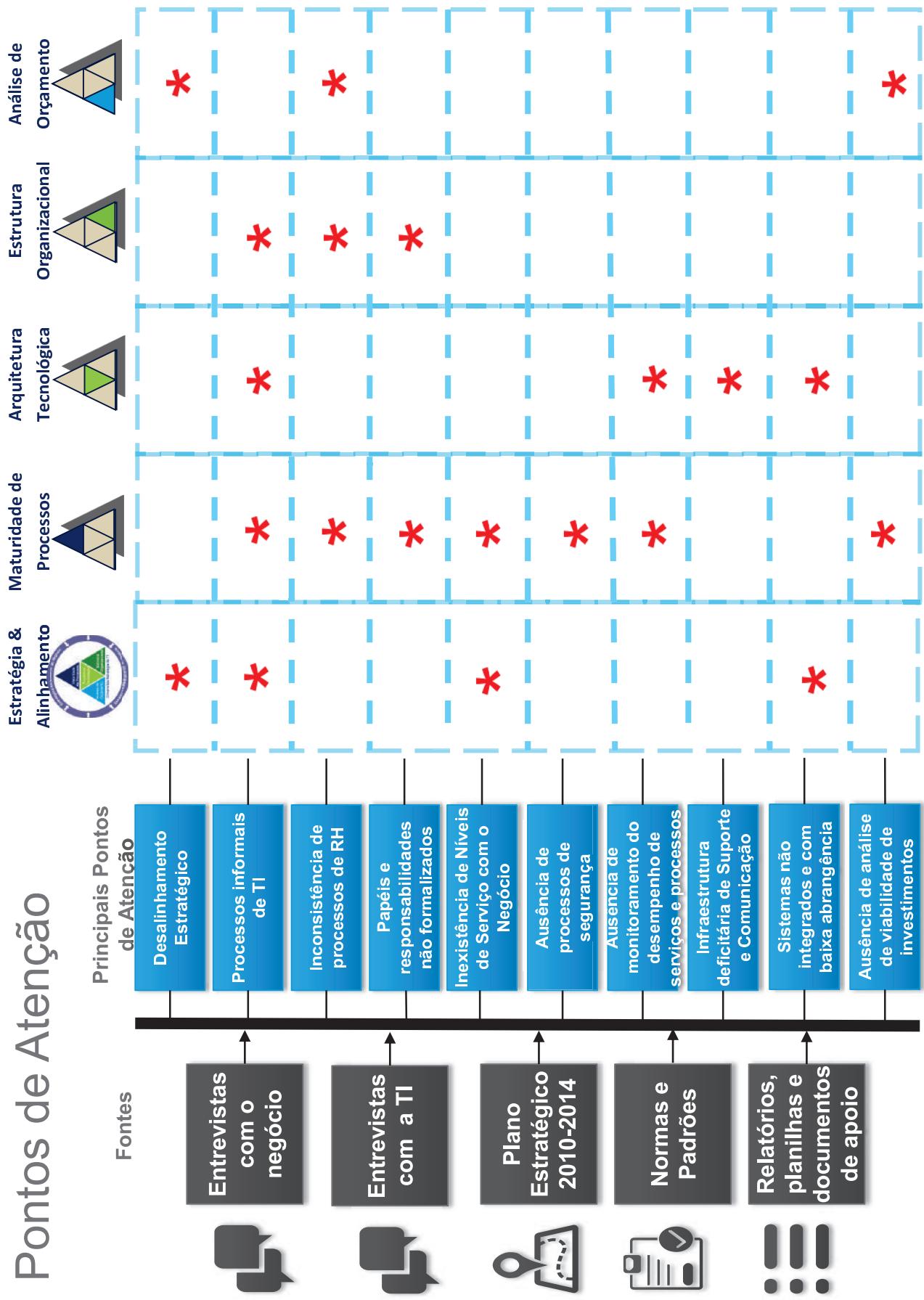
Gastos DETIN x Gastos Governos Nacionais e Internacionais



Análise OPEX e CAPEX CEAGESP x Mercado



Onde estamos? Pontos de Atenção



Análise da situação futura

Aonde queremos chegar?

Missão e Visão

Ao se propor a atingir um futuro mais promissor, é preciso ter em mente o que se está disposto a fazer, por quais caminhos percorrer e saber onde e como chegar. Por isso é necessário traçar uma proposição estratégica, composta pela missão, visão e valores do DETIN para os próximos 3 anos:

MISSÃO

Supor tar as estratégias do CEAGESP com a flexibilidade e a tempestividade necessárias, provendo soluções assertivas de negócio por meio da tecnologia.

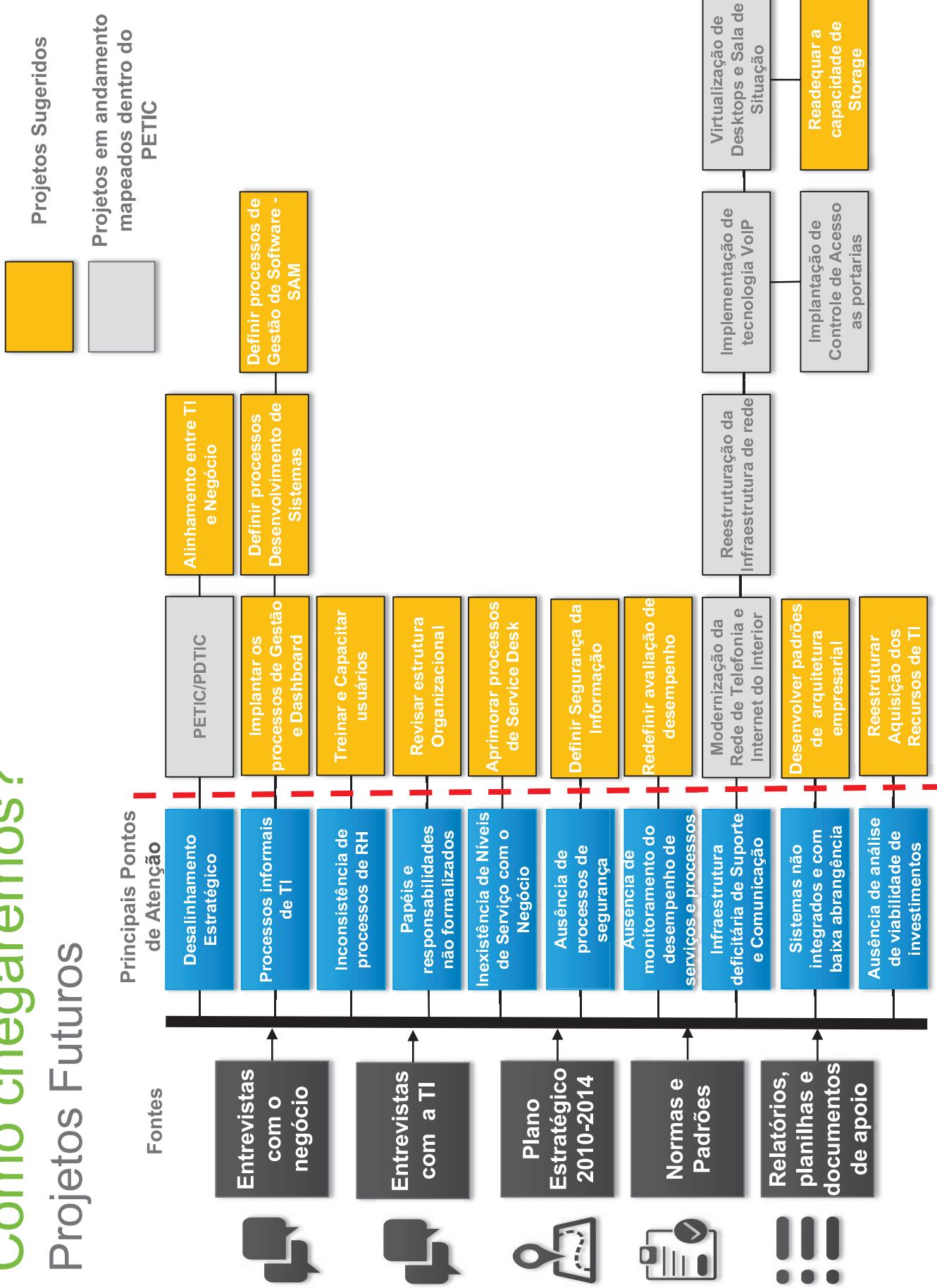
VISÃO

Tornar-se parceira das áreas de Negócio, sendo reconhecida pela qualidade na prestação de serviço e alinhamento às tendências tecnológicas do setor público

VALORES

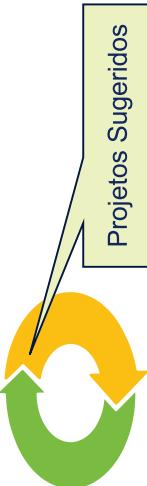
- ✓ Pró-atividade ✓ Flexibilidade ✓ Comprometimento
- ✓ Agilidade ✓ Inovação ✓ Capacitação

Como chegaremos? Projetos Futuros



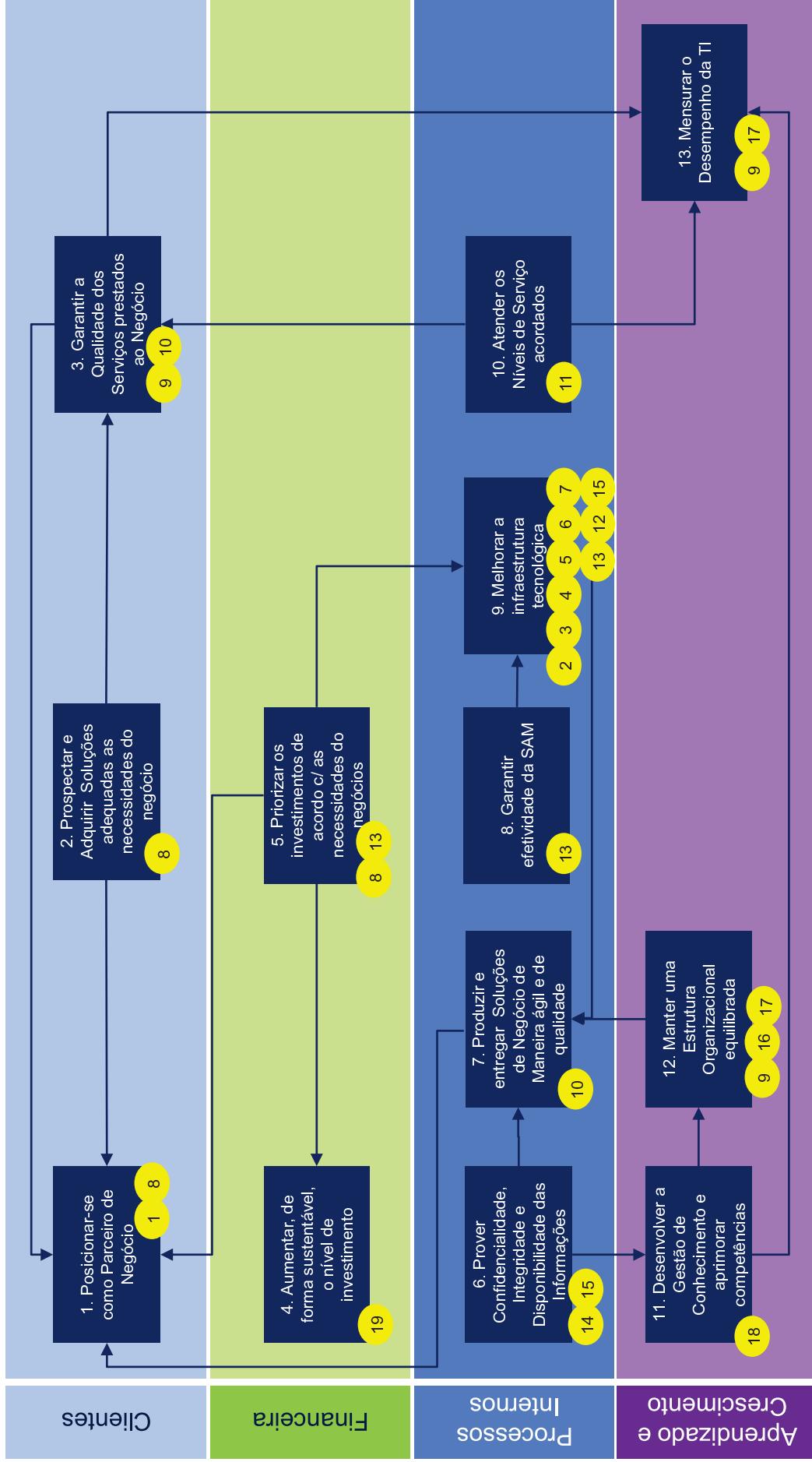
Como chegaremos?

Visão geral dos projetos

Dimensões Analisadas		Projetos	
 Projetos em Andamento		 Projetos Sugeridos	
Estratégia & Alinhamento	 PETIC/PDTIC	 8 Estabelecer mecanismos para aprimorar alinhamento da TI	 9 Implantar os processos de Gestão e Dashboard
Maturidade de Processos	 2 Sistema ERP com o MAKER (pontos de funções)	 10 Definir processos para o Desenvolvimento de Software	 11 Aprimorar o atendimento aos usuários e processos de Service Desk
Arquitetura Tecnológica	 3 Modernização da Rede de Telefonia e Internet do Interior	 12 Readequar a capacidade de Storage	 14 Definir políticas, normas e procedimentos de Segurança
Reestruturação de rede	 4 Reestruturar a Infraestrutura de rede	 13 Definir processos de Gestão de Software - SAM	 15 Desenvolver padrões e processos de arquitetura empresarial
Implantação de Acesso às Portarias	 5 Implementar tecnologia VoIP	 16 Revisar estrutura Organizacional	 17 Redefinir avaliação de desempenho
Estrutura Organizacional	 6 Implantar o Controle de Acesso às Portarias	 18 Treinar e Capacitar os usuários	
Análise de Orçamento		 19 Melhorar o processo de Aquisição dos Recursos de TI	

MAPA ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA CEAGESP

DETIN – Departamento de Tecnologia da Informação da Informação



Plano Diretor

Plano Diretor

Introdução

Objetivo do Plano Diretor

O Plano Diretor de TI (PDTIC) é um importante ferramenta de apoio à tomada de decisão e é um instrumento para mensurar os atendimentos aos objetivos estratégicos do DETIN. Esse plano contempla as ações do DETIN para os próximos três anos, possibilitando justificar e otimizar os recursos aplicados em TI.

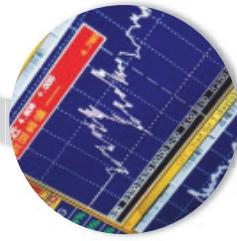
Público-alvo

- DETIN
- Gerentes das áreas de negócio
- Comitês, conselho e alta direção da CEAGESP

**O que realizaremos
primeiro?**



**Quais recursos e esforços
necessários?**



Quais os benefícios?



**O plano foi
elaborado para
responder 3
(três) questões
básicas**

O que realizaremos primeiro?

Priorização de Projetos – 2015

A tabela abaixo contém os 7 (sete) projetos priorizados para serem iniciadas no 1º ano de execução do Plano Estratégico de TI do DETIN:

Código	Descrição dos Projetos	Duração Estimada	Custo Estimado
1	PETIC / PDTIC	4 meses	R\$ 220.000,00
3	Modernizar a Rede de Telefonia e Internet	3 anos	R\$ 3.600.000,00 *
4	Reestruturar a Infraestrutura de Rede	3 anos	R\$ 15.300.000,00*
5	Implantar tecnologia VoIP	3 anos	R\$ 6.435.000,00
9	Implantar os processos de Gestão e Estabelecer um Dashboard de TI	15 meses	R\$ 2.000.000,00**
11	Aprimorar o atendimento aos usuários e processos de Service Desk	3 meses	R\$ 270.000,00**
14	Definir políticas, normas e procedimentos para a Segurança da Informação	3 meses	R\$ 300.000,00**
			R\$ 28.625.000,00

* Valores estimados com base em dados do CEAGESP

** Valores estimados pela Deloitte. É necessário uma análise detalhada de cada projeto para aferir o seu orçamento real.

O que realizaremos primeiro? Priorização de Projetos – 2016

A tabela abaixo contém os 7 (sete) projetos priorizados para serem iniciadas no 2º ano de execução do Plano Estratégico de TI do DETIN:

Código	Descrição dos Projetos	Duração Estimada	Custo Estimado
10	Definir processos para o Desenvolvimento de Software	2 meses	R\$ 200.000,00 **
12	Readequar a capacidade de Storage	3 meses	R\$ 300.000,00 **
13	Definir processos de Gestão de Software - SAM	6 meses	R\$ 250.000,00 **
15	Desenvolver padrões e processos de arquitetura empresarial	3 anos	R\$ 14.350.000,00
16	Revisar e atualizar a Estrutura Organizacional, incluindo a definição de funções e responsabilidade	4 meses	R\$ 450.000,00 **
17	Redefinir avaliação de desempenho	5 semanas	R\$ 115.000,00 **
18	Treinar e Capacitar os Usuários e Profissionais de TI	3 meses	R\$ 250.000,00 **
			R\$ 15.915.000,00

* Valores estimados com base em dados do CEAGESP

** Valores estimados pela Deloitte. É necessário uma análise detalhada de cada projeto para aferir o seu orçamento real.

O que realizaremos primeiro?

Priorização de Projetos – 2017

A tabela abaixo contém os **4 (quatro) projetos** priorizados para serem iniciadas no **3º ano** de execução do Plano Estratégico de TI do DETIN:

Código	Descrição dos Projetos	Duração Estimada	Custo Estimado
6	Controle de acesso às portarias	N/A **	N/A
7	VDI (Virtualização de Desktop e Sala de Situação	8 meses	R\$ 1.000.000,00*
8	Estabelecer mecanismos para aprimorar alinhamento entre o DETIN e Negócios	1,5 meses	R\$ 250.000,00**
19	Aprimorar Aquisição de Recursos de TI	2 meses	R\$ 190.000,00**
			R\$ 1.440.000,00

* Valores estimados com base em dados do CEAGESP

** Valores estimados pela Deloitte. É necessário uma análise detalhada de cada projeto para aferir o seu orçamento real.

Para os projetos contendo “N/A” não foram definidos custos e prazos, pois os mesmos já estão em andamento ou mapeados pelo DETIN

O que realizaremos primeiro?

Priorização de Projetos - Roadmap



RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES**11. RELATÓRIO E/OU PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA**

As informações sobre este item apresentam-se a seguir:

PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Coordenadoria de Auditoria Interna – CODIN em cumprimento ao disposto no § 6, do artigo 15 do Decreto nº 3.591, de 06/09/2000, bem como no inciso I, do artigo 6º da Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União Nº. 146 de 30/09/2015, apresenta opinião sobre a Prestação de Contas Anual correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Em atendimento aos Anexos I e II da Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União Nº. 146 de 30/09/2015, que determina à CEAGESP a apresentação do processo de Prestação de Contas de 2015, constatamos que foram elaboradas as peças atribuídas à Entidade pelas normas do TCU, bem como contemplados os formatos e conteúdos obrigatórios nos termos que tratam os incisos I e II, do artigo 13 da IN TCU nº 63/2010, o inciso I do artigo 2º da DN TCU nº 147/2015, a Portaria-TCU 321/2015 de 30/11/2015 e a Norma de Execução da Controladoria Geral da União - CGU - Nº. 01 de 04/03/2015, aprovada pela Portaria CGU Nº. 522 de 04/03/2015.

Quanto aos itens solicitados seguem abaixo as considerações:

- a) avaliação da capacidade de os controles internos administrativos da UPC identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes;**

As informações à alta gerência e ao conselho de administração são encaminhadas pela própria CODIN através dos relatórios de auditoria, e relatório de atividades da auditoria interna (RAINT), respectivamente - quando há recomendações não implementadas, estas devem ser plenamente justificadas e mantidas nos controles da auditoria interna, conjuntamente é dado ciência à respectiva diretoria sobre o risco de não implementar a recomendação – caso ocorra. Ressaltamos que até a presente data não ocorreram situações desta natureza.

Destacamos, porém, a necessidade de implantação de mapeamento de riscos na Companhia, visando assegurar a identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento contínuo dos riscos operacionais envolvidos nos diversos processos da CEAGESP.

Com esta finalidade está em curso a implementação de uma nova ferramenta de gestão que agregará valor às ações administrativas na CEAGESP, a Gestão de Riscos Corporativos.

A gestão de riscos está intrinsecamente voltada a prevenção de perdas, fraudes e irregularidades. O objetivo é evitar e identificar previamente os riscos que resultem em prejuízos nos seus diversos aspectos (legal, financeiro, imagem, ética e operacional).

Incorporaremos os conceitos estabelecidos e consagrados internacionalmente para gerenciar os riscos através das normas da ABNT 31000 e 31010, bem como a COSO I e COSO II.

Implementaremos as “Três linhas de defesa” que possibilitarão à Alta Administração e ao Conselho de Administração tomar decisões suportadas sobre as análises de três esferas inferiores no que tange às problemáticas dos riscos envolvidos, ou seja, caberá em última

análise ao corpo diretivo assumir os riscos identificados, ou tomar a decisão de tratá-los, mitigá-los ou eliminá-los.

b) avaliação dos controles internos relacionados à elaboração dos relatórios financeiros e contábeis;

As demonstrações contábeis foram examinadas pela NK Auditores Independentes S.S., preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Conforme opinião dos auditores independentes, as Demonstrações Contábeis lidas em conjunto com as Notas Explicativas refletem as situações financeira, econômica e patrimonial da CEAGESP em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exceto quanto:

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras:

A Companhia, em 2015, contratou empresa especialista para elaborar estudo que atenda as orientações da NBC TG 01 (R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e NBC TG 27 (R2) - Imobilizado, no que diz respeito à revisão do valor residual e da vida útil dos ativos, bem como do teste de recuperabilidade, que devem ser revisados e testados, pelo menos, ao final de cada exercício. Em virtude do trabalho em andamento, ainda não foi possível determinar a existência de eventuais ajustes e seus consequentes efeitos nos ativos da Companhia, e os seus correspondentes reflexos das demonstrações do resultado, nos fluxos de caixa e na mutação do patrimônio líquido do exercício.

c) descrição das rotinas de acompanhamento e de implementação, pela UPC, das recomendações da auditoria interna;

Após realização dos trabalhos e elaboração do Relatório de Auditoria é encaminhada 01 via do relatório para cada Diretoria, para conhecimento e envio à área auditada, bem como às áreas envolvidas. As áreas adotam as providências necessárias para implementação das recomendações ou justificam a impossibilidade de implementar, através de um documento enviado à auditoria para os devidos registros no controle de acompanhamento.

d) informações sobre a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;

Os resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna são monitorados através das repostas/evidencias durante a realização de novos trabalhos na área. Quando se tratam de constatações relevantes estas são acompanhadas tempestivamente com a área auditada, através da respectiva Diretoria visando a efetiva regularização.

O sistema para monitoramento dos resultados está atrelado ao desenvolvimento de outros sistemas da Companhia atualmente em andamento.

- e) demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade;

A estratégia de atuação da Auditoria Interna em relação à Companhia está voltada ao fortalecimento da gestão e a racionalização das ações de controle. Por meio da prestação de assessoria à Administração, oferecendo condições para um desempenho adequado de suas obrigações, proporcionando análise, apreciações, recomendações e comentários objetivos acerca das atividades examinadas. Além de prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno e Externo do Governo Federal.

Durante os trabalhos realizados no exercício de 2015, examinamos os controles internos administrativos, financeiros e operacionais da Companhia, com base nos procedimentos e técnicas utilizadas na área de auditoria interna, e concluímos que se encontram devidamente adequados e aderentes às normas internas e à legislação específica da CEAGESP. Salientamos o efetivo cumprimento do PAINT – Plano anual de Atividades da Auditoria Interna, programado para 2015, conforme relatado pela CGU em auditoria realizada na CEAGESP – Relatório 201505753 de 10/12/2015.

- f) informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão.

Quanto às informações quantitativas e qualitativas das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão, a CODIN - Coordenadoria de Auditoria Interna programou por meio do PAINT – Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna/2015 a realização de 28 auditorias em diversas áreas (matriz e interior) da Companhia. Para as quais foram elaborados 26 relatórios de auditoria, conforme relatado abaixo, destacando que para duas delas não foi confeccionado um relatório de auditoria, pois dizem respeito a implementação da metodologia de identificação, avaliação e monitoramento dos riscos de auditoria e desvios éticos na CEAGESP e ao acompanhamento à elaboração do Relatório de Gestão, portanto:

Sigla	Departamento/Seção/Unidade	Tipo de Auditoria
SEDES	Seção de Economia e Desenvolvimento	A
SECOF	Seção de Controle Fitossanitário	AB
ARFRA	Armazém de Franca	AB
CEFRA	Ceasa de Franca	AB
SEPES	Seção de Pessoal	A
SECOB	Seção de Contas a Receber e Cobrança	A
ARRUB	Armazém de Rubião Junior	AB
SESAR	Seção de Serviços e Apoio e Reciclagem	AB
CEPIR	Ceasa de Piracicaba	AB
AGAVA	Armazém Graneleiro de Avaré	AB

ASAVA	Armazém Silo de Avaré	AB
AGSJB	Armazém Graneleiro de São Joaquim da Barra	AB
ASITU	Armazém Silo de Ituverava	A
ASFER	Armazém Silo de Fernandópolis	AB
AGPAL	Armazém Graneleiro de Palmital	AB
ARCAT	Armazém de Catanduva	AB
FРИVA	Frigorífico de Catanduva	
ARIOLI	Armazém de Olímpia	AB
FRIOL	Frigorífico de Olímpia	
ARSAC	Armazém de São Carlos	AB
ASBAR	Armazém de Barretos	AB
CESJC	Ceasa de São José dos Campos	AB
CEGUA	Ceasa de Guaratinguetá	AB
SECOM	Seção de Compras	AB
SELIC	Seção de Licitação	A
SAEXE	Seção de Atendimento e Expediente do ETSP	AB
ARADA	Armazém de Adamantina	AB
ARSMA	Armazém de São Manuel	
SEAGE	Seção de Elaboração e Apoio à Gestão de Contratos	A

Legendas: A - Auditoria Administrativa / Contábil / Fiscal / Financeira / Tributária

B - Auditoria Operacional

Para os 26 relatórios emitidos foram sugeridas 140 recomendações, conforme demonstramos no quadro abaixo, momento em que relacionamos por estágio/quantidade:

Recomendações	
Estágio	Quantidade
Implementada	115
Parcialmente implementada	20
Não implementada	05
Total	140

Com relação à execução do PAINT pode-se afirmar que todas as atividades planejadas foram realizadas.

Identificamos abaixo os trabalhos mais relevantes:

•RE PA 005 04 15 - SEPES - Seção de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

Destacamos abaixo a constatação mais relevante:

1) Eliminar as pendências provenientes da implantação do sistema Softwell.

Constatamos a existência de determinadas pendências provenientes da implantação do sistema Softwell, tais pendências referem-se, fundamentalmente, à necessidade de desenvolvimento de sistemas, emissão de relatórios e correções de eventos diversos.

Recomendamos que a Gerência do DEARH e a Gerência do DETIN desenvolvam ação conjunta visando a imediata regularização do sistema, e, caso necessário, que haja intervenção da DIAFI a fim de eliminar definitivamente as pendências existentes.

Resposta da Área: O gestor da área informou que as recomendações da auditoria encontram-se em implementação, pois são complexas e demandam certo tempo.

•RE PA 009 07 15 – CEPIR – Ceasa de Piracicaba

Destacamos abaixo as constatações mais relevantes:

1) Intensificar a cobrança sobre os permissionários inadimplentes e promover a interdição de área

Conforme norma interna, será considerado inadimplente qualquer permissionário que não efetuar o pagamento de suas obrigações referentes à remuneração de ocupação a partir do 1º dia útil após o vencimento do boleto, conforme prazo informado nesse documento.

Constatada a existência de inadimplência, a partir de 10 dias corridos após o vencimento, deverá ser emitido o Termo de Interdição em nome do permissionário inadimplente. Caberá ao Gerente da Unidade dar cumprimento aos procedimentos decorrentes da regularização dos débitos apontados e acompanhar as providências da Unidade para o saneamento dos débitos.

Ocorre que, analisando a posição do contas a receber referente a 02/07/2015, constatamos que o normativo interno supracitado não foi cumprido, visto que o procedimento adotado pela Unidade foi somente a emissão da carta de cobrança, exemplos:

Permissionário	Módulo/Box	Vencimento	Valor	Dias em atraso
Antonio Fernandes Galhardo	Mód. 43	10/04/15	553,41	83
Gislaine de Camargo Gaspar	Mód. 20	01/05/15	1.137,01	62
	Mód. 20	01/06/15	1.123,15	31
			2.260,16	
José Geraldo Calderan	Mód. 84	10/06/15	1.063,67	22
José Umberto Calderan	Box 29	10/06/15	3.343,60	22
Jose Umberto Calderan	Box 30	10/06/15	3.343,60	22

			6.687,20	
Marcelo Aparecido Montanheri	Box 14	10/06/15	3.289,07	22
Total			13.853,51	

Recomendamos que sejam tomadas providências imediatas no sentido da quitação dos débitos existentes acrescidos dos respectivos encargos financeiros moratórios, e

Recomendamos, doravante, o enquadramento tempestivo à Norma Interna, ou seja, emitido imediatamente o Termo de Interdição se decorridos 10 dias de atraso no pagamento do boleto pelo permissionário (NP-FN-006 Inadimplência de Permissionários, item 4.1).

Resposta da Área: O gestor da unidade informou que foram colocados em prática os procedimentos normativos, no que tange a cobrança e interdição de área quando aplicável.

2) Coibir terminantemente a ocupação indevida das áreas vagas sem o correspondente pagamento da remuneração de uso

Constatamos a existência de ocupação (corredores e área vagas) sem o pagamento da correspondente remuneração de uso, durante a inspeção física das áreas de comercialização do entreposto.

Recomendamos que a gerência da Unidade tome providências imediatas no sentido do cumprimento do estabelecido no Regulamento dos Entrepastos, ou seja, os permissionários que desejarem utilizar áreas vagas deverão fazê-las pelo sistema de Autorização de Uso – A.U, que visa a concessão para a utilização temporária da área.

Recomendamos, também, que seja terminantemente coibido a utilização de áreas vagas sem o equivalente pagamento da remuneração de uso, através da intensificação das ações fiscais dentro das áreas de comercialização do Entreposto.

Recomendamos, por fim, no caso da persistência da ocupação indevida que sejam apreendidas as mercadorias em decorrência da falta de pagamento do uso da área utilizada para comercialização.

Resposta da Área: O gestor da unidade informou que a recomendação foi acatada e os casos citados no relatório foram regularizados.

•RE PA 016 10 15 – ARCAT – Armazém de Catanduva

FРИVA – Frigorífico de Catanduva

Destacamos abaixo as constatações mais relevantes:

1) Contabilizar adequadamente o desconto concedido

Em maio de 2013 foi assinado o Segundo Termo Aditivo do Contrato de Permissão Remunerada de Uso do Armazém - ARCAT, que previu o abatimento de R\$

52.343,00 no valor da mensalidade, dividido em 04 parcelas, cujo desconto correspondeu a 50% do valor das obras realizadas no imóvel pela Permissionária no valor total de R\$ 104.686,00.

As parcelas foram abatidas nas prestações de julho a outubro de 2.013, sendo que ainda permanecem pendentes na conta do Ativo Circulante 1.1.03.10.10290 – Correntistas Devedores. Esta inconsistência já foi questionada, por duas vezes, pela Auditoria Externa, conforme comunicação do DEFIC.

Ressaltamos que sobre o valor do desconto (R\$ 52.343,00) a CEAGESP pagou 7,60% de COFINS e 1,65% de PIS, significando um desembolso de R\$ 4.842,00, já que estes encargos são calculados sobre a Receita Bruta reconhecida pela empresa, e que neste caso não considerou o desconto concedido.

Para não pagamento do PIS / COFINS, os descontos deveriam ter sido contabilizados na conta 3.1.02 (-) Deduções da Receita Bruta / Descontos Concedidos, quando do abatimento das parcelas pagas pela Permissionária, tendo em vista que estão suportados pelo Termo Aditivo e são considerados descontos incondicionais concedidos, de acordo com as Leis 10.637/2002 (PIS) e 10.833/2003 (COFINS) que preceituam que os descontos incondicionais não integram a base de cálculo destes tributos.

Recomendamos contabilizar os valores pendentes no ativo circulante em conta de resultado, pois não se tratam de valores realizáveis, mesmo porque o imóvel reformado pertence ao patrimônio da União. Em 02/07/2015 a Companhia emitiu o Ofício nº 078/2015/PRESD devolvendo este imóvel à Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo.

Recomendamos, também, doravante, adotar este procedimento contábil visando evitar pagamentos de encargos indevidos.

Resposta da Área: A SECGE posicionou-se de que será submetido a aprovação de PRD a regularização dos lançamentos contábeis.

2) Incorporar as benfeitorias do imóvel no Imobilizado da Companhia

Em julho/2010 foi firmado o Contrato de Comodato entre a CEAGESP e a Prefeitura Municipal de Catanduva para cessão dos direitos de uso do Frigorífico – FРИVA, com término previsto para 30/06/2020, com a assinatura do Primeiro Termo Aditivo.

No período de junho/2012 a janeiro/2013, a Prefeitura realizou uma reforma no imóvel, que consistiu na execução de obras para adaptação das instalações visando a implantação de recintos para recepção, consultórios, almoxarifado, sanitários, ambulatório, enfermagem, alambrados, rampas e corrimões, cujos Laudos de Medição e respectivas Notas Fiscais anexas ao processo nº 011/09 totalizaram R\$ 389.588,56.

Entretanto, estas benfeitorias não foram incorporadas ao Ativo Imobilizado da CEAGESP.

Recomendamos efetuar um levantamento dos documentos comprobatórios das benfeitorias realizadas pela Prefeitura no imóvel da CEAGESP para a devida contabilização no Ativo Imobilizado.

Resposta da Área: O DEFIC foi notificado para realizar o levantamento das obras realizadas.

3) Incluir a CEAGESP como beneficiária do Seguro

Em atendimento a cláusula 3.4 do Contrato de Comodato, para cessão dos direitos de uso do Frigorífico – FRIVA - a Prefeitura providenciou a contratação do Seguro do Imóvel, com término da vigência em 02/04/2016.

Entretanto, não evidenciamos que a Apólice de Seguro, cuja cópia integra o processo 011/09, contenha cláusula determinando a CEAGESP como beneficiária no caso de eventuais sinistros, conforme estipula a mesma cláusula 3.4.

Também não evidenciamos que os valores segurados e a cobertura descrita na Apólice de Seguro tenham sido avaliados pelo DEMAN – Departamento de Engenharia e Manutenção, sendo que pelos documentos anexos ao processo, apenas o DEINT – Departamento de Entrepastos do Interior, tomou ciência do conteúdo da Apólice.

Recomendamos ao Gestor contatar a Prefeitura para que seja providenciado um aditivo da Apólice de Seguros, fazendo constar a CEAGESP como beneficiária em caso de sinistros, para preservar os interesses da companhia.

Recomendamos, também, enviar cópia da Apólice de Seguro ao DEFIC – Departamento Financeiro e Contábil, para sua avaliação quanto aos valores segurados e se a cobertura da Apólice atende aos interesses da companhia.

Resposta da Área: O gestor informou que foi enviado ofício à Prefeitura que respondeu já ter alterado a apólice e encaminhará à CEAGESP o novo documento.

4) Cumprir a cláusula contratual referente à execução de obras

A Comandatária tem de solicitar autorizações e prestar informações à CEAGESP quando da intenção de se realizar intervenções no terreno, conforme estabelecido na cláusula 3.7 – Obrigações da Comandatária.

Após as reformas realizadas em 2013, verificamos que a Unidade passa atualmente por novas modificações nas edificações do Frigorífico, tais como aberturas de portas, janelas e paredes.

Não identificamos documentos autuados no respectivo processo administrativo, por exemplo: as plantas de engenharia e as autorizações pertinentes, referentes a este período.

Recomendamos solicitar à Prefeitura Municipal de Catanduva o cumprimento contratual referente às solicitações e autorizações necessárias para execuções de obras e/ou reformas, caso a área já tenha essas informações, juntar no respectivo processo.

Resposta da Área: O gestor informou que a Prefeitura de Catanduva foi notificada para prestar esclarecimentos.

•RE PA 019 10 15 – ASBAR – Armazém de Barretos

Destacamos abaixo a constatação mais relevante:

1) Avaliar as possibilidades de tornar a Unidade superavitária

No período que envolveu o escopo dos trabalhos, de janeiro de 2012 a maio de 2015, ou seja, quatro exercícios, a Unidade apresentou-se deficitária em três períodos, sendo que em apenas um houve o equilíbrio entre Receitas e Despesas – sem muita materialidade. No período total houve um déficit de R\$ 145 mil, conforme demonstramos abaixo:

Demonstração do Resultado da Unidade					
Descrição	2012	2013	2014	2015*	Total
Total de Receita	41.902,33	70.026,71	35.962,40	2.990,64	150.882,08
Total de Despesas	-75.647,62	-69.721,13	-103.676,49	-46.849,24	-295.894,48
Resultado do Exercício	-33.745,29	305,58	-67.714,09	-43.858,60	-145.012,40

*Até o mês de maio/2015

As despesas mais significativas referem ao Imposto Predial Territorial e Rural, que totalizou R\$ 86 mil no período, representando 29% das despesas, e as relativas à energia elétrica no valor de R\$ 48 mil no período, representando 16%, sendo que esta despesa foi aumentada devido à invasão da Unidade pelo Movimento dos Sem Terra (MST) durante o período de agosto a dezembro de 2014.

Outro aspecto observado, durante nossos exames, é que o ASBAR não integra o rol das Unidades constantes da Apólice de Seguros contratada pela CEAGESP junto a Mapfre Seguros Gerais S/A, cuja cobertura envolve, entre outras, danos materiais, lucros cessantes, roubo e/ou furto qualificado de Bens.

Recomendamos realizar estudos técnicos a fim de avaliar quais são as possibilidades reais para que a Unidade possa tornar-se superavitária e reverter o quadro negativo apresentado;

Recomendamos, também, incluir a Unidade no Rol das Unidades seguradas, objetivando, se possível, eventuais depredações por terceiros como no ocorrido pela invasão do MST.

Resposta da Área: O gestor informou que a Unidade necessita de investimentos para torna-la operável novamente, e que isso não está previsto. De acordo com a SEFIP a Unidade foi incluída no roll de seguradas.

•RE PA 024 12 15 – SAEXE – Seção de Atendimento e Expediente do Entreposto

Destacamos abaixo a constatação mais relevante:

1) Atualizar o arquivo dos TPRU's - Termos de Permissão Remunerada de Uso

Ficamos impossibilitados de opinar quanto à regularidade do Termo de Permissão Remunerada de Uso de determinados permissionários, referente ao período de janeiro/13 a novembro/15, devido não serem apresentados até o final de nossos exames. Tal situação decorreu tendo em vista os seguintes pontos:

→ Termos de Permissão Remunerada de Uso não localizadas:

Contrato	Permissionário	Área	Total m ²
50428305	Norma Hiromi Yacota - ME	Banca 28	12,13
50426922	Domarc Comercial Agrícola	Box 95 B	42,00
50428387	Eliana Franco Higuchi - Pescados	Box 35	50,32
50429977	Lacosta Comércio de Pescados Ltda	Módulo 96	12,00

→ Termos de Permissão Remunerada de Uso destruídos em 14/03/14, por ocasião dos atos de vandalismo ocorridos no prédio do DEPEC, a saber :

Contrato	Permissionário	Área	Total m ²
50430531	Confruty Alimentos	Box 38	129,78
50432256	Primos Embalagens Ltda	Box 56	115,80

Lembramos que, o Termo de Permissão Remunerada de Uso é documento obrigatório que outorga ao permissionário a permissão de uso do local para fins específicos de expor à venda os produtos para o setor onde se situa a mencionada área, conforme normas internas e o regulamento do entreposto.

Quanto aos TPRU'S destruídos, entendemos que providências imediatas devem ser tomadas visando a celebração de novo documento, especialmente levando em consideração o tempo decorrido.

Recomendamos que sejam evidados esforços no sentido da manutenção atualizada do arquivo documental da Seção, bem como promovido levantamento documental visando a localização dos Termos de Permissão Remuneradas de Uso, em atendimento ao item 1 – Disposições Gerais da NP OP-001 – Regulamento dos Entrepostos;

Recomendamos, também, providências imediatas para confecção dos Termos de Permissão Remuneradas de Uso destruídos, em consonância com o previsto na norma interna pertinente.

Resposta da Área: O gestor informou que o processo documental dos TPRU's faltantes estão sendo providenciados.

CONCLUSÃO

Em nossa opinião, tendo em vista as auditorias realizadas no exercício e o acompanhamento desta Unidade de Auditoria Interna no processo de contas, entendemos que a Prestação de Contas do exercício de 2015 da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP, está em condições de ser submetida à apreciação da CGU – Controladoria Geral da União.

São Paulo, 30 de maio de 2016.

Adinilton Infanti Rodrigues Loreto
Coordenador da Auditoria Interna
C.R.C:1SP196696/O-0

RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES

12. PARECER DE COLEGIADO

As informações sobre este item apresentam-se a seguir:

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da CEAGESP, de conformidade com o inciso V, do artigo 142, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em reunião realizada nesta data, examinaram o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da CEAGESP – Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e com base no Parecer dos Auditores Independentes e Parecer da Auditoria Interna, manifesta-se favoravelmente à aprovação do Relatório e das Demonstrações Contábeis e Destinação dos Resultados da CEAGESP e, portanto, em condições de serem submetidas para a deliberação pela Assembleia Geral de Acionistas. Não obstante, em virtude do trabalho ainda em andamento, registra a ressalva constante do Relatório dos Auditores Independentes, que a CEAGESP não apresentou estudo que atenda as orientações da NBC TG 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e NBC TG 27 (R2) – Imobilizado, no que diz respeito à revisão do valor residual e da vida útil dos ativos, bem como teste de recuperabilidade, que devem ser revisados e testados, pelo menos, ao final de cada exercício. Na ausência dessas informações, não foi possível determinar a existência de eventuais ajustes e seus consequentes efeitos nos ativos da Companhia e seus correspondentes reflexos das demonstrações dos resultado, nos fluxos de caixa e na mutação do patrimônio líquido do exercício. São Paulo, 22 de março de 2016.

Arno Jerke Júnior
Presidente do Conselho

Francisco Sergio Ferreira Jardim
Conselheiro

Carlos Nabil Ghobril
Conselheiro

Sergio Feijão Filho
Conselheiro

Giovanni de Sousa Papini
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CEAGESP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada em 22 de março de 2016, examinou o Relatório Anual da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis da CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, inclusive o Parecer dos Auditores Independentes - NK Auditores Independentes S.S e o Parecer da Auditoria Interna da Empresa, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pelos auditores e representantes da Companhia, o Conselho Fiscal opina que as demonstrações refletem adequadamente a situação econômica – financeira e patrimonial da Empresa, bem como, a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Não obstante, em virtude do trabalho ainda em andamento, registra a ressalva constante do Relatório dos Auditores Independentes, que a CEAGESP não apresentou estudo que atenda as orientações da NBC TG 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e NBC TG 27 (R2) – Imobilizado, no que diz respeito à revisão do valor residual e da vida útil dos ativos, bem como teste de recuperabilidade, que devem ser revisados e testados, pelo menos, ao final de cada exercício. Na ausência do estudo citado acima, não foi possível determinar a existência de eventuais ajustes e seus consequentes efeitos nos ativos da Companhia e seus correspondentes reflexos das demonstrações dos resultado, nos fluxos de caixa e na mutação do patrimônio líquido do exercício. São Paulo, 22 de março de 2016.

Mariana de Lourdes Moreira Lopes Leal
Presidente

Alexandre Gedanken
Conselheiro

Meliane Romanini
Conselheira

13. RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

As informações sobre este item apresentam-se a seguir:

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo	
Período:	01/01/2015 a 31/12/2015
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	7
Total de Procedimentos	7

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
0012015	04/03/2015	Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista
0322015	24/03/2015	Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista
0372015	24/03/2015	Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista
0412015	01/04/2015	Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista
0522015	11/05/2015	Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista
1032015	04/08/2015	Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista
1182015	01/09/2015	Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS EM INDICIAMENTO/CITAÇÃO

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo

Período: 01/01/2015 a 31/12/2015

Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
---------------------	-------------------------

Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia

7

Total de Procedimentos

7

Quadro Detalhado

Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
0012015	10/06/2015	Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista
0322015	06/05/2015	Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista
0372015	13/05/2015	Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista
0412015	08/07/2015	Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista
0522015	18/11/2015	Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista
1032015	21/10/2015	Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista
1182015	15/10/2015	Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS ENCAMINHADOS PARA JULGAMENTO

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo

Período: 01/01/2015 a 31/12/2015

Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
---------------------	-------------------------

Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia

6

Total de Procedimentos

6

Quadro Detalhado

Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
0012015	07/07/2015	Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista
0322015	14/05/2015	Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista
0372015	14/05/2015	Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista
0412015	15/07/2015	Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista
0522015	08/12/2015	Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista
1032015	16/11/2015	Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS JULGADOS

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo

Período: 01/01/2015 a 31/12/2015

Quadro Consolidado: Número de Procedimentos

Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia

5

Total de Procedimentos

5

Quadro Detalhado

Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
0012015	07/07/2015	Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista
0322015	22/05/2015	Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista
0372015	22/05/2015	Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista
0412015	20/07/2015	Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista
1032015	16/11/2015	Procedimento Disciplinar de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista

14. RELATÓRIO DE AUDITOR INDEPENDENTE

As informações sobre este item apresentam-se a seguir:



NK Auditores Independentes S.S.
Rua Martiniano de Carvalho, 181 – Bela Vista
01321-001 - São Paulo – SP
Tel.: 55 11 5080-3300
Fax: 55 11 5080-3310

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores, Conselho de Administração e Acionistas da
COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO – CEAGESP
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

A Companhia, em 2015, contratou empresa especialista para elaborar estudo que atenda as orientações da NBC TG 01 (R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e NBC TG 27 (R2) - Imobilizado, no que diz respeito à revisão do valor residual e da vida útil dos ativos, bem como do teste de recuperabilidade, que devem ser revisados e testados, pelo menos, ao final de cada exercício. Em virtude do trabalho em andamento, ainda não foi possível determinar a existência de eventuais ajustes e seus consequentes efeitos nos ativos da Companhia, e os seus correspondentes reflexos das demonstrações do resultado, nos fluxos de caixa e na mutação do patrimônio líquido do exercício.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Entregostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros assuntos

Demonstrações financeiras de exercício anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com modificação, com data de 25 de março de 2015, parágrafo de ressalva incluído também no presente relatório, bem como, incluída o parágrafo de ênfase sobre eventuais impactos de alteração de legislação tributária, o que não estamos incluindo neste relatório.

São Paulo, SP, 18 de março de 2016.

NK Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1


Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

15. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

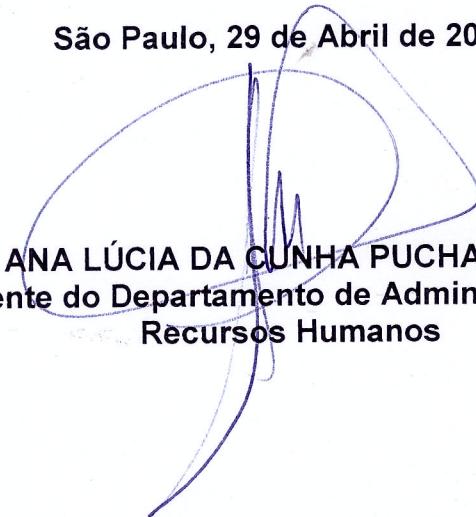
15.1 Integridade e completude dos registros de informações no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

As informações sobre este item apresentam-se a seguir:

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da CEAGESP – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo estão devidamente registrados no sistema de Apreciação e Registros dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

São Paulo, 29 de Abril de 2016.


ANA LÚCIA DA CUNHA PUCHARELLI
Gerente do Departamento de Administração de
Recursos Humanos

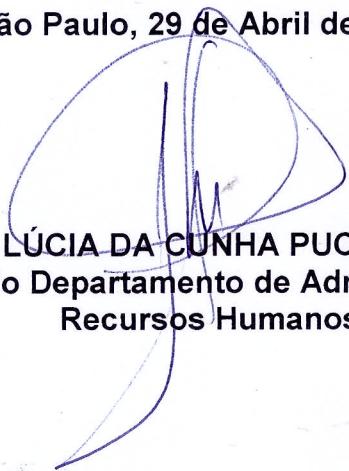
15.2 Integridade e completude do atendimento dos requisitos da Lei 8.730/1993 quando à entrega das declarações de bens e rendas

As informações sobre este item apresentam-se a seguir:

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores da CEAGESP – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens rendas junto a este DEARH – Departamento de Administração de Recursos Humanos para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

São Paulo, 29 de Abril de 2016.


ANA LÚCIA DA CUNHA PUCHARELLI
Gerente do Departamento de Administração de
Recursos Humanos